



SENADO FEDERAL

Relatório da Presidência

**Referente aos trabalhos da 4.^a Sessão
Legislativa Ordinária da 46.^a Legislatura**

Presidência do Senhor
Senador JARBAS PASSARINHO

SECRETARIA-GERAL DA MESA
BRASILIA — 1982

INDICE

	Pág.
I — APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO	9
II — INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA	13
III — O SENADO FEDERAL NA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 46ª LEGISLATURA	15
A — Composição	17
A.1 — Alterações na Representação	19
A.2 — Comunicações de afastamento do País	23
a) em caráter particular	23
b) a convite de entidades estrangeiras	23
c) a convite de instituição internacional	23
d) a convite de instituição nacional	23
A.3 — Licenças	25
a) para tratamento de saúde	25
b) para tratar de interesses particulares	25
A.4 — Afastamento do exercício do mandato	27
B — Direção	29
C — Lideranças	31
D — O Senado Federal em Funcionamento	33
D.1 — Sessões Realizadas	33
D.1.1 — Comparecimento de Ministro de Estado ..	34
D.2 — Representação Externa	35
D.2.1 — Missões do Senado	35
a) no Exterior	35
b) no País	35
D.2.2 — Missões do Executivo	36
D.3 — Comissões	37
D.3.1 — Comissões Permanentes	37
a) Composição	37
b) Direção	44
c) Decisão da Presidência sobre proporcionalidade partidária aplicada aos pequenos partidos	44

	Pág.
D.3.2 — Comissões Parlamentares de Inquérito ...	45
a) CPI sobre o Acordo Nuclear	45
b) CPI sobre a Devastação da Floresta Amazônica	45
c) CPI sobre a Violência Urbana	46
d) CPI que apura as causas da rotatividade de mão-de-obra no País	46
e) CPI que investiga o funcionamento do mercado financeiro do País	47
D.3.3 — Comissão Especial	47
D.4 — Participação dos Senhores Senadores nos Trabalhos da Casa	49
D.4.1 — Pronunciamentos	49
D.4.2 — Proposições apresentadas	51
D.5 — Matéria Legislativa	53
D.5.1 — Projetos de Lei do Senado	53
a) de sessões legislativas anteriores	53
b) da presente sessão legislativa	113
c) emendados pela Câmara dos Deputados	130
d) súmula	130
D.5.2 — Projetos de Lei da Câmara	133
a) de sessões legislativas anteriores	133
b) da presente sessão legislativa	144
c) súmula	154
D.5.3 — Projetos de Decreto Legislativo	155
a) de sessões legislativas anteriores	155
b) da presente sessão legislativa	159
c) emendas do Senado a Projetos de Decreto Legislativo apreciadas pela Câmara dos Deputados	161
d) súmula	162
D.5.4 — Projetos de Resolução	163
a) de sessões legislativas anteriores	163
b) da presente sessão legislativa	185
c) súmula	202
D.5.5 — Indicações de sessões legislativas anteriores	203
D.5.6 — Requerimentos	205
a) de sessões legislativas anteriores	205
b) da presente sessão legislativa	207
c) súmula	216
D.5.7 — Parecer (da presente sessão legislativa) ...	217
D.5.8 — Escolha de Autoridades	217
E — O Senado Federal em suas relações com outros Órgãos	219
E.1 — Elementos de ligação	219
E.2 — Jornalistas Credenciados	221

	Pág.
IV — O CONGRESSO NACIONAL REUNIDO	223
A — Sessões realizadas	225
B — Comissões Mistas	227
B.1 — Para estudo de matéria legislativa	227
B.2 — Parlamentar de Inquérito	229
CPMI sobre a ação terrorista no País	229
C — Matéria legislativa	231
C.1 — Propostas de Emenda à Constituição	231
a) da sessão legislativa anterior	231
b) da presente sessão legislativa	233
c) súmula	237
C.2 — Projetos de Lei	239
a) da sessão legislativa anterior	239
b) da presente sessão legislativa	239
c) súmula	241
C.3 — Projetos de Decreto Legislativo	243
a) da sessão legislativa anterior	243
b) da presente sessão legislativa	244
c) súmula	250
C.4 — Mensagens referentes a Decretos-leis	251
a) em tramitação	251
b) aguardando leitura	252
C.5 — Propostas de Delegação Legislativa	253
a) de sessões legislativas anteriores	253
b) da presente sessão legislativa	254
c) súmula	254
C.6 — Projetos de Resolução	255
a) da sessão legislativa anterior	255
b) da presente sessão legislativa	255
c) súmula	255
C.7 — Vetos Presidenciais	257
a) da presente sessão legislativa	257
b) súmula	258
C.8 — Requerimentos	259
D — Participação dos Senhores Congressistas nos trabalhos do Congresso Nacional	263

I – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

I – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

O presente relatório, como os anteriores, registra, em resumo, os trabalhos realizados no Senado Federal e no Congresso Nacional reunido na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 46ª Legislatura.

Os dados sobre as matérias legislativas aqui registrados dão seqüência àqueles constantes dos relatórios referentes aos trabalhos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária e da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 46ª Legislatura, realizada esta última em virtude da convocação extraordinária do Congresso Nacional, através da Mensagem nº 114, de 1981-CN (nº 607/81, na Presidência da República), no período de 6 de dezembro de 1981 a 15 de janeiro de 1982.

Cabe, nesta apresentação, que se registre uma especial homenagem ao insigne Senador Adalberto Correia Sena, da Representação do Estado do Acre, falecido a 21 de janeiro de 1982, não só por sua brilhante atuação, durante três legislaturas, nos trabalhos do Senado Federal e do Congresso Nacional, mas, antes de tudo, por toda uma vida dedicada à causa pública, principalmente no campo educacional, onde mais se destacou.

A ele a homenagem de saudade e reconhecimento do Senado Federal.

II – INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

II – INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

Em obediência a preceitos constitucionais, o Congresso Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador Jarbas Passarinho, reuniu-se solenemente às 10:00 horas do dia 1º de março de 1982, instalando a 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 46ª Legislatura.

Presentes à Mesa, além de seus membros, o Senhor Deputado Nelson Marchezan, Presidente da Câmara dos Deputados e o Senhor Ministro Xavier de Albuquerque, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Após a execução do Hino Nacional deu entrada em Plenário o Senhor Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Professor João Leitão de Abreu, procedendo à entrega da Mensagem Presidencial.

Na oportunidade, o Senhor Presidente, Senador Jarbas Passarinho, proferiu a seguinte oração:

“Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Srs. Ministros de Estado, Sr. Senador José Sarney, Presidente do PDS, Srs. Presidentes de Tribunais Superiores, Sr. Procurador-Geral da República, Srs. Chefes de missões diplomáticas e seus representantes, Revmo^o Arcebispo Arquidiocesano de Brasília, Srs. Líderes da Maioria e das Oposições, Srs. Congressistas, meus Senhores, minhas Senhoras, aos que se permitem criticar os regimes democráticos, apontando-os como agônicos, cabe responder lembrando a **boutade** atribuída a Winston Churchill, para quem a democracia é, de fato, uma forma ruim de governo, só que a Humanidade, até aqui, não foi capaz de inventar nada melhor.

Num giro de horizonte pelo mapa do mundo, entre aproximadamente 160 nações existentes, menos de 40 delas podem ser consideradas como desenvolvidas, suscetíveis de proporcionar, ao lado da abundância, liberdade ao seu povo. Quase todas as que atingem esse nível são regidas por regimes democráticos com sistema econômico baseado na propriedade privada e na iniciativa individual, sistema político garantidor dos direitos fundamentais e sistema moral baseado no pluralismo e nos valores liberais.

Os custos sociais e, particularmente, os humanos decorrentes das falhas eventuais das

democracias são infinitamente menores que os fracassos gerados em regimes não democráticos. Na frase lapidar de um Prêmio Nobel de Economia, “é preferível viver numa sociedade baseada na atração do lucro do que na fome do poder: Ela produz menos mortos”.

As sociedades abertas correm certos riscos que lhes são inerentes, entre eles o de permitir a utilização das franquias individuais contra a essência mesma da democracia. Hoje, é comum reconhecer-se que, graças às garantias e aos direitos individuais proporcionados pela República de Weimar, chegou-se ao autoritarismo de Hindenburg e, deste, ao nacional-socialismo de Hitler.

O dever das democracias é, pois, defender-se de seus inimigos, clandestinos ou ostensivos, porém dentro dos limites legais, sem nunca usar esse bom motivo para o estabelecimento dos chamados Estados fortes, cuja vocação é necessariamente despótica.

Em nossa América Latina, não conseguimos estabelecer uma tradição democrática ainda, dada a instabilidade em que vivemos e à efêmera duração de experiências democráticas. Não é, porém, um mal apenas nosso: a crer no levantamento criterioso da Freedom House, uma instituição não governamental norte-americana, não muito mais de 30% dos povos vivem sob regimes livres. No Brasil, de 1930 até a edição da Emenda Constitucio-

nal nº 11, que revogou o Ato Institucional nº 5, tivemos apenas 21 anos de normalidade democrática. Isso merece reflexão. Vivemos, agora, uma fase delicada de transição de um regime para a democracia que aspiramos a realizar, sem açosamentos imprudentes e irrealísticos que levem à sua inviabilização, mas igualmente sem a timidez que acabaria por frustrar-lhe a concretização. Creio que, sob a responsabilidade maior do Presidente da República, estamos conduzindo o processo de modo a ficar equidistante do excesso como da insuficiência.

Os detentores do poder, em qualquer regime, defendem a ordem e a lei, porque lhes parece estar a sociedade organizada harmoniosa e justamente. A oposição, que representa os inconformados, faz da política uma luta — é o seu papel: a luta pela conquista do poder. O Governo, lúcido, sabe que não deve abrigar-se no imobilismo, e que a democracia tem o segredo de sua força no seu estado de permanente mutação.

Como ensina Sigmund Neumann, "a sobrevivência da democracia dependerá, em larga extensão, da flexibilidade intelectual com que tenhamos a aptidão e a capacidade de livrar-nos de preconceitos históricos para redefinir o papel da democracia em nosso tempo".

Pretendo ter uma avaliação correta a respeito do papel deste Congresso Nacional e, por isso, forra-me a experiência e acalente-me a esperança de que o debate político, que se prenuncia vigoroso e veemente, mesmo nesta Sessão Legislativa, conduza a resultados práticos que façam bem sucedida a presente fase delicada de transição, para a edificação

de uma democracia estável, obtida através de reformas conquistadas com o respaldo da maioria popular.

Assim é que, dentro de meses, travar-se-ão eleições gerais que ensejarão a renovação das Casas Legislativas e dos Executivos municipais e estaduais, estes, desde 1965, pela primeira vez por via direta. Eis uma conquista da visão clara do Presidente João Figueiredo, que terá considerado, em boa medida, as pressões legítimas das bases populares, ávidas, elas mesmas, de escolher, sem intermediários, seus governantes e representantes, desde o âmbito municipal até o federal.

Estou certo de que não haverá incidentes de trajeto que impeçam a concretização desse ideal da grande maioria dos brasileiros.

Terá, pois, o ano legislativo, que hoje iniciamos, a maior importância nos destinos imediatos de nossa Pátria, convindo realçar que o Congresso Nacional, para melhor cumprir suas altas finalidades, precisa, com urgência, sacudir de sobre si as limitações de suas prerrogativas, que atingem a desejável divisão dos Poderes como instrumento de sua convivência harmoniosa. Estaremos, assim, mais bem equipados para o desempenho da relevante missão que nos cabe, numa hora decisiva de construção de um regime que assegure a paz social, promova o desenvolvimento com justiça e sem dependências externas descabidas, tudo sob a égide da liberdade, certos de que o fundamento básico de uma sociedade livre é tornar cada vez menos possível o governo dos homens pelos homens e cada vez maior a possibilidade do governo dos homens pelas leis, o que constitui o imperativo primeiro de uma democracia liberal".

Após a leitura da Mensagem Presidencial, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, passando as duas Casas do Congresso Nacional a se reunirem separadamente ou em conjunto, para a realização de seus trabalhos.

III – O SENADO FEDERAL

**Na Quarta Sessão Legislativa Ordinária da
46ª Legislatura**

A — COMPOSIÇÃO

Ao iniciar-se a 4ª Sessão Legislativa Ordinária, representando os Estados da Federação, integravam a composição do Senado 37 Senadores do Partido Democrático Social, 22 do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e 8 do Partido Popular.

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA POR ESTADO

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Acre	Jorge Kalume José Guiomard	Alagoas	João Lúcio * Luiz Cavalcante
Amazonas	Eunice Michiles Raimundo Parente	Sergipe	Lourival Baptista Passos Pôrto
Pará	Aloysio Chaves Gabriel Hermes Jarbas Passarinho	Bahia	Jutahy Magalhães Lomanto Júnior Luiz Viana
Maranhão	Alexandre Costa Luiz Fernando Freire José Sarney	Espírito Santo	João Calmon Moacyr Dalla
Piauí	Bernardino Viana Helvídio Nunes	Rio de Janeiro	Amaral Peixoto Hugo Ramos
Ceará	Almir Pinto José Lins	Minas Gerais	Murilo Badaró
Rio Grande do Norte	Dinarte Mariz Martins Filho	São Paulo	Amaral Furlan
Paraíba	Milton Cabral	Goiás	Benedito Ferreira
Pernambuco	Aderbal Jurema Nilo Coelho	Mato Grosso	Benedito Canelas Vicente Vuolo
		Santa Catarina	Lenoir Vargas
		Rio Grande do Sul	Octávio Cardoso **

* Suplente em exercício na licença do titular, Senador Arnon de Mello.

** Suplente em exercício até 31-3-82, na licença do titular, Senador Tarso Dutra.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA POR ESTADO

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Acre	Laélia de Alcântara *	Minas Gerais	Itamar Franco
Amazonas	Evandro Carreira	São Paulo	Franco Montoro Orestes Quécia
Ceará	Mauro Benevides	Goiás	Henrique Santillo Lázaro Barboza
Rio Grande do Norte	Agenor Maria	Paraná	José Richa Leite Chaves
Paraíba	Cunha Lima Humberto Lucena	Santa Catarina	Jaison Barreto
Pernambuco	Marcos Freire	Rio Grande do Sul	Paulo Brossard Pedro Simon
Alagoas	Teotônio Vilela		
Sergipe	Gilvan Rocha		
Espírito Santo	Dirceu Cardoso		
Rio de Janeiro	Nelson Carneiro Roberto Saturnino		

PARTIDO POPULAR

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA POR ESTADO

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Piauí	Alberto Silva	Paraná	Afonso Camargo
Minas Gerais	Tancredo Neves	Santa Catarina	Evelásio Vieira
Mato Grosso	Valdon Varjão **		
Mato Grosso do Sul	José Fragelli Mendes Canale Saldanha Derzi		

* Toma posse, em 2-3-82, em virtude do falecimento do titular, Senador Adalberto Sena.

** Suplente em exercício até 14-3-82, na licença do titular, Senador Gastão Müller.

A.1 — ALTERAÇÃO NA REPRESENTAÇÃO

Em virtude da modificação constitucional introduzida pela Emenda nº 13, de 10 de outubro de 1979, e que permitiu a convocação de suplente em caso de licença do Senador por período igual ou superior a 120 dias, a Representação no Senado foi por várias vezes alterada, conforme demonstra o seguinte quadro:

Senador licenciado	Suplente convocado	Período de exercício do mandato do Suplente
Gastão Müller	Valdon Varjão	5-10-81 a 14- 3-82
Roberto Saturnino	Alano Barcelos	25- 6-82 a 27-10-82
Amaral Furlan *	Ferreira Filho	29- 6-82
	e Dulce Braga	30- 6-82 a 29-11-82
Dinarte Mariz	Moacyr Duarte	20- 7-82 a 16-11-82 e de 30-11-82 a 29- 3-83
Tarso Dutra	Octávio Cardoso	2-12-81 a 31- 3-82
Arnon de Mello	João Lúcio	5-12-81 a 29- 3-83

* A 2.ª Suplente, Senadora Dulce Braga, foi convocada para completar o período de licença concedida ao Senador Amaral Furlan, em virtude do afastamento do 1.º Suplente, Senador Ferreira Filho.

De acordo com o art. 3º da Lei Complementar nº 42, de 1982, que regulou a incorporação dos Partidos Políticos, foi encaminhada à Presidência, em 5-3-82, comunicação dos Senhores Senadores Tancredo Neves, Evelásio Vieira, José Fragelli, Mendes Canale, Affonso Camargo, Valdon Varjão, Alberto Silva e Saldanha Derzi de que, a partir daquela data, passavam a integrar a Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Ainda, em consequência da Lei Complementar nº 42, de 1982, foram encaminhadas à Presidência as seguintes comunicações:

Em 5-3-82, do Senador Hugo Ramos, desligando-se do Partido Democrático Social e ingressando no Partido Trabalhista Brasileiro.

Em 9-3-82, do Senador Evandro Carreira, desligando-se do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e passando a integrar a Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Em 12-5-82, do Senador Roberto Saturnino, desligando-se do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e passando a integrar a Bancada do Partido Democrático Trabalhista.

Em 17-6-82, do Senador Nelson Carneiro, desligando-se do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e passando a integrar a Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro.

Conseqüentemente, ficaram assim constituídos os Partidos Políticos no Senado Federal:

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA POR ESTADO

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Acre	Jorge Kalume José Guiomard	Alagoas	João Lúcio Luiz Cavalcante
Amazonas	Eunice Michiles Raimundo Parente	Sergipe	Lourival Baptista Passos Pôrto
Pará	Aloysio Chaves Gabriel Hermes Jarbas Passarinho	Bahia	Jutahy Magalhães Lomanto Júnior Luiz Viana
Maranhão	Alexandre Costa Luiz Fernando Freire José Sarney	Espírito Santo	João Calmon Moacyr Dalla
Piauí	Bernardino Viana Helvidio Nunes	Rio de Janeiro	Amaral Peixoto
Ceará	Almir Pinto José Lins	Minas Gerais	Murilo Badaró
Rio Grande do Norte	Dinarte Mariz Martins Filho	São Paulo	Amaral Furlan
Paraíba	Milton Cabral	Goiás	Benedito Ferreira
Pernambuco	Aderbal Jurema Nilo Coelho	Mato Grosso	Benedito Canelas Vicente Vuolo
		Santa Catarina	Lenoir Vargas
		Rio Grande do Sul	Tarso Dutra

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA POR ESTADO

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Acre	Laélia de Alcântara	Goiás	Henrique Santillo Lázaro Barboza
Piauí	Alberto Silva		
Ceará	Mauro Benevides	Mato Grosso	Gastão Müller
Rio Grande do Norte	Agenor Maria	Mato Grosso do Sul	José Fragelli Mendes Canale Saldanha Derzi
Paraíba	Cunha Lima Humberto Lucena		
Pernambuco	Marcos Freire	Paraná	José Richa Leite Chaves Affonso Camargo
Alagoas	Teotônio Vilela		
Sergipe	Gilvan Rocha		
Espírito Santo	Dirceu Cardoso	Santa Catarina	Jaison Barreto Evelásio Vieira
Minas Gerais	Itamar Franco Tancredo Neves		
São Paulo	Franco Montoro Orestes Quércia	Rio Grande do Sul	Paulo Brossard Pedro Simon

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA POR ESTADO

Estado	Senadores
Rio de Janeiro	Hugo Ramos Nelson Carneiro

PARTIDO DOS TRABALHADORES
REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA POR ESTADO

Estado	Senador
Amazonas	Evandro Carreira

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA POR ESTADO

Estado	Senador
Rio de Janeiro	Roberto Saturnino

A.2 — COMUNICAÇÕES DE AFASTAMENTO DO PAÍS

Para afastamento do País, nos termos regimentais, foram encaminhadas à Presidência da Casa as seguintes comunicações:

a) Em caráter particular:

- 1) Durante o período de recesso — 16 de janeiro a 28 de fevereiro de 1982
Senador Affonso Camargo — segunda quinzena de fevereiro
- 2) Durante o 1º período das sessões — 1º de março a 30 de junho de 1982
Senador Lourival Baptista — a partir de 18 de maio
- 3) Durante o período de recesso — julho de 1982
Senador Jutahy Magalhães — de 13-7-82 a 31-7-82
- 4) Durante o 2º período das sessões — 1º de agosto a 5 de dezembro de 1982
Senador Paulo Brossard — a partir de 16 de agosto
Senador Tarso Dutra — de 13-9-82 a 2-10-82
Senador José Guimard — de 23-9-82 a 1º-11-82
Senador Teotônio Vilela — de 16-10-82 a 10-11-82
Senador José Richa — a partir de 5-12-82

b) A convite de entidades estrangeiras:

- | | |
|--|-------------------------------|
| Senador Evandro Carreira — 7-4 a 13-4 | Governo da Líbia e da Argélia |
| Senador José Fragelli — a partir de 1º-5 | Governo da Itália |

c) A convite de instituição internacional:

- | | |
|--|--|
| Senador Evandro Carreira — 17-6 a 30-6 | Grupo Brasileiro da União Interparlamentar:
75ª Convenção Anual da Air Pollution Association, a realizar-se em New-Orleans, Louisiana — USA |
|--|--|

d) A convite de instituição nacional:

- | | |
|--|--|
| Senador Moacyr Duarte — a partir de 27-9 | Confederação Nacional da Agricultura, para viagem de estudo na Espanha e outros países |
|--|--|

A. 3 — LICENÇAS

a) O Senado concedeu licença para tratamento de saúde, nos termos do art. 47, inciso I, do Regimento Interno, aos Senadores:

Arnon de Mello	— Requerimento nº 415/81, período de 5 de dezembro de 1981 a 4 de abril de 1982.
Arnon de Mello	— Requerimento nº 60/82, período de 4 de abril a 1º de agosto de 1982.
Arnon de Mello	— Requerimento nº 142/82, período de 2 de agosto a 29 de novembro de 1982.
Gastão Müller	— Requerimento nº 324/81, período de 5 de outubro de 1981 a 14 de março de 1982.
Tarso Dutra	— Requerimento nº 416/81, período de 2 de dezembro de 1981 a 1º de abril de 1982.
Dinarte Mariz	— Requerimento nº 149/82, período de 20 de julho a 16 de novembro de 1982.
Arnon de Mello	— Requerimento nº 226/82, período de 30 de novembro de 1982 a 29 de março de 1983.
Dinarte Mariz	— Requerimento nº 245/82, período de 1º de dezembro de 1982 a 30 de março de 1983.

b) O Senado concedeu licença para tratar de interesses particulares, nos termos do art. 47, inciso II, do Regimento Interno, aos Senadores:

Benedito Ferreira	— Requerimento nº 344/81, período de 16 de outubro de 1981 a 12 de fevereiro de 1982.
Murilo Badaró	— Requerimento nº 137/82, período de 21 a 23 de junho de 1982.
Roberto Saturnino	— Requerimento nº 139/82, período de 26 de junho a 23 de outubro de 1982.
Amaral Furlan	— Requerimento nº 140/82, período de 26 de junho a 28 de outubro de 1982.
Amaral Furlan	— Requerimento nº 221/82, período de 29 de outubro a 27 de dezembro de 1982, em prorrogação.

A.4 — AFASTAMENTO DO EXERCÍCIO DO MANDATO

Em 5 de janeiro de 1982 o Senhor Senador Lourival Baptista comunicou à Mesa seu afastamento do exercício do mandato, a partir do dia 6 daquele mês, para exercer o cargo de Secretário da Educação e Cultura do Estado de Sergipe.

Foi convocado o Suplente, Senador Albano Franco, que, assumindo a representação do Estado em 7-1-82, dela se afastou em 12 de fevereiro, quando o titular reassumiu o mandato.

A 25 de junho o Senado concedeu licença ao Senador Amaral Furlan para se afastar do exercício do mandato por período que ensejou a convocação de seu 1º Suplente, o Senhor Ferreira Filho.

Empossado a 29 do mesmo mês, o Senador Ferreira Filho comunicou à Mesa o seu afastamento para assumir a função de Secretário dos Negócios da Administração do Estado de São Paulo.

Em consequência, foi convocado o 2º Suplente do Senador Amaral Furlan, a Senadora Dulce Braga, que, tomando posse do mandato em 30 de junho, participou dos trabalhos da Casa até 29 de novembro, quando o titular reassumiu o mandato.

B — DIREÇÃO

A Comissão Diretora, a quem compete exercer a administração interna do Senado Federal, é constituída dos titulares da Mesa que é, observadas as normas constitucionais e regimentais, eleita nas reuniões preparatórias que antecedem a instalação da 1ª e 3ª sessões legislativas ordinárias de cada Legislatura, para um mandato de dois anos.

Desta forma, dirigiu a Casa, nesta 4ª Sessão Legislativa, a seguinte Mesa, eleita a 24 de fevereiro de 1981:

Presidente:	Jarbas Passarinho
1º-Vice-Presidente:	Passos Pôrto
2º-Vice-Presidente:	Gilvan Rocha
1º-Secretário:	Cunha Lima
2º-Secretário:	Jorge Kalume
3º-Secretário:	Itamar Franco
4º-Secretário:	Jutahy Magalhães
Suplentes de Secretários:	Almir Pinto
	Lenoir Vargas
	Agenor Maria
	Gastão Müller

C — LIDERANÇAS

Nos termos do disposto no art. 64 do Regimento Interno, os cinco Partidos à época representados no Senado Federal, Partido Democrático Social, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Partido dos Trabalhadores, Partido Democrático Trabalhista e Partido Trabalhista Brasileiro, indicaram à Mesa seus Líderes em documentos subscritos pela maioria de seus membros.

Os Senhores Líderes, por sua vez, comunicaram à Mesa, no prazo regimental, as indicações para as respectivas Vice-Lideranças, ficando o colégio de Líderes nesta Casa assim constituído:

Liderança do Partido Democrático Social

LÍDER — Senador Nilo Coelho

VICE-LÍDERES — Senadores

Aderbal Jurema
Aloysio Chaves
Bernardino Viana
Gabriel Hermes
José Lins
Lomanto Júnior
Moacyr Dalla
Murilo Badaró

Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro

LÍDER — Senador Humberto Lucena

VICE-LÍDERES — Senadores

Affonso Camargo
Evelásio Vieira
Gastão Müller
Henrique Santillo
José Fragelli
Lázaro Barboza
Mauro Benevides
Mendes Canale
Orestes Quércia
Pedro Simon
Saldanha Derzi

Liderança do Partido dos Trabalhadores

LÍDER — Senador Evandro Carreira *

Liderança do Partido Democrático Trabalhista

LÍDER — Senador Roberto Saturnino **

Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro

LÍDER — Senador Hugo Ramos ***

* Investido na Liderança a partir de 9-3-82

** Investido na Liderança a partir de 12-5-82

*** Investido na Liderança a partir de 3-3-82 e substituído em 16-6-82 pelo Senador Nelson Carneiro

D — O SENADO FEDERAL EM FUNCIONAMENTO

D.1 — SESSÕES REALIZADAS

O Senado fez realizar 190 sessões plenárias, sendo:

140 ordinárias
48 extraordinárias
2 especiais

Deixaram de ser realizadas 33 sessões ordinárias em virtude de:

Realização de sessão especial do Senado Federal	2
Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional	2
Requerimento	8
Falta de quorum	7
Reuniões	14

Como homenagem de pesar, foram levantadas as seguintes sessões:

Em 1º-03-82 — Falecimento do Senador Adalberto Sena
Em 31-05-82 — Falecimento do ex-Senador Auro de Moura Andrade
Em 17-08-82 — Falecimento do ex-Senador Henrique de La Rocque
Em 13-09-82 — Falecimento do Deputado Lidovino Fanton
Em 27-09-82 — Falecimento do Deputado Cantídio Sampaio
Em 04-10-82 — Falecimento dos Deputados Rogério Rego e Henrique Brito
Em 22-10-82 — Falecimento do Deputado Heitor Alencar Furtado
Em 22-11-82 — Falecimento do Deputado Pinheiro Machado

Em virtude de requerimento aprovado pelo Plenário, foram realizadas as seguintes sessões especiais:

Reqto.	Autor	Data	Finalidade
032	Laélia de Alcântara	16-03-82	Homenagear a memória do ex-Senador Adalberto Sena.
073	José Sarney	02-06-82	Homenagear o Professor Euríclides de Jesus Zerbini.

Ainda em virtude de requerimentos aprovados pelo Plenário, o expediente de duas sessões foi dedicado a homenagens e comemorações.

Reqto.	Autor	Data	Finalidade
081	Gastão Müller	25-08-82	Homenagear a memória de Giuseppe Garibaldi pelo centenário de seu falecimento.
240	Dinarte Mariz	30-11-82	Homenagear a memória do ex-Deputado Djalma Marinho.

D.1.1 — COMPARECIMENTO DE MINISTRO DE ESTADO

A Constituição Federal, no seu art. 38, **caput**, regula o comparecimento de Ministros de Estado ao Plenário do Senado Federal, quando convocados para prestarem informações acerca de assunto previamente determinado.

Nos termos do art. 418, item II, letra **a**, do Regimento Interno, compareceu ao Senado, na sessão extraordinária realizada em 5 de maio de 1982, por força da aprovação do Requerimento nº 64, de 1982, de autoria do Senador Humberto Lucena, o Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, para debater a crise gerada com a invasão das Ilhas Malvinas, no Atlântico Sul.

Após a explanação do Sr. Ministro, foram interpelantes os Srs. Senadores Humberto Lucena, Teotônio Vilela, Luiz Viana, Evandro Carreira, Luiz Fernando Freire, Paulo Brossard, Dirceu Cardoso, Roberto Saturnino e Nilo Coelho.

D.2 — REPRESENTAÇÃO EXTERNA

D.2.1 — MISSÕES DO SENADO

Na presente sessão legislativa, a Presidência teve oportunidade de designar, para representar o Senado em eventos de interesse parlamentar, realizados no exterior e no País, os seguintes Senhores Senadores:

a) NO EXTERIOR:

Senador Helvídio Nunes	Representante do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, na Reunião de Estudos dos Meios de Luta contra a Poluição do Mar, realizada em Palma de Maiorca, Espanha, no período de 1º a 15 de março de 1982.
Senador Almir Pinto Senador Agenor Maria Senador Paulo Brossard	Representantes do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, à 130ª Reunião do Conselho Interparlamentar, realizada em Lagos, Nigéria, de 13 a 17 de abril de 1982.
Senador Saldanha Derzi	Representante do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo, na 7ª Reunião do Comitê dos Membros Afiliados da Organização Mundial de Turismo, realizada na cidade de Madrid, Espanha, a partir de 18 de maio de 1982.
Senador João Calmon Senador Saldanha Derzi	Representantes do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo, na Reunião Mundial de Turismo, realizada em Acapulco, México, de 21 a 27 de agosto de 1982.
Senador Milton Cabral Senadora Laélia de Alcântara Senador Nelson Carneiro	Integrantes da Delegação Brasileira na X Assembléia Geral do Parlamento Latino-Americano, realizada em Bogotá, Colômbia, de 22 a 25 de agosto de 1982.
Senador Gabriel Hermes Senador Lourival Baptista Senador Gastão Müller Senador Agenor Maria Senador Aderbal Jurema Senador Murilo Badaró Senador Paulo Brossard Senador Tarso Dutra	Representantes do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar na 69ª Conferência Interparlamentar, realizada em Roma, de 14 a 22 de setembro de 1982.
Senador Gabriel Hermes	Representante do Senado no Congresso Internacional da Pequena e Média Empresas, realizado em Madrid, Espanha, de 25 a 28 de outubro de 1982.

b) NO PAÍS:

Senador Franco Montoro Senador Orestes Quércia Senadora Dulce Braga	Representantes do Senado nos funerais de Sua Eminência o Cardeal Arcebispo de Aparecida do Norte, D. Carmelo de Vasconcellos Motta.
---	---

D.2.2 — MISSÕES DO EXECUTIVO

O Senado Federal concedeu, ainda, licença para aceitarem missões, para as quais foram designados pelo Poder Executivo, aos seguintes Senhores Senadores:

Senador Milton Cabral	Integrantes da Delegação do Brasil à XI Sessão Reconvocada da III Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar.
Senador José Fragelli	
Senador José Sarney	Integrante da Comitiva Presidencial na visita aos Estados Unidos da América do Norte.
Senador Jarbas Passarinho	Integrante da Comitiva Presidencial na visita ao Canadá.
Senador Nelson Carneiro	Integrantes, como Observadores Parlamentares, da Delegação do Brasil à XXXVII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.
Senador João Calmon	
Senador José Lins	
Senador Murilo Badaró	
Senador Leite Chaves	
Senador Mauro Benevides	
Senador Cunha Lima	
Senador Murilo Badaró	Integrante da Comitiva Presidencial na viagem a Nova Iorque, por ocasião da XXXVII Sessão da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas.

D.3 — COMISSÕES

D.3.1 — COMISSÕES PERMANENTES

a) Composição

Inicialmente, foi mantida a composição das Comissões Permanentes na forma existente na sessão legislativa anterior.

No decorrer da 4ª Sessão Legislativa, em virtude de modificações ocorridas nas representações partidárias (fusão do PP com o PMDB e filiação de alguns Senadores aos denominados "pequenos partidos"), e em decorrência de convocações de Suplentes de Senadores licenciados, a composição das Comissões Permanentes foi sucessivamente alterada, conforme pode se verificar dos dados a seguir:

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Composição inicial:

Titulares

Benedito Canelas
Martins Filho
João Calmon
João Lúcio

Suplentes

PDS

Dinarte Mariz (2)
Lourival Baptista
José Caixeta (1)

PMDB

Leite Chaves
José Richa
Mendes Canale

Agenor Maria
Evelásio Vieira

Substituições ocorridas:

(1) Em 12-3-82, reassume o titular, Senador Benedito Ferreira

(2) Em 10-8-82, é substituído pelo Senador Moacyr Duarte, até 16-11-82

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS

Composição inicial:

Titulares

José Lins
Eunice Michiles
Gabriel Hermes
Benedito Canelas

Suplentes

PDS

Raimundo Parente
Almir Pinto
Aloysio Chaves

PMDB

Mauro Benevides
Alberto Silva
Evandro Carreira (1)

Marcos Freire
Mendes Canale

Substituição ocorrida:

(1) Substituído em 14-4-82, pelo Senador Agenor Maria.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Composição inicial:

Titulares

Aloysio Chaves
Lenoir Vargas
Murilo Badaró
Bernardino Viana
Amaral Furlan ⁽⁵⁾
Moacyr Dalla
Raimundo Parente
Hugo Ramos ⁽²⁾

Suplentes

PDS

João Calmon
Almir Pinto
Martins Filho
Aderbal Jurema ⁽²⁾
Benedito Canelas

PMDB

Humberto Lucena ⁽¹⁾
Franco Montoro
Nelson Carneiro ⁽³⁾
Leite Chaves
Orestes Quércia
Tancredo Neves
José Fragelli

Marcos Freire
Lázaro Barboza
Mendes Canale ⁽³⁾
Affonso Camargo ⁽⁴⁾

Substituições ocorridas:

- (1) Em 5-3-82 é substituído pelo Senador Dirceu Cardoso.
- (2) Em 10-3-82, por ter se desligado do PDS, é substituído pelo Senador Aderbal Jurema que é, por sua vez, substituído, na suplência, pelo Senador José Lins.
- (3) Em 14-4-82 é substituído pelo Senador Mendes Canale que é, por sua vez substituído, na suplência, pelo Senador Pedro Simon.
- (4) Assume em 4-4-82, em vaga existente.
- (5) Em 2-8-82 é substituído pela Senadora Dulce Braga, até 30-11-82.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

Composição inicial:

Titulares

Lourival Baptista
Bernardino Viana
Moacyr Dalla
José Caixeta ⁽¹⁾
Martins Filho
Murilo Badaró
Luiz Fernando Freire ⁽²⁾

Suplentes

PDS

Luiz Cavalcante
Almir Pinto
Aderbal Jurema
José Lins ⁽²⁾

PMDB

Lázaro Barboza
Mauro Benevides
Saldanha Derzi
Dirceu Cardoso ⁽³⁾

Henrique Santillo ⁽²⁾
Affonso Camargo
Evandro Carreira ⁽⁴⁾

Substituições ocorridas:

- (1) Em 12-3-82, reassume o titular, Senador Benedito Ferreira.
- (2) Em 14-4-82, é substituído pelo Senador Henrique Santillo, do PMDB, em virtude da nova proporcionalidade partidária, e que é, por sua vez, substituído na Suplência pelo Senador Gastão Müller.
- (3) Em 14-4-82, assume em vaga existente.
- (4) Em 14-4-82, é substituído pela Senadora Laélia de Alcântara
- (5) Em 15-4-82, é substituído pelo Senador Luiz Fernando Freire.

COMISSÃO DE ECONOMIA

Composição inicial:

Titulares

Bernardino Viana
José Lins
Lenoir Vargas
Milton Cabral
Luiz Cavalcante
José Caixeta ⁽¹⁾

Suplentes

PDS

Lomanto Júnior
Gabriel Hermes
Vicente Vuolo
Benedito Canelas

PMDB

Roberto Saturnino ⁽²⁾
Pedro Simon
José Richa
José Fragelli
Alberto Silva

Marcos Freire ⁽⁴⁾
Teotônio Vilela ⁽³⁾
Affonso Camargo

Substituições ocorridas:

- (1) Em 12-3-82, reassume o titular, Senador Benedito Ferreira
(2) Em 14-4-82, é substituído pelo Senador Teotônio Vilela
(3) Em 14-4-82, é substituído pelo Senador Evelásio Vieira
(4) Em 5-5-82, é substituído pelo Senador Tancredo Neves

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Composição inicial:

Titulares

Aderbal Jurema
João Calmon
Eunice Michiles
Tarso Dutra
José Sarney

Suplentes

PDS

Lomanto Júnior
Gabriel Hermes
João Lúcio

PMDB

Adalberto Sena ⁽²⁾
Franco Montoro
Pedro Simon
Valdon Varjão ⁽¹⁾

Marcos Freire
Mauro Benevides
Evelásio Vieira

Substituições ocorridas:

- (1) Em 14-3-82, reassume o titular, Senador Gastão Müller
(2) Em 30-3-82, assume a Senadora Laélia de Alcântara

COMISSÃO DE FINANÇAS

Composição inicial:

Titulares

Raimundo Parente
Lomanto Júnior
Amaral Furlan ⁽⁴⁾
Amaral Peixoto
Martins Filho
Tarso Dutra ⁽¹⁾
Gabriel Hermes
Bernardino Viana
Almir Pinto

Suplentes

PDS

José Guiomard
Lourival Baptista
Benedito Canelas
Vicente Vuolo
José Lins

PMDB

Mauro Benevides
Roberto Saturnino (2)
Pedro Simon
Teotônio Vilela
Franco Montoro
Tancredo Neves
Affonso Camargo
Mendes Canale

Humberto Lucena (3)
Paulo Brossard
José Richa
Saldanha Derzi
José Fragelli (2)

Substituições ocorridas:

- (1) Em 30-3-82, é substituído pelo Senador Octávio Cardoso, até 31-3-82
- (2) Em 14-4-82, é substituído pelo Senador José Fragelli, que é por sua vez substituído na Suplência em 15-4-82, pelo Senador João Lúcio, em decorrência da nova proporcionalidade partidária
- (3) Em 14-4-82, é substituído pelo Senador Henrique Santillo
- (4) Em 2-8-82, é substituído pela Senadora Dulce Braga, até 30-11-82

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

Composição inicial:

Titulares

Raimundo Parente
Aloysio Chaves
Moacyr Dalla
Eunice Michiles
Gabriel Hermes

Suplentes

PDS

Lenoir Vargas
Aderbal Jurema
Almir Pinto
Luiz Fernando Freire (3)

PMDB

Franco Montoro
Humberto Lucena (1)
Jaison Barreto
José Fragelli

Agenor Maria
Nelson Carneiro (2)

Substituições ocorridas:

- (1) Em 14-4-82, é substituído pelo Senador Henrique Santillo
- (2) Em 14-4-82, é substituído pelo Senador José Richa
- (3) Em 14-4-82, é substituído pelo Senador Orestes Quécia, em decorrência da nova proporcionalidade partidária

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Composição inicial:

Titulares

Milton Cabral
Luiz Cavalcante
José Lins
Almir Pinto

Suplentes

PDS

Dinarte Mariz (2)
Gabriel Hermes
Martins Filho

PMDB

Henrique Santillo
Teotônio Vilela
Affonso Camargo

Roberto Saturnino (1)
Alberto Silva

Substituições ocorridas:

- (1) Em 14-4-82, é substituído pelo Senador Dirceu Cardoso
- (2) Em 10-8-82, é substituído pelo Senador Moacyr Duarte, até 16-11-82

COMISSÃO DE MUNICÍPIOS

Composição inicial:

Titulares

Almir Pinto
Lomanto Júnior
Amaral Furlan (6)
Amaral Peixoto
Benedito Canelas
Lenoir Vargas
Moacyr Dalla
Raimundo Parente
Vicente Vuolo

Suplentes

Tarso Dutra (3) -
Aderbal Jurema
José Sarney
Murilo Badaró
José Caixeta (1)
Luiz Fernando Freire

PDS

PMDB

José Richa
Orestes Quércia
Lázaro Barboza
Agenor Maria
Valdon Varjão (2)
Affonso Camargo
Mendes Canale
Evandro Carreira (4)

Marcos Freire
Jaison Barreto
Humberto Lucena (5)
Alberto Silva

Substituições ocorridas:

- (1) Em 12-3-82, reassume o titular, Senador Benedito Ferreira
- (2) Em 14-3-82, reassume o titular, Senador Gastão Mello
- (3) Em 30-3-82, é substituído pelo Senador Octávio Cardoso, até 31-3-82
- (4) Em 14-4-82, é substituído pelo Senador Evelásio Vieira, em virtude da nova proporcionalidade partidária
- (5) Em 14-4-82, é substituído pelo Senador Saldanha Derzi
- (6) Em 2-8-82, é substituído pela Senadora Dulce Brito, até 30-11-82

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Composição inicial:

Titulares

João Calmon
Murilo Badaró
Aderbal Jurema

Suplentes

José Sarney (3)
Moacyr Dalla

PDS

PMDB

Saldanha Derzi
Adalberto Sena (1)

Mendes Canale
Evandro Carreira (2)

Substituições ocorridas:

- (1) Em 30-3-82, assume a Senadora Laélia de Alcântara que, em 14-4-82, é consolidada na substituição em virtude do falecimento do Senador titular
- (2) Em 14-4-82, é substituído pelo Senador Mauro Benevides em virtude da nova proporcionalidade partidária
- (3) Em 15-4-82, é substituído pelo Senador Bernardino Viana

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

Composição inicial:

Titulares

Luiz Viana
Tarso Dutra
Lomanto Júnior
Amaral Peixoto
João Calmon
Aloysio Chaves
José Sarney
Lourival Baptista
Luiz Fernando Freire ⁽²⁾

Suplentes

PDS

Aderbal Jurema ⁽⁴⁾
Bernardino Viana
Amaral Furlan ⁽⁵⁾
Moacyr Dalla
Martins Filho

PMDB

Paulo Brossard
Nelson Carneiro ⁽¹⁾
José Richa
Mauro Benevides
Marcos Freire
Tancredo Neves

Leite Chaves ⁽²⁾
Pedro Simon
Roberto Saturnino ⁽³⁾
Saldanha Derzi

Substituições ocorridas:

- (1) Em 14-4-82, é substituído pelo Senador Evelásio Vieira
- (2) Em 14-4-82, é substituído pelo Senador Leite Chaves em virtude da nova proporcionalidade partidária, e que é, por sua vez, substituído na Suplência pelo Senador Teotônio Vilela
- (3) Em 14-4-82, é substituído pelo Senador Lázaro Barboza
- (4) Em 15-4-82, é substituído pelo Senador Luiz Fernando Freire
- (5) Em 2-8-82, é substituído pela Senadora Dulce Braga, até 30-11-82

COMISSÃO DE SAÚDE

Composição inicial:

Titulares

Lomanto Júnior
Almir Pinto
José Guimard
Lourival Baptista

Suplentes

PDS

Benedito Canelas
João Calmon
Lenoir Vargas

PMDB

Henrique Santillo
Jaison Barreto
Saldanha Derzi

Adalberto Sena ⁽²⁾
Valdon Varjão ⁽¹⁾

Substituições ocorridas:

- (1) Em 14-3-82, reassume o titular, Senador Gastão Müller
- (2) Em 30-3-82, assume a Senadora Laélia de Alcântara

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

Composição inicial:

Titulares

Dinarte Mariz
Luiz Cavalcante
José Guiomard
Murilo Badaró

Suplentes

PDS

Raimundo Parente
Amaral Furlan ⁽²⁾
José Caixeta ⁽¹⁾

PMDB

Mauro Benevides
Agenor Maria
José Fragelli

Orestes Quércia
Valdon Varjão ⁽²⁾

Substituições ocorridas:

- (1) Em 12-3-82, reassume o titular, Senador Benedito Ferreira
- (2) Em 14-3-82, reassume o titular, Senador Gastão Müller
- (3) Em 2-8-82, é substituído pela Senadora Dulce Braga, até 30-11-82

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Composição inicial:

Titulares

Raimundo Parente
Aderbal Jurema
Lourival Baptista
Moacyr Dalla

Suplentes

PDS

Helvídio Nunes
Bernardino Viana
José Guiomard ⁽⁴⁾
Luiz Fernando Freire ⁽³⁾

PMDB

Agenor Maria
Humberto Lucena ⁽²⁾
Valdon Varjão ⁽¹⁾

Lázaro Barboza

Substituições ocorridas:

- (1) Em 14-3-82, reassume o titular, Senador Gastão Müller
- (2) Em 14-4-82, é substituído pela Senadora Laélia de Alcântara
- (3) Em 14-4-82, é substituído pelo Senador Franco Montoro em virtude da nova proporcionalidade partidária
- (4) Em 15-4-82, é substituído pelo Senador Luiz Fernando Freire

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Composição inicial:

Titulares

Vicente Vuolo
Benedito Ferreira
Aloysio Chaves
Milton Cabral

Suplentes

PDS

Lomanto Júnior
Luiz Cavalcante
Amaral Peixoto

PMDB

Lázaro Barboza
Alberto Silva
Evandro Carreira ⁽¹⁾

Orestes Quércia
Affonso Camargo

Substituição ocorrida:

- (1) Em 14-4-82, é substituído pelo Senador Gastão Müller

b) DIREÇÃO

Dirigiram os trabalhos das Comissões Permanentes, nesta 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 46ª Legislatura, os seguintes Senhores Senadores:

Comissões	Presidentes	Vice-Presidentes
Agricultura	Leite Chaves	Martins Filho
Assuntos Regionais	Alberto Silva	José Lins
Constituição e Justiça	Aloysio Chaves	Nelson Carneiro
		Helvídio Nunes
Distrito Federal	Lourival Baptista	Mauro Benevides
Economia	José Richa	Luiz Cavalcante
Educação e Cultura	Aderbal Jurema	Gastão Müller
Finanças	Franco Montoro	Gabriel Hermes
Legislação Social	Raimundo Parente	Humberto Lucena
Minas e Energia	Milton Cabral	Teotônio Vilela
Municípios	Lomanto Júnior	Agenor Maria
Redação	Laélia de Alcântara *	Murilo Badaró
Relações Exteriores	Luiz Viana	Paulo Brossard
		Amaral Peixoto
Saúde	Jaison Barreto	Almir Pinto
Segurança Nacional	Dinarte Mariz	José Fragelli
Serviço Público Civil	Agenor Maria	Raimundo Parente
Transportes, Comunicações e Obras Públicas	Vicente Vuolo	Benedito Ferreira

* Eleita em 15-4-82

c) DECISÃO DA PRESIDÊNCIA SOBRE PROPORCIONALIDADE PARTIDÁRIA APLICADA AOS PEQUENOS PARTIDOS

Na sessão de 16 de setembro de 1982 os Líderes e integrantes do Partido Trabalhista Brasileiro, do Partido dos Trabalhadores e do Partido Democrático Trabalhista encaminharam à Mesa requerimento em que solicitavam a indicação, em conjunto, dos representantes daquelas agremiações nas comissões permanentes em que, considerados em bloco, fosse atingido o quociente necessário para a sua participação.

A Presidência, na sessão de 28 de setembro, apreciando aquela solicitação, assim se manifestou:

“Senhores Senadores:

Em sessão anterior foi encaminhado ao exame da Presidência requerimento subscrito pelos integrantes do PTB, PDT e PT no Senado, no qual solicitavam lhes fosse possibilitada a indicação, em conjunto, de representantes dos citados partidos nas Comissões Permanentes nas quais fosse atingido o quociente mínimo necessário para a sua participação.

A luz de precedentes ocorridos à época em que a Casa contava com diversos pequenos partidos a Presidência, no uso das atribuições que lhe confere o art. 52, nº 35, do Regimento Interno, deferiu o requerimento e irá submeter essa decisão ao Plenário.

Os senhores Senadores que concordam com a decisão da Presidência permaneçam como se encontram.

(Aprovada.)

Em virtude da deliberação do Plenário e de acordo com os critérios da proporcionalidade partidária, as comissões do Distrito Federal e de Economia, compostas por 11 membros, passam a ser integradas por 6 representantes do PDS, 4 do PMDB e 1 do PT, PTB e PDT, considerados em conjunto, como titulares; as comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores, compostas por 15 membros, serão integ das por 8 representan-

tes do PDS, 6 do PMDB e 1 do PT, PTB e PDT, considerados em conjunto, como titulares; e as comissões de Finanças e de Municípios, compostas por 17 membros, passam a ser integradas por 9 representantes do PDS, 7 do PMDB e 1 do PT, PTB e PDT, considerados em conjunto, como titulares, e terão, como suplentes, 6 integrantes do PDS, 4 do PMDB e 1

do PT, PTB e PDT, também considerados em conjunto.

A Presidência solicita, portanto, aos senhores Líderes, que encaminhem à Secretaria Geral da Mesa a indicação, de acordo com os novos cálculos de proporcionalidade partidária, dos componentes das comissões enumeradas."

Obs.: Até o encerramento dos trabalhos do Senado, a 5 de dezembro de 1982, as lideranças partidárias não haviam encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa as novas indicações, permanecendo, portanto, até aquela data, a composição das Comissões Permanentes na forma existente quando da decisão acima transcrita.

D.3.2 — COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

a) CPI SOBRE O ACORDO NUCLEAR

Criada pela Resolução nº 69/78 para investigar denúncias formuladas pela revista "DER SPIEGEL", da Alemanha, sobre a execução do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha.

Composição

Milton Cabral — Relator
Gilvan Rocha
Lenoir Vargas
Franco Montoro
Itamar Franco — Presidente

João Lúcio
Passos Pôrto — Vice-Presidente
Jutahy Magalhães
Dirceu Cardoso

Em 2 de dezembro de 1981, os trabalhos da referida Comissão foram prorrogados por mais 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1º de março de 1982, de acordo com o Requerimento nº 417/81, de autoria do Senador Passos Pôrto, Presidente em exercício da Comissão.

Em 28 e 29 de abril a Comissão reuniu-se a fim de apreciar o Relatório final da Comissão.

Em 19 e 20 de maio a Comissão reuniu-se para apreciação do Relatório.

Em 17 de junho foi aprovado o Relatório da Comissão pela unanimidade de seus membros.

Em 16-8-82 é lido o Projeto de Resolução nº 127/82, que "aprova as conclusões e recomendações da CPI".

b) CPI SOBRE A DEVASTAÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA

Criada pela Resolução nº 3/79 para apurar a devastação da Floresta Amazônica e suas implicações.

Composição

Raimundo Parente — Vice-Presidente
Aloysio Chaves — Relator
Gastão Müller
Henrique Santillo
Franco Montoro

Moacyr Dalla
Bernardino Viana
Benedito Ferreira
Evandro Carreira — Presidente

Em 17 de março foram prorrogados os trabalhos da referida Comissão por mais 180 (cento e oitenta) dias, de acordo com o Requerimento nº 41/82.

Em 1º de outubro foram prorrogados os trabalhos da Comissão por mais 60 (sessenta) dias através da Resolução nº 65/82.

Ofício da Vice-Liderança da Maioria substitui, em 30 de novembro de 1982, o Senador Jorge Kalume pelo Senador Moacyr Dalla.

Em 1º de dezembro reuniu-se a Comissão para apreciação e votação do Relatório apresentado pelo Senador Aloysio Chaves.

Em 2 de dezembro do corrente ano é lido o Projeto de Resolução nº 164, de 1982, apresentando as conclusões e recomendações da CPI.

c) CPI SOBRE A VIOLÊNCIA URBANA

Criada pela Resolução nº 1/80, destinada a examinar a violência urbana, suas causas e conseqüências.

Composição

Titulares

Murilo Badaró — Relator
Aderbal Jurema
Bernardino Viana
Jutahy Magalhães
Eunice Michiles

Orestes Quércia — Presidente
Henrique Santillo
Nelson Carneiro
Evelásio Vieira — Vice-Presidente

Suplentes

Lenoir Vargas
Almir Pinto
Itamar Franco

Evandro Carreira
Mendes Canale
Luiz Fernando Freire

Em 22 de abril foram prorrogados os trabalhos da Comissão por mais 30 (trinta) dias, de acordo com a Resolução nº 1/82.

Em 18 de maio foi novamente prorrogado o prazo, por mais 30 (trinta) dias, conforme Requerimento nº 84/82.

Em 17 de junho foram prorrogados os trabalhos da Comissão por mais 30 (trinta) dias, de acordo com o Requerimento nº 133/82.

Em 16 de agosto foi novamente prorrogado o prazo por mais 60 (sessenta) dias, conforme Resolução nº 23/82.

Em 1º de outubro foi concedida outra prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, através da Resolução nº 66/82.

O prazo final da Comissão se encerra a 16-3-83.

d) CPI QUE APURA AS CAUSAS DA ROTATIVIDADE DA MÃO-DE-OBRA NO PAÍS

Criada pela Resolução nº 62/80 para apurar as causas da rotatividade de mão-de-obra no País, face ao sistema do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Composição

Titulares

Raimundo Parente — Relator
Dinarte Mariz
Jorge Kalume
Luiz Cavalcante
Jutahy Magalhães

Franco Montoro — Presidente
Agenor Maria
Henrique Santillo
Alberto Silva — Vice-Presidente

Suplentes

Lenoir Vargas
Passos Pôrto
Moacyr Dalla

Orestes Quércia
Nelson Carneiro
Gastão Müller

Em 20-5-82 prestou depoimento perante a Comissão o Sr. Arnaldo Gonçalves, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos e Cubatão.

Em 29-6-82 prestou depoimento perante a Comissão o Sr. Plínio Osvaldo Assmann, Presidente da COSIPA.

Em 16-9-82 foram prorrogados os trabalhos da Comissão por 60 (sessenta) dias, através da Resolução nº 24/82.

Em 18-10-82 foi concedida outra prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, de acordo com a Resolução nº 97/82.

O prazo final da Comissão se encerra a 11-4-83.

e) CPI QUE INVESTIGA O FUNCIONAMENTO DO MERCADO FINANCEIRO DO PAÍS

Criada pela Resolução nº 52/80, destinada a investigar o mercado financeiro do País.

Composição

Titulares

José Lins — Relator
Lomanto Júnior — Vice-Presidente
Bernardino Viana
Gabriel Hermes
Almir Pinto

Roberto Saturnino
Pedro Simon
José Richa
Tancredo Neves — Presidente

Suplentes

Jutahy Magalhães
Jorge Kalume
João Lúcio

Cunha Lima
Jaison Barreto
Affonso Camargo

Em 31-3-82 foram prorrogados os trabalhos da Comissão por mais 120 (cento e vinte) dias, conforme Requerimento nº 52/82.

Em 5-8-82 foram novamente prorrogados os trabalhos da Comissão, por mais 60 (sessenta) dias, conforme Resolução nº 22/82.

Em 20-9-82, foram prorrogados os trabalhos da Comissão, por mais 60 (sessenta) dias, de acordo com a Resolução nº 57/82.

Em 26-11-82, foi concedida outra prorrogação, por mais 120 (cento e vinte) dias, através da Resolução nº 98/82.

Prazo final da Comissão: 27-6-83.

D.3.3 — COMISSÃO ESPECIAL

Constituída para examinar, de acordo com a Lei nº 1.079, de abril de 1950, a DENÚNCIA S/N, de 1982, formulada pelo Sr. Amilar Rodrigues Dias, contra o Dr. Inocêncio Mártires Coelho, Procurador-Geral da República, alegando crime de desídia no cumprimento de suas atribuições.

Composição

Aloysio Chaves
Aderbal Jurema — Presidente
Bernardino Viana
Moacyr Dalla
Jorge Kalume
Eunice Michiles
Gabriel Hermes
Helvidio Nunes
Almir Pinto

José Lins
Lourival Baptista
Paulo Brossard
Mauro Benevides — Vice-Presidente
Cunha Lima
Franco Montoro
Nelson Carneiro — Relator
Alano Barcelos

Em 29-6-82, foi instalada a Comissão.

Em 4-8-82, prestou depoimento perante a Comissão o Sr. Amilar Rodrigues Dias na qualidade de denunciante.

Em 6-8-82, reuniu-se a Comissão a fim de apreciar o Relatório apresentado pelo Senador Nelson Carneiro, concluindo pelo arquivamento da Denúncia. Aprovado por unanimidade, é encaminhado ao Plenário, para leitura e apreciação.

Em 12-8-82 é o Parecer nº 573/82 submetido ao Plenário.

Aprovado o Parecer, a matéria é definitivamente arquivada.

D.4 — PARTICIPAÇÃO DOS SENHORES SENADORES NOS TRABALHOS DA CASA

A participação dos Senhores Senadores nos trabalhos da Casa, aqui registrada, baseia-se em dados puramente estatísticos.

Esses dados não traduzem a atuação integral de cada Senador, uma vez que não assinalam a participação do Parlamentar nos assuntos de natureza político-administrativa, muitas vezes ligados ao Estado de origem, a sua influência nas deliberações internas dos partidos políticos respectivos e a sua participação efetiva nas grandes decisões da vida nacional.

Também não revelam, os dados coletados, a influência real dos Senadores no desenvolvimento de todo o processo legislativo, porquanto neles não se incluem, mesmo em termos numéricos, os grandes debates travados nas Comissões Técnicas da Casa.

A atuação das Lideranças, dos responsáveis pela direção da Casa e das Comissões Técnicas, geralmente não apresenta, considerando apenas o aspecto estatístico, certa relevância. É mais um exercício de comando, de supervisão, que embora não apareça nas publicações oficiais, constitui, em verdade, o ponto alto da atividade parlamentar.

A participação dos Senhores Senadores nos trabalhos da Casa, considerados os aspectos acima abordados, pode, estatisticamente, ser assim representada:

D.4.1 — PRONUNCIAMENTOS

Senador	Discurso	Aparte	Discus- são	Enc. de Votação	Explic. Pessoal	Declar. de Voto	Questão de Ordem
Aderbal Jurema	34	39	—	3	1	—	—
Affonso Camargo	3	6	—	—	—	—	1
Agenor Maria	21	65	—	1	—	—	—
Alano Barcelos	3	2	—	1	—	—	—
Alberto Silva	12	23	—	—	—	—	—
Alexandre Costa	2	16	1	2	1	—	5
Almir Pinto	49	30	—	4	—	—	—
Aloysio Chaves	6	16	1	2	—	—	—
Amaral Furlan	1	—	—	—	—	—	—
Amaral Peixoto	—	—	—	—	—	—	—
Arnon de Mello	—	—	—	—	—	—	—
Benedito Canelas	—	2	—	—	—	—	—
Benedito Ferreira	4	24	—	—	2	—	—
Bernardino Viana	21	37	—	2	—	—	1
Cunha Lima	8	3	—	—	—	—	—
Dinarte Mariz	5	2	—	—	—	—	—
Dirceu Cardoso	41	74	15	86	1	3	19
Dulce Braga	25	4	—	—	—	—	1
Eunice Michiles	9	8	—	—	—	—	—

Senador	Discurso	Aparte	Discus- são	Enc. de Votação	Explic. Pessoal	Declar. de Voto	Questão de Ordem
Evandro Carreira	23	26	3	16	—	—	—
Evelásio Vieira	21	47	—	—	—	—	—
Ferreira Filho	—	—	—	—	—	—	—
Franco Montoro	30	15	—	—	—	—	—
Gabriel Hermes	16	33	—	3	—	—	—
Gastão Müller	20	20	—	—	—	—	—
Gilvan Rocha	4	22	—	—	1	—	—
Helvídio Nunes	20	14	—	1	—	—	—
Henrique Santillo	41	62	1	1	—	—	—
Hugo Ramos	9	8	1	5	—	—	1
Humberto Lucena	54	84	3	8	2	—	3
Itamar Franco	38	45	4	2	—	—	1
Jaison Barreto	—	2	—	—	—	—	—
Jarbas Passarinho	1	1	—	—	—	—	—
João Calmon	7	3	—	1	—	—	—
João Lúcio	—	1	—	—	—	—	—
Jorge Kalume	37	9	—	1	—	—	—
José Caixeta	—	—	—	—	—	—	—
José Fragelli	18	61	3	5	—	—	1
José Guiomard	—	—	—	—	—	—	—
José Lins	32	156	1	11	1	—	3
José Richa	8	5	—	—	—	—	—
José Sarney	—	1	—	—	—	—	—
Jutahy Magalhães	35	19	—	—	—	—	2
Laélia de Alcântara	36	6	—	1	—	—	—
Lázaro Barboza	19	19	2	2	—	—	1
Leite Chaves	18	31	2	1	—	—	1
Lenoir Vargas	—	4	—	—	—	—	—
Lomanto Júnior	18	28	—	—	—	—	—
Lourival Baptista	96	10	—	1	—	—	—
Luiz Cavalcante	20	69	1	3	1	1	—
Luiz Fernando Freire	5	—	—	—	—	—	—
Luiz Viana	6	7	—	1	—	—	—
Marcos Freire	10	5	—	1	—	—	—
Martins Filho	14	2	—	—	—	—	—
Mauro Benevides	25	31	—	3	—	—	—
Mendes Canale	2	6	—	—	—	—	—
Milton Cabral	5	16	1	1	—	—	2
Moacyr Dalla	5	22	—	—	—	—	1
Moacyr Duarte	6	16	—	1	—	—	—
Murilo Badaró	8	5	—	—	—	—	—
Nelson Carneiro	56	39	8	4	1	—	2
Nilo Coelho	3	4	—	2	—	—	—
Octávio Cardoso	—	3	—	—	—	—	—
Orestes Quércia	3	1	—	—	1	—	—
Passos Pôrto	9	21	—	1	—	—	—
Paulo Brossard	27	67	5	4	—	—	1
Pedro Simon	8	8	—	—	—	—	—
Raimundo Parente	6	—	—	—	—	—	—
Roberto Saturnino	19	16	2	1	—	—	—

Senador	Discurso	Aparte	Discus- são	Enc. de Votação	Explic. Pessoal	Declar. de Voto	Questão de Ordem
Saldanha Derzi	3	7	—	—	—	—	—
Tancredo Neves	1	3	—	—	—	—	—
Tarso Dutra	3	—	—	—	—	—	—
Teotônio Vilela	3	10	—	—	—	—	—
Valdon Varjão	1	—	—	—	—	—	—
Vicente Vuolo	2	—	—	—	—	—	—

Obs.: Dos pronunciamentos relacionados, foram encaminhados à revisão do orador e não devolvidos, até o final da presente sessão legislativa, para publicação no **Diário do Congresso Nacional**, 9 discursos, sendo:

Senadores

Dirceu Cardoso	3
Evelásio Vieira	1
Humberto Lucena	1
José Lins	3
Marcos Freire	1

D.4.2 — PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

Senador	Projeto de Lei	Projeto de Resolução	Parecer	Requeri- mento	Indicação	Emenda
Aderbal Jurema	1	—	95	19	—	5
Affonso Camargo	—	—	4	—	—	—
Agenor Maria	—	—	7	—	—	—
Álano Barcelos	—	—	—	—	—	—
Alberto Silva	—	—	9	—	—	—
Alexandre Costa	—	—	—	13	—	—
Almir Pinto	—	—	45	8	—	—
Aloysio Chaves	1	—	20	5	—	—
Amaral Furlan	—	—	11	1	—	—
Amaral Peixoto	—	—	3	—	—	—
Arnon de Mello	—	—	—	3	—	—
Benedito Canelas	—	—	40	1	—	—
Benedito Ferreira	—	—	23	1	—	—
Bernardino Viana	1	1	165	2	—	1
Cunha Lima	2	—	1	1	—	—
Dinarte Mariz	—	—	—	4	—	—
Dirceu Cardoso	—	—	1	29	—	6
Dulce Braga	8	1	13	2	—	—
Eunice Michiles	2	—	8	—	—	—
Evandro Carreira	3	—	—	1	—	1
Evelásio Vieira	—	—	—	1	—	—
Ferreira Filho	—	—	—	—	—	—
Franco Montoro	17	—	9	1	—	—
Gabriel Hermes	—	—	31	2	—	1
Gastão Müller	11	—	10	1	—	—
Gilvan Rocha	—	—	—	—	—	—

Senador	Projeto de Lei	Projeto de Resolução	Parecer	Requerimento	Indicação	Emenda
Helvídio Nunes	—	—	2	3	—	—
Henrique Santillo	1	—	11	5	—	—
Hugo Ramos	6	—	6	2	—	1
Humberto Lucena	2	—	4	18	—	4
Itamar Franco	25	—	1	5	—	—
Jaison Barreto	1	—	1	—	—	—
Jarbas Passarinho	—	—	—	—	—	—
João Calmon	—	—	33	1	—	—
João Lúcio	—	—	—	—	—	—
Jorge Kalume	4	—	1	1	—	1
José Caixeta	—	—	7	—	—	—
José Fragelli	—	—	35	7	—	—
José Guiomard	—	—	—	—	—	—
José Lins	1	1	26	46	—	4
José Richa	1	—	3	—	—	—
José Sarney	—	—	—	2	—	—
Jutahy Magalhães	1	1	1	2	—	2
Laélia de Alcântara	7	—	6	3	—	—
Lázaro Barboza	4	—	5	1	—	1
Leite Chaves	1	—	5	1	—	—
Lenoir Vargas	1	—	43	—	—	1
Lomanto Júnior	1	—	18	1	—	—
Lourival Baptista	—	—	20	3	—	—
Luiz Cavalcante	—	—	18	—	—	—
Luiz Fernando Freire	—	—	1	1	—	—
Luiz Viana	—	—	—	2	—	—
Marcos Freire	—	—	1	—	—	—
Martins Filho	2	—	27	—	—	—
Mauro Benevides	1	—	17	2	—	—
Mendes Canale	—	—	4	—	—	—
Milton Cabral	1	—	4	2	—	—
Moacyr Dalla	—	—	67	8	—	—
Moacyr Duarte	2	—	2	—	—	—
Murilo Badaró	1	—	13	4	—	—
Nelson Carneiro	68	—	8	9	—	1
Nilo Coelho	—	—	—	11	—	—
Octávio Cardoso	—	—	—	—	—	—
Orestes Quércia	39	—	5	1	—	—
Passos Pôrto	1	1	—	3	—	—
Paulo Brossard	2	—	5	2	—	1
Pedro Simon	4	—	2	—	—	—
Raimundo Parente	2	—	73	3	—	—
Roberto Saturnino	—	—	1	1	—	—
Saldanha Derzi	—	—	51	1	—	—
Tancredo Neves	—	—	20	1	—	—
Tarso Dutra	—	—	14	3	—	—
Teotônio Vilela	—	—	—	—	—	—
Valdon Varjão	—	—	—	—	—	—
Vicente Vuolo	—	—	—	—	—	—

D.5 — MATÉRIA LEGISLATIVA

D.5.1 — PROJETOS DE LEI DO SENADO

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Nº	Autor	Ementa	Resultado
54/62	Afrânio Lages	Dá nova redação aos arts. 358 e 1.605 do Código Civil.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
78/68 (Vide PLS 12/69)	Josaphat Marinho	Proíbe a dispensa do empregado que haja reclamado, ou dado motivo à reclamação, administrativa ou judicial.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
12/69 (Tramitava em conjunto com o PLS 78/68)	Vasconcelos Torres	Modifica o art. 142 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
28/70	Ruy Carneiro	Cria o Serviço Nacional Obrigatório.	Sobrestado
57/71 (Vide PLS 59/71)	Benedito Ferreira	Regula a propaganda comercial de produtos industrializados do fumo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
59/71 (Tramitava em conjunto com os PLS 57 e 78/71; 24/75; 4/76 e PLC 49/80)	José Lindoso	Disciplina a venda de cigarros a menores, limita a publicidade sobre o fumo, torna obrigatório, nos invólucros dos produtos de fumo, o dístico: Cuidado! Prejudicial à saúde , e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
78/71 (Vide PLS 59/71)	Osires Teixeira	Dispõe sobre a propaganda de fumo e de bebidas alcoólicas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
84/74 (Vide PLS 221/75 e 30/78)	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
12/75 (Tramitava em conjunto com os PLS 3, 39 e 52/79)	Franco Montoro	Modifica a estrutura e o funcionamento do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, criado pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964 e modificado pela Lei nº 5.763, de 15 de dezembro de 1971.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
24/75 (Vide PLS 59/71)	Vasconcelos Torres	Determina que os maços de cigarros tragam, impressos na parte externa, sua fórmula de composição.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
46/75	Adalberto Sena	Proibe o uso dos passeios públicos do Distrito Federal, e dá outras providências.	Sobrestado
154/75 Complementar	Luiz Cavalcante	Altera as Leis Complementares n.ºs 7, de 7 de setembro de 1970 e 8, de 3 de dezembro de 1970 com as alterações estabelecidas pelas Leis Complementares n.ºs 17, de 12 de dezembro de 1973 e 19, de 25 de junho de 1974; cria o Banco Nacional do Trabalhador (BNT), e dá outras providências.	Em tramitação
212/75	Orestes Quércia	Regulamenta a profissão de desenhista gráfico, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
220/75	Paulo Guerra	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, que instituiu o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
221/75	Orestes Quércia	Estabelece a remuneração mínima obrigatória para os motoristas profissionais, fixa-lhes a jornada de trabalho, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
4/76 (Vide PLS 59/71)	Orestes Quércia	Torna obrigatória a inscrição do dístico que especifica nas embalagens de cigarros e demais derivados do fumo, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
87/76	Nelson Carneiro	Dispõe sobre estabelecimentos que lidam com sangue humano e seus derivados, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
155/76	Marcos Freire	Determina a revisão trimestral do salário mínimo, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
181/76 (Tramitava em conjunto com o PLS 168/80)	Marcos Freire	Dispõe sobre a uniformização do salário mínimo em todo o país.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
276/76	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.	Sobrestado
56/77 (Vide PLS 62/77)	Otto Lehmann	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
62/77 (Tramitava em conjunto com o PLS 56/77)	Mauro Benevides	Dispõe sobre a contagem, em favor dos segurados do INPS, do tempo de serviço público estadual e municipal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
94/77	Ruy Carneiro	Altera a redação dos arts. 791, 839 e 840 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
120/77	Otto Lehmann	Estabelece normas reguladoras do trabalho avulso no meio rural, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
147/77	Jarbas Passarinho	Dispõe sobre a realização de seguros de órgãos do Poder Público e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
153/77	Milton Cabral	Proíbe a captação antecipada de poupança popular, mediante promessa de contraprestação em bens, direitos ou serviços de qualquer natureza.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
176/77	Nelson Carneiro	Modifica a redação do art. 5º da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
183/77	Nelson Carneiro Complementar	Acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975.	Em tramitação
243/77	Italívio Coelho	Dispõe sobre a hora legal para todo o Território da República Federativa do Brasil.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
269/77	Osires Teixeira Complementar	Acrescenta parágrafo ao art. 5º do Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968.	Em tramitação
278/77	Dirceu Cardoso	Dispõe sobre a revisão do salário mínimo semestralmente, com base nos índices do custo de vida em cada região.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
280/77	José Sarney (Tramitava em conjunto com o PLS 233/79)	Institui o voto distrital, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
293/77	Franco Montoro Complementar	Amplia o conceito de trabalhador rural para efeitos previdenciários.	Em tramitação
305/77	Itamar Franco Complementar	Dá nova redação aos §§ 2º, 3º, 4º e 5º, do art. 91 e acrescenta parágrafos (antigos e novos) à Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 — Código Tributário Nacional.	Em tramitação
24/78	Orestes Quércia	Dá nova redação ao art. 227 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
30/78	Vasconcelos Torres (Vide PLS 221/75)	Fixa em 6 (seis) horas a jornada de trabalho dos motoristas de ônibus, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
57/78	Orestes Quércia	Modifica a redação de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
70/78	Franco Montoro	Consolida a legislação vigente, instituindo a nova Lei Orgânica da Previdência Social Urbana.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
83/78	Mauro Benevides	Estabelece a obrigatoriedade de revisão semestral dos níveis de salário mínimo, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
87/78	Orestes Quércia	Dispõe sobre a preservação da fauna fluvial, pelas empresas concessionárias de energia elétrica, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
105/78	Orestes Quércia	Acrescenta § 4º do art. 18 da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
107/78	Itamar Franco	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho e estabelece critério para agregar, ao salário mínimo, o aumento da produtividade da economia nacional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
128/78	Vasconcelos Torres Complementar (Tramitava em conjunto com os PLS 153, 159, 252 e 330/78; 50 e 152/79)	Determina que o pagamento do PIS-PASEP seja efetuado através de cheques bancários.	Em tramitação
140/78	Orestes Quércia (Vide PLS 149/80)	Introduz alteração na Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para o fim de assegurar direito de indenização ao empregado doméstico despedido sem justa causa.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
153/78	Franco Montoro Complementar (Vide PLS 128/78)	Permite aos assalariados a utilização do PIS-PASEP para o custeio do curso superior feito pelo próprio interessado ou por seus dependentes.	Em tramitação
159/78	Nelson Carneiro Complementar (Vide PLS 128/78)	Dispõe sobre a obtenção de empréstimo simples pelos servidores públicos, dos recursos gerados pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).	Em tramitação
194/78	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
197/78	Orestes Quércia (Tramitava em conjunto com o PLS 150/80)	Acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 523 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
198/78	Orestes Quércia	Altera dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
200/78	Orestes Quércia	Altera a redação do art. 8º da Lei número 5.107, de 13 de setembro de 1966.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
228/78	Franco Montoro	Dispõe sobre o salário mínimo profissional dos Advogados em regime de relação de emprego.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
234/78	Orestes Quércia	Acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
252/78	Nelson Carneiro Complementar (Vide PLS 128/78)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que dispõe sobre o PIS-PASEP, para o fim de autorizar a concessão de empréstimos simples aos participantes do fundo.	Em tramitação
285/78	Franco Montoro	Altera a destinação da Taxa Judiciária, em favor da construção do edifício-sede da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Distrito Federal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
296/78	Orestes Quércia	Altera a redação da alínea a do art. 7º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
297/78	Orestes Quércia	Altera a redação do caput do art. 9º da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, que dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
299/78	Orestes Quércia (Tramitava em conjunto com o PLS 21/79)	Altera a redação do art. 37 da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
303/78	Orestes Quércia	Dá nova redação ao art. 472 e seu parágrafo primeiro do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
320/78	Orestes Quércia	Dispõe sobre a remuneração mínima dos vigilantes que militam em instituições bancárias e congêneres, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
325/78	Orestes Quércia	Dá nova redação ao art. 491 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
330/78	Franco Montoro Complementar (Vide PLS 128/78)	Estabelece a participação de representantes dos trabalhadores e dos funcionários na administração do PIS-PASEP. Dispõe sobre a descentralização do PIS-PASEP e sua administração nos municípios. Determina que os recursos do PIS-PASEP serão aplicados preferencialmente no financiamento da produção de alimentos, vestuário, habitação e outros bens de uso ou consumo popular.	Em tramitação
331/78	Orestes Quércia	Acrescenta item ao art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
338/78	Murilo Paraíso	Institui a correção monetária nos débitos de obras contratadas pelos órgãos da administração direta e indireta, da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, não pagas 30 (trinta) dias após o respectivo faturamento.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
339/78	Murilo Paraíso	Dispõe sobre a extinção da enfiteuse de bens públicos e particulares, e dá outras providências.	Em tramitação
340/78	Accioly Filho	Dispõe sobre aplicação de regras processuais e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
346/78	Accioly Filho	Dispõe sobre alterações no Código de Processo Civil.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
348/78	Accioly Filho	Dispõe sobre as Ações Renovatórias de locação.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
350/78	Accioly Filho	Dispõe sobre o mandado de segurança.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
351/78	Accioly Filho	Dispõe sobre recursos nos processos de falência.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
352/78	Accioly Filho	Dispõe sobre a ação de alimentos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
3/79 (Vide PLS 12/75)	Nelson Carneiro	Regulamenta o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
7/79	Nelson Carneiro	Restabelece, pelo prazo que especifica, o exercício da faculdade prevista no Decreto-lei nº 194, de 24 de fevereiro de 1967.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
13/79	Mauro Benevides	Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciário, na forma que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
14/79	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, os Decretos-leis n.ºs 672 e 1.273, respectivamente, de 3 de julho de 1969 e 29 de maio de 1973, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
15/79	Orestes Quércia	Dispõe sobre a concessão do salário-família aos trabalhadores temporários, de que trata a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
18/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a aquisição de imóveis funcionais por seus ocupantes e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
21/79 (Tramitava em conjunto com o PLS 299/78)	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo único ao art. 37 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
26/79	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafos ao art. 517 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Sobrestado
27/79	Orestes Quércia	Dispõe sobre a jornada de trabalho do motorista condutor de veículos utilizados no transporte municipal, intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros, fixa-lhe o salário profissional, e determina outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
28/79	Franco Montoro	Promove reajustamento de benefícios previdenciários, restaura proporcionalidade entre tetos para contribuição, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
29/79	Franco Montoro	Assegura ao empregado que, após completar o tempo para aposentadoria, continuar em atividade, o pagamento de pecúlio correspondente à soma das contribuições pagas após o cumprimento do prazo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
30/79	Orestes Quércia	Dispõe sobre a prioridade a ser concedida, pela Caixa Econômica Federal, no financiamento de unidade habitacional aos que hajam tido sua moradia desapropriada, e determina outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
32/79	Franco Montoro	Assegura ao empregado despedido indenização integral pelo tempo de serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
39/79 (Vide PLS 12/75)	Humberto Lucena	Altera a Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, que cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (C.D.D.P.H.).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
42/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas comprovarem regularidade com o FGTS, para os fins que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
43/79	Franco Montoro	Assegura aos assalariados a contagem do tempo de serviço prestado no meio rural.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
44/79	Orestes Quércia	Assegura ao trabalhador o período regular de férias, ainda quando afastado em razão de acidente de trabalho, alterando o art. 133 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
45/79	Nelson Carneiro	Acrescenta e modifica a redação de dispositivos da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
50/79 Complementar (Vide PLS 128/78)	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).	Em tramitação
51/79	Pedro Simon	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, no título referente à organização sindical, para o fim de compatibilizar os seus dispositivos com os preceitos constitucionais de liberdade de associação profissional e de convicção religiosa, política ou filosófica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
52/79 (Vide PLS 12/75)	Henrique Santillo	Altera a Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
53/79	Nelson Carneiro	Acrescenta e altera dispositivo na Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que instituiu amparo previdenciário para os maiores de setenta anos e para os inválidos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
54/79 (Tramitava em conjunto com os PLS 59 e 63/79)	Orestes Quércia	Altera dispositivo da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que "define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento, e dá outras providências".	Arquivado (art. 367 do R.I.)
55/79	Franco Montoro	Concede anistia a empregados regidos pela CLT e dispensados com fundamento no Ato Institucional de 1964.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
56/79	Henrique Santillo Complementar	Cria a Região Metropolitana de Goiânia — GO, na forma do art. 164 da Constituição Federal.	Em tramitação
57/79	Henrique Santillo	Dispõe sobre a obrigatoriedade de as sociedades de economia mista e empresas públicas manterem o controle das respectivas subsidiárias, nas condições que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
59/79	Orestes Quércia (Vide PLS 54/79)	Modifica dispositivo da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que "define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece a sistemática para o seu julgamento, e dá outras providências".	Arquivado (art. 367 do R.I.)
63/79	Orestes Quércia (Vide PLS 54/79)	Introduz alteração na Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que "define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
68/79	Franco Montoro	Eleva, para 100% (cem por cento) do FGTS depositado, a importância que a empresa deverá pagar ao empregado, no caso de despedida sem justa causa.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
70/79	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
74/79	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de substituir a forma mensal de pagamento de salário pela forma quinzenal.	Sobrestado
75/79	Franco Montoro	Dispõe sobre a transmissão, por emissoras de rádio e televisão vinculadas à União, de programas de debates sobre problemas brasileiros.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
80/79	Franco Montoro	Estabelece que as emissoras de televisão e rádio promoverão programas de debates sobre problemas nacionais, estaduais ou municipais, destinados à educação política da população.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
81/79	Nelson Carneiro	Concede prazo para purgação da mora nos aforamentos de terrenos pertencentes à União.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
85/79	Agenor Maria	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, que instituiu a Loteria Esportiva.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
93/79	Franco Montoro	Reabre o prazo para que segurados do INPS promovam a retificação de seu enquadramento.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
94/79	Franco Montoro	Estabelece que a sentença normativa da Justiça do Trabalho fixará, também, um piso salarial ou limite mínimo de remuneração para a categoria profissional, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
99/79	Humberto Lucena	Estabelece a obrigatoriedade de correção monetária dos preços mínimos dos produtos agropecuários e das atividades extrativas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
100/79	Franco Montoro	Concede aposentadoria especial aos artistas e aos técnicos em espetáculos de diversões.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
105/79	Amaral Furlan	Define conseqüências do concubinato.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
109/79	Orestes Quércia	Altera a redação do caput do art. 4º da Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976, que dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
110/79	Orestes Quércia	Fixa o valor da pensão especial concedida pela Lei nº 4.656, de 2 de junho de 1965, e estendida pelo Decreto-lei nº 940, de 13 de outubro de 1969, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
113/79	Franco Montoro	Assegura direitos dos empregados no caso de falência ou concordata da empresa.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
117/79	Jorge Kalume	Dispõe sobre a aplicação como incentivo fiscal, na área da SUDAM, da totalidade do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas domiciliadas na Amazônia Legal e dá outras providências.	Em tramitação
121/79	Franco Montoro	Dispõe sobre a concessão do abono de permanência em serviço às mulheres seguradas do INPS a partir de 25 anos de atividade, dando nova redação ao § 4º do art. 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
128/79	Marcos Freire	Altera a redação do Decreto-lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967, anexa à CLT, tornando obrigatória a notificação das doenças profissionais e das produzidas por condições especiais de trabalho também ao Sindicato respectivo, ao qual pertença o trabalhador atingido.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
131/79	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafo ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
135/79	Agenor Maria	Estabelece critério para a majoração das tarifas dos serviços públicos que especifica e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
137/79	Adalberto Sena	Altera o art. 3º da Lei nº 6.045, de 15 de maio de 1974, acrescentando-lhe item que indica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
141/79	Orestes Quércia Complementar	Introduz alteração na Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, que "estabelece critério e limites para a fixação da remuneração dos Vereadores".	Em tramitação
143/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o salário profissional dos Técnicos de Enfermagem.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
144/79	Franco Montoro	Eleva o valor de benefícios mínimos a cargo do INPS, dando nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
145/79	Itamar Franco	Dispõe sobre a localização, no território nacional, de usina que opere com reator nuclear e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
148/79	Nelson Carneiro	Acrescenta § 2º ao art. 5º da Lei número 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
149/79	Pedro Simon	Altera os arts. 76 e 81 do Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
150/79	Franco Montoro	Permite aos empregados a utilização da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para a construção da casa própria.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
152/79	Franco Montoro Complementar (Vide PLS 128/78)	Permite aos assalariados a utilização do PIS-PASEP para o custeio de curso superior feito pelo próprio interessado ou por seus dependentes.	Em tramitação
155/79	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
156/79	Humberto Lucena	Institui o seguro-desemprego e determina outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
157/79	Franco Montoro	Dispõe sobre amparo ao trabalhador desempregado, garantindo-lhe o direito de auxílio-doença e à aposentadoria por invalidez.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
165/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o direito à visita mensal do agrônomo e do veterinário do Ministério da Agricultura, pelas propriedades agrícolas cadastradas no órgão.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
169/79	Franco Montoro	Determina a revisão semestral do salário mínimo, sempre que se verificar, no período, elevação de custo de vida superior a 10%, alterando o art. 116 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
170/79	Pedro Simon	Altera as Leis nº 4.131, de 3 de setembro de 1962 e nº 4.390, de 29 de agosto de 1964 e a Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, que disciplinam a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
172/79	Jaison Barreto	Institui o Seguro-Saúde Estatal Universal e Compulsório e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
178/79	Bernardino Viana	Acrescenta parágrafos ao art. 5º do Decreto-lei nº 366, de 19 de dezembro de 1968, e dá outras providências.	Rejeitado (art. 367 do R.I.)
180/79	Passos Pôrto	Institui diretrizes básicas para o desenvolvimento econômico, social, especial e administrativo de Brasília.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
182/79	Agenor Maria	Altera a redação dos §§ 5º e 6º do art. 127 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
183/79	Nelson Carneiro	Altera a redação de dispositivos dos Decretos-leis nºs 7.661, de 21 de junho de 1945, e 75, de 21 de novembro de 1966, para o efeito de compatibilizar a legislação que cuida da incidência de juros e correção monetária com a que regula os débitos de natureza trabalhista.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
186/79	Nelson Carneiro	Institui o salário mínimo profissional do Técnico de Contabilidade de 2º grau e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
188/79	Orestes Quércia	Acrescentando dispositivo à Lei número 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
189/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a transferência da matrícula de universitários servidores públicos estaduais, na forma que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
191/79	Lázaro Barboza	Dispõe sobre o parcelamento dos prêmios anuais de seguros de ramos elementares.	Em tramitação
193/79	Franco Montoro	Atribui à Federal de Seguros S.A., integrante do sistema financeiro da Previdência Social, a realização, com exclusividade, do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
195/79	Franco Montoro	Veda o exercício de cargos de direção e assessoramento em empresas transnacionais a ex-ocupantes de cargos executivos na administração pública.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
196/79 (Complementar)	Franco Montoro	Dispõe sobre o pagamento de pensão aos dependentes do trabalhador rural falecido antes de 31 de dezembro de 1971.	Em tramitação
198/79	Nelson Carneiro	Disciplina o exercício da profissão de detetive particular.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
200/79	Franco Montoro	Dispõe sobre medidas de combate à poluição de águas fluviais, determinando que as indústrias somente poderão efetuar despejos a montante da respectiva captação.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
202/79	Franco Montoro	Revoga o art. 19 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), para proibir a derrubada de florestas heterogêneas, ainda que para transformá-las em homogêneas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
204/79	Agenor Maria	Acrescenta § 2º ao art. 30 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
211/79	Orestes Quércia	Altera dispositivo do Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1968, para o fim de estabelecer novo critério de início dos efeitos pecuniários decorrentes de trabalho insalubre ou perigoso.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
213/79	Franco Montoro	Dá nova redação ao § 3º do art. 670 da Consolidação das Leis do Trabalho, relativamente à indicação de advogados para juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
215/79	Nelson Carneiro	Estabelece critério para a concessão do adicional de insalubridade aos trabalhadores e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
216/79	Franco Montoro	Institui o auxílio-complementar devido aos segurados que, submetidos a processo de reabilitação profissional, só possam exercer atividade diversa da exercida anteriormente.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
220/79	Orestes Quércia	Faculta aos sindicalizados serem eleitos para cargos administrativos ou de representação econômica ou profissional, revogando incisos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
221/79	Franco Montoro	Elimina desigualdade de tratamento ao trabalhador rural, que ingressa no regime do INPS, acrescentando parágrafo ao art. 2º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
223/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação Nacional e estabelece critério para a distribuição de recursos da União aos Estados e Territórios.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
224/79	Mauro Benevides Tramitava em conjunto PLS 218/80	Altera a redação do art. 5º da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, que instituiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
225/79	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre transferência de empregado estudante.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
227/79	Orestes Quércia	Dispõe a respeito do adicional de 50% pago por horas extras que excederem de 8 por semana ou 24 por mês, aditando parágrafos ao art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho — Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
228/79	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o FGTS.	Em tramitação
229/79	Franco Montoro (Complementar)	Institui o auxílio-doença em favor do trabalhador rural e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
233/79	Tarso Dutra (Vide PLS 280/77)	Institui o sistema eleitoral misto, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
238/79	Franco Montoro	Determina o reajuste automático dos salários sempre que a inflação atingir 10%.	Sobrestado
241/79	Amaral Furlan	Dispõe sobre garantias básicas aos produtores de café.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
243/79	Orestes Quércia Tramitava em conjunto com PLC 20/80 e PLS 46/80	Autoriza o saque dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para pagamento de anuidades escolares e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
253/79	Franco Montoro	Regula a transferência de empregado regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
256/79	Orestes Quércia	Modifica e revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
262/79	Humberto Lucena	Estabelece condições para a transferência do controle do capital de empresas nacionais para pessoas jurídicas estrangeiras.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
263/79	Orestes Quércia	Altera dispositivos da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, de modo a estender ao empregado doméstico a legislação acidentária do trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
264/79	Franco Montoro	Dispõe sobre a reintegração dos dirigentes e representantes sindicais beneficiados pela anistia.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
271/79	Lázaro Barboza	Dá nova redação ao caput do art. 3º da Lei nº 5.829, de 30 de novembro de 1972, que cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
277/79	Nelson Carneiro	Determina prazo máximo para a instalação de telefones adquiridos através de financiamento e dá outras providências.	Em tramitação
279/79	Nelson Carneiro	Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de sexo e de estado civil.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
280/79	Franco Montoro Tramitava em conjunto com o PLS 342/79	Dispõe sobre o exercício da profissão de Ortopedista e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
284/79	Franco Montoro	Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, determinando que, em caso de morte, a conta vinculada em nome do empregado passará para sua família na forma da lei civil.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
285/79	Nelson Carneiro	Modifica a redação de dispositivos da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
286/79	Franco Montoro	Assegura aposentadoria com salário integral à mulher segurada do INPS.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
288/79	Itamar Franco	Fixa critérios para a participação acionária de entidades da administração pública no capital social de empresas de direito privado e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
289/79	Humberto Lucena	Dispõe sobre o instituto de retrocessão e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
291/79	Nelson Carneiro	Institui salário adicional para os trabalhadores que exercem atividade em contato permanente com energia elétrica, em condições de periculosidade.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
292/79	Franco Montoro (Tramitava em conjunto com o PLS 105/80)	Assegura o pagamento do salário-família a todos os aposentados pelo sistema geral da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
298/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a profissão de carpinteiro naval da Marinha Mercante.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
301/79	Amaral Furlan	Dispõe sobre o prazo de mandato do dirigente sindical.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
302/79	Humberto Lucena	Revoga o art. 2º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
304/79	Henrique Santillo	Dispõe sobre a comercialização dos produtos derivados de petróleo no território nacional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
307/79	Franco Montoro	Estabelece que quando o empregador deixar de depositar o FGTS, o empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
309/79	Gabriel Hermes	Dispõe sobre o exercício da auditoria contábil, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
311/79	Franco Montoro	Elimina o Código Eleitoral injustificada discriminação contra o hanseniano.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
315/79	Franco Montoro	Dá nova redação ao art. 144 da Lei Orgânica da Previdência Social, estabelecendo a prescrição quinquenal da dívida ativa do INPS.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
317/79	Franco Montoro	Permite ao segurado do INPS a designação de mais de uma pessoa que viva comprovadamente sob sua dependência econômica, dando nova redação ao item II do art. 11 da Lei Orgânica da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
318/79	Franco Montoro (Tramitava em conjunto com os PLS 30 e 130/80)	Considera dependentes do segurado para obtenção de assistência médica, os filhos estudantes, sem economia própria, até 24 anos de idade, acrescentando parágrafo ao art. 11 da Lei Orgânica da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
324/79	Orestes Quércia	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de assegurar certos direitos trabalhistas ao empregado cujo contrato é rescindido com culpa recíproca.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
325/79	Franco Montoro	Dispõe sobre representação contra lei ou ato normativo inconstitucional dirigida ao Procurador-Geral da República, alterando o art. 2º da Lei nº 4.337, de 1º de junho de 1964.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
328/79	Franco Montoro	Estende aos servidores públicos sujeitos ao regime trabalhista as condições estabelecidas em sentenças normativas ou contratos coletivos de trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
331/79	Nelson Carneiro (Tramitava em conjunto com o PLC 82/79)	Inclui o marido como dependente da segurada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
332/79	Humberto Lucena	Dispõe sobre a participação dos empregados nos lucros das empresas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
336/79	Passos Pôrto	Altera o § 4º do art. 27 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
337/79	Franco Montoro	Assegura aos sindicatos o direito de instituir delegacias ou nomear delegados de empresas, em suas bases territoriais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
338/79	Franco Montoro	Coibe abuso do poder econômico, proibindo que as empresas fabricantes ou montadoras organizem grupos de consórcios para a venda dos produtos de sua fabricação.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
339/79	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao art. 6º da Lei número 5.107, de 13 de setembro de 1966 — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
340/79	Nelson Carneiro	Fixa o salário-profissional do Vigilante Bancário, e o tempo das jornadas de trabalho, diurna e noturna, e determina outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
342/79	Lomanto Júnior (Vide PLS 280/79)	Regulamenta a profissão de Ortopista, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
343/79	Franco Montoro	Dispõe sobre retificação de correção salarial quando ocorrerem erros no cálculo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
346/79	Nelson Carneiro	Modifica a redação do art. 505 do vigente Código Civil (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
347/79	Leite Chaves	Extingue o confisco sobre o café.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
349/79	Nelson Carneiro (Tramitava em conjunto com o PLS 331/79 e PLC 82/79)	Dá direito ao marido de segurada à assistência médica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
350/79	Orestes Quércia (Tramitava em conjunto com o PLC 15/76)	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
352/79	Orestes Quércia	Altera o art. 92 do Código Eleitoral, que dispõe sobre o número de candidatos nas eleições proporcionais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
353/79	Franco Montoro	Assegura a continuidade do pagamento de benefício, pelo INPS, até que haja revisão do mesmo pela Junta de Recursos da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
355/79	Franco Montoro	Concede auxílio-funeral aos inválidos e aos maiores de 70 anos abrangidos pela Lei nº 6.187, de 11 de dezembro de 1974.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
356/79	Orestes Quércia	Considera tempo efetivo o afastamento do trabalho, por sete dias, no casamento e em caso de morte dos parentes que menciona, alterando o art. 473 da CLT.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
357/79	Orestes Quércia	Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os coveiros e empregados em cemitério.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
359/79	Franco Montoro	Determina a fixação obrigatória de critérios objetivos para a realização de despesas com publicidade e divulgação efetuadas pela Empresa Brasileira de Notícias.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
361/79	Nelson Carneiro	Institui pensão mensal para os menores com deficiência física ou mental, a ser paga pelo INPS.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
362/79	Humberto Lucena	Altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
365/79	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao Título II do Livro I do Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941), e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
366/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o término dos contratos de trabalho por tempo indeterminado, e dá outras providências.	Rejeitado (art. 278 do R.I.)
367/79	Nelson Carneiro	Modifica a redação do art. 10 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
368/79	Nelson Carneiro (Tramitava em conjunto com os PLS 155 e 186/80)	Eleva o valor do salário-família do trabalhador, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
372/79	Franco Montoro	Concede abono anual aos idosos e inválidos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
373/79	Franco Montoro	Estabelece que o juiz, antes do recebimento da queixa ou denúncia, assegurará ao acusado sua defesa preliminar.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
374/79	Dirceu Cardoso	Dispõe sobre consulta prévia às populações de municípios compreendidos em áreas de localização ou construção de instalações nucleares.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
2/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a escolha e a nomeação dos dirigentes das fundações de Ensino Superior.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
6/80	Agenor Maria	Regulamenta, junto ao Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, a nova situação jurídica de seus atuais contribuintes facultativos, advinda das Leis n.ºs 6.497/77 e 6.677.79, combinadas com o art. 41, alínea a, do Regimento Básico do IPC.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
7/80	Franco Montoro	Determina que também o salário mínimo será corrigido semestralmente.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
8/80	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao item I do art. 69 da Lei Orgânica da Previdência Social e ao § 4º do art. 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
9/80	Paulo Brossard	Revoga a Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968, regulamentada pelo Decreto nº 63.788, de 12 de dezembro de 1968.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
11/80	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de assegurar estabilidade provisória ao empregado que reclama, durante o prazo de tramitação da reclamatória.	Em tramitação
13/80	Itamar Franco	Estabelece abatimento nos preços de derivados de petróleo, quando destinados ao consumo próprio de motoristas profissionais autônomos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
15/80	Nelson Carneiro	Revoga o art. 2º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
16/80	Murilo Badaró	Permite às empresas contarem em dobro as despesas tributáveis efetuadas com o emprego de estudantes universitários.	Em tramitação
17/80	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
18/80	Itamar Franco	Dispõe sobre a aposentadoria especial do Músico.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
19/80	Nelson Carneiro	Determina que as instituições de ensino superior vinculadas à União mantenham cursos noturnos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
20/80	Orestes Quércia	Revoga a legislação que declarou municípios brasileiros como áreas de interesse da segurança nacional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
21/80	Lázaro Barboza (Tramitava em conjunto com o PLC 25/80)	Dispõe sobre os depósitos feitos por brasileiros em estabelecimentos bancários no exterior, em contas numeradas ou secretas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
22/80	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
23/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a instituição do seguro obrigatório que especifica, pelos hotéis classificados com três ou mais estrelas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
24/80	Franco Montoro	Estabelece que a ordem de preferência para a concessão da pensão civil, será também aplicada na pensão militar.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
25/80	Mendes Canale	Regula a convocação de suplente para o exercício de mandato eletivo decorrente das eleições de 15 de novembro de 1978, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
27/	Aderbal Jurema	Autoriza o Poder Executivo a criar a Revista do Serviço Público-Editora, vinculada ao Departamento Administrativo do Serviço Público — DASP, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
30/80	Nelson Carneiro (Tramitava em conjunto com os PLS 318/79 e 130/80)	Modifica a redação do item I do art. 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
34/80	Nelson Carneiro	Resguarda direitos adquiridos por funcionários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, quanto à percepção de adicionais por quinquênios, antes da vigência da Lei nº 5.903, de 9 de julho de 1973.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
40/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a remessa de documentos complementares dos tratados, convenções e atos internacionais ao Senado Federal, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
42/80	Nelson Carneiro	Modifica e acrescenta dispositivos no art. 511 da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de aperfeiçoar o texto concernente à conceituação de categoria profissional diferenciada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
44/80	Lázaro Barboza	Dá nova redação aos arts. 5º e 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o Mercado de Valores Mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
45/80	Nelson Carneiro	Institui o salário profissional, e determina outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
46/80	Franco Montoro (Tramitava em conjunto com o PLC 20/80)	Permite aos assalariados a utilização do FGTS para o custeio de curso superior feito pelo próprio interessado ou por seus dependentes.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
47/80	Gastão Müller	Acrescenta dispositivo ao art. 483 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
48/80	Franco Montoro	Estabelecendo que os benefícios do INPS serão reajustados na mesma proporção do reajustamento do salário mínimo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
50/80	Milton Cabral	Altera o art. 126, § 2º, letras d e f do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
51/80	Henrique Santillo	Revoga o Decreto-lei nº 1.284, de 28 de agosto de 1973, que declarou o Município de Anápolis de interesse da Segurança Nacional, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
52/80	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de unificar o prazo do aviso-prévio.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
53/80	Orestes Quércia (Tramitava em conjunto com os PLS 56 e 85/80 e 4 e 10/81)	Modifica a redação do art. 165 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
54/80	Itamar Franco	Dispõe sobre a não-aplicação de ressalva constante do art. 453 da Consolidação das Leis do Trabalho, ao caso que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
55/80	Franco Montoro	Estabelece a garantia de emprego.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
56/80	Nelson Carneiro (Vide PLS 53/80)	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de estabelecer garantias aos representantes classistas nas CIPAs.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
57/80	Orestes Quércia	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, visando tornar livres as negociações salariais entre empregados e empregadores.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
58/80	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de ampliar as medidas legais de segurança e higiene do trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
59/80	Lázaro Barboza	Acrescenta alínea ao art. 2º do Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão de Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nos sistemas de ensino do País, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
61/80	Humberto Lucena	Altera o art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho, que trata da concessão de férias proporcionais do trabalhador.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
63/80	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
64/80	Humberto Lucena	Altera a redação do § 3º do art. 9º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que dispõe sobre a entrega da moradia pelo trabalhador em decorrência do desfazimento do contrato do trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
65/80	Amaral Furlan	Isenta da incidência do Imposto de Renda os rendimentos que especifica, auferidos pelos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
66/80	Amaral Furlan	Estabelece medidas sobre a concessão de financiamentos, pelo Sistema Financeiro de Habitação, aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
67/80	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, que instituiu a gratificação de Natal para os trabalhadores.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
71/80	Orestes Quércia	Revoga o art. 33 da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
73/80	Orestes Quércia	Revoga o art. 37 da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
74/80	Humberto Lucena	Revoga dispositivos e introduz alterações na Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que define os crimes contra a segurança nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
76/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a natureza jurídica dos contratos de serviço com cláusula de risco, a serem celebrados pela PETROBRAS S.A., e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
77/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o preenchimento de vagas em instituições credenciadas a executar programas de Residência Médica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
79/80	Henrique Santillo	Dispõe sobre pagamento do repouso semanal remunerado ao empregado comissionista.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
82/80	Orestes Quércia	Revoga o art. 5º da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
83/80	Franco Montoro	Estabelece novo critério para o cálculo da indenização dos representantes comerciais autônomos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
84/80	Henrique de La Rocque	Dispõe sobre a disponibilidade e aposentadoria dos membros do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
85/80 (Vide PLS 53/80)	Nelson Carneiro	Modifica a redação do § 2º do art. 164 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
86/80	Amaral Furlan	Revoga dispositivos do Decreto-lei número 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
87/80	Orestes Quércia	Revoga o art. 14 da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.	Rejeitado (art. 278 do R.I.)
88/80	Franco Montoro	Estende ao empregado doméstico a proteção da legislação de acidentes do trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
90/80	Humberto Lucena	Altera a redação do art. 2º da Lei número 5.889, de 8 de julho de 1973.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
91/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de carteira de saúde para os ordenhadores, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
93/80	Jorge Kalume	Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação, em cinema, rádio e televisão, da História do Brasil ou de seus vultos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
95/80	Nelson Carneiro	Altera a redação do parágrafo único do art. 18, da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
96/80	Jutahy Magalhães (Tramitava em conjunto com o PLS 129/80)	Dispõe sobre a participação dos servidores nos órgãos de direção e fiscalização das entidades que menciona.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
97/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre aposentadoria especial, para os motoristas profissionais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
98/80	Franco Montoro (Tramitava em conjunto com os PLS 13 e 50/81)	Institui a estabilidade provisória da gestante, do trabalhador acidentado e do menor no ano de seu alistamento militar.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
99/80	Franco Montoro	Inclui, entre as prerrogativas dos sindicatos, a de colocar quadros de avisos dentro do recinto das empresas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
100/80	Humberto Lucena	Revoga o art. 1º da Lei nº 6.339, de 1º de julho de 1976, o Decreto-lei nº 1.538, de 14 de abril de 1977 e o Ato Complementar nº 104, de 26 de julho de 1977.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
102/80	Amaral Furlan	Altera a redação do § 4º do art. 4º da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977 e acrescenta § 5º ao mesmo dispositivo legal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
103/80	Nelson Carneiro	Regula o retorno à atividade de aposentado pela Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
104/80	Franco Montoro (Tramitava em conjunto com o PLS 141/80)	Dá validade ao atestado fornecido por serviço médico dos sindicatos, nos casos de justificação de faltas ao trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
105/80	Nelson Carneiro (Tramitava em conjunto com o PLS 292/79)	Altera dispositivo da Lei nº 5.559, de 11 de dezembro de 1968, que “estende o direito ao salário-família instituído pela Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963”.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
107/80	Affonso Camargo	Veda a prática do pugilato a menores de 18 anos, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
108/80	Franco Montoro (Tramitava em conjunto com o PLS 264/80)	Permite o abono de faltas do trabalhador-estudante em dias de exame escolar.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
111/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre os prazos de carência e de amortização dos empréstimos concedidos através do programa de crédito educativo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
113/80	Orestes Quércia	Revoga o art. 50 da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
114/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a retenção de salários pelo empregador.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
115/80	Pedro Simon	Estabelece prazo para lançamento de novos modelos e marcas de automóveis nacionais e veículos afins, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
116/80	Nelson Carneiro	Obriga a construção de creches nos conjuntos habitacionais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
117/80	Orestes Quércia	Acrescenta § 4º ao art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
118/80	Humberto Lucena (Tramitava em conjunto com o PLS 126/80)	Altera a redação do art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho, para que a prescrição bial seja contada a partir da cessação do contrato de trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
120/80	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
121/80	Franco Montoro	Estabelece a exigibilidade de discriminação das deduções salariais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
122/80	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a colocação em Caderneta de Poupança de depósitos judiciais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
123/80	Leite Chaves	Acrescenta inciso ao art. 233 da Lei nº 6.015, de 31-12-73, para que fiquem automaticamente canceladas as matrículas de imóveis de área igual ou superior a 10 mil hectares, condicionada à renovação do reconhecimento de exploração econômica e conveniente uso social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
124/80	Franco Montoro	Dá nova redação ao caput do art. 82 da Lei Orgânica da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
125/80	Nelson Carneiro	As exigências do Serviço Militar não constituirão motivo para alteração ou rescisão de contrato de trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
126/80	Henrique Santillo (Tramitava em conjunto com o PLS 118/80)	Acrescenta parágrafo único ao art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
127/80	Orestes Quércia	Altera e acrescenta dispositivo na Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de atribuir ao Tribunal Superior do Trabalho a competência de expedir instruções regulando as eleições sindicais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
128/80	José Sarney	Permite deduções no Imposto de Renda das Pessoas Físicas e Jurídicas, para fins culturais, a partir do exercício financeiro de 1981, ano-base de 1980, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
129/80	Franco Montoro (Tramitava em conjunto com o PLS 96/80)	Assegura a participação dos empregados na direção das empresas públicas e sociedades de economia mista.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
130/80	Franco Montoro (Tramitava em conjunto com os PLS 318/79 e 30/80)	Assegura prestação de assistência médica aos filhos dos segurados do INPS até 24 anos de idade, quando estudantes.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
131/80	Nelson Carneiro	Obriga a apresentação semestral da conta corrente aos investidores dos incentivos fiscais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
133/80	Itamar Franco	Regulamenta o art. 80 da Constituição e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
134/80	Orestes Quêrcia	Altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, que dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
135/80	Franco Montoro	Autoriza a contagem, para efeito de aposentadoria pelo INPS, do tempo de serviço público estadual e municipal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
136/80	Nelson Carneiro	Dispõe que será considerado licença remunerada o tempo em que o empregado se ausentar do trabalho, no desempenho de cargo de administração sindical, de representação profissional ou de delegado sindical, inclusive junto a órgão de deliberação coletiva.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
137/80	Orestes Quêrcia	Dispõe sobre a isenção de imposto de renda para os proventos da aposentadoria e para as pensões, sob a condição que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
138/80	José Sarney (Complementar)	Isenta de impostos federais, estaduais e municipais os ingressos para espetáculos de artes cênicas.	Em tramitação
139/80	Aloysio Chaves	Dá nova redação ao art. 836 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
141/80	Nelson Carneiro Vide PLS 104/80	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de atribuir aos sindicatos a prerrogativa de fornecer atestados médicos aos trabalhadores.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
142/80	Orestes Quêrcia	Altera dispositivo da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
143/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a remuneração mínima dos professores e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
144/80	Franco Montoro	Dá a designação de Administrador aos profissionais atualmente denominados Técnicos de Administração.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
145/80	Nelson Carneiro	Modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
146/80	Orestes Quêrcia	Isenta do Imposto de Renda o 13º salário.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
147/80	Franco Montoro	Determina que os depósitos dos empregados no FGTS sejam corrigidos de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
148/80	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que alterou a Lei Orgânica da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
149/80	Orestes Quêrcia (Tramitava em conjunto com o PLS 140/78)	Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
150/80	Humberto Lucena (Tramitava em conjunto com o PLS 197/78)	Dispõe sobre a aplicação das garantias do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho aos Delegados Sindicais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
151/80	Nelson Carneiro	Disciplina o emplacamento de carros oficiais e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
152/80	Leite Chaves	Torna obrigatório o estágio de 2 anos no INPS para que possa o médico exercer automaticamente sua profissão no território nacional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
153/80	Franco Montoro (Complementar)	Estabelece que o PIS-PASEP terá correção anual com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor.	Em tramitação
155/80	Nelson Carneiro (Tramitava em conjunto com os PLS 368/79 e 186/80)	Dispõe sobre o aumento do percentual do salário-família devido aos trabalhadores e demais beneficiários.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
156/80	Orestes Quêrcia	Dá nova redação à letra h do art. 12 da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
157/80	Pedro Simon	Altera o parágrafo único do art. 1º, modifica os arts. 2º, 3º, 4º e 8º da Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979, que dispõe sobre as relações entre o corpo docente e a instituição de ensino superior, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
159/80	Nelson Carneiro	Destina área do Parque Rogério Pithon Farias à construção de barracas para a Festa dos Estados.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
162/80	Orestes Quércia	Altera a redação do item I do § 2º do art. 64 da Lei Orgânica da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
163/80	Orestes Quércia	Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os garçons.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
164/80	Orestes Quércia	Institui a aposentadoria voluntária da mulher segurada do INAMPS após vinte e cinco anos de serviço, com proventos proporcionais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
165/80	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
166/80	Amaral Furlan	Dispõe sobre o exercício das profissões de publicitário, profissionais de propaganda, técnicos em publicidade e serviços auxiliares e de assessoria e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
167/80	Orestes Quércia	Dispõe sobre a obrigatoriedade de localização de sede no DF para as entidades que menciona.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
168/80 (Tramitava em conjunto com o PLS 181/76)	Orestes Quércia	Estabelece o salário mínimo uniforme para todas as regiões do Brasil.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
169/80	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de instituir a estabilidade provisória para a mulher grávida.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
171/80	Orestes Quércia	Dá nova redação ao art. 237 do Código de Processo Civil.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
172/80	Orestes Quércia	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
173/80	Orestes Quércia	Dispõe sobre a reserva obrigatória de vagas para paraplégicos nas empresas públicas e privadas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
174/80	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o funcionamento das clínicas que menciona.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
176/80	Henrique de La Rocque	Cancela penas impostas ao ex-Governador de São Paulo Adhemar Pereira de Barros; determina a devolução das condecorações nacionais que lhe foram retiradas, bem como a sua reinclusão nos quadros das respectivas ordens dos quais tenha sido excluído.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
177/80	Franco Montoro	Assegura aos ferroviários o pagamento das horas extras em que ficam à disposição da empresa.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
178/80	Franco Montoro	Considera crime o exercício ilegal da Engenharia, Arquitetura ou Agronomia.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
179/80	Orestes Quércia	Assegura salário igual ao do dispensado ao empregado contratado para substituí-lo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
180/80	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafo único ao art. 9º da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
181/80	Orestes Quércia	Altera a redação do caput do art. 532 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
183/80	Franco Montoro	Amplia a proteção ao trabalhador rural vítima de acidente do trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
185/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a inclusão de representantes do maior Partido Político de Oposição na administração das entidades paraestatais e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
186/80	Roberto Saturnino (Tramitava em conjunto com os PLS 368/79 e 155/80)	Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
187/80	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
188/80	Roberto Saturnino	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho e na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
189/80	Franco Montoro	Isenta os proprietários de habitações populares da responsabilidade solidária perante a Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
190/80	Orestes Quércia	Dá nova redação ao § 2º do art. 6º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, determinando o reconhecimento do atestado médico do sindicato, desde que exista convênio com a instituição previdenciária.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
191/80	Affonso Camargo	Proíbe a instituição de sublegendas nas eleições para Senador.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
192/80	Franco Montoro	Dispõe sobre o levantamento do saldo de conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço por parte do aposentado que volta ao trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
193/80	Humberto Lucena	Introduz alteração na Lei da Anistia, objetivando tornar expresso o direito aos adicionais por tempo de serviço dos servidores civis e militares que retornaram ou reverteram ao serviço ativo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
14/80	Jdon Varjão	Cria horário especial, em cadeia nacional de televisão, para a retransmissão obrigatória do noticiário relativo às atividades do Congresso Nacional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
195/80	Valdon Varjão	Disciplina a concessão de crédito especial para assistência permanente a posseiro rural, e determina outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
196/80	Mauro Benevides	Dispõe sobre a distribuição de quotas acumuladas do Fundo Partidário e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
197/80	Orestes Quércia	Acrescenta § 3º ao art. 3º e dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
199/80	Henrique Santillo	Assegura o credenciamento médico pelo INAMPS nos casos que especifica, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
200/80	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de assegurar estabilidade provisória ao empregado que ajuíza reclamação trabalhista contra o empregador.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
201/80	Nelson Carneiro	Amplia a jurisdição do oficial de justiça.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
202/80	Henrique Santillo	Proíbe a aquisição de imóveis rurais nos casos que especifica, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
203/80	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
204/80	Orestes Quércia	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
205/80	Humberto Lucena	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
206/80	Dirceu Cardoso	Define crimes contra a Segurança Nacional no âmbito da economia, estabelece normas de processo e julgamento, concede anistia e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
207/80	Orestes Quércia	Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os empregados em serviços de limpeza.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
208/80	Roberto Saturnino (Tramitava em conjunto com o PLS 214/80)	Acrescenta §§ 2º e 3º ao art. 2º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
209/80	Helvídio Nunes	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 3.689, de 3-10-41, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
212/80	Orestes Quércia	Introduz alterações na Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que instituiu amparo previdenciário aos idosos e inválidos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
213/80	Nelson Carneiro	Obriga o fornecimento gratuito de equipamento de proteção individual.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
214/80	Humberto Lucena (Tramitava em conjunto com o PLS 208/80)	Introduz alterações na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
215/80	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 6.266, de 3 de outubro de 1963, que instituiu o salário-família do trabalhador.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
216/80	Orestes Quércia	Altera a redação do art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
217/80	Henrique Santillo (Complementar)	Faculta aos participantes do Fundo de Participação PIS-PASEP a utilização do saldo de seus depósitos para construção de casa própria ou aquisição de imóvel já edificado.	Em tramitação
218/80	Mauro Benevides (Tramitava em conjunto com o PLS 224/79)	Altera a redação do art. 5º da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
219/80	Amaral Furlan	Dispõe sobre a chefia dos serviços de conferência de carga e descarga nas embarcações mercantes.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
220/80	Lázaro Barboza (Complementar)	Institui as Feiras de Produtores, para venda direta ao consumidor, com isenção dos tributos estaduais e municipais incidentes.	Em tramitação
222/80	Henrique Santillo	Dispõe a respeito do máximo rigor à proteção e fiscalização dos alimentos de consumo humano, introduzindo alterações no Decreto-lei nº 986, de 21-10-69.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
223/80	Gastão Müller	Faculta ao cego a condução e a permanência de seu cão-guia em qualquer estabelecimento ou transporte no País.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
224/80	Orestes Quércia	Modifica a redação do art. 225 da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
225/80	Bernardino Viana	Estabelece normas para concessão de quotas de trigo em grão aos Estados onde não existam moinho e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
226/80	Orestes Quércia	Introduz alteração na Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
228/80	Lázaro Barboza	Dispõe sobre o exercício da profissão de fotógrafo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
229/80	Henrique Santillo	Proíbe a propaganda de medicamentos nos meios de comunicação social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
230/80	Orestes Quércia (Complementar)	Eleva o valor dos benefícios devidos aos trabalhadores rurais e seus dependentes.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
231/80	Lomanto Júnior	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Pró-Município, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
232/80	Humberto Lucena	Considera crime de corrupção passiva o recebimento de doações por titulares ou ex-ocupantes de função pública, na forma que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
233/80	Franco Montoro	Permite ao segurado que tenha regredido na respectiva escala voltar a contribuir sobre salário-base correspondente ao seu tempo de filiação.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
234/80	Lourival Baptista	Dispõe sobre o prosseguimento dos Concursos Nacionais de Monografias da Revista do Serviço Público Editora (RSP/ED.).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
235/80	Henrique Santillo	Proíbe a participação do capital estrangeiro no caso que especifica, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
236/80	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 37 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
237/80	Eunice Michiles	Revoga o § 1º do art. 178 e o item IV do art. 219 do Código Civil — Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, corrigida pela Lei nº 3.725, de 15 de janeiro de 1919.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
238/80	Orestes Quêrcia	Altera a redação do item I do art. 7º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
239/80	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao art. 42 da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
240/80	Franco Montoro	Estabelece a participação de representantes dos empregados e empresários na administração da Previdência Social (INPS, IAPAS e INAMPS).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
241/80	Henrique Santillo	Proíbe a participação de capital estrangeiro no ramo de atividades que especifica, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
242/80	Orestes Quêrcia	Dispensa o prazo de carência para obtenção de benefício por incapacidade para o trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
243/80	Dirceu Cardoso	Estabelece normas de distribuição de moradias funcionais na Administração Direta e Indireta.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
244/80	Amaral Furlan	Dá nova redação ao art. 270 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
245/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a equiparação dos cursos profissionais ministrados em estabelecimentos militares de ensino aos cursos profissionalizantes de 2º grau do ensino médio.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
246/80	Affonso Camargo	Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, dos rótulos ou vasilhames de bebidas, de qualquer espécie, os ingredientes que entram em sua composição.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
247/80	Agenor Maria	Altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, restaura dispositivo da Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
248/80	Franco Montoro	Assegura o amparo da Previdência Social aos inválidos por nascença.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
249/80	Nelson Carneiro	Dá nova redação a dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
250/80	Roberto Saturnino	Disciplina a incidência de penalidades por atraso no pagamento de contas de luz, gás, telefones, aluguel, condomínio e similares.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
251/80	Franco Montoro (Tramitava em conjunto com o PLS 309/80)	Assegura às telefonistas aposentadoria especial, com proventos integrais, ao completar 25 anos de trabalho, alterando o art. 227 da CLT e o art. 1º da Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
252/80	Jorge Kalume (Tramitava em conjunto com o PLS 253/80)	Autoriza o Poder Executivo a conceder aposentadoria especial ao professor, na forma que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
253/80	Lázaro Barboza	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968 — restabelece, para as categorias profissionais que menciona, o direito à aposentadoria especial de que trata o art. 31 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
254/80	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
255/80	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
256/80	Humberto Lucena	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
257/80	Henrique Santillo	Dispõe sobre a atividade do médico residente, fixa seus direitos trabalhistas, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
258/80	Franco Montoro	Revoga o art. 318 da Consolidação das Leis do Trabalho, que limita o número de aulas dadas pelo professor.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
259/80	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, para o fim de estabelecer a obrigatória equivalência proporcional do tempo de serviço prestado em atividade penosa, insalubre ou perigosa, para efeito de aposentadoria por tempo de serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
260/80	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
261/80	Franco Montoro	Estabelece medidas de defesa do posseiro que ocupa trecho de terra, nele reside e o torna produtivo com o seu trabalho, incluindo na Lei nº 4.504, de 1964, normas disciplinadoras da ocupação de terras particulares.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
262/80	Franco Montoro	Permite ao advogado ter vista de processo administrativo fora da repartição, alterando dispositivo da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
263/80	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, para o fim de beneficiar empregado licenciado do trabalho para o exercício de mandato sindical.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
264/80	Nelson Carneiro (Tramitava em conjunto com o PLS 108/80)	Acrescenta incisos ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
265/80	Humberto Lucena	Introduz alteração na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
268/80	Adalberto Sena	Dá nova redação ao art. 358 do Código Civil.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
269/80	Agenor Maria (Tramitava em conjunto com o PLS 271/80)	Institui o racionamento de combustíveis no País, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
270/80	Dirceu Cardoso	Regula o tráfego de automóveis particulares em todo o território nacional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
271/80	Nelson Carneiro (Tramitava em conjunto com o PLS 269/80)	Regula o consumo de derivados de petróleo e misturas automotrizes, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
272/80	Henrique Santillo	Fixa normas para a escolha de dirigentes das Universidades e dos estabelecimentos isolados de ensino superior.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
273/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o resgate das quotas relativas a investimentos efetuados com base no Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, no caso de falecimento do contribuinte.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
274/80	Humberto Lucena	Modifica dispositivos da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
275/80	Agenor Maria	Concede incentivo às empresas de mineração e geologia que admitirem estágiários, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
277/80	Nelson Carneiro	Obriga as empresas à remessa de uma via de relação de todos os seus empregados ao sindicato representativo da respectiva categoria profissional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
278/80	Humberto Lucena	Altera dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
279/80	Franco Montoro	Submete à fiscalização financeira dos Tribunais de Contas as pessoas jurídicas de direito privado de que o Poder Público participe como acionista exclusivo ou majoritário.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
280/80	Itamar Franco	Determina que a Ordem dos Advogados do Brasil opine sobre a escolha de magistrados que devam integrar Tribunais com jurisdição em todo o Território Nacional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
281/80	Henrique Santillo	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 1.681 de 1979, que alterou a legislação da Taxa Rodoviária Única.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
282/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a jornada de trabalho dos profissionais da área de saúde: médicos, odontologistas, farmacêuticos e seus auxiliares, fixa as respectivas remunerações profissionais mínimas, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
283/80	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 5º, da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de serviço público federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
284/80	Franco Montoro	Autoriza a aplicação de 10 a 20% do Fundo de Participação dos Municípios em programas de educação pré-escolar e de primeiro grau.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
285/80	Nelson Carneiro	Sugere nova redação a dispositivos da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
286/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a organização e funcionamento das organizações sindicais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
287/80	Dirceu Cardoso	Dispõe sobre a criação de salas especiais para a exibição de obras cinematográficas vedadas aos circuitos comerciais e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
288/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre aplicação de multa para estabelecimentos que, com mais de 30 mulheres, não construam creches.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
289/80	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
290/80	Jutahy Magalhães	Altera dispositivos da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
291/80	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho, no anexo a que se refere o seu art. 577.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
292/80	Franco Montoro	Assegura a jornada de trabalho de 6 horas aos empregados que exerçam a função de caixa.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
293/80	Amaral Furlan	Modifica a redação do art. 76 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, transformando de contravenção em crime o exercício ilegal da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
294/80	Humberto Lucena	Modifica dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
295/80	Franco Montoro	Eleva de 5 para 10% do salário mínimo a cota salário-família devida aos empregados que perceberem até cinco salários mínimos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
297/80	Humberto Lucena	Revoga o Decreto-lei nº 779, de 21 de agosto de 1969, que dispõe sobre aplicação de normas processuais trabalhistas à União Federal, aos Estados, Municípios, Distrito Federal e autarquias ou fundações de direito público que não explorem atividade econômica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
298/80	Amaral Furlan Complementar	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971.	Em tramitação
299/80	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
300/80	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
301/80	Amaral Furlan	Dispõe sobre benefício que especifica aos profissionais liberais com mais de setenta anos de idade.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
302/80	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
303/80	Itamar Franco	Dá nova redação ao item IV do art. 4º da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
304/80	Orestes Quércia	Institui o seguro-desemprego.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
305/80	Humberto Lucena Complementar	Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975.	Em tramitação
306/80	Henrique Santillo	Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
307/80	Franco Montoro	Assegura a sindicalização de servidores públicos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
308/80	Jutahy Magalhães	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
309/80	Nelson Carneiro (Tramitava em conjunto com o PLS 251/80)	Dispõe sobre aposentadoria especial aos vinte e cinco anos de tempo de serviço, no caso que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
310/80	Orestes Quércia	Elimina a opção existente no regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, compatibilizando-o com o Sistema de Estabilidade no Emprego.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
311/80	Nelson Carneiro	Revoga dispositivos da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
312/80	Orestes Quércia	Dispensa o prazo de carência para obtenção de benefício por incapacidade para o trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
313/80	Lomanto Júnior	Autoriza a realização de convênio entre o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o Ministério de Educação e Cultura (MEC), e a Associação Brasileira de Municípios (ABM), para microfilmagem da Revista do Serviço Público (RSP), e a organização da Biblioteca Brasileira de Administração.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
314/80	Amaral Furlan	Institui o Dia do Vereador e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
315/80	Franco Montoro	Cria Comissão Especial, no IBGE, integrada por representantes eleitos dos empresários e dos trabalhadores, para acompanhar e fiscalizar a apuração do Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
316/80	Orestes Quércia	Dispõe sobre o fornecimento continuado de merenda escolar aos alunos carentes, nos períodos de férias escolares.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
317/80	Humberto Lucena	Modifica dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
318/80	Nelson Carneiro Complementar	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.	Em tramitação
319/80	Franco Montoro	Assegura ao inquilino o direito de preferência na unidade que ocupa, quando o prédio for dividido em unidades autônomas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
320/80	Pedro Simon	Revoga a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
321/80	Nelson Carneiro	Altera a legislação orgânica do Tribunal de Contas da União e determina outras providências, visando a melhor aparelhar o controle da administração pública federal, direta ou indireta.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
322/80	Humberto Lucena	Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, que dispõe sobre o Plano de Assistência ao Funcionário e sua família.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
323/80	Nelson Carneiro	Introduz alteração na legislação previdenciária em vigor.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
324/80	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estabeleceu normas reguladoras do trabalho rural.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
325/80	Cunha Lima	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, determinando a incorporação definitiva das gratificações à remuneração do empregado, nas condições que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
326/80	Humberto Lucena	Altera a redação do art. 73 da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
327/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio aos trabalhadores abrangidos pela CLT, nas condições que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
328/80	Lázaro Barboza	Dá denominação ao Aeroporto Internacional de Brasília.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
329/80	Cunha Lima	Modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas habituais também integre a remuneração.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
331/80	Passos Pôrto	Erige em monumento nacional a cidade de São Cristóvão, no Estado de Sergipe.	Em tramitação
332/80	Passos Pôrto	Erige em monumento nacional a cidade de Laranjeiras, no Estado de Sergipe.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
333/80	Franco Montoro	Concede aposentadoria a atletas veteranos que não percebem proventos da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
334/80	Cunha Lima	Introduz alterações no Decreto-lei nº 413, de 9 de janeiro de 1969, que dispõe sobre títulos de crédito industrial.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
335/80	Franco Montoro	Dispõe sobre a atualização do salário sempre que o custo de vida sofrer aumento igual ou superior a 10% (dez por cento).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
336/80	Pedro Simon	Dispõe sobre privilégios assegurados às empresas de auditoria de capital nacional e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
337/80	Amaral Furlan	Dispõe sobre o registro, funcionamento e atividades das Ordens Honoríficas, Dinásticas e Nobiliárquicas e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
338/80	Orestes Quércia	Introduz alterações na vigente Consolidação das Leis do Trabalho e na Lei nº 4.375, de 17-8-64, que dispõe sobre o Serviço Militar.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
339/80	Dirceu Cardoso	Dispõe sobre o contingenciamento de áreas de plantio nos contratos de financiamento agrícola.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
340/80	Eunice Michiles	Acrescenta paragrafo unico ao art. 373 da Consolidação das Leis do Trabalho, facultando à empregada com prole o direito à jornada de trabalho reduzida, com remuneração proporcional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
341/80	Franco Montoro	Simplifica e desburocratiza o processo de operações financeiras, permitindo que os documentos firmados pelas instituições financeiras sejam autenticados mediante chancela mecânica.	Em tramitação
342/80	Dirceu Cardoso	Altera a redação dos arts. 125 a 132, 134 a 136 e 143 e seus parágrafos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, estabelecendo normas relativas a licitações, para compra, obras, serviços e alienações na área da Administração Pública.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
2/81	Passos Pôrto	Institui a Adoção Trabalhista para menores na faixa etária entre 12 e 18 anos incompletos e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
4/81	Cunha Lima (Tramitava em conjunto com os PLS n.ºs 53, 56 e 85/80 e 10/81)	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente à prevenção de acidentes.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
5/81	Orestes Quércia	Acrescenta § 4º ao art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
6/81	Humberto Lucena	Altera a redação do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
7/81	Orestes Quércia	Revigora o art. 563 da Consolidação das Leis do Trabalho, com a redação que específica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
9/81	Lázaro Barboza	Introduz alterações no Código de Mineração	Arquivado (art. 367 do R.I.)
10/81	Orestes Quércia (Tramitava em conjunto com os PLS n.ºs 53, 56 e 85/80, e 4/81)	Acrescenta parágrafo ao art. 164 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
11/81	Franco Montoro	Permite que, para efeito de aposentadoria, o militar conte o tempo de serviço prestado em atividade privada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
12/81	Lenoir Vargas	Modifica a denominação do Movimento Estudantil a que se refere a Lei nº 6.341, de 5 de julho de 1976, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
13/81	Humberto Lucena (Tramitava em conjunto com o PLS 98/80)	Modifica dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
14/81	Paulo Brossard	Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
15/81	Nelson Carneiro	Introduz alterações na legislação previdenciária que disciplina os benefícios de aposentadoria por invalidez e por velhice.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
16/81	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o pagamento da pensão prevista no Decreto-lei nº 3.347, de 12 de junho de 1941, aos dependentes de ferroviários falecidos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
17/81	Orestes Quércia	Altera a redação do § 2º do art. 6º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.	Rejeitado (art. 278 do R.I.)
18/81	Gastão Müller	Dispõe sobre a obrigatoriedade de construção, reconstrução ou montagem de museu, nos casos de extinção ou demolição da unidade existente.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
19/81	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 4.281, de 8 de novembro de 1963, que instituiu abono especial em caráter permanente, para aposentados de Institutos de Previdência.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
20/81	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
21/81	Nelson Carneiro	Dispõe sobre desconto especial de 50% nos preços das passagens dos transportes coletivos para velhos e crianças, nas condições que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
22/81	Jorge Kalume	Dispõe sobre enquadramento de professores colaboradores e auxiliares de ensino e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
23/81	Orestes Quércia	Acrescenta §§ 2º e 3º ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
24/81	Nelson Carneiro	Modifica dispositivos do Decreto-lei nº 1.338, de 23 de julho de 1974, para o fim de permitir o resgate antecipado de aplicações no Fundo 157 também no caso de aposentadoria do titular do depósito.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
25/81 Complementar	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a isenção de IPI na aquisição de veículos por cooperativas que visem a explorar o transporte coletivo urbano.	Em tramitação
26/81	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
27/81	Humberto Lucena	Altera a redação do art. 62 da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
28/81	Nelson Carneiro	Reabre o prazo de que trata a Lei nº 6.332, de 18 de maio de 1976, para os segurados do INPS requererem retificação de enquadramento, referente a seu tempo de filiação.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
29/81	Orestes Quércia	Acrescenta e altera disposições do art. 61 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
30/81	Henrique Santillo	Regulamenta o exercício da profissão de guarda-vigilante, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
31/81	Leite Chaves	Revoga o art. 240 e parágrafos, do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e introduz parágrafo ao art. 74 do Decreto-lei nº 3.931, de 11 de dezembro de 1941 (Código de Processo Penal).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
32/81	Orestes Quércia	Acrescenta § 4º ao art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o aviso prévio.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
33/81	Mauro Benevides	Altera a redação do art. 5º da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
34/81	Franco Montoro	Determina que, ao empregado afastado, percebendo auxílio-doença da Previdência Social, será garantida, no primeiro ano de afastamento, a complementação do 13º salário igual à diferença entre o valor pago pela Previdência Social e o salário nominal do empregado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
35/81	Leite Chaves	Obriga os estabelecimentos bancários ou creditícios e as instituições financeiras, que utilizem serviços de guarda ou vigilância, a manterem cabinas especiais de proteção, construídas à prova de bala e fogo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
36/81	Orestes Quércia	Modifica dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
37/81	Franco Montoro	Garante ao trabalhador acidentado no trabalho e ao portador de doença profissional, o direito de exercer, na mesma empresa, funções compatíveis com o seu estado físico.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
38/81	Franco Montoro	Determina que os empregados afastados pelo INPS para tratamento de saúde, com mais de 5 anos de serviços efetivos na empresa, terão o valor do auxílio-doença complementado pela empresa até o valor dos seus salários, pelo período de 6 meses.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
39/81	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafo único ao art. 450, da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
40/81	Orestes Quércia	Acrescenta e revoga dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de ampliar o direito de férias.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
41/81	Roberto Saturnino	Dá nova redação ao art. 67 da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
42/81	Roberto Saturnino (Tramitava em conjunto com o PLC 14/81 e PLS 47/81)	Dispõe sobre a revogação da letra b do art. 39, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
43/81	Franco Montoro	Dispõe que no tempo de serviço do empregado, quando readmitido, serão computados os períodos, ainda que não contínuos, em que tiver trabalhado anteriormente na empresa.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
44/81	Roberto Saturnino	Altera a redação do § 5º do art. 3º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que modificou a Lei Orgânica da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
45/81	Orestes Quércia	Acrescenta § 4º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
46/81	Lázaro Barboza	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
47/81	Humberto Lucena (Tramitava em conjunto com o PLC nº 14/81 e PLS nº 42/81)	Revoga dispositivo da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
48/81	Eunice Michiles	Dispõe sobre aval de cônjuge casado sob regime de comunhão de bens.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
49/81	Orestes Quércia	Altera a redação do art. 9º da Lei número 605, de 5 de janeiro de 1949.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
50/81	Humberto Lucena (Tramitava em conjunto com o PLS 98/80)	Modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
51/81	Raimundo Parente	Dá nova redação ao § 1º do art. 39 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que regulamenta o Direito Autoral no Brasil.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
52/81	Orestes Quércia	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente às férias.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
53/81	Gastão Müller	Obriga os fabricantes de colas ou fluidos para limpeza de máquinas a adicionarem, a estes produtos, repelentes odoríferos que impeçam a sua utilização como substâncias entorpecentes, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
54/81	Orestes Quércia	Acrescenta § 3º ao art. 893 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
55/81	Itamar Franco	Veda a participação do Presidente e do Vice-Presidente da República, dos Governadores e Vice-Governadores, dos Prefeitos e Vice-Prefeitos nas campanhas eleitorais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
56/81	Orestes Quércia	Altera a redação do art. 746 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
57/81	Luiz Fernando Freire	Veda à União a inscrição na dívida ativa de débitos de empresas que lhe sejam credoras, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
58/81	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
59/81	Orestes Quércia	Altera a redação de dispositivos do art. 7º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
60/81	Itamar Franco	Suspende, em relação aos desempregados, a exigibilidade dos créditos vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
61/81	Luiz Cavalcante	Inclui, no Almanaque do Ministério do Exército, no posto de General-de-Exército, o nome do Tenente-Coronel João Carlos de Vilagrã Cabrita.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
62/81	Raimundo Parente	Dispõe sobre a cobrança de contas de energia elétrica, água, gás e telefone, pelas empresas concessionárias de serviços públicos, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
63/81	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo ao art. 678 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
64/81	Luiz Fernando Freire	Regula a concessão de passaporte diplomático nas hipóteses que menciona, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
65/81	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de vedar qualquer mudança unilateral de horário que implique em alteração do trabalho diurno, noturno ou misto.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
66/81	Bernardino Viana	Revoga o § 4º do art. 71 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, alterada pelo art. 1º da Lei nº 6.884, de 9 de dezembro de 1980.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
67/81	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
69/81	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
70/81	Roberto Saturnino	Altera a redação dos dispositivos que especifica, do Decreto-lei nº 117, de 31 de janeiro de 1967.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
71/81	Roberto Saturnino	Acrescenta parágrafo único ao art. 3º do Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, que instituiu a Loteria Esportiva.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
72/81	Lázaro Barboza	Autoriza as cooperativas de produção agropecuária a construírem miniusinas de álcool hidratado, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
73/81	Passos Pôrto	Cria o Instituto Nacional de Conservação do Solo, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
74/81	Humberto Lucena	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
75/81	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de definir a representação dos condomínios em edificações perante a Justiça do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
76/81	Raimundo Parente	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
77/81	Franco Montoro Complementar	Cria, nas Regiões Metropolitanas, o Conselho Administrativo constituído pelos prefeitos e por representantes das Câmaras Municipais, modificando a Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973.	Em tramitação
78/81	Itamar Franco	Dispõe sobre a inclusão obrigatória de um médico entre a tripulação das aeronaves que realizam vôo internacional e doméstico nos casos que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
79/81	Orestes Quércia	Dispõe sobre o prazo de prescrição para cobrança dos débitos das empresas relativamente ao PIS-PASEP e ao FGTS.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
80/81	Cunha Lima	Modifica dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
81/81	Amaral Furlan	Define e pune o crime ecológico.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
82/81	Franco Montoro	Dispõe sobre o pagamento integral do décimo terceiro salário ao trabalhador enfermo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
83/81	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafo único ao art. 846 da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
84/81	Humberto Lucena	Introduz alterações na vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
85/81	Orestes Quércia	Acrescenta §§ 3º e 4º ao art. 1º do Decreto-lei nº 532, de 16 de abril de 1969, que dispõe sobre a fixação e o reajustamento de anuidades, taxas e demais contribuições do serviço educacional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
86/81	Lázaro Barboza	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, visando assegurar aos estudantes de curso superior o direito à transferência, nas condições que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
87/81	Orestes Quércia	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
88/81	Hugo Ramos	Altera o § 2º do art. 60 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
89/81	Orestes Quércia	Introduz modificação no Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, para o fim de vedar o exercício da atividade de corretor de seguros a gerentes e outros funcionários de bancos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
90/81	Gastão Müller	Veda a cobrança de juros e multas pelo atraso de pagamento de quaisquer obrigações, quando não resultantes de apuração calculada proporcionalmente aos dias de efetivo atraso que lhe deram motivo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
91/81	Humberto Lucena	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente à organização sindical.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
93/81	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
94/81	Cunha Lima	Dá nova redação ao art. 193, caput , da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e alterada pela Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
95/81	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafo único ao art. 540, da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
96/81	Pedro Simon	Estabelece vedação ao uso de marcas de produtos e serviços estrangeiros por empresas nacionais, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
97/81	Humberto Lucena (Complementar)	Revoga dispositivo da Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970.	Em tramitação
98/81	Itamar Franco	Dá nova redação ao item III, do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 e determina a submissão ao Congresso Nacional do Orçamento Monetário.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
99/81	Gastão Müller	Altera os arts. 213, 215 e parágrafo único, 216, 225 e 226 do Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Título VI — Dos Crimes Contra os Costumes).	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
101/81	Orestes Quércia	Altera a redação do item III do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
102/81	Franco Montoro	Inclui um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG, na Comissão Nacional do Alcool — CNAe.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
103/81	Franco Montoro	Assegura ao empregado substituto, salário igual ao do substituído.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
104/81	Itamar Franco	Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 6.223, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a fiscalização financeira e orçamentária da União pelo Congresso Nacional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
105/81	Cunha Lima	Torna obrigatória a construção de módulos esportivos, nos conjuntos residenciais edificados pelo Banco Nacional da Habitação — BNH.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
106/81	Itamar Franco	Disciplina a expedição de passaporte e visto de saída aos menores que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
107/81	Henrique Santillo	Estabelece normas para a concessão de incentivos e isenção de impostos no Programa Grande Carajás e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
108/81	Orestes Quércia	Determina prazo de prescrição das ações pleiteando direitos relativos ao FGTS e ao PIS-PASEP.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
109/81	Orestes Quércia	Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente à obrigatoriedade de depósito prévio para efeito de recurso.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
110/81	Jutahy Magalhães	Dá nova redação ao § 2º do art. 589 do Código Civil.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
111/81	Bernardino Viana	Estabelece requisitos mínimos para implantação de projetos agropecuários no Nordeste e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
113/81	Agenor Maria	Dispõe sobre a exigência de consignação do grupo sanguíneo na cédula de identidade.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
114/81	Orestes Quércia	Altera dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
115/81	Cunha Lima	Veda a remessa, para o exterior, de pagamentos de royalties pelo uso de marcas de indústria ou de comércio.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
116/81	Franco Montoro	Permite às cooperativas rurais a execução de serviços de produção e distribuição de energia elétrica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
117/81	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
118/81	Pedro Simon	Dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas nos programas de transporte do trabalhador.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
119/81	Orestes Quêrcia	Institui o Dia da Telefonista, na data de 29 de junho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
120/81 (Complementar)	Cunha Lima	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou o PIS-PASEP.	Em tramitação
121/81 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, e dá outras providências.	Em tramitação
122/81	Jorge Kalume	Dispõe sobre amparo aos trabalhadores da borracha e dá outras providências.	A Câmara
123/81 (Complementar)	Laélia de Alcântara	Dá nova redação à letra d , alínea V e letra b , alínea VI, do art. 5º da Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970, que estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151, e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências.	Em tramitação
124/81	Nelson Carneiro	Revoga o art. 13 do Decreto-lei nº 1.820, de 11 de dezembro de 1980.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
125/81	Orestes Quêrcia	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
128/81	Cunha Lima	Dispõe sobre a tributação, na fonte, de rendas provenientes de salários, vencimentos, soldos, gratificações, vantagens, proventos e pensões.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
129/81	Orestes Quêrcia	Introduz alterações no Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Minas), para o fim de restabelecer a prioridade assegurada ao proprietário do solo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
130/81	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, para o fim de estender a prestação da assistência médica previdenciária às parturientes em geral, independentemente de filiação.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
131/81	Raimundo Parente	Dá nova redação ao art. 11 da Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976, que dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
132/81	Nelson Carneiro	Estabelece critérios de enquadramento sindical no meio rural.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
133/81	Nelson Carneiro	Revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
134/81	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo do Decreto-lei nº 1.820, de 12 de dezembro de 1980.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
135/81	Orestes Quércia	Dispõe sobre revogação do item VI do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
136/81	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
137/81	Orestes Quércia	Altera a redação do art. 413 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
138/81	Franco Montoro	Assegura aos sindicatos o direito de ter um delegado em cada empresa.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
139/81	Orestes Quércia	Introduz modificação na Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, que dispõe sobre normas de direito processual do trabalho e altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
140/81	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à legislação previdenciária concernente à pensão.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
141/81	Cunha Lima	Dá nova redação ao art. 474 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
142/81	Leite Chaves	Altera o art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil —, acrescentando-lhe item X e parágrafo único.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
143/81	Humberto Lucena	Revoga a alínea "b" do art. 39 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
144/81	Cunha Lima	Introduz alteração na Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, estabelecendo normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
145/81	Nelson Carneiro	Atribui às secretarias de agricultura dos Estados, dos Territórios e do DF a competência exclusiva para fixar as quotas de farelo de trigo cabentes a cada produtor rural.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
146/81	Nelson Carneiro	Estabelece o valor da gratificação a que se refere a Lei Complementar nº 35, de 1979, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
147/81	Humberto Lucena	Modifica dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
148/81	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
149/81	Cunha Lima	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de incluir, entre os deveres dos sindicatos, a manutenção de serviço de assistência social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
150/81	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a arrecadação de bens vagos, para os efeitos que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
151/81	Nelson Carneiro	Revoga o Decreto-lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978, que dispõe sobre a proibição de greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
152/81	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a legitimação processual de órgãos, entidades ou associações de classe, nos casos e condições que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
153/81	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
154/81	Cunha Lima	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, visando assegurar direitos ao delegado sindical.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
155/81	Evandro Carreira	Veda a passageiros e tripulantes de aeronaves fumar durante os períodos de voo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
156/81	Nelson Carneiro	Altera e revoga dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho e na Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para o fim de unificar a prescrição no direito do trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
157/81	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
158/81	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao vigente Código de Processo Civil.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
159/81	Franco Montoro	Assegura à mulher aposentadoria proporcional aos vinte e cinco anos de serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
160/81 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL).	Em tramitação
161/81	Lenoir Vargas	Acrescenta parágrafo único ao art. 33 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos —, alterado pela Lei nº 5.781, de 5 de junho de 1972.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
162/81	Cunha Lima	Altera dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, para o fim de determinar novo critério de correção monetária dos depósitos do FGTS.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
163/81	Franco Montoro	Dispensa a concordância do empregador no caso da opção do empregado pelo sistema do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
164/81	Luiz Viana	Declara o Tenente-Brigadeiro Eduardo Gomes Patrono da Força Aérea Brasileira.	A Câmara
165/81	Cunha Lima	Revigora e altera dispositivos da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
166/81	Orestes Quércia	Introduz modificação na Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
167/81	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
168/81	Cunha Lima	Introduz alteração na Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, que institui o salário-família do trabalhador.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
169/81	Leite Chaves	Proíbe a importação de produtos agropecuários de que seja o País tradicional produtor, ressalvados os casos de calamidade pública, declarados por lei.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
170/81	Luiz Fernando Freire	Altera a Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
171/81	Humberto Lucena	Dá nova redação ao art. 72 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
172/81	Cunha Lima	Dispõe sobre a não-aplicação do requisito de limite de idade para a concessão de aposentadoria especial às categorias que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
173/81	Passos Pôrto	Extingue os incentivos fiscais a investimentos aplicados na compra de ações e debêntures conversíveis em ações mediante a composição de Fundos de Investimentos autorizados pelo Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
174/81	Cunha Lima	Altera dispositivos da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, na parte concernente ao abono de permanência, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
175/81	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre repouso semanal remunerado e pagamento de salário, nos dias feriados civis e religiosos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
176/81	Orestes Quércia	Isenta os táxis e os caminhões do pagamento de pedágio nas estradas federais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
177/81	Cunha Lima	Dispõe sobre a publicidade nos uniformes esportivos dos atletas profissionais de quaisquer modalidades de desportos e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
178/81	Luiz Viana	Isenta o cacau de qualquer taxa ou cota de contribuição.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
179/81	Orestes Quércia	Determina a obrigatoriedade de doação de livros, pelas editoras, às bibliotecas públicas, na forma que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
180/81	Franco Montoro	Autoriza a chancela mecânica em documentos oficiais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
181/81	Orestes Quércia	Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial aos empregados em lavanderias, na condição que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
182/81	Cunha Lima	Dispõe sobre o parcelamento do pagamento da Taxa Rodoviária Única, instituída pelo Decreto-lei nº 999, de 21 de outubro de 1969, relativamente aos veículos de praça, de propriedade de motorista profissional autônomo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
183/81	Itamar Franco	Institui o adicional de regência de turma para os professores.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
184/81	Itamar Franco Complementar	Dá nova redação aos dispositivos, que menciona, da Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970.	Em tramitação
185/81	Leite Chaves	Reverte ao Patrimônio da União, do Estado ou do Município, os presentes, de valor superior a dois salários mínimos, recebidos pelo Presidente da República, Governador de Estado ou Prefeito Municipal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
186/81	Orestes Quércia	Estabelece subsídios para o combustível utilizado pelos veículos de aluguel (táxis).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
187/81	Mauro Benevides	Acrescenta dispositivo ao vigente Código Eleitoral, para o fim de permitir o registro de maior número de candidatos às Câmaras Municipais das Capitais dos Estados.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
188/81	José Richa	Dispõe sobre a realização de um plebiscito concomitantemente com as eleições gerais de 15 de novembro de 1982, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
189/81	Itamar Franco	Estabelece consulta prévia ao eleitorado sobre forma de escolha para Presidência e Vice-Presidência da República.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
190/81	Franco Montoro	Assegura, ao cônjuge sobrevivente, o direito ao usufruto dos bens da herança, enquanto viver.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
191/81	Amaral Furlan	Institui o Dia do Bandeirante.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
192/81	Paulo Brossard	Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
193/81	Humberto Lucena	Dá nova redação ao inciso VIII do art. 84 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
194/81	Itamar Franco	Disciplina o televisionamento e a retransmissão de espetáculos desportivos e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
195/81	Franco Montoro	Elimina o monopólio de empresas distribuidoras de derivados de petróleo, assegurado aos postos de gasolina o direito de adquirir combustíveis de qualquer distribuidora.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
196/81	Orestes Quércia	Proíbe a propaganda de leite em pó no rádio e televisão e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
197/81	José Richa	Dispõe sobre a estabilidade provisória da mulher gestante e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
198/81	José Richa	Dispõe sobre a discriminação, no recibo das verbas pagas ao empregado, de descontos efetuados, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
199/81	Raimundo Parente	Dispõe sobre apuração de saldos disponíveis em caderneta de poupança e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
200/81	Marcos Freire	Dispõe sobre a permissão de distribuição de combustíveis a preços reduzidos para os táxis, mediante subsídio, através de cooperativas, na forma que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
201/81	Henrique Santillo	Assegura ao marido ou companheiro o direito de ser dependente da mulher segurada da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
202/81	Cunha Lima	Dá nova redação ao parágrafo primeiro do art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
203/81	Orestes Quércia	Estende aos motoristas de táxi a aposentadoria especial a que se refere o art. 9º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, nas condições que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
205/81	Humberto Lucena	Dispõe sobre coligação partidária e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
206/81	Franco Montoro	Estende aos servidores das Caixas Econômicas o regime de seis horas de trabalho estabelecido na CLT para os empregados em bancos e casas bancárias.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
207/81	Roberto Saturnino	Determina critério para o reajustamento do preço de venda ao consumidor do GLP — Gás Liquefeito de Petróleo e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
208/81	Franco Montoro	Dá nova redação ao art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho, estabelecendo que a prescrição de direitos trabalhistas ocorrerá após dois anos da cessação do contrato de trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
209/81	Leite Chaves	Prorroga, pelo prazo de dois anos, os débitos relativos a custeio do café geado em 1981 e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
210/81	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
211/81	Gastão Müller	Torna obrigatória a gravação do número do respectivo chassi nos vidros de veículos automotores fabricados no País e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
212/81	Pedro Simon	Dispõe sobre a competência da Justiça do Trabalho para conciliar e julgar dissídios oriundos das relações de trabalho entre trabalhadores avulsos e seus tomadores de serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
213/81	Franco Montoro	Determina que a eleição dos representantes dos empregados nas CIPAs seja convocada com 30 dias de antecedência, assegurada ampla publicidade e notificação ao respectivo sindicato.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
214/81	Itamar Franco	Dispõe sobre o impedimento para o exercício da Presidência da República na hipótese que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
215/81	Pedro Simon	Cria taxa de contribuição em favor do Fundo Nacional do Bem-Estar do Menor — FUNABEM.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
216/81	Itamar Franco	Determina o ressarcimento das despesas efetuadas pelo ferroviário designado para prestar serviços fora do estabelecimento.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
217/81	Nelson Carneiro	Permite a sindicalização dos empregados de sociedades de economia mista e de instituições educacionais de qualquer natureza vinculadas ao Poder Público.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
218/81	Helvídio Nunes	Limita a aplicação da correção monetária, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
219/81	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a criação, na 1ª Região da Justiça do Trabalho, de juntas de conciliação e julgamento na cidade do Rio de Janeiro.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
220/81	Franco Montoro	Equipara ao filho menor, para efeito de salário-família, o enteado, o menor sob guarda e o menor sob tutela.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
221/81	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, que institui o salário-família do trabalhador.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
222/81	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
223/81	Franco Montoro	Torna obrigatória a numeração de discos e demais gravações de obras artísticas, literárias e científicas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
224/81	Humberto Lucena	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
225/81	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos).	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
226/81	Itamar Franco	Dispõe sobre a obrigatoriedade da existência de um departamento de educação física nos nosocômios psiquiátricos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
227/81	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 (Reforma Bancária), para o fim de estabelecer limites às taxas de juros cobrados nas operações de empréstimos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
228/81	Gastão Müller	Autoriza o Ministério da Educação e Cultura a disciplinar a obrigatoriedade de reprodução pelas editoras de todo o País, em regime de proporcionalidade, de obras em caracteres Braille; e a permitir a reprodução, sem finalidade lucrativa, de obras já divulgadas, para uso exclusivo de cegos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
229/81	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente às férias do trabalhador.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
230/81	João Calmon	Autoriza o Poder Executivo a instituir um adicional sobre a carga tributária das pessoas físicas e jurídicas, revertendo o produto de sua arrecadação para o ensino de primeiro e segundo graus.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
231/81	João Calmon	Permite deduções no imposto de renda das pessoas jurídicas para fins de aplicação em programas de ensino de primeiro e segundo graus.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
232/81	João Calmon	Autoriza o Poder Executivo a instituir adicional sobre o preço ao consumidor de cigarros, charutos e fumo para cachimbo, revertendo o produto dessa arrecadação para o ensino de primeiro e segundo graus.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
233/81	João Calmon	Fixa percentual mínimo para aplicações em educação pelas empresas em que o Estado tem participação acionária majoritária.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
234/81	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.107, de 13-9-63, que institui o FGTS, para o fim de possibilitar a utilização do saldo de conta vinculada na construção de moradia própria, independentemente de financiamento do BNH, nas condições que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
235/81	Franco Montoro	Dispõe sobre a arrecadação das contribuições devidas ao SESI, SESC e SENAC.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
237/81	Pedro Simon	Dispõe sobre atualização do salário sempre que o custo de vida sofrer aumento igual ou superior a 10% (dez por cento).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
238/81	Humberto Lucena	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
239/81	Orestes Quêrcia	Estabelece requisito indispensável à aprovação de investimentos na área do PROALCOOL.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
240/81	Orestes Quêrcia	Dispõe sobre a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria de qualquer natureza.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
241/81	Roberto Saturnino	Modifica dispositivo do vigente Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965), para o fim de dar destinação específica à parte da receita obtida com a cobrança de ingressos aos visitantes de parques nacionais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
242/81	Mendes Canale	Altera os prazos previstos no § 3.º do art. 67 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos, e na Lei nº 5.782, de 6 de junho de 1972.	Rejeitado
243/81	Franco Montoro	Permite a participação de trabalhadores aposentados nos cargos de administração sindical.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
244/81	Cunha Lima Complementar	Acrescenta § 4º ao art. 2º da Lei Complementar nº 1/67, que visa a reduzir, em casos que especifica, o limite mínimo populacional de que trata o inciso I do mesmo artigo.	Em tramitação
245/81	Aderbal Jurema	Dá nova redação ao art. 23 do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
246/81	Itamar Franco	Dá nova redação ao § 1º do art. 4º da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, que cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
247/81	Itamar Franco	Assegura, às pessoas carentes de recursos, o direito ao desconto que especifica na aquisição de medicamentos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
248/81	Itamar Franco	Estabelece limite ao reajuste dos preços dos produtos farmacêuticos e medicamentos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
249/81	Nelson Carneiro	Institui o salário mínimo profissional para os trabalhadores na construção civil e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
250/81	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
251/81	Amaral Furlan	Institui o Dia Nacional da Poesia e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
252/81	Itamar Franco	Exime do Imposto sobre a Renda as quantias pagas a título de indenização por férias não gozadas no curso do contrato de trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
253/81	Orestes Quércia	Concede incentivo fiscal ao transporte de trabalhadores pelas respectivas empresas, nas condições que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
254/81	Franco Montoro	Regula a utilização e a liberação de conta vinculada do FGTS, para construção e aquisição da casa própria.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
255/81	Nelson Carneiro Complementar	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que criou o PRORURAL.	Em tramitação
257/81	Adalberto Sena	Dispõe sobre a situação do servidor habilitado no mesmo concurso público, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
258/81	Gastão Müller	Autoriza a Empresa Brasileira de Filmes S/A — EMBRAFILME, a disciplinar a inclusão obrigatória de filmes nacionais de longa e curta metragem nas programações das estações de televisão.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
259/81	Franco Montoro Complementar	Isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) os produtos hortifrutigranjeiros.	Em tramitação
260/81	Nelson Carneiro Complementar	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que institui o PRORURAL.	Em tramitação
261/81	Jorge Kalume	Altera o art. 37 da Lei 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
262/81	Adalberto Sena	Altera o art. 1º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
263/81	Humberto Lucena	Dispõe sobre a comercialização, uso e controle dos defensivos agrícolas, instituindo receituário agrônômico e dando outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
264/81	Nelson Carneiro	Institui o adicional por tempo de serviço em favor dos trabalhadores em geral.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
265/81	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a equiparação dos trabalhadores em marmoraria e serraria aos trabalhadores em exploração de pedreiras, para efeito de recebimento de aposentadoria especial.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
266/81	Roberto Saturnino	Autoriza o abatimento, da renda bruta, das despesas com o pagamento de aluguéis de imóvel residencial.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
267/81	Nelson Carneiro	Introduz alterações na CLT, objetivando criar condições de maior celeridade no processo judicial do trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
268/81	Lázaro Barboza	Altera a redação do parágrafo único do art. 354 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
269/81	Luiz Fernando Freire	Autoriza as serventias do foro judicial e extrajudicial a prestarem ao público serviços de reprografia, plastificação de documentos e outros assemelhados.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
270/81	Lázaro Barboza	Introduz alterações na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, permitindo a utilização da conta vinculada do FGTS para saldar empréstimos do Programa de Crédito Educativo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
271/81	Gastão Müller	Considera prestação de socorro a intervenção médica arbitrária indispensável à salvação da vida de terceiro.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
272/81	Nelson Carneiro	Estende o direito ao adicional de insalubridade aos trabalhadores que específica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
273/81	Orestes Quércia	Introduz modificação na Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que instituiu "normas gerais sobre desportos".	Arquivado (art. 367 do R.I.)
275/81	Orestes Quércia Complementar	Isenta do Imposto Sobre Transportes (ISTR), a atividade que específica.	Em tramitação
276/81	José Richa	Transforma o Fundo Fiscal 157 em "Fundo 157 — Carajás", e determina outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
277/81	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
278/81	Nelson Carneiro	Restabelece o art. 454 da Consolidação das Leis do Trabalho, com nova redação.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
279/81	Franco Montoro	Dispõe sobre a proibição da produção, comercialização e aplicação de compostos do Dodecil Benceno (DDB — não biodegradáveis).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
280/81	Itamar Franco	Dispõe sobre o impedimento para o exercício da Presidência da República nas hipóteses que específica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
282/81	Orestes Quércia	Revoga o art. 472 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
283/81	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
285/81	Itamar Franco	Cria o Conselho para a Promoção dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Homem.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
286/81	Franco Montoro Complementar	Autoriza os empregados a utilizar o seu saldo PIS-PASEP para a aquisição ou construção de casa própria.	Em tramitação
287/81	Lázaro Barboza Complementar	Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, permitindo a utilização da conta individual do PIS-PASEP para saldar débito perante o Programa de Crédito Educativo.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
288/81	Franco Montoro	Estabelece que as listas para a escolha dos reitores das Universidades estaduais e municipais obedecerão às normas estabelecidas em seus respectivos Estatutos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
289/81	Paulo Brossard	Altera dispositivos do Código de Processo Civil, visando à simplificação de atos processuais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
290/81	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da vigente legislação previdenciária, para o fim de elevar o valor do auxílio-doença devido aos segurados.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
291/81	Humberto Lucena	Introduz modificação na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, que instituiu a Gratificação de Natal, visando a tornar incontroverso o direito do trabalhador ao 13º salário, quando se encontre em gozo de benefício previdenciário.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
292/81	Itamar Franco	Disciplina a formação de banco de dados pessoais e respectivo uso das informações cadastradas.	Em tramitação
293/81	Nelson Carneiro Complementar	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1975, que criou o PRORURAL.	Em tramitação
294/81	Mauro Benevides	Faculta ao eleitor residente no Distrito Federal, nos pleitos para Governador de Estado, Assembléias Legislativas, Senado Federal e Câmara dos Deputados, votar nos candidatos do Estado ou Território em que seja inscrito, introduzindo alteração na Lei nº 6.091, de 15 de agosto de 1974.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
295/81	Roberto Saturnino	Declara de utilidade pública a Associação Fluminense de Engenheiros e Arquitetos de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
296/81	Valdon Varjão	Proíbe a venda ou anúncio de venda de tecidos ou órgãos do corpo humano e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
297/81	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
298/81	Orestes Quércia	Altera a redação do art. 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que modificou a Lei Orgânica da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
299/81	Valdon Varjão	Obriga as empresas que operam consórcio a repassar aos consorciados descontos obtidos do fabricante ou revendedor e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
300/81	Nelson Carneiro Complementar	Modifica dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
301/81	Nelson Carneiro Complementar	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, visando a reduzir a idade limite exigida para obtenção da aposentadoria por velhice, possibilitar a concessão do benefício à mulher do trabalhador rural e indicar a fonte de custeio para tanto.	Em tramitação
302/81	Hugo Ramos	Dispõe sobre a exploração do jogo e abertura dos cassinos na Capital Federal, nas cidades com população mínima de cinco milhões de habitantes, nas estâncias climáticas, balneárias e hidroterápicas e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
303/81	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a concessão, aos empregados da Rede Ferroviária Federal, de passe livre em seus trens, e determina outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
304/81	Raimundo Parente	Dispõe sobre o serviço de vigilância em navios por vigias portuários e determina outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
305/81	Franco Montoro	Elimina a inelegibilidade do dirigente sindical que tenha sido destituído do seu cargo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
306/81	Agenor Maria	Elimina o art. 157 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, Estatuto dos Militares.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
307/81	Amaral Furlan	Restabelece a Loteria do Estado de São Paulo e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
308/81 — DF	Poder Executivo	Altera as alíquotas do imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos a que se refere o art. 31 do Decreto-lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966.	Em tramitação
309/81	Franco Montoro Complementar	Elimina a inelegibilidade política dos líderes sindicais afastados ou destituídos de cargos de direção, administração ou representação de entidade sindical.	Em tramitação
310/81	Raimundo Parente	Prorroga, por dez anos, o prazo assinado no art. 1º da Lei nº 5.755, de 3 de dezembro de 1971, que "isenta do pagamento dos impostos predial e territorial urbano e de transmissão, do Distrito Federal, imóveis adquiridos por componentes da Força Expedicionária Brasileira".	Arquivado (art. 367 do R.I.)
311/81	Humberto Lucena	Altera dispositivo da Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
312/81	Nelson Carneiro Complementar	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.	Em tramitação
313/81	Pedro Simon	Suprime a expressão: "entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não for superior a dois anos", contida no parágrafo 1º do art. 461 da CLT.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
314/81	Orestes Quércia	Introduz modificação na Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
315/81	Paulo Brossard	Dá nova redação ao caput do art. 55 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, Lei Orgânica da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
316/81	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para o fim de impedir qualquer discriminação salarial baseada no sexo dos trabalhadores.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
317/81	Cunha Lima	Dispõe sobre a comercialização de bem móvel durável, pelo sistema de consórcio, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
318/81	Valdon Varjão	Garante aos portugueses residentes no Brasil, que hajam contribuído para a Previdência Social de seu país, a contagem, no regime do Instituto Nacional da Previdência Social — INPS, do tempo de serviço computado no país de origem.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
319/81	Nelson Carneiro	Desobriga os segurados autônomos de contribuir para a previdência social durante o tempo em que estiverem sem trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
320/81	Itamar Franco	Declara nulos os atos que tenham por objetivo assegurar direitos extraordinários aos acionistas minoritários das sociedades de economia mista.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
321/81	Orestes Quércia	Dispõe sobre o congelamento dos aluguéis residenciais, pelo prazo e condições que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
322/81	Paulo Brossard	Dá nova redação aos parágrafos 1º e 2º do art. 13 da Lei nº 4.081, de 20 de dezembro de 1961.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
323/81	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, elevando o valor da alçada para efeito de admissão de recurso ordinário.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
324/81	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
325/81	Franco Montoro	Estabelece o usucapião especial para habitação nas áreas urbanas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
326/81	Leite Chaves	Isenta de correção monetária os débitos de unidades residenciais, cujos adquirentes hajam integralizado 50%, pelo menos, do valor total do respectivo financiamento.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
327/81	Humberto Lucena	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente à proteção do trabalho da mulher.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
328/81	Leite Chaves	Altera os arts. 267 e 303 do Código de Processo Civil, instituindo, após a contestação, uma fase de conciliação nas causas que envolvam interesse econômico ou sejam passíveis de composição financeira.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
329/81	Pedro Simon	Modifica a redação dos incisos I e II do art. 487 da CLT.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
330/81	Agenor Maria	Dispõe sobre professores visitantes das autarquias federais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
331/81	Itamar Franco	Veda a concessão dos incentivos que menciona às pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no exterior.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
332/81	Nelson Carneiro	Isenta da contribuição previdenciária — parte do empregador — as entidades sindicais que prestam assistência médica, odontológica e social a seus associados.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
333/81	Leite Chaves	Dispõe sobre a efetiva integração da assistência técnica no sistema de crédito rural, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
334/81	Nelson Carneiro	Altera a redação dos arts. 234 e 235 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
335/81	João Calmon	Autoriza o Poder Executivo a instituir adicional sobre o preço ao consumidor das bebidas alcoólicas, revertendo o produto dessa arrecadação para o ensino de primeiro e segundo graus.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
336/81	Leite Chaves	Altera o art. 687, caput , do Código de Processo Civil — Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
337/81	Comissão Especial do Júri Popular	Altera dispositivos do Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) e do Código de Processo Penal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
338/81	Cunha Lima	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
339/81	Humberto Lucena Complementar	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou o PIS-PASEP.	Em tramitação
341/81	Valdon Varjão	Regula a votação dos eleitores em trânsito nas cidades de mais de duzentos mil habitantes.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
342/81	Nelson Carneiro Complementar	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.	Em tramitação
343/81	Lourival Baptista	Dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins do Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas com a construção, instalação e manutenção de creches destinadas aos filhos de seus empregados.	À Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
344/81	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho, visando a assegurar trabalho aos arrumadores portuários, mesmo quando existir pessoal nos quadros da administração dos portos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
345/81	Orestes Quêrcia Complementar	Isenta o prédio que seja sede própria de sindicato do Imposto Predial e Territorial Urbano.	Em tramitação
346/81	Humberto Lucena	Altera dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, para o fim de determinar que o pagamento do repouso semanal remunerado compreenda também as horas extraordinárias.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
347/81	Orestes Quêrcia	Acrescenta parágrafo único ao Art. 36 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
348/81	Franco Montoro	Estabelece critério objetivo para a fixação do valor de imóveis dados em enfiteuse.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
349/81	Adalberto Sena	Acrescenta parágrafo ao Art. 322 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
350/81	Itamar Franco	Determina a aplicação do Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933 (Lei de Usura), às entidades integrantes do sistema financeiro.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
351/81	Orestes Quêrcia	Revoga o § 4º do Art. 5º da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
352/81	Itamar Franco	Dispõe sobre a representação por inconstitucionalidade de lei ou ato normativo prevista no Art. 119, item I, letra I, da Constituição Federal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
353/81	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
354/81	Jutahy Magalhães	Modifica a redação do Art. 176 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
355/81	Jutahy Magalhães	Altera a redação do Art. 92, caput , da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
356/81	Humberto Lucena	Modifica dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que institui o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
357/81	Eunice Michiles	Disciplina a impressão em cores das cédulas eleitorais para os pleitos e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
358/81	Orestes Quêrcia	Veda a comercialização dos medicamentos que especifica e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
359/81	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
360/81	Cunha Lima	Dispõe sobre a possibilidade do dependente do empregador rural filiar-se à previdência social, no caso e condição que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
361/81	Adalberto Sena	Acrescenta parágrafo à Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1981.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
362/81	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
363/81	Comissão Diretora	Altera o parágrafo único do art. 5º e o Anexo III da Lei nº 6.908, de 21 de maio de 1981 e dá outras providências.	À Câmara Lei nº 7.045, de 9-11-82
364/81	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 11 da vigente Consolidação das Leis do Trabalho, compatibilizando o prazo prescricional de direitos do diploma consolidado com o da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
365/81	Itamar Franco	Determina que o Poder Executivo exija das representações diplomáticas estrangeiras o cumprimento da legislação trabalhista.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
366/81	Franco Montoro	Dá ao segurado do INPS que deixou de exercer emprego ou atividade o direito de reajustar seu salário de contribuição.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
367/81	Nelson Carneiro	Assegura preferência de subvenção oficial às entidades que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
368/81	Itamar Franco	Fixa como prioritárias para fins de desapropriação as áreas rurais que apresentam tensão social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
369/81	Nelson Carneiro	Estende às pensões percebidas por viúvas de militares os benefícios da Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
370/81	Orestes Quêrcia	Dispõe sobre a regularização dos débitos das municipalidades e suas autarquias ou empresas públicas para com a previdência social, mediante parcelamento ou reparcelamento especial, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
371/81	Valdon Varjão	Proíbe qualquer critério discriminatório envolvendo sexo, raça, credo religioso, trabalho, estatura, idade ou qualquer outra circunstância decorrente do nascimento e independente do direito de escolha pessoal do indivíduo e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
372/81	Humberto Lucena	Altera dispositivo da vigente legislação previdenciária, para o fim de assegurar também ao marido viúvo o direito ao benefício da pensão.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
373/81	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
374/81	Eunice Michiles	Dispõe sobre a Política Econômica do Guaraná, cria a "Superintendência do Guaraná", e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
375/81	José Richa	Dispõe sobre a correção monetária do tributo cobrado em excesso na fonte ou por antecipação, quando de sua restituição ao contribuinte, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
376/81	Eunice Michiles	Determina a criação de Coordenações de Educação Ecológica no ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
377/81	Franco Montoro	Proíbe qualquer espécie de propaganda política nas 48 horas anteriores às eleições, com o objetivo de coibir o abuso do poder econômico.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
378/81	Humberto Lucena *	Introduz alterações na vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
379/81	José Richa *	Dispõe sobre a remoção na magistratura de carreira dos Estados, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
380/81	Nelson Carneiro *	Introduz alteração na Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, que instituiu o salário-família do trabalhador.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
1/82	Nelson Carneiro *	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, para o fim de atribuir competência fiscalizadora às entidades sindicais de trabalhadores rurais, relativamente à prestação de serviço de saúde.	Em tramitação
2/82	Nelson Carneiro *	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
3/82	Franco Montoro *	Assegura a proteção da Previdência Social aos empregados domésticos que já haviam completado a idade de 60 anos na data em que a Lei nº 5.859/72 entrou em vigor.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
4/82	Nelson Carneiro *	Acrescenta dispositivo à vigente Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente ao aviso-prévio.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
5/82	Lenoir Vargas *	Dá nova redação ao art. 92, caput da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

(*) Apresentados no período de convocação extraordinária do Congresso Nacional (6 de dezembro de 1981 a 15 de janeiro de 1982)

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Autor	Ementa	Resultado
6/82	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a denominação dos juizes classistas nas Juntas de Conciliação e Julgamento.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
7/82	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a concessão de passe livre nos trens da RFFSA, aos seus servidores.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
8/82	Nelson Carneiro	Disciplina a proteção dos vertebrados pulmonados aquáticos nas águas jurisdicionais brasileiras.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
9/82	Hugo Ramos	Dispõe sobre prestação de assistência, na área de Fisioterapia, através de empresas de serviços médicos, em regime de convênio, ou contrato com a Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
10/82	Franco Montoro	Permite às pessoas jurídicas deduzir do Imposto de Renda as despesas realizadas com a manutenção de creches.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
11/82	Franco Montoro	Elimina a discriminação contra a mulher trabalhadora permitindo que ela possa retirar, para fins de casamento, até metade do valor de sua conta do FGTS, sem necessidade de rescindir o contrato de trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
12/82	Itamar Franco	Dispõe sobre as atividades brasileiras no Continente Antártico, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
13/82	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o FGTS.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
14/82	Franco Montoro	Estabelece correção monetária quando houver atraso no pagamento do salário.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
15/82	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, na parte em que estabelece critérios para os cálculos de benefícios de prestação continuada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
16/82	Lázaro Barboza	Dispõe sobre a proibição de importação de alho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
17/82	Laélia de Alcântara	Altera arts. do Código Civil (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, as alterações posteriores).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
18/82	Nelson Carneiro	Fixa valores às bolsas distribuídas pelo Programa Especial de Bolsas de Estudo (PEBE), e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
19/82	Laélia de Alcântara	Dá nova redação ao art. 370 do Código Civil.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
20/82	Henrique Santillo	Altera o § 1º do art. 651 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
21/82	Nelson Carneiro	Inclui na administração das Centrais de Abastecimento S.A. — CEASAS, um representante dos produtores de cada Estado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
22/82	Franco Montoro	Institui correção monetária nas indenizações dos representantes comerciais autônomos, estabelece o foro de sua residência nas ações perante a justiça comum e presume a exclusividade de zona de representação.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
23/82	Nelson Carneiro	Isenta de tributos e taxas, inclusive estaduais e municipais, as transmissões imobiliárias que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
24/82	Pedro Simon	Acrescenta letra ao item II e modifica a redação do item III do art. 8º da Lei nº 5.107, de 13-9-66, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
25/82	Comissão Diretora	Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos servidores ativos e inativos do Senado Federal, e dá outras providências.	A Câmara Lei nº 6.921, de 25-5-82
26/82	DF Poder Executivo	Fixa o efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal, altera dispositivo da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977, e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 6.983, de 13-4-82
27/82	Nelson Carneiro	Confere ao Banco Nacional da Habitação as atribuições de construir imóveis residenciais do tipo popular e vendê-los aos interessados, diretamente.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
28/82	Franco Montoro	Elimina prazo de carência para o segurado usufruir da assistência médica da previdência social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
29/82	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei nº 6.367, de 21 de outubro de 1967, que dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo da previdência social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
30/82	Nelson Carneiro	Assegura aos aposentados pelo sistema previdenciário uma renda mensal equivalente ao salário mínimo da respectiva região.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
31/82	Itamar Franco	Disciplina a expedição de credenciais, plenos poderes ou qualquer instrumento que habilite agente diplomático a firmar ato internacional em nome do País.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
32/82	Itamar Franco	Dispõe sobre o envio regular de informações a respeito da evolução da política externa.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
33/82	Jorge Kalume	Prorroga por dois anos a validade do concurso de Fiscal de Contribuições Previdenciárias.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
34/82	Nelson Carneiro	Disciplina a participação do trabalhador na gestão das empresas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
35/82	Itamar Franco	Institui comissão para coibir o uso indevido do poder econômico ou da estrutura administrativa no processo eleitoral.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
36/82	Itamar Franco	Dispõe sobre a apresentação de relatório ao Congresso Nacional após a realização de visita a país estrangeiro pelo Ministro das Relações Exteriores.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
37/82	Nelson Carneiro	Estabelece rito preferencial para a tramitação judicial dos processos que menciona.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
38/82	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à vigente Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de estabelecer a obrigatoriedade de fixação de honorários em favor do advogado do trabalhador-reclamante.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
39/82	Franco Montoro	Regula a aposentadoria de Professores aos 30 anos de atividade e de Professoras após 25 anos de serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
40/82	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de garantir imunidade aos dirigentes sindicais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
41/82	Laélia de Alcântara	Acrescenta art. ao Decreto-lei nº 594 de 27 de maio de 1969, que instituiu a Loteria Esportiva Federal, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
42/82	Laélia de Alcântara	Acrescenta art. à Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, que autoriza modalidade de concurso de prognósticos da Loteria Federal, regida pelo Decreto-lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
43/82	Humberto Lucena	Autoriza o Poder Executivo a estender aos dependentes dos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho a pensão especial de que trata a Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
44/82	Leite Chaves	Dispõe sobre a renúncia da União Federal, quanto a direitos que lhe foram reconhecidos pela Ação Cível nº 73, do Paraná, em que foi Autora: Empresas Incorporadas do Patrimônio Nacional e Réu: o Estado do Paraná, mantendo-se inalteradas as matrículas atuais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
45/82	Passos Pôrto	Institui o "Dia Nacional da Conservação do Solo" a ser comemorado, em todo o País, no dia 15 de abril de cada ano.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
46/82	Lenoir Vargas	Dispõe sobre o consentimento de pai ou mãe brasileiros para que o menor possa se ausentar do País.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
47/82	Poder Executivo DF	Dispõe sobre a criação de cargos na categoria de Técnico de Controle Externo, do Grupo-Atividades de Controle Externo, no Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 7.060, de 6-12-82

Nº	Autor	Ementa	Resultado
48/82	Franco Montoro	Isenta de contribuição previdenciária a construção de casa popular destinada à residência própria.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
49/82	Franco Montoro	Dispõe sobre o enquadramento sindical dos rurícolas da lavoura canavieira como trabalhadores rurais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
50/82	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a retribuição de medicamentos e produtos farmacêuticos, nos casos de remarcação ilegal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
51/82	Laélia de Alcântara	Acrescenta art. à Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, que cria o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
52/82 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, que instituiu o PIS.	Em tramitação
53/82	Raimundo Parente	Assegura à filha solteira, maior de 21 anos, não ocupante de cargo público permanente, a pensão temporária de que trata a Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
54/82	Nelson Carneiro	Considera perigosas, para efeito da vantagem adicional prevista em lei, as atividades dos manobreiros pátios e guarda-chaves ferroviários.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
55/82	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
56/82	Nelson Carneiro	Dispõe sobre exigência a ser observada pelos estabelecimentos que comercializam carnes e outros produtos alimentícios perecíveis de origem animal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
57/82	Itamar Franco	Fixa as especificações da cédula individual de votação a ser adotada no pleito eleitoral de 1982.	A Câmara
58/82	Bernardino Viana	Altera o art. 47 do Decreto-lei nº 277, de 28 de fevereiro de 1967 — Código de Mineração — acrescentando-lhe § 2º e renumerando seu parágrafo único.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
59/82 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação
60/82	Laélia de Alcântara	Acrescenta artigo ao Decreto-lei nº 1.923, de 20 de janeiro de 1982, que modifica a legislação que dispõe sobre o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
61/82	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
62/82	Lázaro Barboza	Fixa data para a transferência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para Brasília.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
63/82	Jaison Barreto	Dispõe sobre o registro de nascimento de filho de brasileiro ausente do País por motivo de natureza política.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
64/82	Nelson Carneiro	Modifica dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
65/82	Itamar Franco	Dispõe sobre a responsabilidade subsidiária dos acionistas ou sócios das empresas pelas obrigações decorrentes do vínculo empregatício.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
66/82	Orestes Quércia	Faculta às donas-de-casa a filiação à previdência social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
67/82	Franco Montoro	Institui seguro que garanta a quitação do contrato de compra de lote urbano a prestações, no caso de morte do adquirente.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
68/82	Franco Montoro	Limita o reajustamento das prestações relativas à casa própria.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
69/82	Orestes Quércia	Altera a redação do § 2º do art. 15 da Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação predial urbana.	Arquivado (art. 367 do R.I.) /
70/82	Nelson Carneiro	Concede benefício fiscal às empresas de qualquer natureza que recrutarem menores carentes, na forma que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
71/82	Humberto Lucena	Introduz alteração na Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, para o fim de considerar crime contra a economia popular a cobrança de taxa de juros de 4% ao mês.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
72/82	Franco Montoro	Estabelece que o direito real de concessão de uso é título hábil para a garantia de empréstimos e financiamentos junto ao Sistema Financeiro de Habitação.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
73/82	Franco Montoro	Revoga disposição que proíbe o pagamento de juros nos depósitos em dinheiro feitos perante a Administração Pública.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
74/82	Gastão Müller	Dispõe sobre a padronização dos contratos relativos ao sistema de consórcio para aquisição de bens e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
75/82	Lázaro Barboza	Acrescenta parágrafo ao art. 552 do Código de Processo Civil.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
76/82	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao caput do art. 17 da Lei nº 6.091, de 15 de agosto de 1974.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
77/82	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos ao Decreto-lei nº 1.641, de 7 de dezembro de 1978, que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas físicas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
78/82	Nelson Carneiro	Altera a redação do parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
79/82	Franco Montoro	Elimina, da Consolidação das Leis do Trabalho, restrições aos acordos salariais celebrados entre empregados e empregadores.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
80/82	Gastão Müller	Veda às emissoras de rádio e televisão fazerem propaganda comercial utilizando-se de frases ou textos em língua estrangeira e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
81/82	Nelson Carneiro	Permite ao eleitor inscrito do Distrito Federal o exercício do direito de voto em candidatos ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ao Governo dos Estados e às Assembléias Legislativas das unidades federadas de sua livre escolha.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
82/82	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a dispensa de emolumentos ou multas no registro de nascimento extemporâneo destinado à obtenção da Carteira de Trabalho e Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
83/82	Itamar Franco	Dispensa a realização de vistoria judicial na hipótese que menciona.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
84/82	Itamar Franco	Submete à aprovação do Senado Federal os contratos visando à obtenção de empréstimos internacionais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
85/82	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao item II do parágrafo único do art. 258 do Código Civil.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
86/82	Gastão Müller	Torna obrigatória a impressão, no rótulo e na bula de produtos industriais que contenham a substância "benzeno", da palavra "veneno" e da indicação do correspondente antidoto, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
87/82	Franco Montoro	Considera, como acidente de trabalho, todo evento que implique em incapacidade para o exercício de atividade profissional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
88/82	Nelson Carneiro	Institui contribuição sobre o custo do prêmio dos seguros de vida e acidentes pessoais, para fins de amparo aos idosos, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
89/82	José Richa	Estende a previdência social às mulheres do lar, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
90/82	Itamar Franco	Dá nova redação ao art. 601 do Código de Processo Civil.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
91/82	Franco Montoro	Elimina dispositivo da Lei de Segurança Nacional que permite a prisão para averiguações sem controle da autoridade judiciária.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
92/82	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
93/82	Gastão Müller	Obriga os cartórios de Vara Cível a fazer comunicação ao Cartório de Distribuição, para efeito de baixa, das ações arquivadas ou julgadas improcedentes.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
94/82	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
95/82	Gastão Müller	Veda a fabricação de veículos automotores de passageiros, com potência superior a 180 HP, que não sejam para consumo a álcool, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
96/82	Evandro Carreira	Dispõe a respeito do prazo de pedido de registro de candidatos às eleições municipais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
97/82	Nelson Carneiro	Modifica o texto do art. 8º da Lei nº 6.978, de 19 de janeiro de 1982, que estatui o voto vinculado para todos os cargos eletivos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
98/82	Evandro Carreira	Estatui prazo de filiação partidária para os candidatos a cargos eletivos municipais, nas eleições de 15 de novembro de 1982.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
99/82	Nelson Carneiro	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, no Capítulo II, do Título V, concernentes ao Enquadramento Sindical.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
100/82	Franco Montoro	Permite ao ex-combatente o recebimento cumulativo de pensões.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
101/82	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, que dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
102/82 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação
103/82	Hugo Ramos	Destina ao Fundo de Assistência ao Atleta Profissional — FAAP, a renda líquida total de um dos concursos de prognósticos esportivos promovidos com base no Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
104/82	Gastão Müller	Faculta aos depositantes terem consignados em seus talões de cheques, fornecidos pelos estabelecimentos bancários, as referências que especifica, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
105/82 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
106/82	Itamar Franco	Acrescenta parágrafo único ao art. 9º da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, assegurando a integração do aviso prévio indenizado no tempo de serviço do empregado para os fins que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
107/82	Itamar Franco	Assegura ao empregado contratado no Brasil para prestar serviços no exterior o direito à assistência médico-hospitalar.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
108/82	Gastão Müller	Autoriza o Ministério da Indústria e Comércio a disciplinar o regime da fabricação de produtos para uso adequado de pessoas canhotas e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
109/82	Itamar Franco	Altera a redação do art. 66 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, que disciplina o instituto de alienação fiduciária, assegurando ao devedor, em qualquer hipótese, a efetiva propriedade do bem dado em garantia.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
110/82	Itamar Franco	Submete à apreciação do Congresso Nacional a exportação, reexportação ou trânsito pelo território nacional de equipamento bélico de qualquer natureza.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
111/82	Itamar Franco	Assegura aos passageiros de aeronave ressarcimento integral dos danos decorrentes de acidente quando decorrer de culpa grave do transportador.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
112/82	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
113/82	Eunice Michiles	Reduz o limite de idade para efeito de adoção, alterando o art. 368, caput , e parágrafo único da Lei nº 3.071, de 1916 (Código Civil), bem como o art. 32, caput , da Lei nº 6.697, de 1979 (Código de Menores).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
114/82	Eunice Michiles	Dispõe sobre licença especial para a empregada adotante de menor de 2 (dois) anos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
115/82	Itamar Franco	Institui o seguro obrigatório para cobrir os riscos decorrentes da atividade industrial poluente.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
116/82	Gastão Müller	Dispõe sobre a impressão da data de fabricação e do respectivo prazo de validade nas embalagens de produtos industrializados destinados à alimentação humana.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
117/82	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
118/82	Orestes Quércia	Revoga dispositivo da Lei nº 4.505, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
119/82	Orestes Quércia	Altera a redação do caput do art. 1º da Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que instituiu amparo previdenciário para os maiores de setenta anos de idade e para os inválidos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
120/82 (Complementar)	Nelson Carneiro	Estende aos trabalhadores rurais o regime da previdência e assistência social urbana e dá outras providências.	Em tramitação
121/82	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatuiu normas reguladoras do trabalho rural.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
122/82 (Complementar)	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo único ao art. 12 da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que dispõe sobre o PRO-RURAL.	Em tramitação
123/82	Paulo Brossard	Permite a empregador em mora recolher contribuição previdenciária do empregado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
124/82 (Complementar)	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação
125/82	Nelson Carneiro	Altera a redação do § 1º do art. 478 da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de garantir direito à indenização ao trabalhador despedido sem justa causa antes de completado um ano de serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
126/82	Raimundo Parente	Dispõe sobre o prazo extinto do direito de lançamento do imposto sobre a renda.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
127/82	Paulo Brossard	Permite a trabalhador o recolhimento parcelado de contribuições previdenciárias relativas ao tempo em que esteve desempregado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
128/82	Hugo Ramos	Dispõe sobre a validade dos votos atribuídos a partido político nos municípios em que a agremiação não tenha candidatos a prefeito, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
129/82	Hugo Ramos	Autoriza o Governo Federal a desapropriar área no Município do Rio de Janeiro — RJ.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
130/82	Jutahy Magalhães	Acrescenta parágrafo ao art. 73 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
131/82	Nelson Carneiro	Disciplina o uso de caracteres tipográficos nas publicações obrigatórias.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
132/82	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o parcelamento do Imposto sobre a propriedade rural (ITR).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
133/82	Orestes Quércia	Altera dispositivos da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
134/82	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
135/82	Hugo Ramos	Altera a Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
136/82	Hugo Ramos	Autoriza o Ministério da Educação e Cultura a destinar verba anual para manutenção do Memorial JK.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
137/82	Gastão Müller	Altera o art. 132 do Código Penal e revoga o art. 34 da Lei das Contravenções Penais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
138/82	Poder Executivo DF	Estende aos Conselheiros, Auditores e Procurador-Geral do Tribunal de Contas do Distrito Federal, o disposto da Lei nº 6.554, de 21 de agosto de 1978, e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 7.034 de 5-10-82
139/82	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, no capítulo concernente aos dependentes do segurado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
140/82	Pedro Simon	Fixa prazo para restituição do Imposto sobre a Renda descontado na fonte.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
141/82	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
142/82	Nelson Carneiro	Introduz modificações na vigente Consolidação das Leis do Trabalho, no Título V, concernente à Organização Sindical, para o fim de instituir o representante sindical.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
143/82	Aderbal Jurema	Denomina "Jornalista Carlos Rios" o trecho da rodovia BR-424 entre as Cidades de Arcoverde e Garanhuns, no Estado de Pernambuco.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
144/82	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao art. 450 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
145/82	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, que dispõe sobre o Plano de Assistência ao Funcionário e sua Família.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
146/82	Evandro Carreira	Estabelece a remuneração máxima permitida a quaisquer trabalhadores do setor privado ou público, eleva e unifica o valor do salário mínimo e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
147/82	Itamar Franco	Isenta de qualquer tributação os proventos da aposentadoria e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
148/82	Orestes Quércia	Introduz modificação na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, visando possibilitar a expedição de atos normativos coibindo o uso indiscriminado de medicamentos antibióticos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
149/82	Orestes Quércia	Dispõe sobre a retirada e transplante de córneas para finalidades terapêuticas, independentemente de prévia doação formal, nas condições que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
150/82 (Complementar)	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, que dispõe sobre a remuneração de Vereadores.	Em tramitação
151/82	Pedro Simon	Revoga o Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, que dispõe sobre contribuições para o custeio da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
152/82	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 130, caput , da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
153/82	Nelson Carneiro	Estabelece condição especial de atualização de débitos para com a previdência social, no caso que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
154/82	Mauro Benevides	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982, que instituiu o FINSOCIAL.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
155/82	Pedro Simon	Fixa prazo para atualização de valores previstos em tabelas de incidência do Imposto sobre a Renda na fonte e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
156/82	Jorge Kalume	Denomina "Rodovia Euclides da Cunha" a rodovia federal BR-364 que liga as cidades acreanas de Rio Branco e Cruzeiro do Sul — fronteira com o Peru.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
157/82	Lomanto Júnior	Estabelece limite de tempo à utilização de serviços das empresas de trabalho temporário.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
158/82 (Complementar)	Itamar Franco	Veda a instituição ou majoração de tributo por decreto-lei e dá outras providências.	Em tramitação
159/82	Itamar Franco	Proíbe a cobrança de taxa, emolumento ou remuneração, por parte dos agentes do Sistema Financeiro de Habitação, nas cessões de direito oriundas de financiamento.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
160/82	Laélia de Alcântara	Restringe a disponibilidade dos bens imóveis do analfabeto.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
161/82	Itamar Franco	Determina o pagamento em dobro da parcela salarial impugnada sem relevante fundamento jurídico.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
162/82	Itamar Franco	Torna obrigatória a referência ao domicílio das partes nos contratos versando sobre direitos reais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
163/82	Orestes Quércia	Dá nova redação ao § 1º do art. 24 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
164/82	Itamar Franco	Assegura ao contribuinte do Imposto sobre a Renda o direito de abater a integralidade das despesas com a saúde, educação, habitação e juros provenientes de dívidas pessoais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
165/82	Lázaro Barboza	Dispõe sobre a proibição da exigência de saldo médio bancário para as pequenas e médias empresas nas operações de crédito, desconto ou financiamento.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
166/82 DF	Poder Executivo	Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o Exercício Financeiro de 1983.	A Sanção Lei nº 7.054 de 6-12-82
167/82	Nelson Carneiro	Introduz modificação na legislação acidental do trabalho (Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
168/82	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafo único ao art. 36 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
169/82	Orestes Quércia	Introduz alterações no art. 531 da Consolidação das Leis do Trabalho, atribuindo ao Tribunal Superior do Trabalho competência para expedir instruções regulando as eleições sindicais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
170/82	Dulce Braga	Dispõe sobre revogação da letra "b" do art. 39 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
171/82	Jorge Kalume	Institui zona franca na cidade de Cruzeiro do Sul, município do Estado do Acre, pelo prazo que especifica, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
172/82	Moacir Duarte	Acrescenta letra ao item II do art. 275 do Código de Processo Civil, instituindo o rito sumariíssimo para as ações constitutivas de servidão legal de aqueduto.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
173/82	Moacir Duarte	Altera dispositivo da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, possibilitando o divórcio entre pessoa nunca antes divorciada e outra já divorciada anteriormente.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
174/82	Dulce Braga	Modifica dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o FGTS.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
175/82	Dulce Braga	Dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, reajustando o salário mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
176/82	Dulce Braga	Dá nova redação a dispositivo do art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
177/82	Dulce Braga	Introduz alteração na legislação orgânica da previdência social (Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
178/82	Dulce Braga	Introduz alteração na Lei Orgânica da Previdência Social, dispondo sobre aposentadoria especial aos portadores de deficiência física.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
179/82	Dulce Braga	Altera dispositivo do Código de Processo Civil.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
180/82	Dulce Braga	Suprime dispositivo da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
181/82	Milton Cabral	Dispõe sobre normas a serem obedecidas nos processos relativos à privatização das empresas estatais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
182/82 DF	Poder Executivo	Autoriza o Governo do Distrito Federal a contrair empréstimo interno destinado ao Desenvolvimento do Programa de Aglomerados Urbanos.	À Sanção Lei nº 7.039, de 11-10-82
183/82 DF	Poder Executivo	Autoriza o Governo do Distrito Federal a contrair empréstimo para aparelhamento do Hospital Regional da Asa Norte.	À Sanção Lei nº 7.036, de 5-10-82
184/82	Murilo Badaró	Submete à prévia autorização legislativa a participação das Forças Armadas em operação internacional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
185/82	Itamar Franco	Submete à prévia aprovação legislativa toda transação ou acordo visando solucionar litígio entre a administração pública e pessoa física ou jurídica estrangeira.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
186/82	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
187/82	Nelson Carneiro	Institui a Semana do Jovem, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
188/82	José Lins	Altera a redação do art. 1º da Lei nº 6.686, de 11 de setembro de 1979.	À Câmara
189/82	Franco Montoro	Altera a redação do art. 465 do Código de Processo Civil.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
190/82 DF	Poder Executivo	Dispõe sobre a delegação de competência na Administração do Distrito Federal.	À sanção Lei Lei nº 7.063, de 6-12-82
191/82	Itamar Franco	Inclui, entre os crimes contra a economia popular, a evasão de divisas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
192/82	Itamar Franco	Disciplina a venda das reservas de ouro do País no mercado internacional, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
193/82	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a atualização e reajustamento contínuo do valor do selo a que se refere a Lei nº 909, de 8 de novembro de 1949, destinado a obter recursos para assistência à prole dos hansenianos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
194/82	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de refeições no local, a cargo da empresa e mediante desconto salarial, nas condições que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
195/82	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao art. 4º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
196/82	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao art. 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
197/82	Nelson Carneiro	Estende aos pequenos e médios proprietários rurais os incentivos já deferidos a motoristas de táxi para aquisição de carros a álcool.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
198/82	Aloysio Chaves	Dispõe sobre a reabertura de prazo para opção prevista na Lei nº 6.915, de 1º de junho de 1981, aos Juízes do Trabalho, oriundos da 8ª Região.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
199/82	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, para o fim de estabelecer um piso para os benefícios previdenciários de prestação continuada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
200/82	Nelson Carneiro	Revoga a Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, que instituiu a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
201/82	Orestes Quêrcia	Estende o seguro de acidentes do trabalho rural aos pequenos proprietários, parceiros, arrendatários, posseiros e afins.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
202/82	Orestes Quêrcia	Dispõe sobre revogação do art. 357 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
203/82	Nelson Carneiro	Revoga dispositivos da Lei nº 7.016, de 23 de agosto de 1982, que dispõe sobre a reversão para cargos integrantes do plano de Classificação instituído pela Lei nº 5.645, de 1970.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
204/82	Gastão Müller	Veda a comercialização de plantas ornamentais venenosas, tóxicas ou nocivas à saúde.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
205/82	Orestes Quêrcia	Introduz alterações no art. 472 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
206/82	Orestes Quêrcia	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
207/82	Orestes Quêrcia	Acrescenta § 3º ao art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
208/82	Orestes Quércia	Altera a redação do art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
209/82	Orestes Quércia	Altera a redação do item I do art. 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
210/82	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
211/82	Orestes Quércia Complementar	Introduz alteração no dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que trata da aposentadoria do trabalhador rural.	Em tramitação
212/82	Orestes Quércia	Altera dispositivo da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que introduz modificações na legislação previdenciária.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
213/82	Orestes Quércia	Modifica dispositivo da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
214/82	Orestes Quércia	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
215/82	Orestes Quércia	Acrescenta item IV ao art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
216/82	Gastão Müller	Dispõe sobre a comercialização de produto industrial que contenha substância tóxica ou venenosa.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
217/82	Martins Filho	Altera disposições da legislação eleitoral.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
218/82	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
219/82	Cunha Lima	Altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho — aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
220/82	Cunha Lima	Da nova redação ao art. 354 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
221/82	Martins Filho	Altera disposição da legislação partidária.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
222/82	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte que disciplina a jornada de trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
223/82	Comissão Diretora	Altera a estrutura da Categoria Funcional de Técnico em Comunicação Social, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, do Quadro Permanente do Senado Federal, e dá outras providências.	A Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
224/82	Jorge Kalume	Autoriza o Poder Executivo a instalar os cursos superiores que menciona, no Município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
225/82	Orestes Quércia	Altera a redação do art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, de modo a inovar os critérios de fixação dos períodos de férias dos empregados.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
226/82	Orestes Quércia	Dá nova redação ao art. 391 da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentando-lhe o parágrafo que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
227/82	Orestes Quércia	Restabelece o art. 398 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
228/82	Orestes Quércia	Altera a redação do art. 1.150 do Código Civil, de modo a tornar mais explícita a retrocessão a que se refere o dispositivo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
229/82	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que instituiu amparo previdenciário para os idosos e inválidos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
230/82	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivos à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, permitindo a utilização da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, no caso de nascimento de filho do empregado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
231/82	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafo único ao art. 439 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
232/82	Orestes Quércia	Altera a redação do art. 474 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
233/82	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
234/82	Orestes Quércia	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
235/82	Orestes Quércia	Restabelece o art. 505 da Consolidação das Leis do Trabalho, com nova redação.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
236/82	Orestes Quércia	Altera a redação do § 3º do art. 5º da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
237/82	Orestes Quércia	Dispõe sobre o pagamento em dobro do auxílio-natalidade, no caso que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
238/82	Orestes Quércia	Dá nova redação ao § 2º do art. 6º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, determinando o reconhecimento do atestado médico do sindicato, desde que exista convênio com a instituição previdenciária.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
239/82	Orestes Quércia	Acrescenta alínea ao inciso II e modifica a redação do inciso III, ambos do art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
240/82 DF	Poder Executivo	Autoriza o Governo do Distrito Federal a contrair empréstimo interno destinado à melhoria das características de estradas vicinais.	Em tramitação
241/82	Benedito Ferreira	Dispõe sobre a exploração da navegação turística no transporte de passageiros, ao longo da costa brasileira e entre portos brasileiros, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

c) EMENDADOS PELA CÂMARA

Nº	Autor	Ementa	Resultado
116/76	Fausto Castello Branco (nº 3.837, de 1977, na Câmara dos Deputados)	Inclui, entre as atribuições do MOBREAL, a difusão de rudimentos de educação sanitária.	A sanção Lei nº 7.051 de 2-12-82
4/79	Nelson Carneiro (nº 1.677, de 1979, na Câmara dos Deputados)	Estende aos depósitos judiciais em dinheiro, ordenados por outras autoridades judiciárias, a correção monetária prevista para os ordenados por juízes federais.	Em tramitação
118/74	Comissão do Distrito Federal (nº 914, de 1979, na Câmara dos Deputados)	Define os crimes de responsabilidade do Governador e dos Secretários do Governo do Distrito Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
187/79	Aloysio Chaves (nº 2.834, de 1980, na Câmara dos Deputados)	Revoga o § 3º do art. 899, o art. 902 e seus parágrafos, e modifica a redação da alínea f do inciso I do art. 702, da alínea b do art. 894, da alínea a do art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como do art. 9º da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970.	A sanção Lei nº 7.033 de 5-10-82
272/78	Otto Lehmann (nº 2.006/78, na Câmara dos Deputados)	Dá nova redação à alínea a do art. 32 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.	Em tramitação

d) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Lei do Senado:

I — Total dos Projetos	1.114
Sendo:	
oriundos de sessões legislativas anteriores	878
recebidos nesta sessão legislativa	236

Aprovados e enviados à sanção (desta sessão legislativa)	7
Aprovados e enviados à Câmara	8
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	4
desta sessão legislativa	4
Rejeitados (de sessões legislativas anteriores)	5
Em andamento (inclusive sobrestados)	77
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	66
desta sessão legislativa	11
Arquivados (art. 367 do Regimento Interno)	1.012
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	798
desta sessão legislativa	214
II — Emendados pela Câmara (de sessões legislativas anteriores)	5
Sendo:	
enviados à sanção	2
em andamento	3

D.5.2 — PROJETO DE LEI DA CÂMARA

DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
106/66		314/63	Dispõe sobre o consumo do carvão nacional nas empresas siderúrgicas a coque.	Em tramitação
115/75		1.411/73	Veda a ocupante de cargos de ministros e conselheiros a aposentadoria antes de quatro anos de exercício no cargo.	Em tramitação
15/76		76/75	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
88/76		1.106/75	Dá nova redação aos §§ 3º e 4º do art. 2º da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, que dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências.	Sobrestado
12/77		1.203/73	Acrescenta inciso ao art. 87 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.	Em tramitação
22/77		382/75	Acrescenta parágrafos ao art. 766 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).	Em tramitação
26/77		996/75	Altera a redação do art. 147 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).	Em tramitação
38/77		82/75	Dispõe sobre padronização de embalagens, e dá outras providências.	Em tramitação
40/77		2.155/76	Dispõe sobre o registro de entidades no Conselho Nacional de Serviço Social, sobre concessão, pagamento e prestação de contas de subvenções sociais, e dá outras providências.	Em tramitação
49/77		395/75	Altera a redação da letra "a" do art. 3º da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração.	Em tramitação

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
51/77	3.107/76		Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 5.757, de 3 de dezembro de 1971, que estabelece regime de gratificação ao pessoal à disposição do FUNRURAL, e dá outras providências.	Em tramitação
53/77	227/75		Dispõe sobre condições a observar na renovação de contratos de atletas profissionais, e dá outras providências.	Em tramitação
67/77	1.885/76		Exige a inscrição do CPF e do RG dos devedores, nos títulos de crédito que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
83/77	3.110/76		Acrescenta parágrafos aos arts. 3º e 9º e altera a redação do art. 10 de Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, dispondo sobre limitação das indenizações por danos pessoais e materiais, cobertos pelos seguros de responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores de via terrestre.	Em tramitação
111/77	288/75		Dispõe sobre a substituição de certificado de escolaridade pelo título de eleitor, nos casos de admissão em emprego.	Em tramitação
141/77	1.068/75		Dispõe sobre o trabalho de excepcional nas oficinas protegidas e em trabalho competitivo.	Em tramitação
19/78	838/75		Proíbe a cobrança ao adquirente de casa própria, por intermédio do Sistema Financeiro de Habitação, de obras de equipamento comunitário e de infraestrutura urbana.	Em tramitação
29/78	1.725/75		Define as infrações penais relativas à circulação de veículos, regula o respectivo processo e julgamento, e dá outras providências.	Em tramitação
25/78	1.626/75		Permite a dedução do Imposto de Renda de gastos com assistência médica, inclusive radiografias, exames de laboratório e cirurgias, no caso e condições que especifica.	Em tramitação
26/78	317/75		Regula o exercício da profissão de Técnico em Radiologia, e dá outras providências.	Em tramitação
37/78	2.252/76		Dispõe sobre a proteção contra incêndios.	Em tramitação
39/78	629/75		Regula a atividade das empresas de recrutamento, seleção, assessoria, consultoria e orientação profissional, e dá outras providências.	Rejeitado (art. 278 do R.I.)
51/78	1.465/75		Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências.	Em tramitação
67/78	3.464/77		Dispõe sobre o concurso de livre-docência e os títulos de doutor e livre-docente.	Em tramitação
71/78	750/72		Regula a atividade profissional nos jornais de empresas.	Em tramitação
76/78	3.594/77		Introduz alteração na Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos.	Em tramitação

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
78/78	2.785/76		Dá nova redação ao art. 24 da Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971, que institui o Código da Propriedade Industrial.	Em tramitação
82/78	2.883/76		Estende a todas as espécies de animais o processo de abate com prévia insensibilização por métodos técnico-científicos.	Em tramitação
100/78	2.002/76		Institui o salário adicional para os empregados no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade.	Em tramitação
102/78	2.357/76		Faculta o abatimento do Imposto de Renda das contribuições para as igrejas de quaisquer credos, na forma que menciona.	Em tramitação
109/78	1.964/76		Altera a redação do art. 126 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa, e dá outras providências.	Em tramitação
115/78	3.441/77		Dispõe sobre a obrigatoriedade de fixar prazo de validade para consumo nas embalagens dos produtos que especifica.	Em tramitação
127/78	1.423/75		Proíbe a pesca predatória, e dá outras providências.	Em tramitação
131/78	2.961/76		Dispõe sobre a propaganda e a publicidade nas entidades executantes dos serviços de radiodifusão e determina outras providências.	Em tramitação
146/78	243/78		Dispõe sobre as profissões de distribuidores e de vendedores de jornais e revistas.	Em tramitação
12/79	1.686/75		Modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
13/79	4.907/78		Acrescenta parágrafos ao art. 20 e dá nova redação ao art. 586, ambos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).	Em tramitação
17/79	1.019/75		Altera o § 1º do art. 2º da Lei nº 6.281, de 9 de dezembro de 1975.	Em tramitação
35/79	1.657/75		Autoriza o Governo Federal a instituir a Fundação Universidade Federal de Campina Grande, e dá outras providências.	Em tramitação
45/79	924/75		Isenta da contribuição ao Instituto Nacional de Previdência Social, como empregadores, as entidades que prestam assistência médica aos seus associados.	Em tramitação
47/79	2.714/76		Dispõe sobre a padronização e o uso de embalagens destinadas ao acondicionamento de cargas na carroçaria de veículo automotor, e dá outras providências.	Em tramitação
65/79	4.257/77		Autoriza a alienação de imóveis residenciais da Rede Ferroviária Federal a seus ocupantes.	Em tramitação

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
68/79	2.248/76		Define o comportamento exigível às empresas que operam no Território Nacional sob o controle de capital estrangeiro.	Em tramitação
69/79	4.905/78		Altera a redação do caput do art. 1º da Lei nº 6.463, de 9 de novembro de 1977, que torna obrigatória a declaração do preço total nas vendas a prestação, e dá outras providências.	Em tramitação
76/79	1.322/79		Disciplina o parcelamento da Taxa Rodoviária Única — alterando a redação do § 3º do art. 2º do Decreto-lei nº 999, de 21 de outubro de 1969 e acrescenta ao mesmo artigo os §§ 4º e 5º, e dá outras providências.	Em tramitação
79/79	1.511/75		Acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, alterada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.	Em tramitação
82/79	2.255/79		Altera a redação do inciso I e do § 3º do art. 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
104/79	3.923/77		Especifica condições para inscrição e registro de embarcações.	Em tramitação
106/79	2.650/76		Dispõe sobre a responsabilidade civil das agências de empregados domésticos.	A Câmara
109/79	4.052/77		Dispõe sobre a proibição do fabrico e da venda de medicamentos e insumos farmacêuticos, cuja venda tenha sido interdita no país de origem da fórmula.	Em tramitação
16/80	28/79		Dá nova redação ao § 4º do art. 79 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).	Em tramitação
20/80	1.410/73		Modifica a Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, instituindo Fundo Especial para a construção de creches e escolas pré-primárias.	Em tramitação
21/80	1.015/79		Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.	Em tramitação
22/80	147/79		Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre a profissão de Bibliotecário, e dá outras providências.	Em tramitação
25/80	920/79		Define como crime contra a segurança nacional a manutenção de depósito em moeda estrangeira no exterior, fora dos casos previstos em lei.	Em tramitação
31/80	3.329/76		Dispõe sobre a frequência escolar de estudantes no exercício de mandato legislativo municipal.	Em tramitação
45/80	1.761/79		Regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.	A Câmara

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
49/80		68/79	Dispõe sobre a propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas e determina outras providências.	Em tramitação
53/80		1.045/79	Altera o § 2º do art. 10 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que "dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias", acrescenta-lhe novos parágrafos, regulamentando a realização de obras externas e internas nos edifícios, o quorum para decisões nas reuniões de condomínio, e dá outras providências.	Em tramitação
57/80		4.625/77	Acrescenta § 5º ao art. 169 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.	Em tramitação
58/80		1.693/79	Acrescenta parágrafo ao art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
62/80		1.871/79	Dá nova redação ao art. 5º da lei nº 6.678, de 14 de agosto de 1979, que dispõe sobre a requisição de servidores públicos da administração direta e autárquica pela Justiça Eleitoral e dá outras providências.	Em tramitação
75/80		709/79	Institui o "Dia Nacional das Relações Públicas".	Em tramitação
93/80		1.151/79	Dispõe sobre incentivos à produção de álcool e determina outras providências.	Em tramitação
95/80		3.308/77	Institui o Dia Nacional da Poesia.	Em tramitação
96/80		144/79	Define ilícitos de natureza fiscal e estabelece prazo de prescrição.	Em tramitação
98/80		3.181/80	Dispõe sobre isenção da multa prevista no art. 8º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.	Em tramitação
1/81		865/79	Assegura matrícula, nas escolas de qualquer nível, aos servidores que especifica.	Em tramitação
3/81		1.889/76	Altera a redação dos arts. 7º, 9º e 10 da Lei nº 6.223, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a fiscalização financeira e orçamentária da União, pelo Congresso Nacional, e dá outras providências.	Em tramitação
4/81		4.469/77	Introduz modificação na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
5/81		3.035/80	Altera o art. 1º da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de serviço público federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.	Em tramitação
6/81		237/79	Fixa em oito horas a jornada de trabalho dos vigias.	Em tramitação
7/81		1.663/79	Dá a denominação de Rodovia dos Guararapes ao trecho da BR-101, que menciona.	Em tramitação
8/81		254/79	Acrescenta parágrafos ao art. 811 do Código Civil.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
9/81	2.031/79	Acrescenta incíso ao art. 649 do Código de Processo Civil, para tornar impenhorável o imóvel hipotecado ao Sistema Financeiro de Habitação.	Em tramitação
10/81	1.529/79	Dispõe sobre a aposentadoria, com proventos integrais, dos ex-combatentes segurados da Previdência Social.	Em tramitação
12/81	38/79	Altera a redação da Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos, e dá outras providências.	Em tramitação
13/81	78/79	Introduz modificações na Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.	Em tramitação
14/81	2.977/80	Suprime a alínea b do art. 39 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
15/81	1.909/79	Acrescenta parágrafo ao art. 129 do Código Penal, instituído pelo Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	Em tramitação
16/81	1.325/79	Inclui ligação rodoviária na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, do Plano Nacional de Viação, instituído pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973.	Em tramitação
17/81	573/79	Altera a redação do art. 484 da Consolidação das Leis do Trabalho, que dispõe sobre a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho.	Em tramitação
20/81	1.091/79	Altera dispositivos da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, facultando-lhes permitirem ou não, em seus estatutos, a representação de associados nas assembléias gerais.	Em tramitação
22/81	1.517/75	Dispõe sobre licença motivada por interesses particulares, dos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.	Rejeitado (art. 278 do R.I.)
23/81	1.041/79	Dá nova redação ao § 2º do art. 43 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação
24/81	285/79	Dá nova redação ao art. 245 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	Em tramitação
25/81	6/79	Introduz alterações na Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil, no que se refere à arrematação de bens penhorados.	Em tramitação
26/81	1.128/79	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na parte referente à administração e à eleição sindicais.	Rejeitado (art. 278 do R.I.)

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
28/81		47/79	Altera a redação do art. 379 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
29/81		960/79	Dispõe sobre os requisitos para a venda de espingarda de ar comprimido.	Em tramitação
30/81		623/75	Acrescenta parágrafos ao art. 460 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, disciplinando a admissão de novo empregado em vaga decorrente de dispensa sem justa causa, e dá outras providências.	Em tramitação
31/81		2.098/79	Arrescenta dispositivo ao art. 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que altera a legislação da previdência social.	À Sanção Veto total
32/81		3.033/78	Altera dispositivo da Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964, que regula a profissão de corretor de seguros, e dá outras providências.	Em tramitação
33/81		3.310/77	Dispõe sobre as comemorações dos feriados, e dá outras providências.	Em tramitação
34/81		3.658/80	Acrescenta parágrafo ao art. 234 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	Em tramitação
36/81		198/79	Assegura direitos aos empregados no caso de falência ou concordata da empresa.	Em tramitação
37/81		1.795/70	Acrescenta parágrafo ao art. 65 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências.	Em tramitação
38/81		2.930/70	Altera dispositivos da Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos.	Em tramitação
39/81		369/79	Altera dispositivo de aposentadoria da Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
40/81		354/79	Dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação de histórias em quadrinhos nacionais e determina outras providências.	Em tramitação
41/81		2.443/79	Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e dá outras providências.	À Câmara Lei nº 7.003, de 24-6-82
43/81		217/79	Veda a cobrança de juros de mora sobre título cujo vencimento se dê em feriado, sábado ou domingo.	Em tramitação
44/81		587/79	Veda aos veículos de comunicação de massa (rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, cartazes, anuários ou qualquer outro tipo de publicação) aceitar a autorização ou a veiculação de anúncios e de comerciais que não sejam negociados, produzidos, criados, filmados, gravados, copiados — imagem e som — por profissionais e empresas brasileiras.	Em tramitação

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
45/81	650/79		Altera dispositivo da Lei nº 6.032, de 30 de abril de 1974, que dispõe sobre o Regimento de Custas de Justiça Federal, para o fim de determinar o prevailecimento dos arts. 789 e 790 da Consolidação das Leis do Trabalho, sempre que se tratar de litígio decorrente de relação de trabalho.	Em tramitação
47/81	286/79		Estabelece a obrigatoriedade de práticas agrícolas no ensino de 1º e 2º graus, nas escolas que menciona, e determina outras providências.	Em tramitação
48/81	4.709/78		Introduz alterações no art. 243 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.	Em tramitação
49/81	946/79		Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de empresas beneficiadas com incentivos fiscais na área de atuação da SUDENE.	Em tramitação
50/81	2.048/79		Dá nova redação ao § 2º do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre o fornecimento de transporte para o trabalhador.	Em tramitação
51/81	1.468/79		Dispõe sobre a criação do Instituto de Energia Solar, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte — UFRN.	Em tramitação
52/81	2.051/79		Dispõe sobre o valor anual das bolsas concedidas através do Serviço Especial de Bolsas de Estudos — PEBE.	Em tramitação
53/81	614/79		Introduz alterações no Decreto-lei nº 70, de 21 de novembro de 1966, e na Lei nº 5.741, de 1º de dezembro de 1971, que dispõem sobre cédula hipotecária e a cobrança de crédito hipotecário vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação.	Em tramitação
54/81	435/79		Inclui a filha desquitada, divorciada ou viúva entre os beneficiários do servidor público federal civil, militar ou autárquico.	Em tramitação
55/81	1.186/79		Torna obrigatória a licitação nos casos de alienação de bem público e em hipóteses de aquisição ou arrendamento de bem imóvel destinado ao Serviço Público, introduzindo alterações no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, e determina outras providências.	Em tramitação
56/81	4.524/77		Dispõe sobre a gratuidade na expedição de documentos pelas repartições públicas, nos casos e condições que especifica.	Em tramitação
57/81	2.109/79		Altera a Lei nº 5.269, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil, na parte relativa ao procedimento sumaríssimo.	Em tramitação
58/81	1.595/79		Dispõe sobre a legitimação adotiva, e dá outras providências.	Em tramitação
59/81	1.894/79		Inclui na Relação Descritiva das Ferrovias do Plano Nacional de Viação, instituído pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, ferrovia transversal ligando Belém—São Luís—Teresina.	Em tramitação

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
61/81	2.014/79		Acrescenta parágrafos ao art. 145 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
62/81	422/79		Altera a redação da alínea f do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
63/81	2.087/79		Modifica a redação do § 2º do art. 20 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
64/81	1.874/79		Dá nova redação ao § 1º do art. 474 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 — Código de Processo Penal.	Em tramitação
65/81	2.471/79		Altera a redação do parágrafo único do art. 17 da Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977, que dispõe sobre a organização política e administrativa dos Municípios, dos Territórios Federais, e dá outras providências.	A sanção Lei nº 6.988, de 13-4-82
66/81	1.412/79		Dispõe sobre a alienação de imóveis da União, nas condições que menciona.	Em tramitação
67/81	3.506/80		Dá nova redação ao § 4º do art. 662 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
68/81	1.895/79		Inclui na Relação Descritiva das Ferrovias do Plano Nacional de Viação, instituído pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, ferrovia radial ligando Brasília a Belém.	Em tramitação
69/81	816/79		Dá nova redação ao art. 110 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito, determinando o pagamento, pelo infrator, de multa de trânsito de sua responsabilidade.	Em tramitação
70/81	10/79		Modifica dispositivos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Novo Código Florestal.	Em tramitação
71/81	81/79		Modifica a redação do caput do art. 7º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui o sistema financeiro para aquisição da casa própria.	Em tramitação
73/81	678/79		Dispõe sobre a exigência de certificado de conclusão de curso de especialização em Medicina Aplicada à Educação Física para o exercício das funções de Médico Assistente de Educação Física e Desportos, nos estabelecimentos que especifica.	Em tramitação
74/81	1.563/79		Altera a redação da Lei nº 6.664, de 26 de junho de 1979, que disciplina a profissão de Geógrafo.	Em tramitação
75/81	638/79		Altera a redação do art. 210 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
79/81	3.247/80		Dispõe sobre a obrigatoriedade de aplicação em projetos específicos dos créditos e financiamentos de organismos governamentais e daqueles provenientes de incentivos fiscais.	Em tramitação
80/81	2.253/79		Dispõe sobre o prazo para o registro de nascimento.	Em tramitação

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
81/81	3.123/80		Assegura os direitos de autores teatrais.	Em tramitação
82/81	2.768/80		Altera o art. 280 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
83/81	2.101/79		Altera o art. 237 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil, e dá outras providências.	Em tramitação
84/81	3.464/80		Institui o "Dia Nacional de Combate ao Fumo".	Em tramitação
85/81	3.652/80		Altera dispositivos da Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978, dispondo sobre os Conselhos Federal e Regionais de Economia.	Em tramitação
86/81	609/79		Acrescenta parágrafo único ao art. 893 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre a notificação, por via postal, das decisões dos Tribunais do Trabalho.	Em tramitação
88/81	417/79		Acrescenta dispositivos à Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
89/91	4.982/81		Altera dispositivos das Leis n.ºs 5.478, de 25 de julho de 1968, e 6.515, de 26 de dezembro de 1977.	Em tramitação
90/81	4.779/81		Retifica, sem ônus, a Lei nº 6.867, de 3 de dezembro de 1980, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1981.	A Câmara
91/81	760/79		Introduz alterações no Plano Rodoviário Nacional, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, no que se refere ao traçado da BR-359.	Em tramitação
92/81	3.820/80		Acrescenta parágrafo ao art. 659 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
95/81	2.297/79		Altera a redação do caput do art. 227 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre a jornada de trabalho dos empregados nos serviços de telefonia, de telegrafia submarina e subfluvial, de radiotelegrafia e radiotelefonia.	Em tramitação
96/81	1.542/79		Dá nova redação ao art. 12 da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que "dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas".	Em tramitação
98/81	1.624/81		Acrescenta parágrafo ao art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
100/81	918/79		Acrescenta parágrafo ao art. 236 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	A sanção Veto total
101/81 (Poder Executivo)	3.702/80		Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a alienar, à Companhia Agro-Industrial de Monte Alegre, os lotes 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Gleba 60, localizados no Projeto Integrado de Colonização de Altamira, no Município de Prainha, no Estado do Pará.	A sanção Lei nº 7.068, de 7-12-82

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
102/81	1.764/79		Dispõe sobre o acesso de interessados a estudos, pesquisas e demais trabalhos realizados e impressos por órgãos públicos, e determina outras providências.	Em tramitação
103/81	2.867/80		Acrescenta parágrafo único ao art. 19 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 — Código Civil.	Em tramitação
105/81 Complementar	60/75		Altera dispositivo da Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, que estabelece requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos municípios.	Em tramitação
106/81 (Poder Executivo)	4.265/81		Autoriza o Instituto Brasileiro do Café — IBC, a doar para o fim que indica, faixa de terreno ao Município de Cornélio Procopio, no Estado do Paraná.	À sanção Lei nº 6.979, de 16-3-82
108/81	471/79		Torna obrigatória a fixação dos preços nos anúncios de imóveis destinados à venda e locação e dá outras providências.	Em tramitação
109/81	337/79		Acrescenta parágrafo ao art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
110/81	443/79		Torna obrigatória a existência de alojamento para motorista, nas empresas de ônibus que especifica.	Em tramitação
111/81	2.665/80		Dispõe sobre a admissão de Técnicos de Administração pelas entidades que menciona.	Em tramitação
113/81	160/79		Autoriza o Poder Executivo a devolver troféus de guerra à República do Paraguai.	Em tramitação
114/81 Complementar (Poder Executivo)	168/80		Altera o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais de direito tributário, e dá outras providências.	Em tramitação
115/81	2.900/80		Dispõe sobre a perícia policial, nos casos de colisão de veículos automotores, e dá outras providências.	Em tramitação
118/81 (Poder Executivo)	5.330/81		Dispõe sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral e dá outras providências.	À Câmara Lei nº 6.999, de 7-6-82
121/81 (Poder Executivo)	4.998/81		Dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 7.013, de 8-7-82
124/81 (*)	3.437/80		Regula o exercício da profissão de Agente da Propriedade Industrial.	Em tramitação
125/81 (*) (Poder Executivo)	4.457/81		Autoriza a doação, à Sociedade Brasileira de Geografia, do domínio útil do terreno que menciona, situado no Município e Estado do Rio de Janeiro.	À sanção Lei nº 6.993, de 25-5-82

(*) Recebidos no período de convocação extraordinária do Congresso Nacional (6 de dezembro de 1981 a 15 de janeiro de 1982.)

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
126/81 (*) (Poder Executivo)	4.483/81		Autoriza a Companhia de Financiamento da Produção — CFP a alienar os imóveis que menciona.	À sanção Lei nº 7.072, de 21-12-82
127/81 (*)	2.593/80		Acrescenta dispositivo ao art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre a concessão de aviso prévio na despedida indireta.	Em tramitação
128/81 (*)	2.863/80		Dispõe sobre a transformação dos Campos Agrícolas de Vila Tracuateua, no Município de Bragança, região POLONORDESTE, e de Belterra, no Município de Santarém, região do Baixo Amazonas, no Estado do Pará; Parintins, no Estado do Amazonas; Rio Branco, no Estado do Acre e Amapá, em Centros de Preparação de Monitores Agrícolas da Amazônia.	Em tramitação
129/81 (*)	13/71		Altera os arts. 550 e 551 do Código Civil Brasileiro, diminuindo os prazos de usucapião sobre bens imóveis.	Em tramitação
130/81 (*)	862/79		Autoriza o maior de 16 anos a movimentar conta em caderneta de poupança.	Em tramitação
131/81 (*)	3.193/80		Modifica a redação do art. 42 e do inciso XXIX do art. 89 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação
132/81 (*) (Poder Executivo)	5.104/81		Autoriza a doação à Universidade Federal do Rio Grande do Norte de imóvel situado no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.	À sanção Lei nº 6.995, de 31-5-82
133/81 (*)	4.630/81		Estabelece, atendendo ao disposto no art. 175 da Constituição Federal e na Emenda Constitucional nº 12, de 1978, normas de amparo à pessoa deficiente e determina outras providências.	Em tramitação
134/81 (*)	1.270/79		Introduz alterações no art. 131 do Código Civil Brasileiro e no art. 40 do Código de Processo Penal.	Em tramitação

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
1/82 (Poder Executivo)	5.495/81		Autoriza a criação de Municípios no Território Federal de Roraima e dá outras providências.	À Câmara Lei nº 7.009, de 1-7-82
2/82 (Poder Executivo)	5.617/81		Altera disposições da Lei nº 5.887, de 31 de maio de 1973, referentes ao regime jurídico do Diplomata.	À sanção Lei nº 6.980, de 29-3-82

(*) Recebidos no período de convocação extraordinária do Congresso Nacional (6 de dezembro de 1981 a 15 de janeiro de 1982.)

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
3/82	3.111/80	Modifica o parágrafo único do art. 17 da Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977, que dispõe sobre a organização política e administrativa dos Municípios dos Territórios Federais, e dá outras providências.	Em tramitação
4/82	1.829/79	Estabelece normas para a expedição de documentos escolares.	Em tramitação
5/82	976/75	Dispõe sobre a unificação progressiva do salário mínimo em todo o território nacional, prescreve a forma de sua execução e dá outras providências.	Em tramitação
6/82 (Poder Executivo)	5.046/81	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a vender ou doar bens imóveis, nas condições que especifica.	À sanção Lei nº 7.024, de 21-12-82
7/82	5.806/81	Dá nova redação ao § 2º do art. 7º da Lei nº 6.907, de 21 de maio de 1981.	À sanção Lei nº 7.066, de 7-12-82
8/82 (Poder Executivo)	4.741/81	Concede pensão especial vitalícia à viúva do Doutor Gratuliano da Costa Brito e dá outras providências.	À Câmara Lei nº 7.046, de 22-11-82
9/82	3.048/80	Faculta ao segurado a retificação do enquadramento correspondente a seu tempo de filiação à previdência social.	Em tramitação
10/82	4.608/81	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade das Missões, com sede em Santo Ângelo — RS.	Em tramitação
11/82 (Poder Executivo)	4.805/81	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a doar imóveis que menciona.	À sanção Lei nº 7.073, de 21-12-82
12/82	2.340/79	Institui o tombamento das estações terminais da Estrada de Ferro Madeira/Mamoré, em Porto Velho e Guajará-Mirim, e determina outras providências.	Em tramitação
13/82	204/79	Fixa os níveis máximos permissíveis de sons e ruídos produzidos por veículos automotores, regula a fabricação e o uso de acessórios que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
14/82 Complementar	263/82	Altera a Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970, que estabelece os casos de inelegibilidade.	À sanção Lei Complementar nº 43, de 31-3-82
15/82 (Poder Executivo)	4.942/81	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a doar o imóvel que menciona.	À sanção Lei nº 7.082, de 21-12-82
16/82 (Poder Executivo)	4.938/81	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a vender, em concorrência, os imóveis urbanos que menciona, de sua propriedade.	À sanção Lei nº 7.077, de 21-12-82
17/82	5.645/81	Dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás, e determina outras providências.	À sanção Lei nº 7.014, de 8-7-82

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
18/82	2.090/79	Regula o processo de fiscalização, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo, e dá outras providências.	Em tramitação
19/82 (Poder Executivo)	3.355/80	Altera o Código de Processo Civil, para simplificar o processo de homologação judicial da partilha amigável e da partilha de bens de pequeno valor.	À sanção Lei nº 7.019, de 31-8-82
20/82	5.000/81	Dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.012, de 8-7-82
21/82 (Poder Executivo)	5.930/82	Altera a denominação da categoria funcional de Inspetor do Trabalho, dispõe sobre o pagamento de Gratificação de Produtividade nos casos que menciona, eleva as multas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.	À sanção Lei nº 6.986, de 13-4-82
22/82	3.012/76	Dá nova redação ao art. 242 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.	Em tramitação
23/82	687/79	Assegura a contagem do tempo de serviço prestado por docentes, nas condições que especifica.	Em tramitação
24/82	1.872/79	Fixa prazo para o pagamento dos empréstimos obtidos por estudantes através do Programa Especial de Crédito.	Em tramitação
25/82	413/79	Autoriza a pessoa física residente na Amazônia Legal a aplicar incentivo fiscal em Fundo para o Desenvolvimento Regional.	Em tramitação
26/82	1.152/79	Dispõe sobre a validade do atestado médico.	Em tramitação
27/82	63/79	Altera dispositivos do Código Civil Brasileiro.	Em tramitação
28/82	1.096/79	Permite a impetração de mandado de segurança contra atos de autoridade do ensino particular, de qualquer grau.	Em tramitação
29/82	5.977/82	Altera o caput do art. 4º da Lei nº 6.978, de 19 de janeiro de 1982, que dispõe sobre as eleições de 1982.	A Câmara Lei nº 7.008, de 29-6-82
30/82	1.482/79	Dispõe sobre portadores de pneumoconiose em face da legislação acidentária.	Em tramitação
31/82	5.979/82	Reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores da Câmara dos Deputados, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 6.992, de 25-5-82
32/82	3.183/80	Altera dispositivos da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências.	Em tramitação
33/82	1.309/79	Torna obrigatória a inscrição do dístico que especifica nas embalagens de bebidas alcoólicas.	Em tramitação
34/82	452/79	Modifica a redação do caput do art. 10 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
35/82 (Poder Executivo)	5.528/81	Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, autarquia vinculada ao Ministério do Interior, a doar os imóveis que menciona, situados no Município de Icó, no Estado do Ceará.	A sanção Lei nº 7.062, de 6-12-82
36/82	831/79	Dispõe sobre a incidência de correção monetária nos depósitos judiciais.	Em tramitação
37/82	1.299/79	Altera dispositivo da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 — Estatuto da Terra.	Em tramitação
38/82	5.888/82	Altera a redação do art. 92 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.	A Câmara Lei nº 6.990, de 18-5-82
39/82	4.104/80	Acrescenta parágrafo ao art. 668 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 — Código de Processo Penal.	Em tramitação
40/82	581/79	Cria o Dia do Empresário Brasileiro e dá outras providências.	Rejeitado (art. 278 do R.I.)
41/82	1.652/79	Altera dispositivos das Leis n.ºs 3.857, de 22 de novembro de 1960, e 6.533, de 24 de maio de 1978, e dá outras providências.	A Câmara
42/82	1.781/79	Altera dispositivo da Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971, que instituiu o Código da Propriedade Industrial, estabelecendo a competência da Justiça do Trabalho nos casos que específica.	Em tramitação
43/82	5.437/81	Dispõe sobre o número dos deputados federais e estaduais candidatos à reeleição, introduzindo modificações no Código Eleitoral.	A Câmara Lei nº 7.015, de 16-7-82
44/82	1.802/79	Acrescenta parágrafo ao art. 835 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
45/82	1.898/79	Autoriza o Poder Executivo a conceder direito real de uso sobre as áreas de terras que margeiam as rodovias federais.	Em tramitação
46/82	903/79	Dá nova redação ao art. 125 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e revoga a alínea d do § 2º do seu art. 126.	Em tramitação
47/82	1.899/79	Dá nova redação ao § 2º do art. 6º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.	Em tramitação
48/82	1.355/79	Faculta a produção e a venda do açúcar mascavo.	Em tramitação
49/82	2.159/79	Dispõe sobre a criação do Colégio Agrícola de Sertânia, no Estado de Pernambuco.	Em tramitação
50/82	2.056/79	Altera o § 2º do art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
51/82	5.402/78	Define o trabalho rural para efeito de enquadramento sindical, assistência e previdência rurais, e determina outras providências.	Em tramitação

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
52/82	1.076/79		Veda novas inscrições no Quadro de Provisionados da Ordem dos Advogados do Brasil e, mediante alterações da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, assegura, aos atualmente inscritos nesse Quadro, o amplo direito de exercício da profissão de advogado.	Em tramitação
53/82	2.187/79		Acrescenta parágrafo ao art. 469 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
54/82	5.283/81		Dispõe sobre o desmembramento dos Conselhos Federais e Regionais de Biomedicina e de Biologia.	A sanção Lei nº 7.017, de 30-8-82
55/82	2.631/80		Acrescenta parágrafo ao art. 27 da Lei nº 3.274, de 2 de outubro de 1957, que disciplina o regime penitenciário.	Em tramitação
56/82	1.078/79		Dá nova redação ao art. 6º do Código de Processo Penal, instituído pelo Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.	Em tramitação
57/82	2.074/79		Dispõe sobre a execução do Projeto Dom Bosco, resultante das conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o Problema da Criança e do Menor Carentes no Brasil.	Em tramitação
58/82	5.441/81		Dispõe sobre a constituição e o funcionamento das sociedades centralizadoras de operações das empresas produtoras de açúcar ou de álcool, e dá outras providências.	A Câmara
59/82	2.254/79		Dispõe sobre a criação de reservas florestais nos municípios.	Em tramitação
60/82	3.427/80		Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências.	Em tramitação
61/82	342/75		Modifica os arts. 2º e 6º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, que cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências.	Em tramitação
62/82 (Poder Executivo)	4.939/81		Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores e dá outras providências.	Em tramitação
63/82	4.906/81		Modifica dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 — Código de Mineração, com as alterações posteriores.	A sanção Lei nº 7.085, de 21-12-82
64/82	2.452/79		Altera o art. 7º da Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979 — Lei do Inquilinato.	Em tramitação
65/82 (Poder Executivo)	1.538/79		Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a doar os imóveis que menciona.	A sanção Lei nº 7.075, de 21-12-82
66/82 (Poder Executivo)	4.441/81		Dispõe sobre a reversão para cargos integrantes do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970.	A Câmara Lei nº 7.016, de 23-8-82

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
67/82 (Poder Executivo)	5.850/82	Concede pensão especial ao escultor Francisco Biquida dy Lafuente Guarany.	A sanção Lei nº 7.024, de 8-9-82
68/82 (Poder Executivo)	5.848/82	Concede pensão especial à atriz Henriette Fernande Zoé Morineau.	A sanção Lei nº 7.022, de 6-9-82
69/82 (Poder Executivo)	5.931/82	Concede pensão especial à Srª Maria do Carmo Santos Guedes.	A sanção Lei nº 7.023, de 8-9-82
70/82 (Poder Executivo)	5.849/82	Concede pensão especial ao cineasta Victor Lima Barreto.	A sanção Lei nº 7.026, de 8-9-82
71/82	1.630/79	Cria incentivos à teleducação.	Em tramitação
72/82	4.999/81	Dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.042, de 18-10-82
73/82	3.257/80	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências.	Em tramitação
74/82	4.196/80	Modifica a redação do art. 20 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
75/82 (Poder Executivo)	5.846/82	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a vender, em concorrência, o imóvel urbano que menciona, de sua propriedade.	Em tramitação
76/82 (Poder Executivo)	2.577/80	Autoriza a doação, ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, do terreno que especifica.	A sanção Lei nº 7.083, de 21-12-82
77/82	6.226/82	Dispõe sobre a reestruturação dos Grupos Direção e Assessoramento Superiores e Atividades de Apoio Judiciário do Tribunal Superior Eleitoral, e dá outras providências.	A Câmara Lei nº 7.061, de 6-12-82
78/82	6.227/82	Dispõe sobre a reestruturação do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores dos Tribunais Regionais Eleitorais e a fusão dos Quadros Permanentes das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.	A sanção Lei nº 7.041, de 18-10-82
79/82 (Poder Executivo)	5.851/82	Autoriza a doação ao Estado de Goiás, do imóvel que menciona, situado no Município de Pedro Afonso, naquele Estado.	Em tramitação
80/82 (Poder Executivo)	5.124/81	Dá nova redação ao art. 100 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, relativo à transferência de alunos, de qualquer nível, de uma para outra instituição de ensino.	A sanção Lei nº 7.037, de 5-10-82
81/82	3.490/80	Altera a Lei nº 6.739, de 5 de dezembro de 1979, que dispõe sobre a matrícula e o registro de imóveis rurais, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
82/82 (Poder Executivo)	5.408/81	Altera a denominação da Fundação Nacional de Material Escolar, a que se refere a Lei nº 5.327, de 2 de outubro de 1967, amplia suas finalidades, e dá outras providências.	A Câmara
83/82	3.777/80	Dá nova redação ao caput do art. 3º do Decreto-lei nº 8.622, de 10 de janeiro de 1946, dispondo sobre a idade mínima de admissão nas escolas de aprendizagem do SENAC.	Em tramitação
84/82	3.758/80	Altera dispositivos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal.	Em tramitação
85/82	882/72	Dá nova redação ao art. 7º da Lei 2.591, de 7 de agosto de 1912, que regula a emissão e a circulação de cheques.	Em tramitação
86/82 (Poder Executivo)	4.425/81	Autoriza a Universidade Federal do Rio Grande do Sul a transferir, para o patrimônio da Universidade Federal de Santa Maria, bens imóveis localizados em Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.	A sanção Lei nº 7.076, de 21-12-82
87/82 (Poder Executivo)	6.095/82	Reajusta a pensão especial concedida pela Lei nº 3.349, de 18 de dezembro de 1957, a Eunice Medeiros Cela, viúva do pintor Raymundo Brandão Cela.	A sanção Lei nº 7.049, de 1-12-82
88/82	4.919/81	Acrescenta alinea ao § 2º do art. 9º da Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os serviços postais.	Em tramitação
89/82	3.332/80	Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos resultados de concursos e provas de seleção nos Estados e Territórios.	Rejeitado (art. 278 do R.I.)
90/82	3.990/80	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, que dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centrais Federais de Educação Tecnológica, e dá outras providências.	Em tramitação
91/82 (Poder Executivo)	4.653/81	Modifica disposições da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	A sanção Lei nº 7.052, de 2-12-82
92/82 (Poder Executivo)	5.847/82	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a doar o imóvel que menciona.	Em tramitação
93/82	6.246/81	Prorroga, por dois anos, a validade do Concurso de Fiscal de Tributos Federais.	A Câmara Lei nº 7.043, de 18-10-82
94/82 (Poder Executivo)	6.016/82	Altera o valor da retribuição dos cargos que especifica, constantes do Anexo I do Decreto-lei nº 1.902, de 22 de dezembro de 1981.	A sanção Lei nº 7.035, de 5-10-82
95/82 (Poder Executivo)	6.058/82	Altera a estrutura da Categoria Funcional de Técnico de Censura do Grupo-Polícia Federal, constante do Anexo IV do Decreto-lei nº 1.820, de 11 de dezembro de 1980.	Em tramitação

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
96/82	4.596/81		Dispõe sobre normas referentes aos tabelionatos, e dá outras providências.	Em tramitação
97/82 (Poder Executivo)	4.806/81		Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a doar o imóvel que menciona.	À sanção Lei nº 7.078, de 21-12-82
98/82	362/79		Altera a redação do art. 189 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e determina outras providências.	Em tramitação
99/82 (Poder Executivo)	6.059/82		Dispõe sobre o ensino no Ministério da Aeronáutica.	Em tramitação
100/82	4.022/80		Introduz alteração no art. 794 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
101/82	292/79		Determina que nos ônibus intermunicipais, interestaduais e internacionais sejam reservados lugares para passageiros não-fumantes, e dá outras providências.	Em tramitação
102/82	4.697/81		Altera a Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951, que dispõe sobre o preconceito de raça ou de cor.	Em tramitação
103/82	137/79		Altera o art. 2º da Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, que criou o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, e o art. 3º do Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, que instituiu a Loteria Esportiva Federal.	Em tramitação
104/82	2.004/79		Modifica a redação do art. 1º da Lei nº 4.281, de 8 de novembro de 1963, que institui abono especial, em caráter permanente, para aposentados da previdência social.	Em tramitação
105/82	3.225/80		Disciplina o exercício da profissão de enfermeiro de nível superior.	Em tramitação
106/82	4.800/81		Disciplina as atividades profissionais dos vigias portuários e dá outras providências.	Em tramitação
107/82 (Poder Executivo)	5.431/81		Autoriza a incorporação da Faculdade de Serviço Social, da Fundação Vidal Ramos, à Universidade Federal de Santa Catarina.	Em tramitação
108/82 (Poder Executivo)	6.357/82		Fixa idade máxima para inscrição em concurso público destinado ao ingresso em cargos e empregos dos Territórios Federais e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.065, de 6-12-82
109/82	80/79		Estabelece normas para a concessão do benefício da assistência judiciária na Justiça do Trabalho.	Em tramitação
110/82	1.569/79		Assegura a todo empregado o salário-assiduidade, e determina outras providências.	Em tramitação
111/82	1.746/79		Altera e introduz dispositivos no Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, que instituiu a Loteria Esportiva Federal.	Em tramitação
112/82	1.329/79		Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito, visando a coibir as depredações contra árvores e jardins, praticadas com veículos.	Em tramitação

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
113/82	1.422/79		Dá nova redação ao art. 280 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
114/82	1.713/79		Dispõe sobre a utilização obrigatória de fibras de algodão na composição de tecido e determina outras providências.	Em tramitação
115/82	2.751/82		Altera a redação do § 3º do art. 527 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
116/82	4.454/81		Altera a redação da alínea "c" do § 3º art. 4º do Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista.	Em tramitação
117/82	5.268/81		Introduz modificação na Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que instituiu normas gerais sobre desportos.	Em tramitação
118/82 (Poder Executivo)	6.489/82		Altera a estrutura da Categoria Funcional de Técnico em Comunicação Social do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.038, de 5-10-82
119/82	4.698/81		Estabelece a competência do Estado para distribuição de leite a mães e crianças carentes.	Em tramitação
120/82 (Poder Executivo)	6.550/82		Cria cargos em comissão e efetivos no Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.081, de 21-12-82
121/82 (Poder Executivo)	6.493/82		Concede pensão especial a Ana Rita Fernandes Pimentel, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.057, de 6-12-82
122/82 (Poder Executivo)	6.356/82		Altera o valor de vencimentos dos cargos que específica, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.080, de 21-12-82
123/82 (Poder Executivo)	6.491/82		Concede pensão especial a Giusepe Bressan e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.055, de 6-12-82
124/82 (Poder Executivo)	6.492/82		Concede pensão especial a João Baptista Rêgo Mello e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.056, de 6-12-82
125/82 (Poder Executivo)	6.368/82		Dispõe sobre pensão especial para os deficientes físicos que especifica e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.070, de 20-12-82
126/82	1.226/79		Dá nova redação ao art. 3º e revoga o art. 5º e seu parágrafo único do Decreto-lei nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970.	Em tramitação
127/82 (Poder Executivo)	6.490/82		Altera a estrutura da Categoria Funcional de Enfermeiro, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.071, de 20-12-82
128/82	2.465/79		Dá nova redação ao § 6º e acrescenta § 8º ao art. 6º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, dispondo sobre casos de aposentadoria por invalidez.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
129/82	2.451/79	Confere à usina da Companhia Energética de São Paulo — CESP, em construção no Porto Primavera, a denominação de "Hidrelétrica Domingos Leonardo Cerávolo".	Em tramitação
130/82	6.494/82	Retifica, sem ônus, a Lei nº 6.962, de 7 de dezembro de 1981, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1982.	À Câmara
131/82	2.741/80	Introduz alterações no art. 513 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre fiscalização, por delegados sindicais, nas agências do INAMPS e do INPS.	Em tramitação
132/82	2.612/80	Torna obrigatório o policiamento preventivo contra o tráfico e o uso de tóxicos nas escolas do País.	Em tramitação
133/82	2.954/80	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos.	Em tramitação
134/82	1.562/79	Introduz alteração na redação do § 4º do art. 5º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e acrescenta parágrafo ao mesmo artigo.	Em tramitação
135/82 (Poder Executivo)	6.197/82	Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Clube Inapiários do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre — RS.	À sanção Lei nº 7.067, de 7-12-82
136/82 (Poder Executivo)	6.719/82	Modifica a Lei nº 6.750, de 10 de dezembro de 1979, e dá outras providências.	À Câmara Lei nº 7.086, de 22-12-82 com veto parcial
137/82	5.852/82	Atribui valor de documento de identidade à carteira de Jornalista Profissional.	À sanção Lei nº 7.084, de 21-12-82
138/82	3.226/82	Introduz alterações na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 — Estatuto da Terra.	Em tramitação
139/82 (Poder Executivo)	6.094/82	Atualiza o valor da pensão instituída pela Lei nº 3.130, de 3 de maio de 1957.	Em tramitação
140/82	4.997/81	Altera a Lei nº 6.690, de 25 de setembro de 1979, que disciplina o cancelamento de protesto de títulos cambiais, e dá outras providências.	Em tramitação
141/82	6.756/82	Dispõe sobre a criação e transformação de cargos e empregos na Secretaria do Tribunal Federal de Recursos, e dá outras providências.	Em tramitação
142/82	361/79	Altera a redação do art. 556 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
143/82	5.545/81	Dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC.	À Câmara Lei nº 7.087, de 29-12-82, com veto parcial
144/82	6.740/82	Acrescenta à constituição básica da Universidade Federal do Ceará o Centro de Ciências Jurídicas, assegurando-se a restauração da denominação de Faculdade de Direito.	À sanção veto total
145/82	2.647/80	Dispõe sobre lançamento de detritos industriais em cursos de água.	Em tramitação

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
146/82	3.263/80		Altera a redação do art. 72 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
147/82	2.289/79		Estabelece normas punitivas para reprimir o preconceito de raça ou de cor.	Em tramitação
148/82	4.607/81		Autoriza o Poder Executivo a promover a transformação da Fundação Universidade de Caxias do Sul em Fundação de Direito Público.	Em tramitação
149/82	3.293/80		Dispõe sobre a impressão de legenda no volante da Loteria Esportiva Federal.	Em tramitação
150/82	3.826/80		Dá nova redação ao art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
151/82	6.766/82		Dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná e dá outras providências.	Em tramitação
152/82 (Poder Executivo)	6.763/82		Fixa os valores de retribuição da Categoria Funcional de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, do Grupo-Outras Atividades de Nível Médio, Código NM-1000, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.079, de 21-12-82
153/82 (Poder Executivo)	6.781/82		Dispõe sobre o reajustamento de alugueres em locações residenciais e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.069, de 20-12-82 com veto parcial
154/82	559/79		Acrescenta dispositivos à Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.	Em tramitação
155/82	3.391/80		Altera a redação do art. 9º do Decreto-lei nº 891, de 25 de novembro de 1938, e do art. 4º da Lei nº 5.726, de 29 de outubro de 1971.	Em tramitação

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Lei da Câmara:	
Total dos Projetos	328
Sendo:	
oriundos de sessões legislativas anteriores	173
recebidos nesta sessão legislativa	155
Aprovados e enviados à sanção	52
Sendo:	
desta sessão legislativa	43
de sessões legislativas anteriores	9
Emendados e devolvidos à Casa de origem	19
Sendo:	
desta sessão legislativa	14
de sessões legislativas anteriores	5
Rejeitados	5
Sendo:	
desta sessão legislativa	2
de sessões legislativas anteriores	3
Permanecem em estudo (inclusive sobrestados).....	252
Sendo:	
desta sessão legislativa	96
de sessões legislativas anteriores	156

D.5.3 — PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
4/79		1/79	Ratifica o texto da Convenção sobre a Proibição do Uso Militar ou Hostil de Técnicas de Modificação Ambiental, assinado pelo Governo brasileiro em Nova Iorque, em 9-11-77.	Em tramitação
13/79		11/79	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Militar Federal da República Federal da Nigéria, assinado em Brasília, a 10 de janeiro de 1979.	Em tramitação
24/79		25/79	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnico-Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Jamairia Árabe Popular Socialista da Líbia, celebrado em Brasília, a 30 de junho de 1978.	Em tramitação
9/80		44/80	Aprova o texto do Acordo sobre o Comércio de Produtos Têxteis, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Européia, em Bruxelas, a 23 de janeiro de 1980.	Decreto Legislativo nº 25/82
21/80		58/80	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira, concluído em Buenos Aires, República Argentina, a 17 de maio de 1980.	Decreto Legislativo nº 11/82
26/80		61/80	Aprova o texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limitrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente, o Rio Pepiri-Guaçu, concluído em Buenos Aires, a 17 de maio de 1980.	Decreto Legislativo nº 82/82
32/80		68/80	Aprova o texto do Acordo de Previdência Social concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em Brasília, a 20 de agosto de 1980.	Decreto Legislativo nº 95/82

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
33/80		55/80	Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado em Buenos Aires, a 17 de maio de 1980.	Em tramitação
1/81		75/80	Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no ano de 1979, no valor global de Cr\$ 50.000.000.000,00 (cinquenta bilhões de cruzeiros), na forma do que dispõe o inciso I do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.	Em tramitação
2/81		67/80	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, firmado em Buenos Aires, a 17 de maio de 1980.	Em tramitação
4/80		74/80	Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, concluído em Santiago, a 10 de outubro de 1980.	Decreto Legislativo nº 27/82
10/81		73/80	Aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Européia, celebrado em Bruxelas, a 18 de setembro de 1980, bem como os textos dos seguintes atos, celebrados na mesma data, e anexos ao referido Acordo-Quadro: Anexo sobre Cooperação no Domínio da Comercialização da Manteiga de Cacau e do Café Solúvel, Protocolo relativo à Cooperação Comercial e Econômica entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia do Carvão e do Aço, e Troca de Notas relativas aos Transportes Marítimos.	Decreto Legislativo nº 9/82
14/81			Altera o Decreto Legislativo nº 96, de 1975, que dispõe sobre o pecúlio parlamentar.	Em tramitação
Autor: Ramos	Sen. Hugo			
15/81		94/81	Aprova o texto do Acordo sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia, assinado em Bogotá, a 12 de março de 1981.	Em tramitação
16/81		96/81	Aprova o texto da Convenção sobre Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e outras Matérias, concluída em Londres, a 29 de dezembro de 1972.	Decreto Legislativo nº 10/82
17/81		85/81	Aprova o texto da Convenção nº 131, de 22 de junho de 1970, da Organização Internacional do Trabalho, sobre fixação de salários mínimos.	Decreto Legislativo nº 110/82
18/81		81/81	Aprova o texto do Acordo no Campo da Propriedade Industrial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, concluído em Paris, a 29 de janeiro de 1981.	Decreto Legislativo nº 15/82

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
19/81		90/81	Aprova o texto do Tratado de Amizade e Cooperação, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, em Bogotá, a 12 de março de 1981.	Em tramitação
20/81		91/81	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica, Científica, Técnica e Cultural, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular do Congo, em Brasília, a 18 de fevereiro de 1981.	Decreto Legislativo nº 16/82
21/81		89/81	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, concluído em Lisboa, a 3 de fevereiro de 1981.	Decreto Legislativo nº 26/82
22/81		93/81	Aprova o texto do Acordo para a Concessão de Privilégios e Imunidades à Secretaria do Comitê de Ação para o Estabelecimento da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana — RITLA, assinado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Sistema Econômico Latino-Americano — SELA, em Caracas, a 3 de fevereiro de 1981.	Decreto Legislativo nº 36/82
23/81		92/81	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação no Domínio do Turismo, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, em Lisboa, a 3 de fevereiro de 1981.	Decreto Legislativo nº 12/82
24/81		103/81	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Amazônica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, concluído em Bogotá, a 12 de março de 1981.	Decreto Legislativo nº 66/82
26/81		104/81	Aprova o texto da Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo — SAR, concluída em Hamburgo, a 27 de abril de 1979, entre o Brasil e diversos países.	Decreto Legislativo nº 34/82
27/81		101/81	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Argentina, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, pelo qual se coordena a distribuição de canais para o Serviço Móvel Marítimo, na faixa de 2065 a 2107 KHZ, concluído em Montevideú, a 8 de julho de 1980.	Decreto Legislativo nº 35/82
28/81		106/81	Aprova os textos das Resoluções A4-1, que modifica o Artigo 13, e A4-3, que introduz o Artigo 12-bis no Estatuto da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil-CLAC, aprovadas pela 4ª Assembléia do referido organismo internacional, realizada em Bogotá, de 1º a 5 de dezembro de 1980.	Decreto Legislativo nº 60/82

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
29/81	107/81		Aprova o texto das Notas trocadas em 16 de junho e 16 de julho de 1980, em Brasília, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, pelas quais foram introduzidas modificações no texto do Convênio sobre Transporte Marítimo, vigente entre os dois países.	Decreto Legislativo nº 58/82
31/81	109/81		Aprova o texto do Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, em Lima, a 26 de junho de 1981.	Decreto Legislativo nº 113/82
32/81	110/81		Aprova o texto do Anexo IV (Seguros) ao Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre, adotado pela X Reunião de Ministros de Obras Públicas e Transportes dos Países do Cone Sul, realizada em Brasília, no período de 13 a 17 de outubro de 1980.	A Câmara
33/81	79/80		Aprova o texto do Acordo Internacional da Borracha Natural, de 1979, aprovado na IV Sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Borracha Natural, realizada em Genebra, Suíça, de 24 de setembro a 5 de outubro de 1979, e que foi subscrito pelo Brasil em 30 de junho de 1980.	Decreto Legislativo nº 17/82
34/81	83/81		Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica em Matéria Educacional, Científica e Cultural, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em Paris, a 29 de janeiro de 1981.	Decreto Legislativo nº 13/82
35/81	86/81		Aprova o texto das Notas trocadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em Santiago, a 10 de outubro de 1980, que introduzem modificações no Convênio sobre Transporte Marítimo, concluído entre os dois países a 25 de abril de 1974.	Decreto Legislativo nº 59/82
36/81	99/81		Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou emissões adicionais de papel-moeda em 1980, até o limite de Cr\$ 70.000.000.000,00 (setenta bilhões de cruzeiros), na forma da legislação em vigor.	Em tramitação
37/81	87/81		Aprova o texto do Acordo sobre Transporte Aéreo Regular, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Bélgica, em Bruxelas, a 19 de setembro de 1980.	Decreto Legislativo nº 111/82
38/81	112/81		Aprova o texto do Tratado de Delimitação Marítima entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, concluído em Paris, a 30 de janeiro de 1981.	Em tramitação

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
39/81	88/81		Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Argentina, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Coordenação de Consignificações e Uso dos Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na Faixa de Ondas Métricas (88-108 MHz), concluído em Montevideu, a 8 de julho de 1980.	Decreto Legislativo nº 67/82
40/81	95/81		Aprova o texto do Protocolo de Emenda que modifica o artigo 14 da Convenção para a Unificação de Certas Regras em Matéria de Assistência e Salvamento Marítimos, de 23 de setembro de 1910, concluído em Bruxelas, a 27 de maio de 1967.	Decreto Legislativo nº 68/82
41/81	102/81		Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, assinado em Bogotá, a 12 de março de 1981.	Em tramitação
42/81	108/81		Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai pelo qual se estabelece uma faixa <i>non aedificandi</i> ao longo da fronteira dos dois países, concluído em Assunção, por troca de Notas efetuada a 16 de setembro de 1980.	Decreto Legislativo nº 65/82
43/81	105/81		Aprova o texto do Acordo sobre Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, concluído em Bogotá, a 12 de março de 1981.	Decreto Legislativo nº 86/82
(*)44/81	111/81		Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, concluído no Panamá, a 9 de abril de 1981.	Decreto Legislativo nº 108/82

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
1/82	113/81		Aprova o texto do Protocolo para a Sexta Prorrogação da Convenção sobre o Comércio do Trigo, de 1971, assinado pelo Governo Brasileiro em Washington, a 28 de abril de 1981.	Em tramitação
2/82	126/82		Autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País no decurso do mês de maio de 1982, em visita oficial aos Estados Unidos da América do Norte.	Decreto Legislativo nº 24/82

(*) Recebido no período de convocação extraordinária do Congresso Nacional (6 de dezembro de 1981 a 15 de janeiro de 1982.)

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
3/82		133/82	Autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País na segunda quinzena do mês de julho de 1982, em visita oficial ao Canadá.	Decreto Legislativo nº 57/82
4/82		119/82	Aprova o texto da Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear, assinada em Viena, a 15 de maio de 1981.	Em tramitação
5/82		125/82	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, concluído em Brasília, a 3 de junho de 1981.	Em tramitação
6/82		116/82	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista da Romênia, assinado em Brasília, a 12 de maio de 1981.	Em tramitação
7/82		124/82	Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Arábia Saudita, concluído em Brasília, a 13 de agosto de 1981.	Em tramitação
8/82		120/82	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Mali, concluído em Brasília, a 7 de outubro de 1981.	Em tramitação
9/82		129/82	Aprova o texto do Acordo sobre Transporte Marítimo, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, em Brasília, a 4 de abril de 1979.	Em tramitação
10/82		131/82	Aprova o texto do Convênio sobre Transportes Marítimos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, concluído em Brasília, a 9 de fevereiro de 1982.	Em tramitação
11/82		122/82	Aprova o texto do Convênio Constitutivo do Fundo Comum para Produtos de Base, concluído em Genebra, em junho de 1980, e assinado pelo Governo da República Federativa do Brasil a 16 de abril de 1981, em Nova Iorque.	Em tramitação
12/82		139/82	Autoriza o Senhor Vice-Presidente da República a ausentar-se do País, no período de 23 de setembro a 23 de outubro do corrente ano.	Decreto Legislativo nº 78/82
13/82		70/80	Aprova as Contas do Presidente da República, relativas ao Exercício Financeiro de 1979.	Decreto Legislativo nº 109/82
14/82		123/82	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia sobre Cooperação Econômica e Industrial, celebrado em Brasília, a 5 de novembro de 1981.	Em tramitação

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
15/82		134/82	Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana, concluído em Georgetown, a 29 de janeiro de 1982.	Em tramitação
16/82		136/82	Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, concluído em Brasília, a 9 de fevereiro de 1982.	Em tramitação
17/82		127/82	Aprova o texto do Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Moçambique, concluído em Brasília, a 15 de setembro de 1981.	Em tramitação
18/82		135/82	Aprova o texto do Convênio sobre Transporte Terrestre Fronteiriço de Carga, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, em Caracas, a 19 de fevereiro de 1982.	Em tramitação
19/82		137/82	Aprova o texto do Acordo de Co-Produção Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, firmado em Lisboa, a 3 de fevereiro de 1981.	Em tramitação
20/82		140/82	Autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País na segunda quinzena do mês de setembro do corrente ano.	Decreto Legislativo nº 81/82
21/82		142/82	Autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País, por algumas horas, no dia 5 de novembro de 1982, ocasião em que visitará o setor paraguaio das obras da Usina Hidrelétrica de Itaipu.	Decreto Legislativo nº 90/82
22/82			Dispõe sobre o Pecúlio Parlamentar.	Em tramitação
Autor: Pôrto	Sen. Passos			
23/82		143/82	Dispõe sobre a fixação de subsídio e da ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional, para a legislatura a iniciar-se em 1º de fevereiro de 1983.	A Câmara Decreto Legislativo nº 114/82

c) EMENDAS DO SENADO FEDERAL A PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS APRECIADAS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
13/80		42/80	Aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, em Brasília, a 28 de janeiro de 1980.	Decreto Legislativo nº 29/82
10/80		49/80	Aprova o texto da Resolução nº WHA 29.38, aprovada pela 29ª Assembléia Mundial de Saúde, realizada em 1976.	Decreto Legislativo nº 38/82

d) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos referentes aos Projetos de Decreto Legislativo:

I — Total dos Projetos	66
Sendo:	
oriundos de sessões legislativas anteriores	43
desta sessão legislativa	23
Aprovados	37
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	30
com Emenda do Senado Federal apreciada pela Câmara dos Deputados	2
desta sessão legislativa	7
com Emenda do Senado Federal apreciada pela Câmara dos Deputados	1
Aprovado e enviado à Câmara dos Deputados (de sessão legislativa anterior)	1
Permanecem em estudo	28
sendo:	
de sessões legislativas anteriores	12
desta sessão legislativa	16
II — Os Projetos de Decreto Legislativo aprovados versaram sobre:	
Atos internacionais	31
Autorização para o Presidente da República ausentar-se do País	4
Aprovação de contas do Presidente da República	1
Autorização para o Vice-Presidente da República ausentar-se do País	1
Fixação de subsídios e da ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional ..	1

D.5.4 — PROJETOS DE RESOLUÇÃO

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Nº	Autor	Ementa	Resultado
12/75	Itamar Franco	Dispõe sobre a denominação do Senado Federal na Guanabara, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
51/76	Itamar Franco	Institui o Museu Histórico do Senado Federal, e determina outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
53/76	Itamar Franco	Acrescenta alínea ao art. 407 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
35/78	Itamar Franco	Altera os arts. 62 e 93 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
43/78	João Calmon	Altera a composição de classes da Categoria Funcional de Assistente Legislativo do Grupo-Atividades de Apoio Legislativo de que trata a Resolução nº 18, de 1973, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
50/78	Alexandre Costa	Extingue o Quadro de Pessoal CLT, aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 8, de 1976, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
3/79	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (RS) a realizar operação de crédito no valor de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
31/79	Humberto Lucena	Altera o Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
33/79	Humberto Lucena	Cria, como órgão técnico permanente do Senado Federal, a Comissão dos Direitos do Homem.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
34/79	Franco Montoro	Assegura às entidades de classe o direito de se pronunciarem sobre proposições em andamento no Senado e disciplina esse direito.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
46/79	Orestes Quércia	Institui Comissão de Inquérito para apurar se foi regular ou não a aquisição do controle acionário da Light.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
48/79	Humberto Lucena	Altera o art. 440 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
63/79	Jessé Freire	Altera a redação da letra b do art. 402; suprime a letra c do mesmo dispositivo e determina a retificação das letras subsequentes, do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
160/79	Franco Montoro	Cria uma Comissão Permanente de Defesa do Meio Ambiente, no âmbito do Senado Federal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
1/80	Luiz Cavalcante e outros	Altera o art. 243 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
25/80	Comissão de Legislação Social	Autoriza a alienação de terras de propriedade da SUFRAMA — Superintendência da Zona Franca de Manaus — à Empresa Agropecuária Porto Alegre S.A.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
70/80	Henrique Santillo	Cria Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar o envolvimento de figuras da administração pública federal direta e indireta no favorecimento à empresa Quatro Rodas Hotéis do Nordeste, S.A.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
71/80	Dirceu Cardoso	Dispõe sobre a realização de sessão secreta destinada à discussão de assuntos internos do Senado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
94/80	Hugo Ramos	Acrescenta parágrafo ao art. 86 do Regimento Interno.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
99/80	Franco Montoro	Transforma a Comissão de Saúde em Comissão de Saúde e Defesa do Meio Ambiente (CSDMA).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
106/80	Passos Pôrto	Determina o reenquadramento dos atuais motoristas oficiais do Senado na categoria de Agente de Segurança Legislativa e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
109/80	Itamar Franco	Dá nova redação às letras a e b do art. 402 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
132/80	Affonso Camargo	Dispõe sobre a utilização dos veículos de representação no Senado Federal e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
149/80	Jutahy Magalhães	Acrescenta parágrafo ao art. 344 do Regimento Interno.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
171/80	Comissão Diretora	Altera a Resolução nº 58, de 1972, do Senado Federal, no que concerne à subordinação de órgão da Representação do Senado no Rio de Janeiro.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
4/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Potirendaba (SP) a elevar em Cr\$ 6.017.802,61 (seis milhões, dezessete mil, oitocentos e dois cruzeiros e sessenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 5/82

Nº	Autor	Ementa	Resultado
5/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Altosa (MG) a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 4/82
6/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos (SP) a elevar em Cr\$ 2.718.448,24 (dois milhões, setecentos e dezoito mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e vinte e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 8/82
18/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Senhora de Oliveira a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 7/82
19/81	Itamar Franco	Extingue o processo de votação simbólica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
22/81	Itamar Franco	Dá nova redação aos arts. 193 e 312 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
23/81	Itamar Franco	Acrescenta parágrafo único ao art. 278 do Regimento Interno.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
28/81	Comissão de Legislação Social	Autoriza o Poder Executivo a alienar lotes do Distrito Agropecuário da SUFRAMA à Empresa Agropecuária Esteio S/A, para a implantação de projetos agropecuários em área de 15.000 hectares.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
29/81	Mendes Canale	Acrescenta parágrafo ao art. 278 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
38/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP) a elevar em Cr\$ 282.483.630,00 (duzentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, seiscentos e trinta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 45/82
40/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Betim (MG) a elevar em Cr\$ 5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 91/82
48/81	Comissão do Distrito Federal	Aprova as contas do Governo do Distrito Federal, correspondentes ao Exercício de 1979.	Resolução nº 79/82
53/81	Lourival Baptista	Proíbe o uso do fumo em dependências do Senado que menciona.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
60/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 128.968.800,00 (cento e vinte e oito milhões, novecentos e sessenta e oito mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 37/82

Nº	Autor	Ementa	Resultado
85/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cubatão (SP) a elevar em Cr\$ 679.404.096,72 (seiscentos e setenta e nove milhões, quatrocentos e quatro mil, noventa e seis cruzeiros e setenta e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
89/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Engenheiro Navarro (MG) a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 12/82
92/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Arari (MA) a elevar em Cr\$ 4.228.000,00 (quatro milhões, duzentos e vinte e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 90/82
94/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Iguaçu (MG) a elevar em Cr\$ 105.855.750,00 (cento e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
99/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 966.300.000,00 (novecentos e sessenta e seis milhões e trezentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
100/81	Orestes Quércia	Dispõe sobre a criação da Comissão de Defesa do Consumidor.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
101/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Macaíó (AL) a elevar em Cr\$ 130.213.939,45 (cento e trinta milhões, duzentos e treze mil, novecentos e trinta e nove cruzeiros e quarenta e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
102/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Joinville (SC) a elevar em Cr\$ 526.716.000,00 (quinhentos e vinte e seis milhões, setecentos e dezesseis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
103/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Serrana (MG) a elevar em Cr\$ 42.342.300,00 (quarenta e dois milhões, trezentos e quarenta e dois mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
104/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Carancas (MG) a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
105/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Pedro dos Ferros (MG) a elevar em Cr\$ 84.684.600,00 (oitenta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
106/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Tamboril (CE) a elevar em Cr\$ 7.522.000,00 (sete milhões, quinhentos e vinte e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 30/82
107/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Niterói (RJ) a elevar em Cr\$ 59.811.900,00 (cinquenta e nove milhões, oitocentos e onze mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
108/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 10.027.899.259,79 (dez bilhões, vinte e sete milhões, oitocentos e noventa e nove mil, duzentos e cinquenta e nove cruzeiros e setenta e nove centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 46/82
109/81	Comissão de Economia	Autoriza a Companhia de Habitação do Acre (COHAB — Acre) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.070.825.000,00 (um bilhão, setenta milhões, oitocentos e vinte cinco mil cruzeiros).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
110/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São José dos Campos (SP) a elevar em Cr\$ 1.097.338.207,68 (um bilhão, noventa e sete milhões, trezentos e trinta e oito mil, duzentos e sete cruzeiros e sessenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
111/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Luís (MA) a elevar em Cr\$ 81.583.500,00 (oitenta e um milhões, quinhentos e oitenta e três mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
112/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura da Estância Turística de Itu (SP) a elevar em Cr\$ 443.100.000,00 (quatrocentos e quarenta e três milhões e cem mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
113/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (RS) a elevar em Cr\$ 137.651.000,00 (cento e trinta e sete milhões, seiscentos e cinquenta e um mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
114/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Curitiba (PR) a elevar em Cr\$ 4.606.655.502,42 (quatro bilhões,	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
		seiscentos e seis milhões, seiscentos e cinqüenta e cinco mil, quinhentos e dois cruzeiros e quarenta e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada.	
115/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 50,000,000.00 (cinqüenta milhões de dólares norte-americanos), destinada ao Programa de Investimentos do Estado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
116/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 4.266.593.330,50 (quatro bilhões, duzentos e sessenta e seis milhões, quinhentos e noventa e três mil, trezentos e trinta cruzeiros e cinqüenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
117/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 928.441.006,00 (novecentos e vinte e oito milhões, quatrocentos e quarenta e um mil e seis cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
118/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Olímpia (SP) a elevar em Cr\$ 37.122.399,51 (trinta e sete milhões, cento e vinte e dois mil, trezentos e noventa e nove cruzeiros e cinqüenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
119/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Santa Rosa (PR) a elevar em Cr\$ 31.034.984,58 (trinta e um milhões, trinta e quatro mil, novecentos e oitenta e quatro cruzeiros e cinqüenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 96/82
120/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves (RS) a elevar em 17.390.000,00 (dezessete milhões, trezentos e noventa mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
121/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Passa Quatro (MG) a elevar em Cr\$ 46.449.200,00 (quarenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
122/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aracaju (SE) a elevar em Cr\$ 12.634.800,00 (doze milhões, seiscentos e trinta e quatro mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 16/82
123/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Florido (MG) a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões,	Resolução nº 9/82

Nº	Autor	Ementa	Resultado
		cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	
124/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ituverava (SP) a elevar em Cr\$ 31.793.420,61 (trinta e um milhões, setecentos e noventa e três mil, quatrocentos e vinte cruzeiros e sessenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 13/82
125/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata (MG) a elevar em Cr\$ 148.198.050,00 (cento e quarenta e oito milhões, cento e noventa e oito mil e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
126/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Alagoinhas (BA) a elevar em Cr\$ 497.499.000,00 (quatrocentos e noventa e sete milhões, quatrocentos e noventa e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
127/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a elevar em Cr\$ 270.959.000,00 (duzentos e setenta milhões, novecentos e cinquenta e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
128/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Patrocínio (MG) a elevar em Cr\$ 69.673.800,00 (sessenta e nove milhões, seiscentos e setenta e três mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
129/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santo Ângelo (RS) a elevar em Cr\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 92/82
130/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Dracena (SP) a elevar em Cr\$ 15.457.279,03 (quinze milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, duzentos e setenta e nove cruzeiros e três centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 6/82
131/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Joaíma (MG) a elevar em Cr\$ 19.132.400,00 (dezenove milhões, cento e trinta e dois mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (Art. 367 do RI)
132/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Muriaé (MG) a elevar em Cr\$ 317.567.250,00 (trezentos e dezessete milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, duzentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
133/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Taquaritinga (SP) a elevar em Cr\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
134/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo do Meio (MG) a elevar em Cr\$ 76.529.600,00 (setenta e seis milhões, quinhentos e vinte e nove mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
135/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ibiraci (MG) a elevar em Cr\$ 76.529.600,00 (setenta e seis milhões, quinhentos e vinte e nove mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
136/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Coromandel (MG) a elevar em Cr\$ 69.673.800,00 (sessenta e nove milhões, seiscentos e setenta e três mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
137/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cristina (MG) a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
138/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Piracicaba (MG) a elevar em Cr\$ 23.224.600,00 (vinte e três milhões, duzentos e vinte e quatro mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
139/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a elevar em Cr\$ 615.170.500,00 (seiscentos e quinze milhões, cento e setenta mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
140/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo (SP) a elevar em Cr\$ 886.200.000,00 (oitocentos e oitenta e seis milhões e duzentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
141/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Altinópolis (SP) a elevar em Cr\$ 11.282.510,68 (onze milhões, duzentos e oitenta e dois mil, quinhentos e dez cruzeiros e sessenta e oito centavos), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 10/82
142/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Juliana (MG) a elevar em Cr\$ 33.873.840,00 (trinta e três milhões, oi-	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
		tocentos e setenta e três mil, e oitocentos e quarenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	
143/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mauá (SP) a elevar em Cr\$ 47.686.000,00 (quarenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
144/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Betim (MG) a elevar em Cr\$ 846.846.000,00 (oitocentos e quarenta e seis milhões, oitocentos e quarenta e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
145/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Carlos Chagas (MG) a elevar em Cr\$ 116.123.000,00 (cento e dezesseis milhões, cento e vinte e três mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
146/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Raul Soares (MG) a elevar em Cr\$ 211.711.500,00 (duzentos e onze milhões, setecentos e onze mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
147/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cascavel (CE) a elevar em Cr\$ 24.702.600,00 (vinte e quatro milhões, setecentos e dois mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 74/82
148/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Acaraú (CE) a elevar em Cr\$ 10.531.400,00 (dez milhões, quinhentos e trinta e um mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
149/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 162.000.000,00 (cento e sessenta e dois milhões de dólares), destinado à Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
150/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rubim (MG) a elevar em Cr\$ 77.542.500,00 (setenta e sete milhões, quinhentos e quarenta e dois mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
151/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Carmo do Rio Claro (MG) a elevar em Cr\$ 76.529.600,00 (setenta e seis milhões, quinhentos e vinte e nove mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
152/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará (CE), a elevar em Cr\$ 18.408.900,00 (dezoito milhões, quatrocentos e oito mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 70/82
153/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Valinhos (SP) a elevar em Cr\$ 36.495.800,00 (trinta e seis milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
154/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Brejinho (RN) a elevar em Cr\$ 8.207.700,00 (oito milhões, duzentos e sete mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 71/82
155/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Venécia (ES) a elevar em Cr\$ 14.091.700,00 (quatorze milhões, noventa e um mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 20/82
156/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Osasco (SP) a elevar em Cr\$ 528.418.166,50 (quinhentos e vinte e oito milhões, quatrocentos e dezoito mil, cento e sessenta e seis cruzeiros e cinqüenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
157/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Alagoas a elevar em Cr\$ 377.683.900,00 (trezentos e setenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e três mil e novecentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
158/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Ceará a elevar em Cr\$ 14.435.200,00 (quatorze milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
159/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 342.652.400,00 (trezentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e cinqüenta e dois mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 102/82
160/81	Comissão de Economia	Autoriza a Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 772.500.000,00 (setecentos e setenta e dois milhões e quinhentos mil cruzeiros).	Resolução nº 17/82
161/81	Comissão de Legislação Social	Autoriza o Poder Executivo a alienar à Empresa Agropecuária Industrial e Colonizadora Rio Candeias Ltda., área de 33.000 hectares, no território de Rondônia, para a implantação de Projeto de Bovinocultura.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
162/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 246.000.000,00 (duzentos e quarenta e seis milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
163/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itambacuri (MG) a elevar em Cr\$ 92.175.300,00 (noventa e dois milhões, cento e setenta e cinco mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
164/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão (PR) a elevar em Cr\$ 236.037.296,38 (duzentos e trinta e seis milhões, trinta e sete mil, duzentos e noventa e seis cruzeiros e trinta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
165/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo do Meio (MG) a elevar em Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
166/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Umari (CE), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 12.277.000,00 (doze milhões, duzentos e setenta e sete mil cruzeiros).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
167/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vazante (MG) a elevar em Cr\$ 30.725.100,00 (trinta milhões, setecentos e vinte e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
168/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itanhomi (MG) a elevar em Cr\$ 23.224.600,00 (vinte e três milhões, duzentos e vinte e quatro mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
169/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes (SP) a elevar em Cr\$ 74.306.000,00 (setenta e quatro milhões, trezentos e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
170/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Russas (CE) a contratar empréstimo no valor de Cr\$ 22.218.000,00 (vinte e dois milhões, duzentos e dezoito mil cruzeiros).	Resolução nº 72/82
171/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Parelhas (RN) a elevar em Cr\$ 13.920.300,00 (treze milhões, novecentos e vinte mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 73/82

Nº	Autor	Ementa	Resultado
172/81	Itamar Franco	Veda a inclusão na ordem do dia dos projetos versando sobre autorização para endividamento dos Estados e Municípios nos anos eleitorais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
173/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Timbaúba dos Batistas (RN) a elevar em Cr\$ 902.200,00 (novecentos e dois mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
174/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Unai (MG) a elevar em Cr\$ 258.475.000,00 (duzentos e cinqüenta e oito milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 11/82
175/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Franca (SP) a elevar em Cr\$ 295.400.000,00 (duzentos e noventa e cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
176/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Boa Esperança (ES) a elevar em Cr\$ 4.952.500,00 (quatro milhões, noventos e cinqüenta e dois mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 86/82
177/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itumirim (MG), a elevar em Cr\$ 19.132.400,00 (dezenove milhões, cento e trinta e dois mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
178/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Oriente (MG), a elevar em Cr\$ 69.673.800,00 (sessenta e nove milhões, seiscentos e setenta e três mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
180/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Piauí a contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos), destinado ao Programa de Investimentos do Estado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
181/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Piauí a elevar em Cr\$ 436.643.800,00 (quatrocentos e trinta e seis milhões, seiscentos e quarenta e três mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
182/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Piauí a elevar em Cr\$ 76.131.000,00 (setenta e seis milhões, cento e trinta e um mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
183/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ 29.364.200,00 (vinte e nove milhões, trezentos e sessenta e quatro mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
184/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a elevar em Cr\$ 393.810.000,00 (trezentos e noventa e três milhões, oitocentos e dez mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 38/82
185/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a elevar em Cr\$ 75.680.370,00 (setenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta mil, trezentos e setenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
186/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 164.304.500,00 (cento e sessenta e quatro milhões, trezentos e quatro mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
187/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a elevar em Cr\$ 3.530.501.163,00 (três bilhões, quinhentos e trinta milhões, quinhentos e um mil, cento e sessenta e três cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
188/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.435.641.087,00 (um bilhão, quatrocentos e trinta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e um mil e oitenta e sete cruzeiros).	Resolução nº 47/82
189/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de dólares norte-americanos) destinado ao Programa de Rodovias Alimentadoras do Estado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
191/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 415.097.500,00 (quatrocentos e quinze milhões, noventa e sete mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
192/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Valinhos (SP) a elevar em Cr\$ 28.091.520,00 (vinte e oito milhões, noventa e um mil, quinhentos e vinte cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 18/82
193/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Caputira (MG) a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cen-	Resolução nº 14/82

Nº	Autor	Ementa	Resultado
		to e setenta e um mil, cento e cinqüenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	
194/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Loreto (MA) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 2.102.000,00 (dois milhões, cento e dois mil cruzeiros).	Resolução nº 93/82
195/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pendências (RN) a elevar em Cr\$ 9.525.400,00 (nove milhões, quinhentos e vinte e cinco mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
196/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Janduí (RN) a elevar em Cr\$ 1.783.300,00 (um milhão, setecentos e oitenta e três mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 75/82
197/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ouro Fino (MG) a elevar em Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
198/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Resende (RJ) a elevar em Cr\$ 142.580.000,00 (cento e quarenta e dois milhões, quinhentos e oitenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
199/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Macapá (AP) a elevar em Cr\$ 115.723.113,00 (cento e quinze milhões, setecentos e vinte e três mil, cento e treze cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
200/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ilícinea (MG) a elevar em Cr\$ 84.684.600,00 (oitenta e quatro milhões seiscentos e oitenta e quatro mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
201/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a contratar empréstimo externo no valor de US\$ 12.122.200,00 (doze milhões, cento e vinte e dois mil e duzentos dólares norte-americanos) destinado a liquidar compromissos da dívida externa.	Resolução nº 34/82
202/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Ceará a contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinqüenta milhões de dólares norte-americanos), destinado ao II Plano de Metas Governamentais — PLAMEG II — 79/83.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
203/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 23.801.336,00 (vinte e três milhões, oitocentos e um mil, trezentos e trinta e seis cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
204/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Goiás a contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de dólares norte-americanos) destinado ao Programa Rodovias Alimentadoras, naquele Estado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
205/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pavão (MG) a elevar em Cr\$ 30.725.100,00 (trinta milhões, setecentos e vinte e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
206/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Buritis (MG) a elevar em Cr\$ 30.725.100,00 (trinta milhões, setecentos e vinte e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
207/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves (RS) a elevar em Cr\$ 249.979.216,00 (duzentos e quarenta e nove milhões, novecentos e setenta e nove mil, duzentos e dezesseis cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
208/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Monte Santo de Minas (MG) a elevar em Cr\$ 92.175.300,00 (noventa e dois milhões, cento e setenta e cinco mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
209/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Carlos Barbosa (RS) a elevar em Cr\$ 6.978.800,00 (seis milhões, novecentos e setenta e oito mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
210/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Uruçânia (MG) a elevar em Cr\$ 92.175.300,00 (noventa e dois milhões, cento e setenta e cinco mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
211/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Votorantim (SP) a elevar em Cr\$ 57.964.717,30 (cinquenta e sete milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, setecentos e dezessete cruzeiros e trinta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
212/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Caçador (SC) a elevar em Cr\$ 22.192.000,00 (vinte e dois milhões, cento e noventa e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 80/82
213/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bela Vista (MS) a elevar em Cr\$ 16.315.900,00 (dezesseis milhões, trezentos e quinze mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
214/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Candeias (MG) a elevar em Cr\$ 30.725.100,00 (trinta milhões, setecentos e vinte e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
215/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Caratinga (MG) a elevar em Cr\$ 307.251.000,00 (trezentos e sete milhões, duzentos e cinqüenta e um mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
216/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Claro dos Poções (MG) a elevar em Cr\$ 30.725.100,00 (trinta milhões, setecentos e vinte e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
217/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Divinópolis (MG) a elevar em Cr\$ 460.876.500,00 (quatrocentos e sessenta milhões, oitocentos e setenta e seis mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
218/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 988.603.570,49 (novecentos e oitenta e oito milhões, seiscentos e três mil, quinhentos e setenta e sete cruzeiros e quarenta e nove centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 48/82
219/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Amazonas a elevar em Cr\$ 151.212.000,00 (cento e cinqüenta e um milhões, duzentos e doze mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
220/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Amazonas a elevar em Cr\$ 381.244.800,00 (trezentos e oitenta e um milhões, duzentos e quarenta e quatro mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
221/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Ceará a elevar em Cr\$ 25.239.000,00 (vinte e cinco milhões, duzentos e trinta e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 31/82
222/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Pará a elevar em Cr\$ 139.427.700,00 (cento e trinta e nove milhões, quatrocentos e vinte sete mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
223/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares norte-americanos) destinado ao Programa de Investimentos do Estado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
224/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Monte (MG) a elevar em Cr\$ 69.673.800,00 (sessenta e nove milhões, seiscentos e setenta e três mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
225/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Florestal (MG) a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 21/82
226/81	Comissão de Economia	Autorizada a Prefeitura Municipal de Espera Feliz (MG) a elevar em Cr\$ 30.725.100,00 (trinta milhões, setecentos e vinte e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
227/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aimorés (MG) a elevar em Cr\$ 92.175.300,00 (noventa e dois milhões, cento e setenta e cinco mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
228/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Deodápolis (MS) a elevar em Cr\$ 6.900.000,00 (seis milhões e novecentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
229/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Andápolis (MS) a elevar em Cr\$ 2.394.000,00 (dois milhões, trezentos e noventa e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
230/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Luz (MG) a elevar em Cr\$ 92.175.300,00 (noventa e dois milhões, cento e setenta e cinco mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
231/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Machado (MG) a elevar em Cr\$ 153.625.500,00 (cento e cinquenta e três milhões, seiscentos e vinte e cinco mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
232/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Betim (MG) a elevar em Cr\$ 875.103.660,51 (oitocentos e setenta e cinco milhões, cento e três mil, seiscentos e sessenta cruzeiros e cinquenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 101/82
233/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Joaquim (SC) a elevar em Cr\$ 15.126.000,00 (quinze milhões, cento e vinte e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
234/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Joaquim (SC) a elevar em Cr\$ 43.600.000,00 (quarenta e três milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
235/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Timbó (SC) a elevar em Cr\$ 35.992.260,00 (trinta e cinco milhões, novecentos e noventa e dois mil, duzentos e sessenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
236/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Belém (PA) a elevar em Cr\$ 226.141.400,00 (duzentos e vinte seis milhões, cento e quarenta e um mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 15/82
237/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 6.359.985.826,47 (seis bilhões, trezentos e cinquenta e nove milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e vinte e seis cruzeiros e quarenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 49/82
238/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Alagoas a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), destinado a Programas de Investimento daquele Estado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
239/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Caapó (MS) a elevar em Cr\$ 11.144.700,00 (onze milhões, cento e quarenta e quatro mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 76/82
240/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Coxim (MS) a elevar em Cr\$ 12.356.000,00 (doze milhões, trezentos e cinquenta e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 35/82

Nº	Autor	Ementa	Resultado
241/81	Comissão de Finanças	Autoriza a Prefeitura Municipal de Manaus (AM) a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares norte-americanos) destinada a Programação de Investimentos naquele Município.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
242/81	Henrique Santillo	Cria Comissão Parlamentar de Inquérito para os fins que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
243/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 2.505.952.900,00 (dois bilhões, quinhentos e cinco milhões, novecentos e cinquenta e dois mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 2/82
244/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos), destinada a diversos programas de desenvolvimento naquele Estado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
245/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$.. 110,000,000.00 (cento e dez milhões de dólares norte-americanos) destinado ao Programa de Obras Viárias e Ligações Troncais daquele Estado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
246/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 55,000,000.00 (cinquenta e cinco milhões de dólares norte-americanos), destinada a programas de investimentos do Estado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
247/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), destinada ao Programa de Investimentos do Estado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
248/81	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 53 e seu parágrafo único da Lei nº 35, de 31 de dezembro de 1966 e do Decreto nº 7, de 25 de junho de 1968, ambos do Município de Rancharia, Estado de São Paulo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
249/81	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução dos arts. 293, 294, 295 e 296 da Lei nº 123, de 22 de dezembro de 1966, do Município de Santa Fé, Estado do Paraná.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
250/81	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução da Lei nº 570, de 13 de dezembro de 1977, do Município de Ibirá, Estado de São Paulo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
251/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rubeataba (GO) a elevar em Cr\$ 2.800.500,00 (dois milhões, oitocentos mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
252/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Maués (AM) a elevar em Cr\$ 14.854.000,00 (quatorze milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 81/82
253/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Iporá (GO) a elevar em Cr\$ 2.296.800,00 (dois milhões, duzentos e noventa e seis mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
254/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Palestina (SP) a elevar em Cr\$ 7.409.138,40 (sete milhões, quatrocentos e nove mil, cento e trinta e oito cruzeiros e quarenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
255/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Luiz de Montes Belos (GO) a elevar em Cr\$ 8.183.700,00 (oito milhões, cento e oitenta e três mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 82/82
256/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Montes Claros (MG) a elevar em Cr\$ 209.108.000,00 (duzentos e nove milhões, cento e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
257/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Araias (GO) a elevar em Cr\$ 20.726.000,00 (vinte milhões, setecentos e vinte e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
258/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Boca do Acre (AM) a elevar em Cr\$ 8.613.200,00 (oito milhões, seiscentos e treze mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 43/82
259/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Iporá (GO), a elevar em Cr\$ 3.991.500,00 (três milhões, novecentos e noventa e um mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 95/82
260/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), destinada ao Programa de Investimentos para o exercício de 1982.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
261/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 1.394.841.410,46 (um bilhão, trezentos e noventa e quatro milhões, oitocentos e quarenta e um mil, quatrocentos e dez cruzeiros e quarenta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 50/82
262/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Sítio Novo (RN) a elevar em Cr\$ 5.100.000,00 (cinco milhões e cem mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
263/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mara Rosa (GO) a elevar em Cr\$ 19.241.600,00 (dezenove milhões, duzentos e quarenta e um mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 77/82
264/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Montes Altos (MA) a elevar em Cr\$ 6.214.700,00 (seis milhões, duzentos e quatorze mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
265/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Umariçal (RN) a elevar em Cr\$ 20.004.000,00 (vinte milhões e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
266/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Canduva (SP) a elevar em Cr\$ 39.300.000,00 (trinta e nove milhões e trezentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 39/82
267/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Icatú (MA) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 4.703.000,00 (quatro milhões, setecentos e três mil cruzeiros).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
268/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Salto (SP) a elevar em Cr\$ 54.989.380,82 (cinquenta e quatro milhões, novecentos e oitenta e nove mil, trezentos e oitenta cruzeiros e oitenta e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
269/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Salvador (BA) a elevar em Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Retirado
270/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Araguaína (GO) a elevar em Cr\$ 13.941.500,00 (treze milhões, novecentos e quarenta e um mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
271/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itaberaí (GO) a elevar em Cr\$ 23.566.400,00 (vinte e três milhões, quinhentos e ses-	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
		enta e seis mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	
272/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ivinhema (MS) a elevar em Cr\$ 14.962.400,00 (quatorze milhões, novecentos e sessenta e dois mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
273/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a elevar em Cr\$ 4.182.160.000,00 (quatro bilhões, cento e oitenta e dois milhões, cento e sessenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 51/82
274/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santo Antônio (RN) a elevar em Cr\$ 2.578.600,00 (dois milhões, quinhentos e setenta e oito mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
275/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Horizontina (RS) a elevar em Cr\$ 2.585.400,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
276/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG) a elevar em Cr\$ 1.879.226.000,00 (um bilhão, oitocentos e setenta e nove milhões, duzentos e vinte e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
277/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Elói Mendes (MG) a elevar em Cr\$ 75.611.250,00 (setenta e cinco milhões, seiscentos e onze mil, duzentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
278/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Matipó (MG) a elevar em Cr\$ 23.224.600,00 (vinte e três milhões, duzentos e vinte e quatro mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
279/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itapuranga (GO) a elevar em Cr\$ 8.469.000,00 (oito milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
280/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG) a elevar em Cr\$ 3.511.440.000,00 (três bilhões, quinhentos e onze milhões, quatrocentos e quarenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 52/82

Nº	Autor	Ementa	Resultado
281/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Maria do Salto (MG) a elevar em Cr\$ 30.725.100,00 (trinta milhões, setecentos e vinte e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
282/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Araguari (MG) a elevar em Cr\$ 49.780.000,00 (quarenta e nove milhões, setecentos e oitenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
283/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Boa Esperança (MG) a elevar em Cr\$ 61.450.200,00 (sessenta e um milhões, quatrocentos e cinquenta mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
284/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Curvelo (MG) a elevar em Cr\$ 292.751.200,00 (duzentos e noventa e dois milhões, setecentos e cinquenta e um mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
285/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de João Monlevade (MG) a elevar em Cr\$ 182.969.500,00 (cento e oitenta e dois milhões, novecentos e sessenta e nove mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
1/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Galiléia (MG) a elevar em Cr\$ 36.593.900,00 (trinta e seis milhões, quinhentos e noventa e três mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
2/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves (RS) a elevar em Cr\$ 26.175.000,00 (vinte e seis milhões, cento e setenta e cinco mil cruzeiros) o montante da dívida consolidada.	Resolução nº 87/82

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

3/82	Bernardino Viana	Dispõe sobre operações de crédito dos Estados e Municípios, revoga dispositivo da Resolução nº 93, de 11 de novembro de 1976, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
4/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Alagoas a elevar em Cr\$ 155.363.000,00 (cento e cinquenta e cinco milhões, trezentos e sessenta e três mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Obs.: Os Projetos de Resolução de n.ºs 260 a 285, de 1981, e os de n.ºs 1 e 2, de 1982, foram apresentados no período de convocação extraordinária do Congresso Nacional (6 de dezembro de 1981 a 15 de janeiro de 1982).

Nº	Autor	Ementa	Resultado
5/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Alagoas a elevar em Cr\$ 551.515.500,00 (quinhentos e cinquenta e um milhões, quinhentos e quinze mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
6/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Alagoas a elevar em Cr\$ 33.305.000,00 (trinta e três milhões, trezentos e cinco mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
7/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a elevar em Cr\$ 7.296.572.730,40 (sete bilhões, duzentos e noventa e seis milhões, quinhentos e setenta e dois mil, setecentos e trinta cruzeiros e quarenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
8/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a elevar em Cr\$ 2.022.956.612,82 (dois bilhões, vinte e dois milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e doze cruzeiros e oitenta e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 53/82
9/82	José Lins	Altera o Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
10/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul (RS) a elevar em Cr\$ 945.617.624,10 (novecentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e dezessete mil, seiscentos e vinte e quatro cruzeiros e dez centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
11/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Curitiba (PR) a elevar em Cr\$ 288.499.100,00 (duzentos e oitenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e nove mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
12/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Paula Cândido (MG) a elevar em Cr\$ 18.296.950,00 (dezoito milhões, duzentos e noventa e seis mil, novecentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
13/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a elevar em Cr\$ 493.771.000,00 (quatrocentos e noventa e três milhões, setecentos e setenta e um mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
14/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Jaciara (MT) a elevar em Cr\$ 360.000.000,00 (trezentos e sessen-	Resolução nº 54/82

Nº	Autor	Ementa	Resultado
		ta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	
15/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Juazeiro (BA) a elevar em Cr\$ 522.770.000,00 (quinhentos e vinte e dois milhões, setecentos e setenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 55/82
16/82	Comissão Diretora	Altera e acrescenta dispositivos à Resolução nº 146, de 5 de dezembro de 1980, modificada pela Resolução nº 50, de 30 de junho de 1981, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
17/82	Comissão do Distrito Federal	Aprova as contas do Governo do Distrito Federal, referentes ao Exercício Financeiro de 1980.	Resolução nº 88/82
18/82	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), destinada ao Programa de Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros daquele Estado.	Resolução nº 3/82
19/82	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Paraná a contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 40,000,000.00 (quarenta milhões de dólares norte-americanos) destinada ao Programa de Investimentos daquele Estado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
20/82	Comissão de Constituição e Justiça	Suspense a execução dos artigos 189 e 190 da Lei Municipal nº 646, de 1977, do Município paulista de Billac.	Resolução nº 85/82
21/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Goiás a elevar em Cr\$ 1.586.700,000,00 (um bilhão, quinhentos e oitenta e seis milhões e setecentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
22/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Grande do Piauí (PI) a elevar em Cr\$ 3.619.000,00 (três milhões, seiscentos e dezenove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
23/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ituiutaba (MG) a elevar em Cr\$ 424.489.240,00 (quatrocentos e vinte e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, duzentos e quarenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
24/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Patu (RN) a elevar em Cr\$ 9.691.100,00 (nove milhões, seiscentos e noventa e um mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
25/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Alexânia (GO) a elevar em Cr\$ 7.279.000,00 (sete milhões, duzentos e setenta e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 29/82
26/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Buriti Alegre (GO) a elevar em Cr\$ 10.692.000,00 (dez milhões, seiscentos e noventa e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
27/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Patu (RN) a elevar em Cr\$ 12.458.000,00 (doze milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
28/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Carai (MG) a elevar em Cr\$ 43.378.650,00 (quarenta e três milhões, trezentos e setenta e oito mil, seiscentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
29/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Janduí (RN) a elevar em Cr\$ 3.179.000,00 (três milhões, cento e setenta e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
30/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Araguaína (GO) a elevar em Cr\$ 159.638.841,00 (cento e cinquenta e nove milhões, seiscentos e trinta e oito mil, oitocentos e quarenta e um cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 56/82
31/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Goiatuba (GO) a elevar em Cr\$ 13.487.800,00 (treze milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
32/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Olho D'Água dos Borges (RN) a elevar em Cr\$ 4.397.200,00 (quatro milhões, trezentos e noventa e sete mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
33/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itapira (SP) a elevar em Cr\$ 29.745.360,00 (vinte e nove milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 58/82
34/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santana do Matos (RN) a elevar em Cr\$ 10.077.000,00 (dez milhões, setenta e sete mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
35/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 541.004.400,00 (quinhentos e quarenta e um milhões, quatro mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
36/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 18.714.000,00 (dezoito milhões, setecentos e quatorze mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
37/82	Jutahy Magalhães	Altera o Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
38/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ponta Porã (MS) a elevar em Cr\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
39/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Venturosa (PE) a elevar em Cr\$ 5.009.600,00 (cinco milhões, nove mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 89/82
40/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Anaurilândia (MS) a elevar em Cr\$ 4.890.000,00 (quatro milhões, oitocentos e noventa mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
41/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Extremoz (RN) a elevar em Cr\$ 8.153.200,00 (oito milhões, cento e cinquenta e três mil e duzentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
42/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Dourados (MS) a elevar em Cr\$ 180.975.100,00 (cento e oitenta milhões, novecentos e setenta e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
43/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Dom Aquino (MT) a elevar em Cr\$ 34.224.000,00 (trinta e quatro milhões, duzentos e vinte e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 67/82
44/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Terenos (MS) a elevar em Cr\$ 13.600.000,00 (treze milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
45/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Umuarama (PR) a elevar em Cr\$ 368.515.376,59 (trezentos e sessenta e oito milhões, quinhentos e quinze mil, trezentos e setenta e seis cruzeiros e cinquenta e nove centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
46/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Palmitos (SC) a elevar em Cr\$ 59.270.108,58 (cinquenta e nove milhões, duzentos e setenta mil, cento e oito cruzeiros e cinquenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
47/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Amambai (MS) a elevar em Cr\$ 83.280.700,00 (oitenta e três milhões, duzentos e oitenta mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
48/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Eldorado (MS) a elevar em Cr\$ 41.695.800,00 (quarenta e um milhões, seiscentos e noventa e cinco mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 78/82
49/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Grande do Piauí (PI) a elevar em Cr\$ 10.903.000,00 (dez milhões, novecentos e três mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 83/82
50/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Brillhante (MS) a elevar em Cr\$ 76.958.000,00 (setenta e seis milhões, novecentos e cinquenta e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
51/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão (MA) a elevar em Cr\$ 17.438.000,00 (dezessete milhões, quatrocentos e trinta e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
52/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Dourados (MS) a elevar em Cr\$ 37.576.000,00 (trinta e sete milhões, quinhentos e setenta e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 68/82
53/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Jateí (MS) a elevar em Cr\$ 5.603.000,00 (cinco milhões, seiscentos e três mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
54/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bataiporã (MS) a elevar em Cr\$ 5.221.500,00 (cinco milhões, duzentos e vinte e um mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
55/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal da Cidade do Recife (PE) a elevar em Cr\$... 30.092.600,00 (trinta milhões, noventa e dois mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 84/82

Nº	Autor	Ementa	Resultado
56/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nioaque (MS) a elevar em Cr\$ 20.194.000,00 (vinte milhões, cento e noventa e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 69/82
57/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 206.675.000,00 (duzentos e seis milhões, seiscentos e setenta e cinco mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
58/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Paraná a elevar em Cr\$ 579.100.100,00 (quinhentos e setenta e nove milhões, cem mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
59/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 29.079.200.000,00 (vinte e nove bilhões, setenta e nove milhões e duzentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 25/82
60/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Candelária (RS) a elevar em Cr\$ 56.965.900,00 (cinquenta e seis milhões, novecentos e sessenta e cinco mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
61/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a elevar em Cr\$ 319.360.800,00 (trezentos e dezenove milhões, trezentos e sessenta mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 28/82
62/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Caxambu (MG), a elevar em Cr\$ 123.939.000,00 (cento e vinte e três milhões, novecentos e trinta e nove mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
63/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste (SC) a elevar em Cr\$.. 149.999.653,53 (cento e quarenta e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, seiscentos e cinquenta e três cruzeiros e cinquenta e três centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
64/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São José do Cedro (SC) a elevar em Cr\$ 3.966.000,00 (três milhões, novecentos e sessenta e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
65/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São José do Cedro (SC) a elevar em Cr\$ 6.711.000,00 (seis milhões, setecentos e onze mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
66/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Caçador (SC) a elevar em Cr\$ 5.447.000,00 (cinco milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
67/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 55.527.500,00 (cinquenta e cinco milhões, quinhentos e vinte e sete mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
68/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 451.355.900,00 (quatrocentos e cinquenta e um milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
69/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 9.030.408.827,11 (nove bilhões, trinta milhões, quatrocentos e oito mil, oitocentos e vinte e sete cruzeiros e onze centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 59/82
70/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Moji Guaçu (SP) a elevar em Cr\$ 627.324.000,00 (seiscentos e vinte e sete milhões, trezentos e vinte e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
71/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Porto Feliz (SP) a elevar em Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
72/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Guarapari (ES) a elevar em Cr\$ 309.072.881,25 (trezentos e nove milhões, setenta e dois mil, oitocentos e oitenta e um cruzeiros e vinte e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 60/82
73/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Poconé (MT) a elevar em Cr\$ 138.164.974,38 (cento e trinta e oito milhões, cento e sessenta e quatro mil, novecentos e setenta e quatro cruzeiros e trinta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
74/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG) a elevar em Cr\$ 589.700.000,00 (quinhentos e oitenta e nove milhões e setecentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
75/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itajibá (BA) a elevar em Cr\$ 57.881.000,00	Resolução nº 33/82

Nº	Autor	Ementa	Resultado
		(cinquenta e sete milhões, oitocentos e oitenta e um mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	
76/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Salvador (BA) a elevar em Cr\$ 782.884.600,00 (setecentos e oitenta e dois milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
77/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Salvador (BA) a elevar em Cr\$ 3.136.620.000,00 (três bilhões, cento e trinta e seis milhões, seiscentos e vinte mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Retirado
78/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aracatuba (SP) a elevar em Cr\$ 743.634.000,00 (setecentos e quarenta e três milhões, seiscentos e trinta e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
79/82	Comissão de Finanças	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP) a contratar operação de empréstimo externo no valor de até US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos) destinada à implantação de obras prioritárias naquele Município.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
80/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Tocantinópolis (GO) a elevar em Cr\$ 43.371.328,00 (quarenta e três milhões, trezentos e setenta e um mil, trezentos e vinte e oito cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 40/82
81/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santo André (SP) a elevar em Cr\$ 1.791.500.000,00 (um bilhão, setecentos e noventa e um milhões e quinhentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
82/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ 64.104.000,00 (sessenta e quatro milhões, cento e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
83/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a elevar em Cr\$ 749.781.000,00 (setecentos e quarenta e nove milhões, setecentos e oitenta e um mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
84/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a elevar em Cr\$ 1.241.055.262,08 (um bilhão, duzentos e quarenta e um milhões, cinquenta e cinco mil, duzentos e sessenta e dois cruzeiros e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
85/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Goiás a elevar em Cr\$ 541.600.000,00 (quinhentos e quarenta e um milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
86/82	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares norte-americanos) destinada ao Programa Rodoviário do Estado.	Resolução nº 32/82
87/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Guaxupé (MG) a elevar em Cr\$ 184.350.600,00 (cento e oitenta e quatro milhões, trezentos e cinquenta mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
88/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Rezende (MG) a elevar em Cr\$ 65.067.975,00 (sessenta e cinco milhões, sessenta e sete mil, novecentos e setenta e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
89/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ponte Nova (MG) a elevar em Cr\$ 433.786.500,00 (quatrocentos e trinta e três milhões, setecentos e oitenta e seis mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
90/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz (RN) a elevar em Cr\$ 3.072.000,00 (três milhões e setenta e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
91/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Sousa (PB) a elevar em Cr\$ 57.600.000,00 (cinquenta e sete milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 61/82
92/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Caapó (MS) a elevar em Cr\$ 40.600.000,00 (quarenta milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
93/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Gurupi (GO) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 14.422.000,00 (quatorze milhões, quatrocentos e vinte e dois mil cruzeiros).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
94/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pedro Avelino (RN) a elevar em Cr\$ 11.620.000,00 (onze milhões, seiscentos e vinte mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
95/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Fortaleza (CE) a elevar em Cr\$ 218.583.000,00 (duzentos e dezoito milhões, quinhentos e oitenta e três mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 36/82
96/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rialma (GO) a elevar em Cr\$ 38.265.000,00 (trinta e oito milhões, duzentos e sessenta e cinco mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
97/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Além Paraíba (MG) a elevar em Cr\$ 3.356.506,00 (três milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e seis cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
98/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (RS) a elevar em Cr\$ 584.224.200,00 (quinhentos e oitenta e quatro milhões, duzentos e vinte e quatro mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
99/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Candelária (RS) a elevar em Cr\$ 11.646.800,00 (onze milhões, seiscentos e quarenta e seis mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
100/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cavalcante (GO) a elevar em Cr\$ 11.290.000,00 (onze milhões, duzentos e noventa mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
101/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Passo Fundo (RS) a elevar em Cr\$ 627.324.000,00 (seiscentos e vinte e sete milhões, trezentos e vinte e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
102/82	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), destinada a projetos de saneamento básico e a investimentos na companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ.	Resolução nº 27/82
103/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Poço Branco (RN) a elevar em Cr\$ 10.005.600,00 (dez milhões, cinco mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
104/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Canoas (RS) a elevar em Cr\$ 34.668.015,32 (trinta e quatro milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, quinze cruzeiros e trinta e dois centavos), o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
105/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cumari (GO) a elevar em Cr\$ 3.857.900,00 (três milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
106/82	Comissão de Finanças	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a contratar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos), destinada à implementação de obras da linha leste-oeste do metropolitano de São Paulo.	Resolução nº 26/82
107/82	Comissão de Finanças	Autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 40,000,000.00 (quarenta milhões de dólares norte-americanos) destinado ao Programa de Investimentos Urbanos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
108/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 1.534.085.100,00 (um bilhão, quinhentos e trinta e quatro milhões, oitenta e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
109/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 1.046.450.500,00 (um bilhão, quarenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
110/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 39.930.000,00 (trinta e nove milhões, novecentos e trinta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
111/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Alvorada (RS) a elevar em Cr\$ 433.415.922,39 (quatrocentos e trinta e três milhões, quatrocentos e quinze mil, novecentos e vinte e dois cruzeiros e trinta e nove centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
112/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 293.685.700,00 (duzentos e noventa e três milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
113/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Piauí a elevar em Cr\$ 1.616.164.560,00 (um bilhão, seiscentos e dezesseis milhões, cento e sessenta e quatro mil, quinhentos e sessenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
114/82	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Goiás a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares), destinada aos programas de desenvolvimento rural integrado, mineração e infraestrutura econômica, naquele Estado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
115/82	Comissões de Constituição e Justiça	Suspende a execução de parte do art. 2º da Lei nº 3.482, de 9 de abril de 1974, do Estado de Mato Grosso.	Resolução nº 94/82
116/82	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul a contratar empréstimo externo no valor de US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares norte americanos) destinado ao Programa Viário de Apoio à Produção Agrícola daquele Estado.	Resolução nº 41/82
117/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Moreno (PE) a elevar em Cr\$ 233.190.466,68 (duzentos e trinta e três milhões, cento e noventa mil, quatrocentos e sessenta e seis cruzeiros e sessenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
118/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pirapetinga (MG) a elevar em Cr\$ 50.888.600,00 (cinquenta milhões, oitocentos e oitenta e oito mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
119/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Paulínia (SP) a elevar em Cr\$ 1.009.884.000,00 (um bilhão, nove milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
120/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura da Cidade do Recife (PE) a elevar em Cr\$ 95.072.500,00 (noventa e cinco milhões, setenta e dois mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
121/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim (RN) a elevar em Cr\$ 130.279.819,24 (cento e trinta milhões, duzentos e setenta e nove mil, setecentos e dezenove cruzeiros e vinte e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
122/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Piranga (MG) a elevar em Cr\$ 43.378.650,00 (quarenta e três milhões, trezentos e setenta e oito mil, seiscentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
123/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Uberlândia (MG) a elevar em Cr\$ 2.168.932.500,00 (dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, novecentos e trinta e dois mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 62/82
124/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Botelhos (MG) a elevar em Cr\$ 50.888.600,00 (cinquenta milhões, oitocentos e oitenta e oito mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
125/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB) a elevar em Cr\$ 51.767.900,00 (cinquenta e um milhões, setecentos e sessenta e sete mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
126/82	Comissão de Constituição e Justiça	Dá nova redação ao § 3º do art. 47 e ao art. 49 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
127/82	Comissão Parlamentar de Inquérito	Aprova as conclusões e recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 69, de 1978.	Em tramitação
128/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 1.770.741.100,00 (um bilhão, setecentos e setenta milhões, setecentos e quarenta e um mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 42/82
129/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a elevar em Cr\$ 804.707.188,23 (oitocentos e quatro milhões, setecentos e sete mil, cento e oitenta e oito cruzeiros e vinte e três centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 63/82
130/82	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul a contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos), destinado ao Programa Viário de Apoio à Produção Agrícola daquele Estado.	Resolução nº 44/82
131/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ilhéus (BA) a elevar em Cr\$ 218.094.000,00 (duzentos e dezoito milhões, noventa e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
132/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Del- finópolis (MG) a elevar em Cr\$ 50.888.600,00 (cinquenta milhões, oito- centos e oitenta e oito mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida con- solidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
133/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ma- rechal Cândido Rondon (PR) a elevar em Cr\$ 243.872.710,80 (duzentos e quaren- ta e três milhões, oitocentos e setenta e dois mil, setecentos e dez cruzeiros e oi- tenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
134/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ara- caju (SE) a elevar em Cr\$ 87.786.000,00 (oitenta e sete milhões, setecentos e oitenta e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 64/82
135/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 14.999.999.364,20 (quatorze bilhões, novecentos e noventa e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, trezentos e sessenta e quatro cruzeiros e vinte centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
136/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a elevar em Cr\$ 602.516.000,00 (seis- centos e dois milhões, quinhentos e de- zesseis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
137/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.702.223.000,00 (um bilhão, se- tecentos e dois milhões, duzentos e vin- te e três mil cruzeiros), destinada a im- plantação de sistemas simplificados de abastecimento de água em municípios do Estado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
138/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Ala- goas a elevar em Cr\$ 1.172.118.000,00 (um bilhão, cento e setenta e dois mi- lhões, cento e dezoito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
139/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a elevar em Cr\$ 2.510.360.000,00 (dois bilhões, quinhentos e dez milhões, trezentos e sessenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
140/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a elevar em Cr\$ 493.000.000,00 (quatrocentos e noventa e três milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
141/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Alagoas a elevar em Cr\$ 282.536.930,00 (duzentos e oitenta e dois milhões, quinhentos e trinta e seis mil, novecentos e trinta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
142/82	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a realizar empréstimo externo no valor de DM 10.900.000,00 (dez milhões e novecentos mil marcos alemães) destinado a financiar o projeto "Proteção contra as cheias do vale do Rio dos Sinos".	Arquivado (art. 367 do R.I.)
143/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aparecida do Tabuado (MS), a elevar em Cr\$ 4.703.100,00 (quatro milhões, setecentos e três mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
144/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Luís (MA) a elevar em Cr\$ 725.043.150,00 (setecentos e vinte e cinco milhões, quarenta e três mil, cento e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
145/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB) a elevar em Cr\$ 1.009.884.000,00 (um bilhão, nove milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
146/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itapiranga (SC) a elevar em Cr\$ 8.993.017,00 (oito milhões, novecentos e noventa e três mil e dezessete cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
147/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Jacarezinho (PR) a elevar em Cr\$ 202.020.570,00 (duzentos e dois milhões, vinte mil, quinhentos e setenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
148/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Sombrio (SC) a elevar em Cr\$ 4.281.025,24 (quatro milhões, duzentos e oitenta e um mil, vinte e cinco cruzeiros e vinte e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
149/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aloândia (GO) a elevar em Cr\$ 13.128.492,00 (treze milhões, cento e vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e dois cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
150/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Salvador (BA) a elevar em Cr\$ 48.365.100,00 (quarenta e oito milhões, trezentos e sessenta e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
151/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bela Vista de Goiás (GO) a elevar em Cr\$... 43.095.116,56 (quarenta e três milhões, noventa e cinco mil, cento e dezesseis cruzeiros e cinqüenta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
152/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Leopoldo de Bulhões (GO) a elevar em Cr\$ 32.953.558,47 (trinta e dois milhões, novecentos e cinqüenta e três mil, quinhentos e cinqüenta e oito cruzeiros e quarenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
153/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Paulo de Faria (SP) a elevar em Cr\$ 36.175.728,00 (trinta e seis milhões, cento e setenta e cinco mil, setecentos e vinte e oito cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
154/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pedra Preta (MT) a elevar em Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
155/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bagé (RS) a elevar em Cr\$ 877.101.343,05 (oitocentos e setenta e sete milhões, cento e um mil, trezentos e quarenta e três cruzeiros e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
156/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campinas (SP) a elevar em Cr\$ 1.819.424.520,00 (um bilhão, oitocentos e dezenove milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, quinhentos e vinte cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
157/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Miguel do Araguaia (GO) a elevar em Cr\$ 33.150.000,00 (trinta e três milhões, cento e cinqüenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
158/82	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rondonópolis (MT) a elevar em Cr\$ 73.169.900,00 (setenta e três milhões, cento e sessenta e nove mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
159/82	Comissão Diretora	Transforma a Categoria Funcional de Motorista Oficial em Categoria Funcional de Agente de Transporte Legislativo, e dá outras providências.	Resolução nº 100/82
160/82	Comissão Diretora	Altera a lotação de gabinetes do Senado Federal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
161/82	Dulce Braga	Dispõe sobre a celebração do Dia Nacional de Ação de Graças.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
162/82	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a elevar em Cr\$ 546.776.000,00 (quinhentos e quarenta e seis milhões, setecentos e setenta e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
163/82	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do § 2º do art. 165 da Lei Municipal nº 37, de 6 de julho de 1977, do Município de Rancharia, no Estado de São Paulo.	Resolução nº 103/82
164/82	Comissão Parlamentar de Inquérito	Aprova as conclusões e recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 3, de 1979.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

c) SUMULA

Eis os dados numéricos relativos aos Projetos de Resolução:

Total dos Projetos	392
Sendo:	
oriundos de sessões legislativas anteriores	230
apresentados nesta sessão legislativa	162
Aprovados	92
Sendo:	
desta sessão legislativa	36
de sessões legislativas anteriores	56
Arquivados (art. 367 do Regimento Interno)	297
Sendo:	
desta sessão legislativa	124
de sessões legislativas anteriores	173
Permanece em estudo	1
Sendo:	
desta sessão legislativa	1
Retirados	2
Os Projetos de Resolução aprovados versaram sobre:	
empréstimos ou financiamentos externos	7
operações de crédito internas	79
suspensão de execução de dispositivos legais	3
assuntos da Administração Interna do Senado Federal	1
contas do Governo do Distrito Federal	2

D.5.5. — INDICAÇÕES DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Nº	Autor	Ementa	Resultado
2/75	Itamar Franco	Institui, no Senado Federal, idêntico estágio para universitários, nos moldes do existente na Câmara dos Deputados.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
4/75	Itamar Franco	Sugere à Comissão de Constituição e Justiça proceder estudos no sentido de esclarecer se pode o Governador do Distrito Federal ser convocado para prestar esclarecimentos sobre sua administração ao Plenário do Senado Federal, ou, se for o caso, formular a correspondente proposição legislativa, tendo em vista o que dispõe o § 1º do art. 17 da Constituição Federal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
1/79	Humberto Lucena	Solicita estudo da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal sobre fato que indica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
1/81	Orestes Quércia	Sugere que a Comissão de Constituição e Justiça elabore projeto de lei sobre nova Lei de Segurança Nacional, atendendo à aspiração popular, e inspirada nos recentes pronunciamentos do Ministro da Justiça e de Ministros do Superior Tribunal Militar.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
2/81	Bernardino Viana	Sugere seja objeto de estudo pela Comissão de Constituição e Justiça, autorizações do Senado Federal para elevação da dívida consolidada de Estados e Municípios.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

D.5.6 — REQUERIMENTOS

a) DA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
45	31-3-80	Almir Pinto	Voto de aplauso	Arquivado (art. 367 do R.I.)
311	4-8-80	Franco Montoro	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
40	30-3-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
43	31-3-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
52	6-4-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	(art. 367 do R.I.) Arquivado
53	6-4-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
54	6-4-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
55	6-4-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
62	9-4-81	Luiz Viana	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
65	15-4-81	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
66	22-4-81	Itamar Franco	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
67	22-4-81	Leite Chaves	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
76	28-4-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
88	11-5-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
95	14-5-81	Saldanha Derzi	Transcrição nos Anais	(art. 367 do R.I.) Arquivado
99	18-5-81	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
100	19-5-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
113	22-5-81	Dirceu Cardoso	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
139	22-6-81	Gilvan Rocha	Convocação de autoridade	Arquivado (art. 367 do R.I.)
146	25-6-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
147	26-6-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
149	26-6-81	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
262	5-8-81	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
268	6-8-81	Marcos Freire	Urgência	Arquivado (art. 367 do R.I.)
270	10-8-81	Bernardino Viana	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
275	17-8-81	Henrique Santillo	Convocação de autoridade	Arquivado (art. 367 do R.I.)
277	18-8-81	Itamar Franco	Inclusão de matéria em Ordem do Dia	Arquivado (art. 367 do R.I.)
279	18-8-81	Aderbal Jurema	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
285	25-8-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
286	26-8-81	Leite Chaves	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
287	26-8-81	Leite Chaves	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
293	27-8-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
295	31-8-81	Humberto Lucena	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
296	31-8-81	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
313	9-9-81	Marcos Freire	Urgência	Arquivado (art. 367 do R.I.)
320	14-9-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
322	21-9-81	Agenor Maria	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
325	23-9-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
360	23-10-81	Líderes do PMDB e PP	Urgência	Arquivado (art. 367 do R.I.)
361	26-10-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
378	6-11-81	Bernardino Viana	Retirada de Projeto	Arquivado (art. 367 do R.I.)
386	12-11-81	Helvidio Nunes	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
395	17-11-81	Luiz Viana	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
412	27-11-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
446	17-12-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
448	18-12-81	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
449	18-12-81	Franco Montoro	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
30	14-1-82	Franco Montoro	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Obs. Os requerimentos de n.ºs 446, 448, 449, de 1981 e 30, de 1982, foram apresentados no período de convocação extraordinária do Congresso Nacional (6 de dezembro de 1981 a 15 de janeiro de 1982).

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
31	1º-3-82	Nilo Coelho	Homenagem de pesar	Aprovado
32	2-3-82	Laélia de Alcântara	Sessão Especial do Senado	Aprovado
33	2-3-82	Humberto Lucena	Adiamento da Discussão	Prejudicado
34	3-3-82	Milton Cabral	Autorização do Senado para aceitar missão do Executivo	Aprovado
35	3-3-82	Gabriel Hermes	Adiamento da discussão	Arquivado (art. 367 do R.I.)
36	5-3-82	Dirceu Cardoso	Informações sobre Empréstimos existentes na Secretaria-Geral da Mesa	Deferido
37	8-3-82	Aloysio Chaves	Homenagem de pesar	Aprovado
38	10-3-82	Laélia de Alcântara	Adiamento de Sessão Especial	Aprovado
39	11-3-82	Dinarte Mariz	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
40	12-3-82	Aloysio Chaves	Tramitação conjunta de projetos	Arquivado (art. 367 do R.I.)
41	17-3-82	Evandro Carreira	Prorrogação de prazo de CPI	Aprovado
42	17-3-82	Nelson Carneiro	Criação de Comissão Especial	Arquivado (art. 367 do R.I.)
43	17-3-82	José Lins	Urgência	Aprovado
44	18-3-82	Luiz Viana	Homenagem de pesar	Aprovado
45	22-3-82	Raimundo Parente	Tramitação conjunta de projetos	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
46	22-3-82	José Fragelli	Autorização do Senado para aceitar missão do Executivo	Aprovado
47	22-3-82	José Fragelli	Adiamento de votação	Aprovado
48	23-3-82	Paulo Brossard	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
49	24-3-82	Líderes do PMDB e do PDS	Urgência	Aprovado
50	30-3-82	Nelson Carneiro	Criação de Comissão Especial	Arquivado (art. 367 do R.I.)
51	31-3-82	Luiz Viana	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
52	31-3-82	Tancredo Neves	Prorrogação de prazo de CPI	Aprovado
53	31-3-82	José Lins	Dispensa de interstício	Aprovado
54	31-3-82	orge Kalume	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
55	1º-4-82	José Lins	Urgência	Aprovado
56	1º-4-82	Humberto Lucena	Urgência	Aprovado
57	1º-4-82	osé Lins	Não realização de sessão	Aprovado
58	1º-4-82	José Lins	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
59	2-4-82	Humberto Lucena	Convocação de autoridade	Arquivado
60	2-4-82	Arnon de Melo	Prorrogação de licença para tratamento de saúde	Aprovado
61	5-4-82	Dirceu Cardoso	Informações	Deferido
62	15-4-82	Liderança PMDB	Convocação de autoridade	Arquivado
63	15-4-82	José Lins	Urgência	Prejudicado
64	22-4-82	Humberto Lucena	Convocação de autoridade	Aprovado
65	27-4-82	Dirceu Cardoso	Informações	Deferido
66	27-4-82	Dirceu Cardoso	Informações	Deferido
67	27-4-82	Humberto Lucena	Homenagem de pesar	Aprovado
68	28-4-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
69	29-4-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
70	29-4-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
71	29-4-82	Jutahy Magalhães	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
72	29-4-82	Jutahy Magalhães	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
73	30-4-82	osé Sarney	Sessão Especial do Senado	Aprovado
74	4-5-82	José Sarney	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
75	4-5-82	Dirceu Cardoso	Adiamento de votação	Rejeitado
76	6-5-82	Dirceu Cardoso	Homenagem de pesar	Aprovado
77	6-5-82	José Lins	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
78	7-5-82	Comissão de Legislação Social	Tramitação conjunta de projetos	Arquivado (art. 367 do R.I.)
79	10-5-82	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
80	12-5-82	Dirceu Cardoso	Informações	Deferido
81	13-5-82	Gastão Müller	Destinação de Expediente	Aprovado
82	14-5-82	Nelson Carneiro	Retirada de projeto	Arquivado (art. 367 do R.I.)
83	14-5-82	Humberto Lucena	Homenagem de pesar	Aprovado
84	18-5-82	Presidente de CPI	Prorrogação de prazo de CPI	Aprovado
85	18-5-82	Líderes do PDS e do PMDB	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
86	18-5-82	Dirceu Cardoso	Adiamento de votação	Rejeitado
87	18-5-82	Dirceu Cardoso	Adiamento de votação	Rejeitado
88	18-5-82	Dirceu Cardoso	Adiamento de votação	Rejeitado
89	19-5-82	Franco Montoro	Retirada de projeto	Arquivado (art. 367 do R.I.)
90	19-5-82	Líderes do PDS e do PMDB	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
91	19-5-82	Dirceu Cardoso	Adiamento da votação	Aprovado
92	19-5-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
93	19-5-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
94	20-5-82	Líderes do PMDB e do PT	Convocação de autoridade	Arquivado (art. 367 do R.I.)
95	20-5-82	José Lins	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
96	20-5-82	Dirceu Cardoso	Adiamento de votação	Rejeitado
97	24-5-82	Laélia de Alcântara	Homenagem de pesar	Aprovado
98	25-5-82	Líderes do PDS e do PMDB	Inversão da Ordem do Dia	Rejeitado
99	26-5-82	Líderes do PDS e do PMDB	Reabertura de discussão de projeto	Aprovado
100	26-5-82	Dirceu Cardoso	Adiamento de votação	Rejeitado
101	26-5-82	Líderes do PDS e do PMDB	Adiamento de votação	Aprovado
102	26-5-82	Dirceu Cardoso	Adiamento de votação	Rejeitado
103	26-5-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
104	26-5-82	Líderes do PDS e do PMDB	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
105	27-5-82	Helvídio Nunes	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
106	27-5-82	Dirceu Cardoso	Adiamento de votação	Rejeitado
107	27-5-82	Dirceu Cardoso	Adiamento de votação	Rejeitado
108	27-5-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
109	27-5-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Retirado
110	27-5-82	Líderes do PDS e do PMDB	Retirada de requerimento	Aprovado
111	28-5-82	Raimundo Parente	Tramitação conjunta de projetos	Arquivado (art. 367 do R.I.)
112	31-5-82	Nilo Coelho	Homenagem de pesar	Aprovado
113	3-6-82	Nelson Carneiro	Tramitação conjunta de projetos	Arquivado (art. 367 do R.I.)
114	7-6-82	Itamar Franco	Inclusão de matéria em Ordem do Dia	Arquivado (art. 367 do R.I.)
115	8-6-82	Henrique Santillo	Informações	Deferido
116	8-6-82	Itamar Franco	Informações	Deferido
117	9-6-82	Henrique Santilo	Convocação de autoridade	Arquivado (art. 367 do R.I.)
118	9-6-82	Passos Pôrto	Não realização de sessão	Aprovado
119	9-6-82	Humberto Lucena	Informações envolvendo sigilo bancário	Aprovado
120	14-6-82	Helvídio Nunes	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
121	15-6-82	Dirceu Cardoso	Adiamento de votação	Rejeitado
122	16-6-82	Dirceu Cardoso	Adiamento de votação	Rejeitado
123	16-6-82	Dirceu Cardoso	Adiamento de votação	Aprovado
124	16-6-82	Dirceu Cardoso	Adiamento de votação	Prejudicado
125	16-6-82	Dirceu Cardoso	Adiamento de votação	Prejudicado
126	16-6-82	Dirceu Cardoso	Adiamento de votação	Prejudicado
127	16-6-82	Dirceu Cardoso	Adiamento de votação	Prejudicado
128	16-6-82	Líderes do PDS do PMDB	Urgência	Aprovado
129	16-6-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Prejudicado
130	17-6-82	José Fragelli	Informações	Deferido
131	17-6-82	Hugo Ramos	Informações	Deferido
132	17-6-82	Líderes do PDS e do PMDB	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
133	17-6-82	Presidente de CPI	Prorrogação de prazo de CPI	Aprovado
134	17-6-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
135	17-6-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
136	21-6-82	Nelson Carneiro	Homenagem de pesar	Aprovado
137	21-6-82	Murilo Badaró	Licença para tratar de assunto de interesse particular	Deferido
138	22-6-82	Humberto Lucena	Homenagem de pesar	Aprovado
139	23-6-82	Roberto Saturnino	Licença para tratar de assunto de interesse particular	Aprovado
140	25-6-82	Amaral Furlan	Licença para tratar de assunto de interesse particular	Aprovado
141	25-6-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
142	28-6-82	Arnon de Mello	Prorrogação de licença para tratamento de saúde	Aprovado
143	28-6-82	Nelson Carneiro	Sessão Especial do Senado	Aprovado
144	29-6-82	Líderes do PDS e do PMDB	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
145	29-6-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Prejudicado
146	29-6-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Prejudicado
147	29-6-82	Paulo Brossard	Sessão Especial do Senado	Aprovado
148	29-6-82	Alexandre Costa	Dispensa de interstício	Prejudicado
149	4-8-82	Dinarte Mariz	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
150	4-8-82	Alexandre Costa	Inclusão de matéria em Ordem do Dia	Deferido
151	4-8-82	Alexandre Costa	Inclusão de matéria em Ordem do Dia	Deferido
152	4-8-82	Alexandre Costa	Inclusão de matéria em Ordem do Dia	Deferido
153	4-8-82	Alexandre Costa	Inclusão de matéria em Ordem do Dia	Deferido
154	4-8-82	Alexandre Costa	Inclusão de matéria em Ordem do Dia	Deferido
155	4-8-82	Alexandre Costa	Inclusão de matéria em Ordem do Dia	Deferido
156	4-8-82	Alexandre Costa	Inclusão de matéria em Ordem do Dia	Deferido
157	4-8-82	Alexandre Costa	Inclusão de matéria em Ordem do Dia	Deferido
158	6-8-82	Nelson Carneiro	Inclusão de matéria em Ordem do Dia	Arquivado (art. 367 do R.I.)
159	10-8-82	Benedito Ferreira	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
160	11-8-82	José Fragelli	Informações	Deferido

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
161	11-8-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
162	17-8-82	Alexandre Costa	Homenagem de pesar	Aprovado
163	19-8-82	Aloysio Chaves	Tramitação conjunta de projetos	Arquivado (art. 367 do R.I.)
164	19-8-82	Alexandre Costa	Sessão Especial do Senado	Aprovado
165	31-8-82	Henrique Santillo	Tramitação conjunta de projetos	Arquivado (art. 367 do R.I.)
166	31-8-82	Lázaro Barboza	Adiamento da discussão	Aprovado
167	19-9-82	José Lins	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
168	19-9-82	Gabriel Hermes	Inversão da Ordem do Dia	Retirado
169	19-9-82	Alexandre Costa	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
170	19-9-82	Moacyr Dalla	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
171	19-9-82	Benedito Canelas	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
172	19-9-82	Luiz Fernando Freire	Prorrogação de sessão	Aprovado
173	19-9-82	José Lins	Adiamento de votação	Aprovado
174	19-9-82	Passos Pôrto	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
175	19-9-82	José Lins	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
176	19-9-82	Tarso Dutra	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
177	19-9-82	José Fragelli	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
177-a	19-9-82	Tarso Dutra	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
178	19-9-82	Lomanto Júnior	Prorrogação de sessão	Aprovado
179	19-9-82	José Lins	Adiamento de votação	Aprovado
180	19-9-82	Moacyr Dalla	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
181	19-9-82	Dulce Braga	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
182	19-9-82	José Lins	Adiamento de votação	Aprovado
183	19-9-82	José Lins	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
184	19-9-82	Henrique Santillo	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
185	19-9-82	Alexandre Costa	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
186	13-9-82	Humberto Lucera	Homenagem de pesar	Aprovado
187	14-9-82	José Lins	Urgência	Prejudicado
188	14-9-82	José Lins	Urgência	Prejudicado
189	15-9-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Prejudicado
190	15-9-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Prejudicado
191	16-9-82	Saldanha Derzi	Adiamento de discussão	Arquivado (art. 367 do R.I.)
192	20-9-82	Comissão de Constituição e Justiça	Sobrestamento de estudo de Projeto de Lei do Senado	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
193	20-9-82	Humberto Lucena	Adiamento de discussão	Arquivado (art. 367 do R.I.)
194	24-9-82	Nelson Carneiro	Autorização para aceitar missão do Executivo	Deferido
195	24-9-82	Murilo Badaró	Autorização para aceitar missão do Executivo	Deferido
196	27-9-82	Murilo Badaró	Criação de Comissão Especial Interna	Arquivado (art. 367 do R.I.)
197	27-9-82	José Lins	Homenagem de pesar	Aprovado
198	27-9-82	José Lins	Homenagem de pesar	Aprovado
199	28-9-82	Humberto Lucena	Inversão da Ordem do Dia	Rejeitado
200	28-9-82	José Lins	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
201	28-9-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
202	28-9-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
203	28-9-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
204	28-9-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
205	29-9-82	José Lins	Dispensa de interstício	Aprovado
206	29-9-82	Humberto Lucena	Inversão da Ordem do Dia	Rejeitado
207	29-9-82	José Lins	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
208	29-9-82	Humberto Lucena	Adiamento de discussão	Arquivado (art. 367 do R.I.)
209	29-9-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
210	29-9-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
211	29-9-82	Almir Pinto	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
212	30-9-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
213	1º-10-82	Almir Pinto	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
214	1º-10-82	Almir Pinto	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
215	1º-10-82	Almir Pinto	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
216	1º-10-82	Almir Pinto	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
217	1º-10-82	Passos Pôrto	Não realização de sessão	Aprovado
218	4-10-82	Lourival Baptista	Homenagem de Pesar	Aprovado
219	6-10-82	Almir Pinto	Não realização de sessão	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
220	13-10-82	Aderbal Jurema	Homenagem de pesar	Aprovado
221	19-10-82	Amaral Furlan	Prorrogação de licença para tratamento de saúde	Deferido
222	22-10-82	José Fragelli	Homenagem de pesar	Aprovado
223	17-11-82	Nelson Carneiro	Homenagem de pesar	Aprovado
224	17-11-82	João Calmon	Autorização para aceitar missão do Executivo	Deferido
225	17-11-82	Murilo Badaró	Autorização para aceitar missão do Executivo	Deferido
226	19-11-82	Arnon de Mello	Prorrogação de licença para tratamento de saúde	Aprovado
227	22-11-82	Helvídio Nunes	Homenagem de pesar	Aprovado
228	23-11-82	José Lins	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado
229	23-11-82	José Lins	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
230	23-11-82	Dulce Braga	Adiamento de votação	Rejeitado
231	23-11-82	Leite Chaves	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado
232	24-11-82	Aderbal Jurema	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
233	25-11-82	Líderes do PDS e do PMDB	Dispensa de interstício	Aprovado
234	25-11-82	Aderbal Jurema	Dispensa de interstício	Aprovado
235	25-11-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
236	25-11-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
237	25-11-82	Almir Pinto	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
238	25-11-82	Almir Pinto	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
239	25-11-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
240	25-11-82	Dinarte Mariz	Destinação de Expediente	Aprovado
241	29-11-82	Cunha Lima	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado
242	29-11-82	Itamar Franco	Convocação de autoridade	Arquivado (art. 367 do R.I.)
243	30-11-82	Mauro Benevides	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado
244	30-11-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
245	30-11-82	Dinarte Mariz	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
246	30-11-82	Aderbal Jurema	Destaque para rejeição	Aprovado

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
247	1-12-82	Líderes do PDS e do PMDB	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
248	1-12-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
249	1-12-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
250	1-12-82	Milton Cabral	Adiamento da discussão	Aprovado
251	1-12-82	Moacyr Dalla	Destaque para rejeição	Aprovado
252	2-12-82	Comissão de Constituição e Justiça	Tramitação conjunta de projetos	Arquivado (art. 367 do R.I.)
253	2-12-82	Aderbal Jurema	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
254	2-12-82	Moacyr Dalla	Dispensa de interstício	Aprovado
255	2-12-82	Moacyr Dalla	Dispensa de interstício	Aprovado
256	2-12-82	Moacyr Dalla	Dispensa de interstício	Aprovado
257	2-12-82	Moacyr Dalla	Dispensa de interstício	Aprovado
258	2-12-82	Tarso Dutra	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
259	3-12-82	Moacyr Dalla	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
260	3-12-82	Moacyr Dalla	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
261	3-12-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
262	3-12-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
263	3-12-82	Aderbal Jurema	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
264	3-12-82	Aderbal Jurema	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
265	3-12-82	Aderbal Jurema	Dispensa de interstício	Aprovado
266	3-12-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
267	3-12-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
268	4-12-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
269	4-12-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
270	4-12-82	Bernardino Viana	Dispensa de interstício	Aprovado
271	4-12-82	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
272	4-12-82	Líderes do PDS e do PMDB	Urgência	Aprovado
273	4-12-82	Itamar Franco	Adiamento da discussão	Aprovado
274	4-12-82	Aderbal Jurema	Adiamento da votação	Aprovado

c) SÚMULA

Adiamento de Discussão	8
Adiamento de Sessão Especial	1
Adiamento de Votação	24
Autorização para aceitar missão do Executivo	11
Comissão Especial Interna	1
Constituição de Comissão Especial	2
Convocação de Autoridade	6
Destaque para Rejeição	2
Destinação de Expediente	2
Dispensa de Interstício	11
Dispensa de publicação da redação final	18
Homenagem de Pesar	19
Inclusão de matéria em Ordem do Dia	10
Informações	10
Informações sobre Empréstimos existentes na Secretaria Geral da Mesa	1
Inversão da Ordem do Dia	30
Licença para Tratar de Interesse Particular	3
Licença para Tratamento de Saúde	3
Não realização de Sessão	4
Prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde	3
Prorrogação de Prazo para CPI	4
Prorrogação de Sessão	2
Reabertura de Discussão de Projeto	1
Retirada de Projeto	2
Retirada de Requerimento	1
Sessão Especial do Senado	5
Sobrestamento de estudo de Projeto	1
Tramitação conjunta para Projeto	8
Transcrição nos Anais	7
Urgência	45
Total	245

D.5.7 — PARECERES DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

De acordo com o disposto no art. 234, IV, combinado com o art. 251 do Regimento Interno, constituem proposições os pareceres que devam ser discutidos e votados pelo Plenário, quando não concluírem pela apresentação de projeto, requerimento ou emenda. Nos termos desses dispositivos regimentais, e ainda de acordo com a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, foi apresentado o seguinte parecer:

Nº	Autoria	Conclusão	Resultado
573/82	Comissão Especial	Pelo arquivamento da denúncia formulada pelo Senhor Amilar Rodrigues Dias, contra o Doutor Inocêncio Mártires Coelho, Procurador-Geral da República, alegando crimes de desídia no cumprimento de suas atribuições.	Aprovado

D.5.8. — ESCOLHA DE AUTORIDADES

Em 34 casos teve o Senado ensejo de se manifestar sobre nomes escolhidos pelo Presidente da República para cargos cuja provimento depende da prévia aquiescência desta Casa.

Os nomes foram submetidos ao Senado através das seguintes Mensagens:

Mensagem nº SF	Origem	Nome	Cargo
5/82	65/82	Mauro Sérgio da Fonseca Costa Couto	Embaixador do Brasil junto à República Popular de Angola
23/82	66/82	Alfredo Buzaid	Ministro do Supremo Tribunal Federal
24/82	79/82	Antônio Carlos de Abreu e Silva	Embaixador do Brasil junto à República da Turquia
26/82	87/82	Heitor Pinto de Moura	Embaixador do Brasil junto à República da Guatemala
29/82	93/82	Sérgio de Champerbaud Weguelin Vieira	Embaixador do Brasil junto à República Togolesa
30/82	95/82	Oscar Dias Corrêa	Ministro do Supremo Tribunal Federal
68/82	143/82	Ítalo Zappa	Embaixador do Brasil junto à República Popular da China
76/82	173/82	Fernando Gonçalves	Ministro do Tribunal de Contas da União
90/82	191/82	João Luiz Areias Netto	Embaixador do Brasil junto à República Guiné Equatorial

Mensagem nº		Nome	Cargo
SF	PR		
94/82	198/82	Orlando Teixeira da Costa	Ministro do Tribunal Superior do Trabalho
102/82	210/82	Geraldo de Carvalho Silos	Embaixador do Brasil junto à Confederação Helvética
103/82	209/82	Ronaldo Costa	Embaixador do Brasil junto ao Canadá
116/82	239/82	Vasco Mariz	Embaixador do Brasil junto à República do Peru
117/82	240/82	Paulo Henrique de Paranaguá	Embaixador do Brasil junto ao Reino de Marrocos
122/82	248/82	José Ornellas de Souza Filho	Governador do Distrito Federal
129/82	292/82	Lauro Soutello Alves	Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel
162/82	325/82	Aldir Guimarães Passarinho	Ministro do Supremo Tribunal Federal
163/82	328/82	Paulo Guilherme Vilas-Boas Castro	Embaixador do Brasil junto à República Unida dos Camarões
164/82	331/82	Paulo da Costa Franco	Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia
165/82	332/82	Bernardo de Azevedo Brito	Embaixador do Brasil junto à República de Zâmbia
180/82	360/82	Carlos Sylvestre de Ouro Preto	Embaixador do Brasil junto à República Italiana.
181/82	361/82	Mario Gibson Alves Barbosa	Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.
193/82	377/82	João Tabajara de Oliveira	Embaixador do Brasil junto à República da Bolívia.
194/82	378/82	Luiz Paulo Lindenberg Sette	Embaixador do Brasil em Tóquio.
195/82	379/82	Raymundo Nonato Loyola de Castro	Embaixador do Brasil junto ao Estado do Co-veite.
207/82	398/82	David Silveira da Mota Júnior	Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica.
208/82	397/82	Affonso Arinos de Mello Franco	Embaixador do Brasil junto à República da Venezuela.
209/82	396/82	Ernesto Alberto Ferreira de Carvalho	Embaixador do Brasil junto à República da Costa do Marfim.
222/82	430/82	Marcel Denzon Costa Hasslocher	Embaixador do Brasil junto à República de Zimbábue.
227/82	441/82	Fernando Tupinambá Valente	Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
228/82	442/82	Ernesto Alberto Ferreira de Carvalho	Embaixador do Brasil junto à República de Serra Leoa.
257/82	487/82	Mauro Sergio da Fonseca Costa Couto	Embaixador do Brasil junto à República de São Tomé e Príncipe.
258/82	490/82	Joayrton Martins Cahú	Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas.
266/82	503/82	João Batista Miranda	Ministro do Tribunal de Contas da União.

E — O SENADO FEDERAL EM SUAS RELAÇÕES COM OUTROS ÓRGÃOS

E.1 — ELEMENTOS DE LIGAÇÃO

Atuaram como elementos de ligação junto ao Senado

Presidência da República

Dr. Júlio César de Rose
Dr. Ney Passos Dantas

Ministério da Aeronáutica

Ten. Cel. Aviador Luiz Gonzaga da Costa
Land

Ministério da Agricultura

Dr. Nestor Ribeiro

Ministério das Comunicações

Dr. Álvaro Alberto de Araújo Sampaio

Ministério da Educação e Cultura

Dr. Newton Mello Quelho

Ministério do Exército

Cel. Sebastião Antonio Tavares

Ministério da Fazenda

Dr. Jadir Carvalhedo Magalhães

Ministério da Indústria e do Comércio

Dr. Pedro Wilson Carrano de Albuquerque

Ministério do Interior

Dr. Hugo Braga

Ministério da Justiça

Dr. Antonio de Araújo Costa

Ministério da Marinha

Cap. de Mar e Guerra Lauro Fauken
Bach Filho

Ministério das Minas e Energia

Dr. Hélio Góes Ferreira Filho

Ministério da Previdência e Assistência Social

Dr. Paulo Sotero Pires Costa
Dr. Luiz Carlos de Figueiredo

Ministério das Relações Exteriores

Emb. Carlos Alberto Leite Barbosa

Ministério da Saúde

Dr. Olympio Bandeira da Silva Cascaes

Ministério do Trabalho

Dr. Josimar Toscano Dantas

Ministério dos Transportes

Dr. Estevam Augusto Santos Pereira

Secretaria de Planejamento

Dr. Pedro Grossi Júnior

DASP

Dr. Maurílio Max de Araújo Cunha

Governo do Distrito Federal

Dr. Antônio Henrique de Carvalho Ellery

E.2 — JORNALISTAS CREDENCIADOS

O Comitê de Imprensa junto ao Senado Federal funcionou com a seguinte composição:

Jornalistas	Órgãos
Sebastião Batista da Silva Josemar Toscano Dantas	Agência de Notícias dos Diários Associados (ANDA)
Evandro Fonseca Paranaguá Sílvia Maria de Barros da Fonseca	Agência Estado (ESP)
Milton Roberto Monteiro Ribeiro Elizabete Costa Gomes da Cruz	Agência Imprensa Livre (Ltda.) (AGIL FOTOJORNALISMO)
Esaú Afonso de Carvalho Francisco Carneiro Nobre de Lacerda Filho	Agência Jornalística do Planalto (APLAN)
João Emilio Falcão Costa Filho José Marcondes Sampaio	Agência Folhas de Notícias Ltda.
Eliane Cristina Cantanhede Rampazzo Alfredo Obliziner	Agência Jornal do Brasil Correio Braziliense
Francisco Estivallet Finamor Sérgio Oliveira da Silva	Correio do Povo (Empresa Jornalística Caldas Júnior)
Maria da Graça Costa Ramos Roberto Dantas	Diário da Manhã (Goiás)
Leda Beatriz de Souza Guedes Cornélio Souza Lima Franco	Estado de Minas
Rubem de Azevedo Lima Cornélio Lima Filho Ruy Lopes Haroldo Cerqueira Lima	Folha de S. Paulo
Francisco José Fiuza Dias Pinto Sérgio Chacon	Jornal da Tarde (ESP)
Feliciano Moreira Mariz	Jornal de Brasília
Luiz Alencar Monteiro Manoel Vilela de Magalhães Carlos Chagas José Márcio Almeida de Mendonça Gilnei Bengardini Rampazzo	O Estado de S. Paulo
Luiz Ricardo Meira Menandro	O Globo
Wanderval Calaça de Mendonça Francisco Nogueira Saraiva	Organização Brasileira de Notícias (OBN)
Claudio Alves Pereira	O Popular (Jornal de Brasília)

Jornalistas	Órgãos
Ary Cícero de Moraes Ribeiro Sérgio Borges	Rádio Eldorado (ESP)
Haig Baghdassarian Jorge Garia de Souza	Rádio Eldorado FM (ESP)
José Vanderley Pereira Carlos Castello Branco	Jornal do Brasil
José da Graça de Jesus Negreiros	Rádio Jornal do Brasil
Maria Nilza Pereira da Silva Portocarrero	Rádio Capital de Comunicações
Carlos Brasil de Araújo	Rádio e Televisão Bandeirantes S/A
Antônio de Pádua Aranha Araújo Antônio Maria de Taumaturgo Cortizo	Rádio Nacional AM
Ana Amélia de Lemos	Rádio e TV Gaúcha
Sílvio Leite Campos	Rádio Planalto (Correio Braziliense)
Carmem Lúcia Galesso Coaracy Cleber Praxedes	Rádio Cidade do Jornal do Brasil
Vador Nunes Goularte Alexandre Eggers Garcia	Revista Manchete (Bloch Editores)
Dácio Gomes Malta	Revista Veja
José Carlos Lobo Bardawil	Revista Senhor
José Fábio de Andrade Mendes Ruy Fabiano Baptista Rabello	Revista Visão
José Tarcísio Saboya de Holanda	Televisão Educativa (TVE do RJ)
Manoel Pompeu Filho	TV Capital
Jair Wilson de Farias Wanda Célia de Oliveira	TV Nacional de Brasília

IV – O CONGRESSO NACIONAL REUNIDO

A — SESSÕES REALIZADAS

Realizaram-se 322 sessões conjuntas, sendo 318 para tratar de matéria legislativa e 4 solenes.

As sessões solenes foram as seguintes:

Data	Finalidade
19-3-82	Instalação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 46ª Legislatura.
6-4-82	Recepção ao Senhor Karl Carstens, Presidente da República Federal da Alemanha.
29-6-82	Promulgação da Emenda Constitucional nº 22, que altera e acrescenta dispositivos à Constituição Federal.
30-6-82	Comemoração do Cinquentenário da Revolução Constitucionalista de 1932.

B — COMISSÕES MISTAS

B.1 — PARA ESTUDO DE MATÉRIA LEGISLATIVA

Nesta sessão legislativa foram constituídas 182 Comissões Mistas, sendo:

Para exame de Propostas de Emenda à Constituição	54
Para exame de Projetos de Lei	33
Para exame de Decretos-leis	78
Para exame de Propostas de Delegação Legislativa	2
Para relatar Vetos Presidenciais	15

B.2 — PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

CPMI SOBRE A AÇÃO TERRORISTA NO PAÍS

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito foi criada através do Requerimento nº 78, de 1980-CN, de iniciativa dos Senhores Senador Franco Montoro e Deputado Euclides Scalco, com a finalidade de examinar a escalada da ação terrorista que se desenvolve no País.

Ao final da sessão legislativa integravam a Comissão os seguintes Congressistas:

Titulares		Suplentes
	SENADORES	
	PDS	
Aloysio Chaves Murilo Badaró Moacyr Dalla		Jorge Kalume Jutahy Magalhães
	PMDB	
Franco Montoro Mendes Canale		Lázaro Barboza
	DEPUTADOS	
	PDS	
Italo Conti Erasmus Dias Raymundo Diniz		Oswaldo Melo Ney Ferreira
	PMDB	
Euclides Scalco		Modesto da Silveira
	PTB	
Péricles Gonçalves		

Permaneceram como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senhores Senadores Mendes Canale e Aloysio Chaves.

Em 20-4-82, os trabalhos da Comissão foram prorrogados por 30 dias, a partir de 22-4-82, de acordo com o Requerimento nº 11/82-CN, de autoria do Senador Mendes Canale.

Em 20-5-82, com a aprovação do Requerimento nº 17/82-CN, de autoria do Senador Mendes Canale, o prazo foi novamente prorrogado por mais 61 dias, a partir de 24-5-82.

Em 18-8-82, o prazo foi novamente prorrogado por 60 dias, a partir de 24-8-82, de acordo com o Requerimento nº 30/82-CN, de autoria do Senador Aloysio Chaves.

Em 29-9-82, foi concedida nova prorrogação por 90 dias, a partir de 25-10-82, de acordo com o Requerimento nº 37/82-CN, de autoria do Senador Mendes Canale, ficando o término do prazo previsto para 18-4-83.

C — MATÉRIA LEGISLATIVA

C.1 — PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

a) DA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
46/81	Dep. Ruy Côdo	Dá nova redação ao art. 15, § 3º, alínea f, e ao art. 177, § 1º, da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
47/81	Dep. Airton Sandoval	Altera as redações dos arts. 23, 25 e 26 da Constituição.	Prejudicada por decurso de prazo
48/81	Dep. Thales Ramalho	Suprime o item V do art. 35; dá nova redação aos arts. 39, caput , e 148; altera o art. 152, §§ 2º e 3º, e acrescenta item VI ao seu § 2º, suprimindo-lhe os §§ 5º e 6º	Prejudicada por decurso de prazo
49/81	Dep. Genival Tourinho	Veda a utilização do instituto da sublegenda.	Prejudicada por decurso de prazo
50/81	Dep. Nilson Gibson	Altera a redação do art. 39, caput , da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
51/81	Dep. Airton Sandoval	Acrescenta § 3º ao art. 95 da Constituição.	Prejudicada por decurso de prazo
52/81	Dep. Ralph Biasi	Altera a redação do art. 164 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
53/81	Dep. Iranildo Pereira	Restabelece benefícios fiscais ao Nordeste.	Prejudicada por decurso de prazo
54/81	Presidente da República	Altera o art. 151, parágrafo único, alínea "e" da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
55/81	Dep. Hélio Garcia	Altera a redação do art. 15, § 1º, alínea "a", da Constituição Federal, restabelecendo as eleições diretas para Prefeito e Vice-Prefeito dos Municípios considerados estâncias hidrominerais.	Prejudicada por decurso de prazo
56/81	Sen. Orestes Quércia	Altera dispositivo da vigente Constituição Federal, para o fim de impedir a incidência de tributação do imposto de renda sobre salários.	Prejudicada por decurso de prazo

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
57/81	Dep. Navarro Vieira Filho	Altera a redação da letra "a" do § 1º do art. 15 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Prejudicada por decurso de prazo
58/81	Dep. Júnia Marise	Restabelece as eleições diretas para prefeitos dos municípios das capitais e das estâncias hidrominerais.	Prejudicada por decurso de prazo
59/81	Sen. Mauro Benevides	Restabelece a eleição direta para Prefeito e Vice-Prefeito das Capitais dos Estados.	Prejudicada por decurso de prazo
61/81	Dep. Mauricio Fruet	Dá nova redação ao art. 39 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
62/81	Sen. Affonso Camargo	Altera o art. 98 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
63/81	Dep. Celso Peçanha	Modifica o § 2º do art. 102 da Constituição, que dispõe sobre proventos da inatividade.	Prejudicada por decurso de prazo
64/81	Dep. Lúcio Cioni	Altera a redação do § 1º do art. 47 e acrescenta o item VI ao § 2º do art. 152 da Constituição.	Prejudicada por decurso de prazo
65/81	Dep. Daniel Silva	Dá nova redação ao art. 147 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
66/81	Dep. Alceu Collares	Acrescenta item ao art. 35 e modifica a redação dos §§ 4º, do art. 35, e 1º, do art. 47 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
67/81	Dep. Henrique Brito	Altera as alíneas "a" e "b" do parágrafo único do art. 151 da Constituição.	Prejudicada por decurso de prazo
68/81	Dep. Cristina Tavares	Fixa a competência do Congresso Nacional para aprovar os nomes indicados para membros dos Conselhos Administrativos das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista da Administração Federal Indireta.	Prejudicada por decurso de prazo
69/81	Dep. José Camargo	Modifica a redação da alínea "a" do parágrafo único do art. 151 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
70/81	Dep. Lidovino Fanton	Dá nova redação ao art. 14 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
71/81	Dep. JG de Araújo Jorge	Dá nova redação ao § 3º do art. 152 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
72/81	Sen. Arno Damiani	Altera os arts. 4º, item II, e 5º da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
73/81	Sen. Humberto Lucena	Acrescenta dispositivo ao Título V das Disposições Gerais e Transitórias da Constituição Federal, destinando investimentos federais ao Nordeste.	Prejudicada por decurso de prazo
74/81	Dep. Júnia Marise	Destina 12% do orçamento da União à educação, e determina outras providências.	Prejudicada por decurso de prazo

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
75/81	Dep. Osvaldo Macedo	Acrescenta mais um parágrafo ao art. 98 da Constituição Federal, estabelecendo a gratificação natalina aos servidores públicos.	Prejudicada por decurso de prazo
76/81	Dep. Epitácio Cafeteira	Altera dispositivos da Constituição Federal, constantes do Capítulo VI — Do Poder Legislativo — e do Capítulo VII — Do Poder Executivo.	Prejudicada por decurso de prazo
77/81	Dep. Caio Pompeu	Só permite modificação relativa a matéria eleitoral até um ano antes dos pleitos aos quais se destina.	Prejudicada por decurso de prazo
78/81	Dep. Mendonça Neto	Cria a Procuradoria Geral do Povo, órgão constitucional destinado à fiscalização dos Atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta, à investigação das violações à lei e à preservação dos direitos fundamentais do cidadão.	Prejudicada por decurso de prazo
79/81	Dep. Nabor Júnior	Dá nova redação ao § 6º do art. 21 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
80/81	Dep. Paulo Lustosa	Acrescenta § 5º ao art. 62 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
81/81	Dep. Paulo Guerra	Altera a redação do § 2º e suprime o § 3º do art. 17 da Constituição.	Prejudicada por decurso de prazo
82/81	Dep. Corrêa da Costa	Assegura ao Vereador servidor público federal, estadual ou municipal, da administração direta ou indireta, enquanto no exercício do mandato, a intocabilidade das vantagens do cargo, emprego ou função, e proíbe sua transferência.	Prejudicada por decurso de prazo
83/81	Dep. Maurício Fruet	Restabelece eleições diretas para prefeitos dos municípios que especifica, cria a representação política do Distrito Federal, e dá outras providências.	Prejudicada por decurso de prazo

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
1/82	Sen. Bernardino Viana	Dá nova redação ao art. 206 e seus parágrafos.	Prejudicada por decurso de prazo
2/82	Dep. Ruy Codo	Dá nova redação ao art. 206 e seus parágrafos, da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
3/82	Sen. Jutahy Magalhães	Acrescenta parágrafo ao art. 153 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
4/82	Dep. Renato Azeredo	Dispõe sobre inelegibilidade por parentesco.	Prejudicada por decurso de prazo
5/82	Dep. Aroldo Moletta	Altera o art. 39 da Constituição.	Prejudicada por decurso de prazo

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
6/82	Dep. Evandro Ayres de Moura	Eleva para 500 o número dos Deputados Federais.	Prejudicada por decurso de prazo
7/82	Dep. Antônio Amaral	Limita em até 500 o número de representantes do Povo na Câmara dos Deputados.	Prejudicada por decurso de prazo
8/82	Sen. Jutahy Magalhães	Dá nova redação ao § 4º do art. 175 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
9/82	Dep. José Alves	Dá nova redação ao § 1º do art. 32 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
10/82	Dep. Thales Ramalho	Assegura aposentadoria à mãe de pessoa excepcional ou ao responsável legal que a substitua, alterando a redação do item XIX, art. 165 do texto constitucional.	Prejudicada por decurso de prazo
11/82	Dep. Carlos Wilson	Estabelece prazo ao Presidente da República a cumprir a instituição do seguro-desemprego, acrescentando artigo ao Capítulo das Disposições Gerais e Transitórias da Constituição.	Prejudicada por decurso de prazo
12/82	Dep. Antônio Carlos de Oliveira	Acrescenta parágrafo único ao art. 85 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
13/82	Dep. José Carlos Vasconcelos	Altera a redação do art. 60 e acrescenta artigo à Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
14/82	Dep. Sílvio Abreu Jr.	Altera a redação do art. 169 da Constituição Federal, determinando o monopólio da União na comercialização de álcool carburante no território nacional.	Prejudicada por decurso de prazo
15/82	Sen. Orestes Quêrcia	Revoga a alínea a do § 3º do art. 147 da Constituição Federal.	Em tramitação
16/82	Sen. Pedro Simon	Altera o art. 25, caput , da Constituição modificado pelas Emendas Constitucionais n.ºs 5 e 17.	Em tramitação
17/82	Dep. Lúcia Viveiros	Acrescenta item ao art. 112, nova Seção ao Capítulo VIII do Título I, e renumera os arts. 144 e 145, da Constituição Federal.	Em tramitação
18/82	Dep. Fued Dib	Dá nova redação ao caput do art. 25 da Constituição.	Em tramitação
19/82	Dep. Nilson Gibson	Dá nova redação ao art. 195 da Constituição Federal.	Em tramitação
20/82	Dep. Túlio Barcellos	Dá nova redação ao art. 176, § 3º, item VI, da Constituição Federal.	Em tramitação
21/82	Dep. Salvador Julianelli	Altera a redação do § 4º, do art. 175, da Constituição Federal.	Em tramitação
22/82	Sen. Pedro Simon	Acrescenta parágrafos ao art. 21 da Constituição Federal.	Em tramitação
23/82	Dep. Juarez Furtado	Altera dispositivos da Constituição Federal.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
24/82	Dep. Airton Sandoval	Acrescenta parágrafo ao art. 38 da Constituição Federal.	Em tramitação
25/82	Presidente da República	Altera dispositivos da Constituição Federal.	Emenda Constitucional nº 22
26/82	Dep. Jorge Ferraz	Modifica o § 4º e acrescenta o § 5º ao art. 15 da Constituição.	Prejudicada em virtude da aprovação de Substitutivo à PEC nº 25/82
27/82	Dep. Edison Lobão	Altera os arts. 47, 48, 74, 75 e 152 da Constituição, dispondo sobre a apresentação, discussão e votação de proposta de emenda, o colégio eleitoral e a eleição do Presidente da República, e exigências para o funcionamento dos partidos políticos.	Prejudicada em virtude da aprovação de Substitutivo à PEC nº 25/82
28/82	Dep. Edgard Amorim	Revoga a alínea e do § 2º do art. 156 e o art. 162, altera os arts. 165 e 166, e acrescenta artigo às Disposições Gerais e Transitórias da Constituição Federal.	Em tramitação
29/82	Dep. Antônio Morais	Assegura aos professores em geral — inclusive aos rurais — dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e Municípios vencimentos não inferiores ao salário mínimo regional.	Em tramitação
30/82	Dep. Henrique Brito	Altera dispositivos referentes ao Colégio Eleitoral.	Prejudicada em virtude da aprovação de Substitutivo à PEC nº 25/82
31/82	Dep. Antônio Carlos de Oliveira	Revoga a alínea d do item VIII do artigo 8º, e dá nova redação ao § 8º do art. 153 da Constituição Federal, extinguindo a censura de diversões públicas.	Em tramitação
32/82	Dep. Hélio Duque	Altera a redação do § 35 do art. 153 da Constituição Federal.	Em tramitação
33/82	Dep. Walter de Prá	Aumenta o número máximo de vereadores.	Prejudicada em virtude da aprovação de Substitutivo à PEC nº 25/82
34/82	Dep. Octacílio Almeida	Dá nova redação ao § 2º do art. 113 da Constituição Federal.	Em tramitação
35/82	Dep. Juarez Furtado	Institui a Justiça Comercial.	Em tramitação
36/82	Dep. Juarez Furtado	Altera redação do § 2º do art. 99.	Em tramitação
37/82	Dep. Paulo Lustosa	Altera dispositivos da Constituição Federal, referentes ao orçamento da União, e dá outras providências.	Em tramitação
38/82	Sen. Hugo Ramos	Acrescenta parágrafos ao art. 152 da Constituição.	Em tramitação
39/82	Dep. Walter de Prá	Altera a seção do texto constitucional referente ao Ministério Público.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
40/82	Dep. Ruy Codo	Determina que um terço dos membros dos Tribunais de Contas sejam nomeados mediante prévia aprovação em concurso público.	Em tramitação
41/82	Dep. Herbert Levy	Acrescenta Disposições Transitórias para introduzir o regime de Governo Parlamentar.	Em tramitação
42/82	Dep. Airton Sandoval	Altera o Capítulo VII do Título I e o Título V, para introduzir o regime de Governo Parlamentar.	Em tramitação
43/82	Dep. Carlos Bezerra	Altera a redação do art. 142 da Constituição Federal.	Em tramitação
44/82	Dep. Henrique Brito	Altera o art. 184 da Constituição.	Em tramitação
45/82	Dep. Airton Sandoval	Determina que as modificações introduzidas, durante uma legislatura, na legislação eleitoral, somente possam vigorar a partir da legislatura subsequente.	Em tramitação
46/82	Dep. José de Castro Coimbra	Acrescenta parágrafo 5º ao art. 15 da Constituição Federal.	Em tramitação
47/82	Dep. Modesto da Silveira	Altera a redação do § 11 do art. 153 da Constituição Federal.	Em tramitação
48/82	Dep. Jorge Vianna	Dispõe sobre a aposentadoria dos servidores policiais sob o regime estatutário e da Consolidação das Leis do Trabalho aos vinte e cinco anos de serviço, acrescentando dizeres ao art. 165 do texto constitucional no seu item XX.	Em tramitação
49/82	Dep. Brabo de Carvalho	Dá nova redação ao § 4º, acrescenta parágrafos e renumera os atuais §§ 5º e 6º do art. 144 da Constituição Federal, dispondo sobre os vencimentos da magistratura.	Em tramitação
50/82	Dep. Mauricio Fruet	Revoga a alínea "c" do parágrafo único do art. 30 da Constituição Federal.	Em tramitação
51/82	Dep. Rogério Rego	Institui a Justiça Rural.	Em tramitação
52/82	Sen. Passos Pôrto	Dá nova redação ao art. 101 da Constituição Federal.	Em tramitação
53/82	Dep. Audálio Dantas	Restabelece a redação que a alínea d do § 1º do art. 144 tinha anteriormente à Emenda nº 7, de 1977, para o fim de devolver à Justiça Comum a competência para processar e julgar militares pela prática de crimes de natureza civil.	Em tramitação
54/82	Sen. Jutahy Magalhães	Altera o art. 153, § 10, da Constituição Federal.	Em tramitação
55/82	Sen. Lázaro Barboza	Altera os caput dos arts. 95 e 96 da Constituição Federal.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
56/82	Dep. Audálio Dantas	Dispõe sobre a estabilidade dos servidores da União, dos Estados e dos Municípios, da administração direta ou indireta, que à data da promulgação desta Emenda já tenham cinco ou mais anos de serviço, contínuos ou não.	Em tramitação
57/82	Sen. Jorge Kalume	Altera o art. 184 da Constituição Federal.	Em tramitação
58/82	Dep. Victor Faccioni	Altera a redação dos arts. 19, 21 e 23 da Constituição.	Em tramitação
59/82	Dep. Victor Faccioni	Institui o sistema parlamentar de governo.	Em tramitação
60/82	Dep. Inocêncio Oliveira	Dá nova redação ao § 3º do art. 97 da Constituição Federal.	Em tramitação
61/82	Dep. José Camargo	Altera a alínea "d" do item III do art. 19 da Constituição Federal, vedando a instituição de imposto sobre a tinta preta destinada à impressão do livro, do jornal e dos periódicos.	Em tramitação
62/82	Dep. Ronaldo Ferreira Dias	Altera a redação do inciso I do art. 165 da Constituição Federal.	Em tramitação
63/82	Sen. Mauro Benevides	Restabelece a eleição direta para Prefeito das Capitais dos Estados.	Em tramitação
	Sen. Affonso Camargo	Altera o art. 98 da Consttuição Federal.	Aguardando leitura

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos às Propostas de Emenda à Constituição:

— Total das Propostas	101
sendo:	
oriundas da sessão legislativa anterior	37
de iniciativa parlamentar	36
de iniciativa do Presidente da República	1
encaminhadas nesta sessão legislativa	64
de iniciativa parlamentar	63
de iniciativa do Presidente da República	1
— Aprovada	1
— Prejudicadas	55
Sendo:	
oriundas da sessão legislativa anterior	37
de iniciativa parlamentar	36
de iniciativa do Presidente da República	1
desta sessão legislativa, todas de iniciativa parlamentar	18
— Em andamento, todas de iniciativa parlamentar	44
— Aguardando leitura, de iniciativa parlamentar	1

C. 2 — PROJETOS DE LEI

a) DA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Nº	Mensagem CN	Ementa	Resultado
27/81	108/81	Dispõe sobre a alienação de imóveis de propriedade da União, e dá outras providências.	Lei nº 6.987, de 13-4-82
29/81	113/81	Autoriza a alienação de ações e direitos de capital, de propriedade da União, em empresas privadas e dá outras providências.	Lei nº 6.985, de 13-4-82

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Mensagem CN	Ementa	Resultado
1/82	2/82	Altera a Lei nº 5.919, de 17 de setembro de 1973, para autorizar o Poder Executivo a transferir o controle acionário de empresas subsidiárias da Siderurgia Brasileira S. A. — SIDERBRAS, e dá outras providências.	Lei nº 6.982, de 13-4-82
2/82	3/82	Dispõe sobre a transferência das ações da COALBRA — Coque e Álcool da Madeira S/A, de propriedade do IBDF — Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, para a União Federal, e dá outras providências.	Lei nº 6.984, de 13-4-82
3/82	6/82	Dispõe sobre filiação partidária em caso de incorporação de partidos políticos, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo Lei nº 6.989, de 5-5-82
4/82	11/82	Dispõe sobre a fixação do valor das anuidades e taxas devidas aos órgãos fiscalizadores do exercício profissional.	Lei nº 6.994, de 26-5-82, com veto parcial
5/82	30/82	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 32, de 18 de novembro de 1966, que institui o Código Brasileiro do Ar.	Lei nº 6.997, de 7-6-82
6/82	33/82	Dispõe sobre a utilização de processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais e dá outras providências.	Lei nº 6.996, de 7-6-82

Nº	Mensagem CN	Ementa	Resultado
7/82	36/82	Altera dispositivo da Lei nº 6.849, de 12 de novembro de 1980, que fixa os valores de retribuição da Categoria Funcional de Agente de Vigilância.	Lei nº 6.998, de 7-6-82
8/82	37/82	Autoriza a venda, ao Colégio Pedro II, de imóveis pertencentes ao Banco Central do Brasil.	Lei nº 7.001, de 14-6-82
9/82	47/82	Autoriza o Poder Executivo a constituir a "Empresa Gerencial de Projetos Navais — EMGEPRON", e dá outras providências.	Lei nº 7.000, de 9-6-82
10/82	48/82	Autoriza a implantação de jornada noturna especial nos portos organizados e dá outras providências.	Lei nº 7.002, de 14-6-82
11/82	49/82	Institui Programa de Previdência Social aos Estudantes, nas condições que estabelece.	Lei nº 7.004, de 24-6-82
12/82	54/82	Cria cargos de Juiz Federal no Quadro de Juizes da Justiça Federal de Primeira Instância, para os fins previstos no art. 123, § 2º, da Constituição, e dá outras providências.	Lei nº 7.007, de 29-6-82
13/82	55/82	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Rondônia.	Lei nº 7.011, de 8-7-82
14/82	59/82	Acresce os efetivos do Exército em tempo de paz.	Lei nº 7.006, de 29-6-82
15/82	65/82	Altera o efetivo de Oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais, fixado pela Lei nº 6.836, de 27 de outubro de 1980 altera o art. 3º da Lei nº 2.391, de 7 de janeiro de 1955, e revoga o art. 2º da Lei nº 6.469, de 18 de novembro de 1977, que declarou em extinção o Quadro de Oficiais Farmacêuticos do Corpo de Saúde da Marinha.	Lei nº 7.018, de 30-8-82
16/82	70/82	Dispõe sobre o funcionamento de Curso de Formação ou Adaptação de Oficiais Médicos, Dentistas e Farmacêuticos das Forças Armadas e revoga o Decreto-lei nº 958, de 13 de outubro de 1969.	Lei nº 7.020, de 1º-9-82
17/82	71/82	Fixa os valores de retribuição da Categoria Funcional de Técnico de Atividades Tributárias, do Grupo-Tributação, Arrecadação e Fiscalização, código TAF-600, e dá outras providências.	Lei nº 7.025, de 8-9-82
18/82	73/82	Autoriza o Poder Executivo a abrir, à Justiça do Trabalho, o crédito especial de Cr\$ 125.572.000,00, para o fim que especifica.	Lei nº 7.028, de 13-9-82
19/82	74/82	Dispõe sobre o transporte dutoviário de álcool e dá outras providências.	Lei nº 7.029, de 13-9-82
20/82	75/82	Cria a Seção Judiciária da Justiça Federal no Estado de Rondônia, e dá outras providências.	Lei nº 7.030, de 13-9-82
21/82	82/82	Extingue o cargo de Auditor-Corregedor; transforma a atual Auditoria de Correição em Corregedoria Geral da Justiça Militar, atribuindo as funções de Corregedor ao Ministro Vice-Presidente do Superior Tribunal Militar, com a denominação cumulativa de Ministro Corregedor-Geral, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. Lei nº 7.040, de 11-10-82

Nº	Mensagem CN	Ementa	Resultado
22/82	83/82	Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$ 519.190.000.000,00, e dá outras providências.	Lei nº 7.027, de 13-9-82
23/82	86/82	Estabelece o modelo da cédula oficial única a ser usada nas eleições de 15 de novembro de 1982, e dá outras providências.	Lei nº 7.021, de 6-9-82
24/82	91/82	Autoriza a transformação da Comissão de Financiamento da Produção em empresa pública.	Lei nº 7.032, de 30-9-82
25/82	92/82	Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 1971, referentes à profissionalização no ensino de 2º grau.	Lei nº 7.044, de 18-10-82
26/82	97/82	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1983.	Lei nº 7.053, de 6-12-82
27/82	104/82	Dispõe sobre a incorporação aos proventos de aposentadoria de Gratificação de Representação da Atividade Diplomática.	Lei nº 7.048, de 1-12-82
28/82	105/82	Autoriza o Poder Executivo a abrir, à Justiça Federal de 1ª Instância, o crédito especial de Cr\$ 43.000.000,00 para o fim que especifica.	Lei nº 7.050, de 1-12-82
29/82	107/82	Dispõe sobre a situação dos trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior.	Lei nº 7.064, de 6-12-82
30/82	108/82	Altera os itens II, III e § 3º do art. 580 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Lei nº 7.047, de 1-12-82
31/82	111/82	Altera o art. 30 da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, que cria a Fundação Habitacional do Exército, e dá outras providências.	Lei nº 7.059, de 6-12-82
32/82	112/82	Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos especiais até o limite de Cr\$ 17.348.109.000,00 e dá outras providências.	Lei nº 7.058, de 6-12-82
33/82	113/82	Cria o Registro Nacional de Transportes Rodoviários de Bens, fixa condições para o exercício da atividade, e dá outras providências.	Em tramitação

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Lei:

— Total dos Projetos	35
Sendo:	
oriundos da sessão legislativa anterior	2
recebidos nesta sessão legislativa	33
— Aprovados (sendo 2 por decurso de prazo) e enviados à sanção	34
Sendo:	
oriundos da sessão legislativa anterior	2
desta sessão legislativa	32
— Em andamento	1

C.3 — PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

a) DA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Nº	Mensagem CN	Ementa	Resultado
55/81	96/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.873, de 27 de maio de 1981, que “dispõe sobre a concessão de adicionais de insalubridade e de periculosidade aos servidores públicos federais, e dá outras providências”.	Decreto Legislativo nº 2/82
56/81	98/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.874, de 8 de julho de 1981, que “dispõe sobre o reposicionamento de servidores pertencentes às Categorias Funcionais que especifica e dá outras providências”.	Decreto Legislativo nº 3/82
57/81	100/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981, que “dispensa do pagamento de foros e laudêmios os titulares do domínio útil dos bens imóveis da União, nos casos que especifica, e dá outras providências”.	Decreto Legislativo nº 5/82
58/81	95/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.872, de 21 de maio de 1981, que “dispõe sobre a aquisição, pelos concessionários, de energia elétrica excedente gerada por autoprodutores, e dá outras providências”.	Decreto Legislativo nº 1/82
59/81	99/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.875, de 15 de julho de 1981, que “dispõe sobre a simplificação de normas gerais de Direito Financeiro aplicáveis a Municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes”.	Decreto Legislativo nº 4/82
60/81	101/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.877, de 15 de julho de 1981, que “inclui gratificação no Anexo II do Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências”.	Decreto Legislativo nº 6/82
61/81	102/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.878, de 23 de julho de 1981, que “altera disposições do Decreto-lei nº 1.703, de 18 de outubro de 1979”.	Decreto Legislativo nº 7/82
62/81	103/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.879, de 23 de julho de 1981, que “autoriza a conversão dos créditos que especifica em ações de sociedades de economia mista ou empresas públicas”.	Decreto Legislativo nº 8/82

Nº	Mensagem CN	Ementa	Resultado
63/81	104/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.880, de 27 de agosto de 1981, que "acrescenta parágrafo ao art. 1º do Decreto-lei nº 1.798, de 24 de julho de 1980".	Decreto Legislativo nº 14/82
64/81	107/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.883, de 2 de setembro de 1981, que "dispõe sobre a concessão de adicionais de insalubridade e de periculosidade aos servidores públicos civis do Distrito Federal, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 18/82
65/81	105/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.881, de 27 de agosto de 1981, que "altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, cria a Reserva do Fundo de Participação dos Municípios — FPM e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 19/82
66/81	106/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.882, de 1º de setembro de 1981, que "altera disposições da Lei nº 5.787, de 27 de junho de 1972, modificada pelos Decretos-leis n.ºs 1.824, de 22 de dezembro de 1980, e 1.848, de 6 de janeiro de 1981".	Decreto Legislativo nº 20/82

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Mensagem CN	Ementa	Resultado
1/82	110/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.885, de 29 de setembro de 1981, que "eleva o adicional do imposto de renda de que trata o § 2º do art. 1º do Decreto-lei nº 1.704, de 23 de outubro de 1979, para as instituições que relaciona".	Decreto Legislativo nº 21/82
2/82	109/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.884, de 17 de setembro de 1981, que "acrescenta parágrafos ao art. 4º do Decreto-lei nº 1.798, de 24 de julho de 1980, que estabelece limite de remuneração mensal para os servidores da Administração Federal".	Decreto Legislativo nº 22/82
3/82	111/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.886, de 26 de outubro de 1981, que "modifica a redação de dispositivo do Decreto-lei nº 1.691, de 2 de agosto de 1979, que altera a legislação da Taxa Rodoviária Única, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 23/82
4/82	4/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.887, de 29 de outubro de 1981, que "altera a legislação relativa ao imposto de renda de pessoa física".	Decreto Legislativo nº 28/82
5/82	8/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.889, de 12 de novembro de 1981, que "cancela débitos para com as autarquias federais, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 30/82

Nº	Mensagem CN	Ementa	Resultado
6/82	17/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.897, de 17 de dezembro de 1981, que "dispõe sobre a composição da Categoria Direção Superior do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, do Quadro Permanente do Ministério Público Federal, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 42/82
7/82	13/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.893, de 16 de dezembro de 1981, que "dispõe sobre a adoção de medidas de incentivo à arrecadação federal, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 37/82
8/82	14/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.894, de 16 de dezembro de 1981, que "institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 40/82
9/82	16/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que "dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 43/82
10/82	12/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.892, de 16 de dezembro de 1981, que "estimula a capitalização das empresas mediante isenção de imposto de renda sobre lucros decorrentes da alienação de imóveis e de participações societárias, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 39/82
11/82	15/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.895, de 16 de dezembro de 1981, que "altera dispositivos da Lei nº 6.468, de 14 de novembro de 1977, modificada pelos Decretos-leis n.ºs 1.647, de 18 de dezembro de 1978, e 1.706, de 23 de outubro de 1979, que dispõe sobre a tributação simplificada para pequenas e médias empresas, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 41/82
12/82	18/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.898, de 21 de dezembro de 1981, que "prorroga o prazo de vigência de incentivos fiscais previstos na legislação do imposto de renda".	Decreto Legislativo nº 44/82
13/82	19/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.899, de 21 de dezembro de 1981, que "institui taxas relativas a atividades agropecuárias de competência do Ministério da Agricultura, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 45/82
14/82	23/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.901, de 22 de dezembro de 1981, que "fixa o valor do soldo base do cálculo da remuneração dos militares, extingue gratificação, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 46/82
15/82	25/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.903, de 22 de dezembro de 1981, que "reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros da Magistratura Federal, do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal de Contas da União, bem assim os de pensões, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 47/82

Nº	Mensagem CN	Ementa	Resultado
16/82	22/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.900, de 21 de dezembro de 1981, que "dispõe sobre a contribuição para o desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional".	Decreto Legislativo nº 49/82
17/82	31/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.908, de 28 de dezembro de 1981, que "dá nova redação ao art. 2º do Decreto-lei nº 1.798, de 24 de julho de 1980, que estabelece limite de remuneração mensal para os servidores da Administração Federal, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 50/82
18/82	27/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.905, de 23 de dezembro de 1981, que "reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Distrito Federal, bem como os das pensões, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 51/82
19/82	7/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.888, de 6 de novembro de 1981, que "acrescenta parágrafo ao art. 2º do Decreto-lei nº 1.874, de 8 de julho de 1981, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 31/82
20/82	35/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.911, de 29 de dezembro de 1981, que "autoriza a emissão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN, para cobertura do débito da Previdência Oficial junto à rede bancária pública e privada".	Decreto Legislativo nº 52/82
21/82	9/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.890, de 15 de dezembro de 1981, que "autoriza o Poder Executivo a abrir, em favor do Ministério da Educação e Cultura, do Ministério dos Transportes, dos Encargos Gerais da União, do Fundo Nacional de Desenvolvimento e do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, créditos adicionais até o limite de Cr\$ 10.952.872.000,00, para o fim que especifica".	Decreto Legislativo nº 32/82
22/82	10/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.891, de 15 de dezembro de 1981, que "dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de borderôs e ingressos padronizados, de emissão da EMBRAFILME, pelas salas exibidoras nacionais".	Decreto Legislativo nº 33/82
23/82	26/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.904, de 23 de dezembro de 1981, que "altera a redação do artigo 1º do Decreto-lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980".	Decreto Legislativo nº 53/82
24/82	29/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.907, de 28 de dezembro de 1981, que "reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do respectivo Ministério Público, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 54/82
25/82	28/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.906, de 23 de dezembro de 1981, que "reajusta os vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 55/82

Nº	Mensagem CN	Ementa	Resultado
26/82	32/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.909, de 28 de dezembro de 1981, que "estabelece contenção de despesas orçamentárias para o exercício de 1982, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 56/82
27/82	40/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.914, de 29 de dezembro de 1981, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria-Geral do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 62/82
28/82	41/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.915 de 29 de dezembro de 1981, que "prorroga até 31 de dezembro de 1983 o prazo da isenção fiscal concedida às empresas siderúrgicas pelo Decreto-lei nº 569, de 7 de maio de 1969".	Decreto Legislativo nº 63/82
29/82	38/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.912, de 29 de dezembro de 1981, que "altera a Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964".	Decreto Legislativo nº 64/82
30/82	39/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.913, de 29 de dezembro de 1981, que "reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, bem como os das pensões, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 61/82
31/82	43/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.916, de 8 de janeiro de 1982, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Offícios Judiciais da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios".	Decreto Legislativo nº 70/82
32/82	45/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.918, de 14 de janeiro de 1982, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 71/82
33/82	46/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.919, de 14 de janeiro de 1982, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 72/82
34/82	44/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.917, de 12 de janeiro de 1982, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Tribunais do Trabalho, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 69/82
35/82	24/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.902, de 22 de dezembro de 1981, que "reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo, bem como os das pensões, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 48/82
36/82	53/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.922, de 18 de janeiro de 1982, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 75/82

Nº	Mensagem CN	Ementa	Resultado
37/82	34/82	Rejeita o texto do Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, que "dispõe sobre contribuições para o custeio da Previdência Social, e dá outras providências".	Prejudicado em virtude da aprovação do Decreto-lei por decurso de prazo
38/82	56/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.923, de 20 de janeiro de 1982, que "modifica a legislação que dispõe sobre o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS".	Decreto Legislativo nº 76/82
39/82	57/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.924, de 20 de janeiro de 1982, que "destina ao Comitê Olímpico Brasileiro a renda líquida de um dos concursos de prognósticos esportivos nos anos em que não são realizados Jogos Olímpicos ou Jogos Pan-Americanos".	Decreto Legislativo nº 77/82
40/82	61/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.926, de 17 de fevereiro de 1982, que "reajusta o valor do soldo base de cálculo da remuneração dos PM da Polícia Militar e dos BM do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 79/82
41/82	63/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.927, de 17 de fevereiro de 1982, que "altera a redação do § 3º do art. 1º do Decreto-lei nº 1.798, de 24 de julho de 1980, introduzido pelo Decreto-lei nº 1.880, de 27 de agosto de 1981".	Decreto Legislativo nº 83/82
42/82	64/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.928, de 18 de fevereiro de 1982, que "dispõe sobre o pagamento prioritário de débitos decorrentes de compromissos em moeda estrangeira, assumidos pela Administração Pública, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 84/82
43/82	60/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.925, de 16 de fevereiro de 1982, que "fixa a remuneração do Governador do Estado de Rondônia, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 80/82
44/82	51/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.920, de 14 de janeiro de 1982, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 73/82
45/82	52/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.921, de 14 de janeiro de 1982, que "reajusta os vencimentos e proventos dos funcionários do Quadro das Secretarias da Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 74/82
46/82	67/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.930, de 18 de março de 1982, que "altera os limites do benefício fiscal instituído pelo Decreto-lei número 1.358, de 12 de novembro de 1974, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 87/82
47/82	68/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.931, de 19 de março de 1982, que "modifica o Decreto-lei nº 1.893, de 1981, que dispõe sobre a adoção de medidas de incentivo à arrecadação federal".	Decreto Legislativo nº 88/82

Nº	Mensagem CN	Ementa	Resultado
48/82	85/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.934, de 29 de abril de 1982, que "dispõe sobre a retribuição dos professores civis do Magistério da Aeronáutica, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 92/82
49/82	87/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.935, de 20 de abril de 1982, que "revigora, até 31 de dezembro de 1982, as disposições do Decreto-lei nº 1.627, de 2 de junho de 1978".	Decreto Legislativo nº 93/82
50/82	88/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.936, de 26 de abril de 1982, que "dispõe sobre o empréstimo compulsório em favor da Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — ELETROBRÁS".	Decreto Legislativo nº 94/82
51/82	93/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.939, de 20 de maio de 1982, que "altera a classificação da Receita e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 98/82
52/82	90/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.938, de 10 de maio de 1982, que "concede isenção do imposto de importação nos casos que especifica, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 96/82
53/82	66/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.929, de 8 de março de 1982, que "isenta do imposto de renda os ganhos auferidos em operações a termo em bolsa de mercadorias".	Decreto Legislativo nº 85/82
54/82	69/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.932, de 30 de março de 1982, que "institui incentivo fiscal a projetos de interesse para o comércio exterior do País, situados em áreas da Amazônia Oriental".	Decreto Legislativo nº 89/82
55/82	84/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.933, de 19 de abril de 1982, que "acrescenta parágrafos ao artigo 4º do Decreto-lei nº 1.219, de 15 de maio de 1972, que dispõe sobre a concessão de estímulos à exportação de manufaturados".	Decreto Legislativo nº 91/82
56/82	89/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.937, de 27 de abril de 1982, que "acrescenta parágrafo ao artigo 1º do Decreto-lei nº 1.866, de 9 de março de 1981, que dispõe sobre a nomeação de prefeito em Município declarado de interesse da Segurança Nacional".	Decreto Legislativo nº 97/82
57/82	94/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982, que "institui contribuição social, cria o Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL) e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 99/82
58/82	95/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.941, de 31 de maio de 1982, que "autoriza o aumento do capital da empresa pública Casa da Moeda do Brasil — CMB, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 100/82
59/82	96/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.942, de 31 de maio de 1982, que "dispõe sobre terras situadas em área indispensável à segurança nacional, no Estado do Paraná, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 101/82

Nº	Mensagem CN	Ementa	Resultado
60/82	98/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.943, de 1º de junho de 1982, que "dá nova redação ao art. 4º do Decreto-lei nº 1.861, de 25 de fevereiro de 1981, alterado pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 1.867, de 25 de março de 1981".	Decreto Legislativo nº 102/82
61/82	99/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.944, de 15 de junho de 1982, que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para táxis com motor a álcool".	Decreto Legislativo nº 103/82
62/82	100/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.945, de 22 de junho de 1982, que "autoriza a conversão dos créditos que especifica em ações de sociedades de economia mista ou empresas públicas".	Decreto Legislativo nº 104/82
63/82	101/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.946, de 22 de junho de 1982, que "dispõe sobre a isenção de impostos e taxas nas importações realizadas pelas indústrias de material de emprego militar".	Decreto Legislativo nº 105/82
64/82	102/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.947, de 29 de junho de 1982, que "autoriza a elevação do capital do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 106/82
65/82	103/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.948, de 29 de junho de 1982, que "autoriza a emissão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional para cobertura de débito do Tesouro Nacional junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)".	Decreto Legislativo nº 107/82
66/82	106/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.949, de 13 de julho de 1982, que "cancela débitos fiscais decorrentes da exportação de suco de laranja, no período que menciona".	Decreto Legislativo nº 112/82
67/82	114/82	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.951, de 14 de julho de 1982, que "altera o Decreto lei nº 1.893, de 16 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a adoção de medidas de incentivo à arrecadação federal".	Em tramitação

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Decreto Legislativo:

— Total dos Projetos	79
Sendo:	
da sessão legislativa anterior	12
desta sessão legislativa	67
— Aprovados	77
Sendo	
da sessão legislativa anterior	12
desta sessão legislativa	65
— Prejudicado (desta sessão legislativa)	1
— Em andamento (desta sessão legislativa)	1

C.4 — MENSAGENS REFERENTES A DECRETOS-LEIS

a) EM TRAMITAÇÃO

Mensagem CN	Decreto-lei
110/82	1.950, de 14 de julho de 1982, que isenta do Imposto de Renda os ganhos auferidos por pessoas físicas em operações com imóveis, estimula a capitalização das pessoas jurídicas e dá outras providências.
115/82	1.952, de 15 de julho de 1982, que institui adicional às contribuições incidentes sobre açúcar e álcool, e dá outras providências.
116/82	1.953, de 3 de agosto de 1982, que autoriza a Comissão de Política Aduaneira a conceder isenção ou redução do Imposto de Importação incidente sobre bens destinados à prospecção e produção de petróleo.
117/82	1.954, de 16 de agosto de 1982, que altera dispositivos do Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, que dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional.
118/82	1.955, de 23 de agosto de 1982, que concede à FURNAS e à ELETROSUL isenção de impostos na importação de bens destinados aos Sistemas de Transmissão de Itaipu.
119/82	1.956, de 30 de agosto de 1982, que autoriza o Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás a conceder isenção ou redução do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados.
120/82	1.957, de 31 de agosto de 1982, que revoga o art. 5º da Lei nº 6.263, de 18 de novembro de 1975.
121/82	1.958, de 9 de setembro de 1982, que extingue o Certificado de Regularidade de Situação — CRS e o Certificado de Quitação — CQ, reduz os casos de exigência de prova de quitação para com a Previdência Social e dá outras providências.
122/82	1.959, de 14 de setembro de 1982, que altera o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.
123/82	1.960, de 23 de setembro de 1982, que autoriza o Poder Executivo a contratar ou garantir, em nome da União, as operações de arrendamento mercantil que menciona e dá outras providências.
124/82	1.961, de 23 de setembro de 1982, que autoriza a elevação do capital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências.
125/82	1.962, de 1º de outubro de 1982, que dispõe sobre a retribuição dos professores do Magistério da Marinha e dá outras providências.
126/82	1.963, de 14 de outubro de 1982, que dispõe sobre recursos do Programa Nacional de Política Fundiária, sobre financiamento de projetos de construção de casa para o trabalhador rural e dá outras providências.
127/82	1.964, de 18 de outubro de 1982, que concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados aos materiais e equipamentos importados para a construção e reparação de embarcações.

b) AGUARDANDO LEITURA

Nº na origem	Decreto-lei
443/82	1.965, de 25 de outubro de 1982, que cria cargo em comissão e função de confiança no Quadro e Tabela Permanentes do Ministério Público Federal e dá outras providências.
448/82	1.966, de 1º de novembro de 1982, que dispõe sobre medidas de incentivo à arrecadação de contribuições previdenciárias.
491/82	1.967, de 23 de novembro de 1982, que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas e dá outras providências.
492/82	1.968, de 23 de novembro de 1982, que altera a legislação do Imposto de Renda de pessoa física residente ou domiciliada no Brasil, e dá outras providências.

C.5 — PROPOSTAS DE DELEGAÇÃO LEGISLATIVA

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
4/79	Dep. Ruben Figueiró	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei, criando o Ministério da Produção Animal, e determina outras providências.	Em tramitação
5/79	Dep. Horácio Ortiz	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para a elaboração de lei, dispondo sobre o desdobramento do Ministério das Minas e Energia em Ministério das Minas e Ministério de Energia.	Em tramitação
6/79	Dep. Lúcia Viveiros	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei, dispondo sobre a criação do Ministério da Mulher e da Criança.	Em tramitação
7/79	Sen. Lázaro Barboza	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei, criando o Ministério da Família e do Menor.	Em tramitação
8/79	Dep. Júnia Marise	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para a elaboração de lei, dispondo sobre a criação do Ministério da Família e do Menor.	Em tramitação
1/80	Dep. Carlos Augusto	Propõe delegação de poderes ao Sr. Presidente da República, criando um parque alcoolquímico no litoral do Estado do Piauí.	Em tramitação (Vide Projeto de Resolução nº 1/81-CN)
3/80	Dep. Sérgio Murilo	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para criação do Ministério do Desenvolvimento do Nordeste, e dá outras providências.	Em tramitação
4/80	Dep. Lúcia Viveiros	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei, dispondo sobre a criação do Ministério da Amazônia.	Em tramitação
5/80	Dep. Vivaldo Frota	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para a elaboração de lei dispondo sobre o desdobramento do	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
		Ministério do Interior em Ministério do Desenvolvimento Regional e Ministério da Amazônia.	
6/80	Dep. Carlos Sant'Anna	Propõe delegação de poderes ao Sr. Presidente da República para a elaboração de lei dispondo sobre a reestruturação dos Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social.	Em tramitação
7/80	Sen. Jorge Kalume	Propõe delegação de poderes ao Sr. Presidente da República para elaboração de lei criando a Secretaria Especial para Assuntos da Região Amazônica (SEARA).	Em tramitação (Vide Projeto de Resolução nº 1/82-CN)

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
1/82	Dep. Ruy Codo	Propõe delegação de poderes ao Sr. Presidente da República para a elaboração de lei dispondo sobre a criação do Ministério do Abastecimento.	Em tramitação
2/82	Dep. Raul Bernardo	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei criando em cada unidade da federação um "Centro de Treinamento e Educação de Trânsito".	Em tramitação (Vide Projeto de Resolução nº 2/82-CN)

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos às Propostas de Delegação Legislativa:

— Total das Propostas	13
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	11
desta sessão legislativa	2
— Em andamento	13
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	11
desta sessão legislativa	2

C. 6 — PROJETOS DE RESOLUÇÃO

a) DA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/81	Comissão Mista	Delega poderes ao Presidente da República para criar um parque alcoolquímico no litoral do Estado do Piauí, e dá outras providências. (Oriundo da Proposta de Delegação Legislativa nº 1/80).	Em tramitação

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/82	Comissão Mista	Delega poderes ao Presidente da República para elaboração de lei criando a Secretaria Especial para Assuntos da Região Amazônica — SEARA. (Oriundo da Proposta de Delegação Legislativa nº 7/80, que tramitou com as de nºs 4 e 5/80).	Em tramitação
2/82	Comissão Mista	Delega poderes ao Presidente da República para elaboração de lei criando em cada unidade da federação um "Centro de Treinamento e Educação de Trânsito". (Oriundo da Proposta de Delegação Legislativa nº 2/82).	Em tramitação

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Resolução:

— Total dos Projetos		3
Sendo:		
da sessão legislativa anterior		1
desta sessão legislativa		2
— Em andamento		3
Sendo:		
da sessão legislativa anterior		1
desta sessão legislativa		2

C.7 — VETOS PRESIDENCIAIS

a) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Mensagem CN	Nº na origem	Projeto	Ementa	Resultado
1/82	619/81	PLC nº 94/81 Complementar (nº 223/81, na origem)	Estabelece normas gerais a serem adotadas na Organização do Ministério Público estadual.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
5/82	39/82	PLC nº 135/81 Complementar (nº 237/81, na origem)	Altera a Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970, que estabelece, de acordo com o art. 151 e seu parágrafo único da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, casos de inelegibilidade, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
20/82	129/82	PLC nº 28/77 (nº 1.100/75, na origem)	Altera a redação do art. 687 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).	Mantido o veto total por decurso de prazo
21/82	130/82	PLC nº 23/79 (nº 1.849/76, na origem)	Estabelece normas sobre a documentação exigida aos candidatos, em concursos públicos.	Mantido o veto total por decurso de prazo
42/82	158/82	PLS nº 204/81 (nº 5.123/81, na Câmara)	Isenta do pagamento de multa os eleitores faltosos, e dá outras providências.	Mantido o veto total por decurso de prazo
58/82	220/82	PL nº 4, de 1982-CN	Dispõe sobre a fixação do valor das anuidades e taxas devidas aos órgãos fiscalizadores do exercício profissional e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
62/82	235/82	PLC nº 118/81 (nº 5.330/81, na origem)	Dispõe sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
72/82	263/82	PLC nº 1/82 (nº 5.495/81, na origem)	Autoriza a criação de municípios no Território Federal de Roraima e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo

Mensagem CN	Nº na origem	Projeto	Ementa	Resultado
76/82	286/82	PLC nº 20/82 (nº 5.000/81, na origem)	Dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
77/82	288/82	PLC nº 121/81 (nº 4.998/81, na origem)	Dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
78/82	289/82	PLC nº 17/82 (nº 5.645/81, na origem)	Dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás e determina outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
79/82	303/82	PLC nº 43/82 (nº 5.437/81, na origem)	Altera as Leis n.ºs 4.737, de 15 de julho de 1965, e 6.978, de 19 de janeiro de 1982, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
80/82	304/82	PLC nº 45/80 (nº 1.761/79, na origem)	Regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.	Mantido o veto total por decurso de prazo
81/82	321/82	PLC nº 58/82 (nº 5.441/81, na origem)	Dispõe sobre a constituição e o funcionamento das sociedades centralizadoras de operações das empresas produtoras de açúcar ou de álcool, e dá outras providências.	Mantido o veto total por decurso de prazo
109/82	432/82	PLC nº 72/82 (nº 4.999/81, na origem)	Dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba e dá outras providências.	Em tramitação (veto parcial)

b) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Vetos:

— Total dos Vetos (todos desta sessão legislativa)	15
— Mantidos (todos por decurso de prazo)	14
— Em andamento	1

C.8 — REQUERIMENTOS

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
4	10-3-82	Dep. Carlos Chiarelli e outro	Destaque para rejeição da expressão "mínimo", constante da alínea "e" do art. 151, na redação oferecida pela Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 1981.	Prejudicado
5	10-3-82	Dep. Carlos Chiarelli	Inversão da Ordem do Dia a fim de que a Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 1981, constante do item II da pauta, seja apreciada em primeiro lugar.	Aprovado
6	11-3-82	Dep. Djalma Bessa	Inversão da Ordem do Dia a fim de que a Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 1981, constante do item III da pauta, seja apreciada em primeiro lugar.	Aprovado
7	19-3-82	Dep. Waldir Walter	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 1981.	Aprovado
8	26-3-82	Dep. Elquisson Soares	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1981.	Aprovado
9	26-3-82	Sen. Mauro Benevides	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 80, de 1981.	Aprovado
10	1-4-82	Dep. Djalma Bessa e outro	Preferência para a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 1981, e destaque para rejeição de expressão nela contida.	Aprovada a preferência. Indeferido, por inoportuno, o destaque
11	20-4-82	Sen. Mendes Canale	Prorrogação do prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que examina a ação terrorista no País.	Aprovado
12	28-4-82	Sen. Mauro Benevides	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina as Propostas de Emenda à Constituição n.ºs 1 e 2, de 1982.	Aprovado
13	28-4-82	Dep. Odacir Klein	Encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 3, de 1982-CN.	Prejudicado
14	29-4-82	Dep. Djalma Bessa	Adiamento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 1981.	Prejudicado

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
15	11-5-82	Dep. Pimenta da Veiga	Adiamento da votação do Projeto de Resolução nº 1, de 1981-CN.	Aprovado
16	12-5-82	Dep. Isaac Newton	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina as Propostas de Emenda à Constituição n.ºs 5, 6 e 7, de 1982.	Aprovado
17	20-5-82	Sen. Mendes Canale	Prorrogação do prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que examina a ação terrorista no País.	Aprovado
18	25-5-82	Dep. Jorge Uequed	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Mensagem nº 34, de 1982-CN.	Aprovado
19	26-5-82	Dep. Alvaro Valle e outro	Adiamento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 83, de 1981.	Prejudicado
20	27-5-82	Dep. Djalma Bessa	Destaque para rejeição de expressão constante do Projeto de Lei nº 6, de 1982-CN.	Aprovado
21	15-6-82	Dep. Ney Ferreira	Adiamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 1982-CN.	Prejudicado
22	22-6-82	Dep. Nelson Morro	Adiamento da votação do Projeto de Lei nº 13, de 1982-CN.	Aprovado
23	23-6-82	Dep. Bonifácio de Andrada	Prorrogação do prazo de duração da sessão por quatro horas.	Aprovado
24	24-6-82	Dep. Odacir Klein	Adiamento da votação das Propostas de Emenda à Constituição n.ºs 25, 27 e 30, de 1982.	Rejeitado
25	24-6-82	Dep. Djalma Bessa	Preferência para votação do Substitutivo oferecido pelo Relator às Propostas de Emenda à Constituição n.ºs 25, 27 e 30, de 1982.	Aprovado
26	24-6-82	Dep. Odacir Klein	Preferência para votação da Emenda nº 2 (Substitutivo) à Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 1982.	Prejudicado
27	24-6-82	Dep. Ricardo Fiuza	Destaque para aprovação do parágrafo único do art. 6º do Projeto de Lei nº 13, de 1982-CN.	Aprovado
28	24-6-82	Dep. Ricardo Fiuza	Destaque para rejeição de expressões constantes do art. 2º do Substitutivo oferecido pela Comissão Mista ao Projeto de Lei nº 13, de 1982-CN.	Aprovado
29	24-6-82	Dep. Ricardo Fiuza	Destaque para rejeição do § 4º do art. 7º do Substitutivo oferecido pela Comissão Mista ao Projeto de Lei nº 13, de 1982-CN.	Aprovado
30	18-8-82	Sen. Aloysio Chaves	Prorrogação do prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que examina a ação terrorista no País.	Aprovado
31	31-8-82	Dep. Airton Soares	Adiamento da votação do Projeto de Lei nº 23, de 1982-CN.	Rejeitado
32	21-9-82	Dep. Alvaro Valle	Adiamento da votação do Projeto de Lei n/ 25, de 1982-CN.	Aprovado
33	23-9-82	Dep. Alvaro Valle	Destaque para rejeição do art. 2º do Projeto de Lei nº 25, de 1982-CN.	Aprovado

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
34	23-9-82	Dep. Alvaro Valle	Destaque para rejeição do parágrafo único do art. 16 do Projeto de Lei nº 25, de 1982-CN.	Aprovado
35	23-9-82	Dep. Alvaro Valle	Destaque para rejeição de expressões constantes da alínea c do parágrafo único do art. 5º da Lei nº 5.692, de 1971, alterada pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 25, de 1982-CN.	Aprovado
36	23-9-82	Dep. Alvaro Valle	Destaque para rejeição de expressões constantes da alínea f do parágrafo único do art. 5º da Lei nº 5.692, de 1971, alterada pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 25, de 1982-CN.	Aprovado
37	29-9-82	Sen. Mendes Canale	Prorrogação do prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que examina a ação terrorista no País.	Aprovado
38	23-11-82	Dep. Ruy Bacelar	Adiamento da votação do Projeto de Lei nº 26, de 1982-CN, na parte referente ao Subanexo Poder Executivo — Ministério dos Transportes — DNER e RFF.	Aprovado
39	24-11-82	Dep. Ruy Bacelar	Reexame pela Comissão Mista de Orçamento do parecer sobre a Emenda nº 35 oferecida ao Projeto de Lei nº 26, de 1982-CN.	Aprovado

D — PARTICIPAÇÃO DOS SENHORES PARLAMENTARES NOS TRABALHOS DO CONGRESSO NACIONAL

Senadores	Proposições Apresentadas				Pronunciamentos									Participação em Comissões Mistas										
	PEC	Req.	Emenda	Pr. DL	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explic. Pessoal	Decl. de Voto	Sessão Solene	Decreto-lei	PEC	PL	Veto	Pr. DL	Função			Parecer	Relatório	Voto em Separado
																			Presidente	Vice-Presidente	Relat.			
Aderbal Jurema	—	—	—	—	1	—	1	1	—	—	—	—	—	30	25	16	4	—	1	8	10	6	1	—
Affonso Camargo	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	33	18	17	1	—	11	—	1	1	—	—
Agenor Maria	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15	12	11	—	1	4	—	—	—	—	—
Alberto Silva	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	27	14	10	1	1	8	—	—	—	—	—
Almir Pinto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	32	28	20	2	—	—	9	11	10	—	—
Aloysio Chaves	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	16	14	8	1	—	—	1	6	6	—	—
Amaral Peixoto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	2	—	—	—	—	1	—	—	—
Benedito Canelas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	9	1	—	1	—	—	2	1	—	—
Benedito Ferreira	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Bernardino Viana	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	28	21	15	9	—	1	8	8	7	—	—
Cunha Lima	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	6	3	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Dinarte Mariz	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Dirceu Cardoso	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10	5	3	—	—	—	—	—	—	—	—
Dulce Braga	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	9	6	5	—	—	—	2	—	—	—	—
Eunice Michiles	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10	9	6	1	1	—	3	1	—	—	—
Evelásio Vieira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	14	11	6	—	1	—	—	1	1	—	—
Ferreira Filho	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Franco Montoro	—	—	—	—	1	—	2	—	—	—	—	—	—	8	8	3	1	—	—	—	—	—	—	—
Gabriel Hermes	—	—	1	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	26	13	9	—	1	—	7	6	5	—	—

Senadores	Proposições Apresentadas				Pronunciamentos									Participação em Comissões Mistas										
	PEC	Req.	Emenda	Pr. DL	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela Ordem	Como Líder	Explic. Pessoal	Decl. de Voto	Sessão Solene	Decreto-lei	PEC	PL	Veto	Pr. DL	Função			Parecer	Relatório	Voto em Separado
																			Presidente	Vice-Presidente	Relat.			
Gastão Müller	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	29	23	23	—	—	14	—	1	—	—	—
Gilvan Rocha	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7	8	1	—	—	2	—	—	—	—	—
Helvídio Nunes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	3	—	—	—	—	1	1	—	—	—
Henrique Santillo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	27	19	12	1	—	4	—	1	1	—	—
Hugo Ramos	1	—	2	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	1	—	—	—	—	—
Humberto Lucena	—	—	1	—	—	—	2	1	4	1	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Itamar Franco	—	—	3	—	—	—	1	1	2	1	1	—	1	12	6	9	—	—	3	—	2	1	—	—
Jaison Barreto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
João Calmon	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7	11	6	—	2	—	4	4	2	—	—
João Lúcio	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	32	20	6	—	—	—	1	1	—	—	—
Jorge Kalume	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	25	20	11	—	1	—	—	3	6	—	—
José Fragelli	—	—	—	—	—	—	1	1	2	—	1	—	—	28	21	21	2	1	2	—	1	1	—	—
José Lins	—	—	1	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	27	17	13	—	—	—	4	8	4	—	—
José Richa	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	9	9	5	—	1	—	—	—	—	—	—
Jutahy Magalhães	3	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	50	14	18	—	—	—	6	17	19	—	—
Laélia de Alcântara	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	38	22	19	2	2	8	—	1	1	—	—
Lázaro Barboza	1	—	—	—	—	1	—	—	1	1	—	—	—	21	22	11	1	1	6	—	1	—	—	—
Leite Chaves	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	12	16	5	—	1	6	—	—	—	—	1
Lenoir Vargas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	11	11	5	—	1	—	4	3	—	—	—
Lomanto Júnior	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5	7	2	—	1	—	—	—	—	—	—
Lourival Baptista	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	27	16	20	1	1	2	4	11	11	1	—
Luiz Cavalcante	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	21	7	12	1	1	—	2	13	13	—	—

Deputados	Proposições Apresentadas				Pronunciamentos									Participação em Comissões Mistas										
	PEC	Req.	Emenda	Pr. DL	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela Ordem	Como Líder	Explic. Pessoal	Decl. de Voto	Sessão Solene	Decreto-lei	PEC	PL	Veto	Pr. DL	Função			Parecer	Relatório	Voto em Separado
																			Presidente	Vice-Presidente	Relat.			
Adalberto Camargo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	7	2	-	-	-	1	1	-	-	-
Adauto Bezerra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ademar Pereira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Adhemar de B. Filho	-	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adhemar Ghisi	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Adhemar Santillo	-	-	2	-	7	1	1	-	2	-	-	-	-	3	3	3	-	-	3	-	-	-	-	-
Adolpho Franco	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	3	1	-	-	-	-	3	2	-	-
Adriano Valente	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	5	2	2	-	-	-	2	1	1	-	-
Aécio Cunha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Afrísio Vieira Lima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	1	2	-	-	1	1	-	-	-
Afro Stefanini	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Airon Rios	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Airton Sandoval	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	4	1	-	-	-	1	1	-	-
Airton Soares	-	1	-	-	1	1	2	-	9	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alair Ferreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Albérico Cordeiro	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	2	-	-	-	-	2	1	-	-
Alberto Goldman	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alberto Hoffmann	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-
Alcebiades de Oliveira	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-
Alceu Collares	-	-	2	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alcides Franciscato	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1	1	-	-
Alcir Pimenta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	4	4	-	-	4	-	-	-	-	-
Aldo Fagundes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	2	-	-	1	-	-	-	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas				Pronunciamentos									Participação em Comissões Mistas											
	PEC	Req.	Emenda	Pr. DL	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela Ordem	Como Líder	Explic. Pessoal	Decl. de Voto	Sessão Solene	Decreto-lei	PEC	PL	Veto	Pr. DL	Função			Parecer	Relatório	Voto em Separado	
																			Presidente	Vice-Presidente	Relat.				
Alexandre Machado	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alfredo Marques	-	-	10	-	9	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Alípio Carvalho	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Altair Chagas	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Aluizio Bezerra	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	4	2	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Álvaro Dias	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Álvaro Gaudêncio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Álvaro Valle	-	6	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3	-	-	-	-	3	4	-	-	-
Amadeu Geara	-	-	1	-	4	-	-	-	1	-	-	-	-	4	7	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Amílcar de Queiroz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ângelo Magalhães	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Antônio Amaral	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Antônio Annibelli	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Antônio C. de Oliveira	2	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Antônio Dias	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Antônio Ferreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	5	2	-	-	-	-	1	1	-	-	-
Antônio Florêncio	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-
Antônio Gomes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	2	-	-	-	1	3	1	-	-	-
Antônio Mariz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Antônio Mazurek	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Antônio Moraes	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Antônio Morimoto	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Antônio Pontes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	4	6	1	-	-	-	3	2	-	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas				Pronunciamentos									Participação em Comissões Mistas										
	PEC	Req.	Emenda	Pr. DL	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela Ordem	Como Líder	Explic. Pessoal	Decl. de Voto	Sessão Solene	Decreto-lei	PEC	PL	Veto	Pr. DL	Função			Parecer	Relatório	Voto em Separado
																			Presidente	Vice-Presidente	Relat.			
Honorato Vianna	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	8	4	-	-	-	3	6	3	-	-
Horácio Matos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	1	-	1	-	-	-	-
Horácio Ortiz	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Hugo Mardini	-	-	-	-	-	-	1	-	5	3	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hugo Rodrigues da Cunha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Humberto Souto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Hydekel Freitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Igo Losso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	2	-	-	-	2	1	1	-	-
Inocência Oliveira	1	-	-	-	11	-	-	-	-	-	-	-	-	6	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Iranildo Pereira	-	-	-	-	4	1	1	-	1	-	-	-	-	3	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Isaac Newton	-	1	-	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	6	9	7	-	1	-	3	7	5	-	-
Israel Dias-Novae	-	-	-	-	3	1	1	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ítalo Conti	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	6	2	-	-	-	1	2	-	-	-
Iturival Nascimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Jackson Barreto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Jader Barbalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jairo Magalhães	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	14	18	6	-	-	-	-	2	2	-	-
Januário Feitosa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	7	1	-	-	-	1	1	-	-	-
Jayro Maltoni	-	-	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2	2	-	1	-	-	-	-	-	-
Jerônimo Santana	-	-	1	-	20	1	-	-	-	-	-	-	-	2	1	3	-	-	3	-	-	-	-	-
JG de Araújo Jorge	-	-	-	-	-	-	-	2	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Joacil Pereira	-	-	-	-	1	-	-	3	-	-	-	-	-	1	3	-	1	-	-	-	-	-	-	-
João Alves	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	4	-	1	-	-	-	-	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas				Pronunciamentos									Participação em Comissões Mistas											
	PEC	Req.	Emenda	Pr DL	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explic. Pessoal	Decl. de Voto	Sessão Solene	Decreto-lei	PEC	PL	Veto	Pr DL	Função			Parecer	Relat.	Voto em Separado	
																			Presidente	Vice-Presidente	Relat.				
Júlio Martins	-	-	3	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	1	3	1	1	-	1	1	1	-	-	-
Júnia Marise	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lázaro Carvalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Leite Schmidt	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Léo Simões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Leopoldo Bessone	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Leorne Belém	-	-	-	-	4	1	1	1	-	-	-	-	-	5	1	1	1	-	-	1	2	2	-	-	-
Leur Lomanto	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Levy Dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Louremberg Nunes Rocha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lúcia Viveiros	1	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lúcio Cioni	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Ludgero Raulino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Luiz Baccharini	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	1	-	1	-	3	-	-	-	-	-	-
Luiz Baptista	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Luiz Braz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	6	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Luiz Cechinel	-	-	-	-	4	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Luiz Leal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Luiz Rocha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Luiz Vasconcellos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lygia Lessa Bastos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Magno Bacelar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Magnus Guimarães	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas				Pronunciamentos									Participação em Comissões Mistas										
	PEC	Req.	Emenda	Pr DL	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explic. Pessoal	Decl. de Voto	Sessão Solene	Decreto-lei	PEC	PL	Veto	Pr DL	Função			Parecer	Relatório	Voto em Separado
																			Presidente	Vice-Presidente	Relat.			
Maluly Netto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	3	-	-	-	-	1	-	-	-
Manoel Gonçalves	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Manoel Novaes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manoel Ribeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	1	1	-	-	-	2	2	1	-	-
Marão Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Marcello Cerqueira	-	-	-	-	1	-	-	-	2	3	-	-	-	1	4	2	-	-	1	-	-	-	-	1
Marcelo Cordeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	2	-	-	1	-	-	-	-	-
Marcelo Linhares	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	4	2	-	-	-	1	3	2	-	-
Márcio Macedo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Marcondes Gadelha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mário Frota	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	11	2	3	-	-	-	-	1	-	-	-
Mário Hato	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mário Moreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	6	2	-	-	1	-	-	-	-	-
Mário Stamm	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Maurício Campos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maurício Fruet	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	7	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Mauro Sampaio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	1	-	-	-	1	1	1	-	-
Max Mauro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melo Freire	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Menandro Minahim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mendes de Melo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Mendonça Neto	-	-	-	-	4	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Milton Brandão	-	-	-	-	28	2	-	-	-	1	-	-	-	10	8	5	-	-	-	4	4	3	-	-
Milton Figueiredo	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	4	1	2	-	-	1	-	1	1	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas				Pronunciamentos									Participação em Comissões Mistas										
	PEC	Req.	Emenda	Pr. DL	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explic. Pessoal	Decl. de Voto	Sessão Solene	Decreto-lei	PEC	PL	Veto	Pr. DL	Função			Parecer	Relatório	Voto em Separado
																			Presidente	Vice-Presidente	Relat.			
Milvernes Lima	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Modesto da Silveira	1	—	—	—	8	1	—	7	—	—	—	—	—	3	2	6	—	—	2	—	—	—	—	—
Murillo Mendes	—	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	2	2	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Nabor Júnior	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	2	1	—	1	1	—	—	—	—	—
Nagib Haickel	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Natal Gale	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	2	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Navarro Vieira Filho	—	—	—	—	2	1	—	—	—	—	—	—	—	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Nélio Lobato	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	7	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—
Nelson Morro	—	1	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	2	1	2	—	—	—	2	1	—	—
Nereu Guidi	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	2	2	—	—	—	—	2	1	—	—
Ney Ferreira	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	4	—	—	—	—	—	—	—	—
Nilson Gibson	1	—	1	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	17	11	14	4	—	—	7	4	1	1	—
Nivaldo Kruger	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	3	1	—	—	1	—	—	—	—	—
Norton Macedo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Nosser Almeida	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	8	6	—	1	—	1	7	7	—	—
Octacílio Almeida	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	2	2	—	1	—	—	—	—	—	—
Octacílio Queiroz	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Octávio Torrecilla	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Odacir Klein	—	3	—	—	—	—	—	2	8	15	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Odulfo Domingues	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	5	11	—	—	—	—	3	2	—	—
Olivir Gabardo	—	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	4	5	1	1	—	2	—	1	1	—	—
Omar Sabino	—	—	—	—	5	—	—	—	—	—	—	—	—	7	8	4	—	—	—	3	6	5	—	—
Osmar Leitão	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	4	4	—	—	—	1	1	—	—	—
Ossian Araripe	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	3	3	—	—	—	1	1	—	—	—

